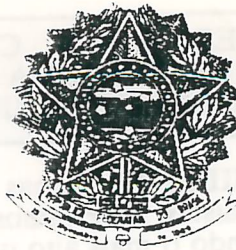


Autu-
08/09

CMD 00037



SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

ORÇAMENTO

REUNIÃO 20/10/93 - 16h

PRESIDENTE: SENADOR JARBAS PASSARINHO

RELATOR : DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES

DEPOENTE: JCSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS





20/10/93

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declaro aberta a reunião.

Srs. Congressistas, deveríamos começar agora, às 16 horas. Estou fazendo o máximo que posso, falando o mais alto que posso. Mas peço silêncio para poder ser ouvido. Hoje, portanto, às 16 horas, estava marcado para ouvirmos aqui o depoimento do Sr. José Carlos.

Acontece que passamos o telex na hora do almoço, em seguida à nossa reunião de trabalho aqui, ou seja, às 13 horas e 24 minutos, e há 5 minutos recebi a informação do delegado da Polícia Federal que está encarregado de trazer o preso de que só naquele instante o estava recebendo, vindo da Papuda, segundo a expressão do delegado, com uma parafernália de segurança que incluía inclusive helicóptero. Então, ele achava que precisaria de 2 horas. Aliás, primeiro ponderava se podíamos passar para amanhã o depoimento, e pedi que não; solicitei que ele fizesse chegar ainda hoje. Ele admitiu que dentro de 2 horas, no máximo, poderá então ter feito o estudo do trajeto em segurança dessa pessoa, para ela poder aqui fazer o seu depoimento, o que seria, no máximo, às 18 horas.

E um fato inultrapassável, não há nem como modificá-lo e, portanto, o depoimento deve ser iniciado provavelmente às 18 horas.

Como há aqui requerimentos, poderíamos tirar partido disso e continuar a nossa reunião, se os Srs. Congressistas concordam, para discutir essas questões internas da direção da CPI. Para isso eu pediria...

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Já era previsível, e com o passar dos minutos vamos ter a configuração daquele quadro que foi dito na reunião anterior: realmente este recinto vai ficar pequeno para o depoimento que vai ser prestado às 6 horas da tarde. Estamos verificando que está praticamente tomada a sala e à medida que luzes de refletores, que a respiração humana, tudo isso.

Penso que com essas duas horas que temos - não sei como seria assim de repente - poderíamos nos acudir de um local maior, porque os próprios integrantes da Comissão, os Deputados e Senadores presentes, estão mal-acomodados. Há uma expectativa muito grande em torno desse depoimento. Já que há um **handicap** de duas horas, vamos ver se nesse período de tempo imaginamos alguma coisa que permita à Mesa, com a maior tranquilidade também, ter o comando da sessão, e a todos os presentes aqui acomodar-se numa posição mais ou menos razoável. Vários integrantes da Comissão estão mal sentados - há alguns em pé! - e sem microfone também, outro aspecto sério...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acredito que isso se deu quando V. Ex^a também fazia membro brilhante da Comissão anterior.

O SR. ELCIO ALVARES - Exatamente. Mas houve um detalhe para que chamei a atenção de manhã. Pode parecer uma medida muito dura, mas só houve acesso aos membros da Comissão, aos jornalistas e às pessoas credenciadas pela Mesa. Evidentemente, estamos pressentindo, o número de pessoas aqui presentes já extrapola em muito, porque, na verdade, há curiosidade dos Parlamentares também - estamos sentindo que há um grande número de Deputados e Senadores. Na outra Comissão não houve essa curiosidade.

Teríamos que começar a pensar nisso, porque vai ficar muito difícil. 'A medida que houver divulgação desta Comissão e aumentar o interesse em torno dos depoimentos, vai-se repetir o problema.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo, Senador. Em todo planejamento nada acontece exatamente como se planejou e há, evidentemente, a necessidade de se fazer o que, em tática, chamamos de conduta do combate.



O problema é que temos grande dificuldade de fazer modificações súbitas de local. Temos quatro órgãos funcionando: Câmara, Senado, Congresso e Revisão.

Bom, podemos, no momento, saber que o plenário do Senado está livre. Mas estava convocada para as 15 horas uma sessão do Congresso, na Câmara.

O SR. ELCIO ALVARES - O Senado seria ideal, pelos microfones, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso entrar em entendimento com o Presidente do Senado e pedir que a sessão das 18 horas seja feita lá. Se não houvesse inconveniente, poderíamos, mesmo com o calor - de que não há dúvida nenhuma -, discutir algumas coisas, desde logo, aqui, que são inclusive da cozinha interna da Comissão. Por exemplo, a questão das inscrições que encontrei aqui e que o Deputado Odacir Klein poderia expor. Requerimentos, se o requerente tem ou não a prioridade para começar. Seria bom que definíssemos isso agora, senão, quando chegarmos às 18 horas, vamos ter as mesmas questões. É uma explicação pessoal do Senador Bisoi sobre a sessão ser pública ou ser secreta ou reservada. Já ao meio-dia tínhamos modificado aquela interpretação que tinha sido dada à intervenção do Senador José Paulo Bisoi, quando S. Ex^a declarou que em alguns casos era necessário ouvir em segredo de justiça. Foi a expressão que S. Ex^a usou. E nós achamos que a partir de cá, especialmente pelas características específicas desta Comissão, só deveremos partir para a sessão reservada ou secreta em último caso e mediante requerimento do Plenário.

O SR. ELCIO ALVARES - Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se não tivermos espaço para todos, vamos ver aonde vamos. Fora disso, teremos o auditório Petrônio Portella, que daria margem. Vou propor se continuaremos agora para discutir as questões ou não. Os que querem que continuemos no momento, para discutir as questões internas, por favor, levantem o braço. Os Srs. membros da Comissão.

Senador Nelson Carneiro, sim ou não?

O SR. NELSON CARNEIRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Iram Saraiva, sim ou não?

O SR. IRAM SARAIVA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um "não."

Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um "sim".

Senador Gilberto Miranda?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Dois.

Senador Elcio Alvares?

O SR. ELCIO ALVARES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Três.

Senador Francisco Rollemberg?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Quatro.

Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Cinco.

Senador Aureo Mello? (Pausa)

Senador Pedro Teixeira?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Seis.





Senador Luiz Alberto?

O SR. LUIZ ALBERTO - Sim.

Deputado Roberto Rollemberg?

Deputado Odacir Klein?

O SR. ODACIR KLEIN - Sim.

Deputado Roberto Magalhães?

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Nove.

Deputado Benito Gama?

O SR. BENITO GAMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Dez. Maioria. Não prossigo a leitura.

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente, quero esclarecer que quando V. Ex^a me indagava, pensei que V. Ex^a indagava se queria fazer alguma interrogação. Não queria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Uma recomendação à Secretaria. Onde o Senador Nelson Carneiro disse "não", leia-se "sim". Está resolvido o assunto.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Eduardo Suplicy pediu a palavra. Estou ávido de ouvir V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, no intuito de colaborar com esta CPI e inclusive para que o Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães, tenha o melhor número de informações possível, até mesmo antes do depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, encaminho a V. Ex^a os documentos anexos, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira, que demonstram a destinação de recursos a entidades privadas, utilizando-se de rubricas orçamentárias genéricas do Ministério da Ação Social.

Ressalto que esses procedimentos foram relatados por José Carlos Alves dos Santos como parte de um dos esquemas irregulares de destinação de verbas públicas a entidades que teriam mantido acordos com Parlamentares que se beneficiaram de parte das verbas recebidas.

Sr. Presidente, na revista *Veja* desta semana há um trecho do depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos em que ele responde a pergunta do jornalista Policarpo Júnior. "Era sempre cobrado um pedágio na apresentação de emendas?" E ele responde:

Foram dois processos distintos de pegar dinheiro. Um eram as subvenções sociais, verbas destinadas a pequenas obras, como a construção de galpões, por exemplo. Mas não é aquela quotinha que cada Deputado tem, não! Cada parlamentar tem direito a destinar cerca de 15 mil dólares a uma entidade filantrópica. Eles bolaram uma dotação orçamentária global. O Ministério recebia um dinheiro não carimbado. Depois, o Sr. Alves mandava uma relação das entidades que queria ver beneficiadas para o Ministério e este pagava. Alguns Parlamentares sugeriam os nomes, que, normalmente, era o dos Ministérios da Ação Social e o da Educação. Eu nunca vi, mas presumo que essas entidades devolviam parte do dinheiro.

Ora, Sr. Presidente e Sr. Relator, graças ao acesso que hoje o Congresso Nacional tem ao Sistema Integrado de Administração Financeira da União e analisando esta observação do Sr. José Carlos Alves dos Santos, a minha assessoria no gabinete examinou exatamente o item nº 23.000, 23.101 do Orçamento, do Ministério da Ação



20/10/93

Social, referente à coordenação e manutenção de ação social - 15.081.048.742.100.001 - e ali encontrou a verba de 131 bilhões e 571 milhões e 136 mil cruzeiros.

Ao detalhar isso, Sr. Presidente, justamente graças ao acesso ao SIAF, nós pudemos verificar diversas entidades que, no período de abril, maio e junho de 1992, receberam verbas liberadas pelo Ministério da Ação Social. Lembro a V. Ex^{as} que, como o Orçamento de 1992 só foi publicado em abril, nos meses seguintes constituíram verbas prioritariamente liberadas.

Exemplos: Faculdade de Direito de Nova Iguaçu e o Colégio de Aplicação de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro - 810 milhões; Educação Infantil Ranchinho Alegre e Instituto de Tecnologia e Educação Castro Alves - 550 milhões; Academia Cearense de Letras, Instituto Ceará e Fundação Amadeu Filomeno - 350 milhões; Sociedade Cultural Recreativa de Assistência à Lagoa dos Gatos, Pernambuco - 100 milhões; Fundação Serviço Social Pedro II e Fundação do Bem-Estar do Trabalhador Rural, de Coreaú, Ceará; Instituto de Desenvolvimento Político e Social Eva Cândido - 150 milhões; Centro Social Dr. Pio Guerra, Pernambuco, e Mosteiro de São Bento, Olinda - 200 e 100 milhões, respectivamente; Fundação Dolores Lustosa, Ceará; Assistência à Caridade, em Lagarto, Sergipe, Centro Social... - 300 milhões; Academia Cearense de Letras, Ceará, Instituto do Ceará, Fundação Amadeu Filomeno - 350 milhões; Associação Educacional Caxiense, Rio de Janeiro, Faculdade Augusto Mota de Ensino Superior, Nova Iguaçu, Instituto Técnico Educacional, Distrito Federal, num total de 5 bilhões e 300 milhões de cruzeiros.

Enfim, são documentos que poderão auxiliar, Sr. Presidente e Sr. Relator, no exame das questões mencionadas na entrevista do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Como há esse intervalo, talvez com esses documentos o Sr. Relator tenha mais elementos para a indagação, bem como todos os demais membros da CPI.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Consulto ao Relator se deseja se manifestar a respeito do assunto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou de pleno acordo em receber esses documentos como quaisquer outros que possam servir de subsídio ao esclarecimento da matéria objeto desta CPI. Sugiro, inclusive, que, se possível, nós tenhamos, sobre a mesa, exemplares dos últimos Orçamentos da União, pois pode ser que o Sr. José Carlos Alves dos Santos tenha condições de apontar verbas e dotações que ele considere que foram frutos de emendas irregularmente aprovadas e até mesmo nos informar o destino desses recursos. De modo que eu estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Consulto ao nobre Deputado se é referente ao assunto, porque a Presidência entende que, com relação à matéria, não temos o que votar, já que o nobre Senador Eduardo Suplicy está encaminhando à Mesa para que faça parte dos autos da CPI. Assim, embora a Presidência entende que não há o que discutir e votar, ouvirá o nobre Deputado a respeito da questão.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer e acrescentar aos autos que a entidade que encabeça a lista, que é a Faculdade de Direito de Nova Iguaçu, é de propriedade do Deputado Fábio Raunheitti, que está sendo apontado como um dos envolvidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Mesa recebe a documentação, porque não há nenhum documento a respeito do qual se deva deliberar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Salomão.





20/10/93

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, na sessão matinal, o Deputado Roberto Jefferson propôs que nós tivéssemos acesso aos depoimentos prestados pelo acusado, José Carlos Alves dos Santos, nos cinco inquéritos que correm envolvendo essa pessoa.

Liguei um pouco mais cedo para a Secretaria da Comissão e fui informado de que ainda não eram disponíveis essas informações, essenciais para inquirição que pretendemos fazer a essa testemunha. Consulto a Mesa se, porventura, apesar do Sr. José Carlos Alves dos Santos não poder ter vindo, já chegaram os depoimentos que prestou em cinco inquéritos conduzidos pela polícia do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado, nós vamos consultar a assessoria da Comissão para prestar a informação a V. Ex^a. Mas, para não prejudicar o andamento dos trabalhos, enquanto nós fazemos a consulta, eu darei a palavra a outros Parlamentares que desejam se referir ao assunto. Se algum Parlamentar desejar encaminhar requerimentos ou fazer alguma manifestação relativa ao andamento dos trabalhos da CPI, está com a palavra.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, ao iniciarmos os trabalhos, eu gostaria de fazer a exposição do seguinte: estamos aqui num trabalho da maior importância, da maior responsabilidade, o mesmo Congresso que fez o **impeachment**, para buscar, aqui, equacionar uma questão que nós conhecemos, que é antiga, em cima do depoimento que vamos começar a averiguar agora.

Eu gostaria de dizer, com muita singeleza, Sr. Presidente, que, conversando com o Presidente Itamar Franco, Sua Excelência solicitou que eu comunicasse a esta Casa que o Poder Executivo está inteiramente à disposição dos membros da Casa, do Presidente e do Relator da Comissão para tudo o que for necessário. E tem mais, Sr. Presidente: seria o caso de o Presidente e o Relator permitirem, ou até consultar, se, à margem do requerimento que fizemos hoje pela manhã, de virem representantes do Tribunal de Contas e da Procuradoria-Geral da República, pudessem vir representantes da Fazenda, do Governo do Distrito Federal, para responder na hora, para acompanhar, para verificar os fatos que foram levantados e, se for o caso, oferecer esclarecimentos e tomar conhecimento de coisas que ainda existem, para alterar e modificar o mais breve possível lá no Executivo. É neste sentido a proposta que o Presidente da República coloca todos os setores e tudo o que for necessário à disposição desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Consulto o Relator se deseja se manifestar a respeito de eventual participação de assessoria do Poder Executivo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, quanto à requisição de três Procuradores da República, já houve uma decisão que só falta ser implementada. Com referência ao Tribunal de Contas, parece-me que houve esse tipo de assessoramento quando da CPI que resultou no **impeachment**. Creio que nós devamos acompanhar todos os passos que deram certo antes. Então, também estou de acordo. Penso, inclusive, que a presença da Fazenda vai ser essencial, porque, sem ela, nós não teremos declarações de bens, uma série de documentos necessários para o exame da variação patrimonial de possíveis indiciados.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Tenho uma lista de inscrição aqui. Os Deputados e os Senadores estão levantando o dedo, porém, antes estão inscritos o Senador Epitacio Cafeteira, em seguida o Deputado Aloizio Mercadante e logo após o nobre colega.

Antes, eu gostaria de informar ao Deputado Luiz Salomão que as cópias dos depoimentos foram solicitadas, mas ainda não chegaram. A direção da CPI vai



continuar insistindo no sentido de que as tenhamos até o início do depoimento do Sr. Jose Carlos.

Concedo a palavra ao Senador Eptacio Cafeteira.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente e demais membros desta Comissão, estou vindo agora de uma reunião do meu Partido, realizada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

A notícia de que o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Raimundo Lira, teria tomado a decisão de anular e arquivar todas as emendas de Deputados e Senadores apresentadas para este ano foi rechaçada. Já na imprensa há dúvida para saber se isso não é uma queima de documentos que podem comprometer alguns parlamentares. Portanto, penso que esta Comissão deve requisitar, imediatamente, fotocópia de todas as emendas apresentadas, para que possam servir de subsídio, quer para inocentar, quer para até mesmo agravar qualquer condição de parlamentar que esteja sendo investigado, ou até que não esteja sendo investigado.

Por isso, Sr. Presidente, em nome do meu Partido, quero fazer este requerimento à Comissão, para que solicite ao Presidente da Comissão, fotocópias de todas as emendas apresentadas. Se a decisão da Comissão, amanhã, for a de torná-las nulas, elas não podem deixar de fazer parte de um arquivo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que queira examinar irregularidades na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O requerimento do nobre Senador Eptacio Cafeteira, sem dúvida alguma, tem que ser objeto de discussão e deliberação. A Mesa não pode de pleno decidir a respeito da matéria, pelo que, inicialmente solicito ao Relator a sua manifestação e, posteriormente, por uma questão de economia processual, ouviríamos um integrante da CPI que defenda a posição do Deputado, se desejar, e um que tenha posição contrária, para submetermos à votação.

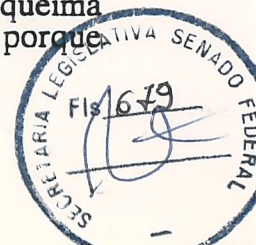
Inicialmente, concedo a palavra ao Relator para a sua manifestação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, por um mero acaso, eu estava ontem na Câmara, conversando com o Líder do PFL, Deputado Luís Eduardo Magalhães, quando chegou o Senador Raimundo Lira e disse que ia propor que se fizesse uma redução nas emendas, de cinquenta para vinte e cinco. Logo, cada Deputado iria selecionar, de suas cinquenta, as vinte e cinco que subsistiriam e as outras seriam alijadas, ficariam sem efeito. Também propunha S. Ex^a que as emendas de partidos fossem todas tornadas sem efeito.

Bem, S. Ex^a comunicou que ia propor, o assunto não me dizia respeito, e no dia de hoje não tomei conhecimento e nem procurei me informar. Agora tomo conhecimento, pelo Senador Eptacio Cafeteira, que se está buscando anular todas elas, o que já é muito mais drástico, já não é a proposta que eu ouvia ontem.

Penso, Sr. Presidente, que nós Deputados e Senadores fomos chamados a apresentar emendas, num total de cinquenta, sendo três coletivas, sem prejuízo das emendas de partido. Tivemos um trabalho muito grande, assumimos compromissos com as nossas bases, com os nossos Municípios mais importantes, apresentando propostas sérias de obras públicas. De modo que considero que não é mais hora para nem a Comissão nem ninguém tornar sem efeito o que é um ato formal de 502 Parlamentares na Câmara e de 81 no Senado.

Penso que, se as emendas estão sobrando, no sentido de que há muito trabalho material, o problema é da Comissão Mista de planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A Comissão de Orçamento que se aparelhe para examiná-las e sobre todas elas dar parecer. Sou contrário não apenas pelo fato de que possa ser uma queima de arquivo e que isso possa impedir o trabalho dessa Comissão, mas também porque





somos adultos, portanto, temos responsabilidades. Não podemos amanhã chegar em nossos Estados dizendo que aquelas emendas que fizemos não valem mais. Por isso, sou contrário. A meu ver, o que está proposto está proposto.

Vejam bem que a minha proposta prejudica as cópias. Ela é no sentido de que não haja anulação de emenda alguma e, conseqüentemente, não havendo, elas serão publicadas, sem necessidade de qualquer fotocópia.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra para complementar o Senador Epitacio Cafeteira. Pediu a palavra para falar a respeito do assunto o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Eu estava inscrito, Sr. Presidente.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, não depende evidentemente desta CPI, ou do nobre Relator, o fato de as emendas serem arquivadas, tornadas nulas ou não. Por conseguinte, o pedido da fotocópia é para depois. Se a Comissão resolver arquivar, então a CPI terá uma fotocópia. A imprensa já está levantando dúvidas sobre este fato. Como estamos pensando muito mais no Poder Legislativo do que em qualquer um, seria importante que essas emendas não desaparecessem. Vamos supor que, amanhã, a Comissão resolva anulá-las. A questão não é o que o eleitorado vai dizer, mas saber se há ou não transparência nessas emendas. Essa é a colocação que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Senador Epitacio Cafeteira propõe que esta Comissão requirite cópias de todas as emendas apresentadas por parlamentares. Esta Presidência entende que a esta Comissão não incumbe deliberar a respeito da questão referente à apresentação de emendas, e o nobre Relator deseja, inclusive, complementar a sua posição a respeito da matéria. Passo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não podemos decidir, mas podemos influir. Entendo, inclusive, que a Comissão de Orçamento não tem poderes para isso: não pode anular emenda de ninguém. Não é Judiciário, não é Tribunal de Contas. Mais um elemento cabal para se extinguir essa famigerada Comissão de Orçamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra para aditar.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Deputado Aloizio Mercadante estava inscrito anteriormente. Passo a palavra a S.Ex^a e, posteriormente, ao Senador Garibaldi Alves Filho que já estava inscrito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu queria aproveitar a intervenção do Senador Epitacio Cafeteira para recomendar providências e encaminhamentos mais abrangentes no que se refere ao processo orçamentário, ou seja, esta CPI não pode trabalhar exclusivamente a partir dos depoimentos, ainda que esses sejam fundamentais para avançar o processo de apuração e investigação. Esta CPI deveria também debruçar-se, desde agora, sobre todo o processo de tramitação do Orçamento. Por isso, a CPI deveria solicitar, em primeiro lugar, as peças originais que vêm do Ministério para o Departamento de Orçamento da União (DOU). A peça que sai do Executivo, do Departamento Geral de Orçamento - DOU - tem modificações, inclusive, retiradas e aditadas dentro do próprio Poder Executivo, onde o Sr. José Carlos Alves dos Santos, por exemplo, trabalhou durante um certo período, nos últimos três anos. No entanto, quais foram as modificações feitas dentro do próprio Executivo no processo de elaboração orçamentária sem, às vezes, conhecimento sequer dos Ministérios?

Em segundo lugar, eu solicitaria a documentação de todas as emendas apresentadas por parlamentares nos últimos três anos. Que esta Comissão tenha



20/10/93

disponível as emendas, para que possamos analisá-las, se necessário, para um setor. Que todas as emendas estejam arquivadas na Casa.

Em terceiro lugar, eu pediria, também, todos os relatórios parciais aprovados na Comissão de Orçamento dos últimos três anos e todos os relatórios do Relator-geral da Comissão nos últimos três anos bem como o Orçamento publicado, porque há discrepância inclusive sobre ele; às vezes, sobre o parecer do Relator-Geral. O Orçamento publicado poderá ser cotejado por esta Comissão.

Finalmente, eu pediria também a cópia do disquete da execução orçamentária para esses três anos. No meu entender, com esse material e todas as emendas apresentadas para este ano, nomeadas pelo Senador Eptacio Cafeteira. De posse desse material, esta CPI poderá, depois, em reunião oportuna, definir a sua estratégia de apuração das provas materiais, investigar o processo orçamentário para valer. Sem esse material, não teremos a transparência daquilo que é objeto maior desta CPI poderá, depois, numa sessão oportuna, definir a sua estratégia de apuração das provas materiais e investigar com seriedade o processo orçamentário. Sem esse material, não teremos a transparência daquilo que é o objeto maior desta CPI, que é investigar o processo orçamentário.

Sr. Presidente, para concluir, na mesma direção, gostaria de requerer que dois auditores, dos três solicitados para o Tribunal de Contas da União, fossem profissionais de experiência no processo orçamentário, que fossem profissionais auditores vinculados à tramitação orçamentária, à matéria orçamentária. Gostaria de solicitar também que um desses auditores fosse o Inspetor-Geral do Controle Externo, que é, hoje, o Sr. Francisco Carlos Ribeiro de Almeida, o qual trabalhou, nesta Casa, assessorando a CPI do caso do Sr. Fernando Collor e do Sr. Paulo César Farias. Gostaria que esses três profissionais fossem colocados, imediatamente, à disposição da Comissão.

Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria que solicitássemos também os profissionais do Setor de Orçamento desta Casa. Teríamos que escolher alguns deles - como é o caso do Sr. Homero, do Sr. Ingo, do próprio Sr. Aurélio e do Sr. Roberval, que foi afastado quando havia sido nomeado na gestão anterior - para ficarem disponíveis para trabalhar junto à CPI. Com isso, poderemos começar, a partir deste momento, a investigar, a dissecar e a apurar o processo de tramitação do orçamento desta Casa.

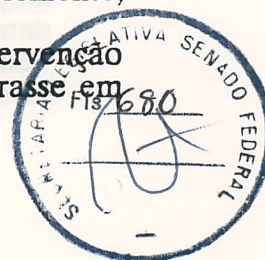
O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Temos duas proposições: uma do nobre Senador Eptacio Cafeteira; e a outra, que é mais ampla e abrangente, do nobre Deputado Aloizio Mercadante. No meu entendimento, ambas as proposições são fundamentais para os desdobramentos dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Precisamos decidir, primeiramente, a respeito do requerimento do Senador Eptacio Cafeteira e, posteriormente, a respeito do requerimento do nobre Deputado Aloizio Mercadante.

Há algum tempo, o Deputado Pedro Pavão está inscrito. No entanto, a Presidência apenas deseja deliberar a respeito do requerimento do Deputado Eptacio Cafeteira, ou melhor, do Senador Eptacio Cafeteira. O nobre Senador Eptacio Cafeteira foi meu Colega durante oito anos na Câmara dos Deputados, o que faz com que, afetivamente, a Presidência esteja cometendo a gafe de chamá-lo de Deputado.

Mas, como o Deputado Pedro Pavão irá se manifestar sobre um outro assunto e o Senador Garibaldi Alves Filho está inscrito para falar sobre o assunto agora tratado por nós, passo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, para que, posteriormente, possamos decidir a respeito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, a minha intervenção perdeu o sentido, porque eu ia ponderar, justamente, que esta Comissão entrasse em





entendimento com o Senador Raimundo Lira, no sentido de haver uma troca de informações para se saber quais os critérios que determinaram a adoção dessa providência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Luís Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, gostaria de informar ao Senador Epitacio Cafeteira que, ao me dirigir para esta sala, saindo do Plenário da Câmara dos Deputados, encontrei o Presidente da Comissão de Orçamento, o Senador Raimundo Lira, a quem interpelei, cordialmente, sobre essa questão.

Eu havia recebido a informação de que S. Ex^a havia decidido cancelar, por proposta deste Deputado que vos fala. S. Ex^a. esclareceu que não é exatamente isso. A sua idéia era a de se fazer uma suspensão geral da tramitação das emendas. Há uma outra proposta para reduzir o número de emendas de 50 para 25. O Relator Roberto Magalhães já observou que a Comissão não tem competência para fazer isso.

Penso também que não adianta tirarmos xérox de todos os documentos, para nos vermos envolvidos em uma "montanha de papéis". Muitas das informações - sobretudo, as que foram referidas pelo Deputado Aloizio Mercadante - estão armazenadas em meio magnético e podem ser requisitadas adequadamente, ou seja, em tempos adequados.

De modo que proponho que seja sobrestada a votação da sugestão do Senador Epitacio Cafeteira até que se faça um contato com o Senador Raimundo Lira. Qualquer que seja a deliberação adotada pelo Presidente da Comissão de Orçamento, ela deverá ser feita no sentido de preservar a documentação referente às emendas, porque, evidentemente, S. Ex^a não pode destruir esse material. S. Ex^a é um homem de bom senso e não tomaria essa atitude. Penso que não deveríamos copiar toda essa documentação, pois, mais tarde, tal atitude pode se revelar inútil.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, só quero acrescentar o seguinte: qualquer Parlamentar pode, através de requerimento, trocar uma emenda por outra. Qualquer Parlamentar pode substituir sua emenda.

Quero, para transparência dessa apuração, o seguinte: hoje, quais as emendas, como estão, sem nenhuma substituição. Porque, se houver alguma coisa errada, alguma coisa grave, ela não poderá ser substituída. Essa é a minha colocação. Entendo que devemos uma satisfação ao público. E a imprensa está aqui a cobrar isso de nós. Ela está aqui como testemunha do povo aqui presente.

De sorte que, entendo que devemos fotocopiar as emendas como estão, antes que haja qualquer substituição. Porque, como pode-se fazer substituição, diante da criação desta CPI, quem apresentou emenda sujeita a um crivo que poderá condená-lo, com toda a certeza, se houver a possibilidade de uma substituição, o parlamentar irá fazê-la.

Era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Sobre o assunto, está pedindo a palavra o Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, no período da manhã, eu já havia levantado essa problemática que vou reiterar agora.

Há uma certa ansiedade desta Comissão em já fixar, definitivamente, um amplo roteiro investigatório. Entretanto, não só por força da Constituição, que manda e determina que haja em todas as comissões parlamentares de inquérito um fato determinado, mas, principalmente, porque toda a vertente, todo o norte desta investigação decorre da entrevista publicada na revista *Veja* e da denúncia desse



20/10/93

cidadão, José Carlos Alves dos Santos, entendo, Sr. Presidente, que devíamos primeiro ouvi-lo.

Daí, elencaríamos à Comissão as provas e diligências necessárias para que tenhamos um roteiro mais seguro de investigação, ao invés de ficarmos ampliando demasiadamente, porque estamos vendo que já chegamos no orçamento deste ano e há proposta de orçamentos anteriores.

Concordo com essas medidas, após a oitiva desse denunciante, que irá nos esclarecer sobre que pontos, que condições e por onde devemos prosseguir com as diligências para a investigação chegar a um caminho rápido e justo.

E a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Deputado Aloizio Mercadante pede a palavra para falar sobre o assunto. E a Presidência, após isso...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, peço a palavra para um questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, desejo lembrar que essa questão levantada agora foi resolvida hoje pela manhã. Não podemos ir e voltar, ir e voltar, isso já está decidido, ou seja, o programa será feito após a oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Perfeito.

Pela manhã, efetivamente, foi decidido que, ao nível de depoimentos, após a oitiva do Sr. José Carlos, é que a CPI decidiria sobre os próximos passos e os próximos depoimentos.

Estamos numa reunião preliminar, decidindo a respeito de requerimentos que foram apresentados agora aqui e que podem ser decididos.

Concederei a palavra, primeiramente, ao Deputado Aloizio Mercadante para falar a respeito da matéria e, posteriormente, ouviremos o Deputado Pedro Pavão.

Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, quero reafirmar a minha proposta. Em primeiro lugar, deliberamos pela manhã, como bem disse o Senador José Paulo Bisol, que o primeiro passo da Comissão seria ouvir o depoimento do Sr. José Carlos: em seguida, deliberamos que, dado o atraso da presença dele ao depoimento, deveríamos discutir procedimentos complementares da Comissão.

O conjunto de informações que estou solicitando não definem, **a priori**, qual o roteiro da investigação, mas simplesmente permite a esta Comissão construir as bases para, qualquer que venha a ser o roteiro, ter elementos suficientes para poder apurar. Essas providências todas deveriam ser tomadas pelo PRODASEN. Isso tudo está informatizado. O que queremos, a partir de agora, é que esse conjunto de informações estejam reservadas, preparadas e disponíveis, para que esta Comissão possa trabalhar.

Inclusive, a preocupação do Deputado Alfredo Salomão é absolutamente despropositada; todo esse material está informatizado. O que queremos é que estas informações estejam alocadas no PRODASEN, imediatamente, e que a partir do depoimento do José Carlos, esteja lá uma equipe de técnicos para que, com os auditores do Tribunal de Contas e os auditores da Casa, possamos apurar e investigar qualquer momento do processo em tramitação do Orçamento nos últimos três anos.

Eu mantenho meu encaminhamento de requerimento, para que seja feita esta solicitação ao PRODASEN, requeridos esses técnicos do Tribunal de Contas e da Casa para que fiquem à disposição da Comissão a partir de agora, a fim de que possamos imediatamente, com base no depoimento e na definição do roteiro de





investigação, investigar as matérias relevantes que a CPI julgar oportunas após o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Presidência vai submeter à deliberação o requerimento do Senador Eptacio Cafeteira no sentido de que tenhamos acesso a estas emendas, se estiverem já devidamente processadas, através do PRODASEN, e vai fazer a chamada dos integrantes da Comissão, para que os que aprovem digam sim, e os que não aprovem digam não.

O requerimento do Senador Eptacio Cafeteira é no sentido de que tenhamos acesso, ainda hoje, às emendas apresentadas, no presente ano, ao Orçamento da União.

Informa o Deputado Aloizio Mercadante que as emendas estão processadas. Em consequência disso há condições do fornecimento.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, é requerer ao PRODASEN e acabou!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, minha proposta é requerer ao PRODASEN todos aqueles passos - e posso detalhar - do processo orçamentário, desde a primeira peça dos Ministérios, do DOU, relatórios parciais, relatórios gerais, Orçamento publicado e Orçamento executado. Que tudo isso esteja informatizado e à disposição do PRODASEN, incluindo as emendas apresentadas este ano. Essa é a proposta. Aquilo que não estiver informatizado ainda será colocado na fotocópia, mas que todo esse material esteja, a partir de hoje, à disposição da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - São requerimentos diferentes: um é o requerimento do Senador Eptacio Cafeteira, o outro é o requerimento mais amplo, do Deputado Aloizio Mercadante. Nós temos que submetê-lo à apreciação, porque se trata de requerimento apresentado por um membro da Comissão; pode ser rejeitado. Eu até pediria que o Senador Eptacio Cafeteira voltasse a confirmar o seu requerimento, no sentido de que hoje requeiramos as cópias das emendas apresentadas.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Todas as emendas este ano. Essa foi a colocação que fiz, tentado salvaguardar o bom nome e o desejo do Congresso Nacional, que está hoje entregue a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A assessoria da Mesa traz a informação de que todas as emendas já estão digitadas e já estão no PRODASEN.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Elcio Alvares.





20/10/93

O SR. ELCIO ALVARES - É natural, foi falado há pouco, que cada um queira colaborar de uma forma ou de outra. Mas tem que haver uma norma processual. Ficou estabelecido hoje de manhã - e o Senador José Paulo Bisol já reiterou - que iríamos ouvir o Sr. José Carlos dos Santos e, logo em seguida, iríamos montar toda a estratégia do comportamento processual. Nada impede que esses requerimentos sejam encaminhados à Mesa para serem apreciados, Sr. Relator, e, depois de ouvido o Sr. José Carlos, seja deflagrado o processo. Se começarmos neste processo de requisitar emendas, vamos ficar com volume de papel aqui, e não vamos ter uma norma procedimental.

Então, Sr. Presidente, com maior respeito, com a devida vênua aos colegas que estão sugerindo, vamos aguardar o depoimento do Sr. José Carlos. Acabe a hora que acabar, façamos uma reunião de trabalho e, a partir daí, os requerimentos que forem julgados importantes e pertinentes pela Mesa, serão submetidos à apreciação do Plenário. Sob pena de tumultuarmos o trabalho, temos aqui uma imensa pletora de papéis e sem solução, como aconteceu em alguns casos, como na Comissão do Sr. Paulo César Farias, em que recebemos um volume de papel tão grande que, no final, tivemos de fazer uma amostragem. Acho que esses documentos referentes à Comissão de Orçamento, desde que se encontrem no Prodasen, já são documentos íntegros. A qualquer hora que a Comissão quiser, poderá requisitá-los, e eles chegarão aqui.

Agora, quanto ao problema do Senador Raimundo Lira, parece-me, a esta altura - e foi muito bem observado pelo Deputado Roberto Magalhães -, que eles não têm poder para tornar sem efeito as emendas já apresentadas. Entendo que também seria um erro vincular toda a atividade da Casa à Comissão que está processando agora esta CPI. Então, Sr. Presidente, vamos dar ordem, inclusive aguardando pacientemente - e estou sabendo que está havendo alguns problemas aí - a vinda do Sr. José Carlos dos Santos e, a partir daí, vamos deflagrar o processo, sob pena de esta CPI não ter um início dos mais saudáveis.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Presidência vai consultar o Relator, porque, obviamente, para que votemos requerimentos, o Relator precisa ter condições de recebê-los, apreciá-los e manifestar-se a respeito do assunto, para que possamos discuti-lo. O Senador Epitacio Cafeteira apresentou requerimento. A Presidência ouviu o Relator, submeteu o requerimento à discussão, e os Senadores José Paulo Bisol e Elcio Alvares levantam algo que me parece correto, porque, na sessão da manhã, houve decisão no sentido de que todos os procedimentos a serem efetuados posteriormente ao depoimento fossem aprovados após o depoimento. Eu gostaria de ouvir o Relator a respeito do assunto e saber se S. Ex^a entende que devemos continuar discutindo requerimentos aqui - para dar a sua opinião e posterior deliberação -, ou se faríamos aquilo que foi decidido e daríamos aqui apenas a oportunidade para que o Senador Raimundo Lira prestasse seus esclarecimentos, porque é um Parlamentar e voluntariamente veio a esta reunião. Entendo fundamental que S. Ex^a se manifeste a respeito do assunto.

Inicialmente, eu gostaria de consultar o Relator sobre seu posicionamento quanto à continuação das discussões de requerimentos agora, porque, se entendermos que a decisão é a de que discutamos qualquer requerimento após o depoimento do Sr. José Carlos, a Presidência não terá como não encerrar esta reunião para reiniciá-la na hora do depoimento do Sr. José Carlos.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, ficou decidido hoje de manhã que seria ouvido o Sr. José Carlos Alves dos Santos e que, só depois, faríamos o calendário dos nossos trabalhos.





Agora, estamos a braços com várias questões. A primeira delas é a de se requisitarem cópias das emendas que estão na Comissão de Orçamento. Aqui já veio um funcionário do Prodasen informar que todas as emendas estão digitadas no Prodasen. Então, não há nenhuma necessidade de fotocópias.

Quanto ao requerimento do Deputado Aloizio Mercadante, ele tem toda pertinência, mas não é o caso de ser decidido agora. Proponho que o mesmo fique sobre a mesa e, tão logo se encerre o depoimento, ele será apreciado, porque, inclusive, o requerimento de S.Ex^a já está em parte atendido. O Presidente da Comissão já requereu ao Prodasen esse material, mas só o referente a dois anos e não com a abrangência que S.Ex^a está propondo. Assim, tão logo o depoimento se encerre, decidiremos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estou totalmente de acordo que depois do depoimento decidamos. Só queria fazer outra sugestão na mesma direção, qual seja, que a Comissão solicitasse - consultei o responsável pelo Prodasen - a colocação de um terminal do SIAF, se possível antes do depoimento do Sr. José Carlos, porque, para qualquer informação, poderíamos operar o terminal caso fosse necessário. De qualquer forma, ficariam à disposição, durante todo o trabalho da CPI, um profissional e um terminal do SIAF para verificarmos, no Orçamento, qualquer rubrica que seja necessária.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Presidência tomará providências nesse sentido.

Para não cassar a palavra, concedo-a ao Deputado Pedro Pavão, que vinha solicitando-a. Em seguida, ouviremos o esclarecimento do Senador Raimundo Lira e a Presidência encerrará esta reunião diante daquilo que foi decidido pela manhã.

Concedo a palavra o Sr. Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, demais Congressistas, tenho uma preocupação que não deve ser minha apenas, mas - acredito - de todos nós que pertencemos a essas duas Casas.

Criou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em cima de uma denúncia feita à imprensa por alguém que já tem cinco processos, por alguém que vem sendo acuado pela Polícia Federal, pela Polícia Civil, pela Polícia Militar. Em função da situação em que se encontra esse cidadão, eu gostaria de deixar à Mesa a responsabilidade de providenciar um atestado de sanidade mental, porque é muito lógico e muito justo. Se não pedirmos isso agora, outros irão pedir numa sequência natural.

Imaginemos que, após a vinda desse cidadão aqui, ele possa inclusive desmentir tudo o que disse e possa até dizer que não disse, porque, na sua entrevista na **Veja**, em alguns pontos, ele disse não ter provas e, em outros momentos, ele disse ter provas. A sua vinda a esta Casa é de uma responsabilidade muito grande; estamos num momento difícil, acuados por esse cidadão - logicamente, ele acuado de um lado e acuando-nos de outro - e a CPI terá que provar a nossa sociedade. A mídia está aí, a imprensa está aí, toda ela voltada naturalmente àquilo que vai acontecer aqui.

Deixo a solicitação à Mesa para que quem de direto providencie um atestado de sanidade mental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O requerimento do Deputado Pedro Pavão será objeto de deliberação na devida oportunidade.

Antes de encerrar, para esclarecimento a respeito da questão da Comissão de Orçamento e das emendas, concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados:



20/10/93

Gostaria de fornecer aos senhores as seguintes informações: o Senador Pedro Simon, Líder do Governo, num pronunciamento no Senado, fez considerações pedindo a extinção da Comissão de Orçamento.

Ontem, em reunião de mais de 20 Líderes, da qual participei no Espaço Cultural da Câmara, foi proposto também que a Comissão de Orçamento suspendesse os seus trabalhos enquanto a CPI estivesse funcionando. Na condição de Presidente da Comissão de Orçamento, aparteei o Senador Pedro Simon em sessão do Senado, defendendo a continuação do trabalho normal da Comissão - o Senador Pedro Simon está aqui. Também lá na Comissão de Orçamento, defendi a continuidade do funcionamento.

Mas vários Líderes me procuraram para que alguma decisão fosse tomada em relação às 29.200 emendas que existem, sobre algumas das quais foram colocadas suspensões.

Reuni-me hoje com o Relator-Geral e decidimos fazer uma proposta ao Presidente do Congresso Nacional, que é quem tem autoridade de submeter ao Plenário do Congresso Nacional - inclusive até o adiamento para o prazo das emendas, quando precisei aumentar em cinco dias, por várias solicitações, tive que requerer ao Presidente do Congresso Nacional para ser aprovado pelo Plenário. O Presidente da Comissão, portanto, não tem nenhuma autoridade para modificar qualquer procedimento da Comissão de Orçamento, porque já está tudo previsto na resolução aprovada pelo Congresso Nacional.

Iamos fazer - estamos inclusive reunidos na Comissão de Orçamento discutindo esse assunto - uma proposta no sentido de que essas 29.280 emendas, que já foram digitadas e que vão ser publicadas nas próximas horas, nos próximos dias, num avulso, com a inteireza de emendas de cada um dos Srs. Parlamentares, inclusive com a fotografia de cada emenda, sejam analisadas por todos os Parlamentares, num prazo a ser estabelecido pela Comissão, para que examinem aquelas que sejam rigorosamente suas e verifiquem se as assinaturas são corretas.

Tenho dito que não há a menor possibilidade, hoje, com todos esses controles, de prosperar, de ser analisada, de ser discutida uma emenda que não seja verdadeira, que não seja de um Parlamentar.

Essas são as decisões. Porque estava acontecendo todos esses fatos políticos, esta CPI instalou-se. Então, iríamos suspender a análise das emendas. Por quê? Para que essas emendas sejam analisadas agora, é necessário que o Presidente faça a nomeação de 35 relatores imparciais e 7 relatores setoriais. Fomos aconselhados por praticamente quase todos os Líderes a não fazer essa nomeação agora, nas próximas horas ou nos próximos dias, por uma questão de cautela, atendendo à média da sugestão dos Líderes.

Se o Líder do Governo pediu a extinção, se outro pediu a suspensão, estamos fazendo a média, apenas uma cautela na nomeação dos relatores para que essas emendas não sejam analisadas imediatamente.

Mas os procedimentos legais estão todos sendo feitos. As emendas foram digitadas, conferidas, vão ser publicadas no avulso para conhecimento de todos os Srs. Parlamentares. Portanto, a sugestão, inclusive do Presidente e do Relator, para fazer uma pausa na análise dessas emendas, não foi aceita pelos representantes dos Líderes que estão reunidos agora na Comissão de Orçamento.

Portanto, acredito que, com esse esclarecimento, os Srs. Parlamentares ficarão totalmente esclarecidos de que, na realidade, essa questão de queima de emendas, efetivamente, não existe e não tem a menor possibilidade de existir.

Eram esses os esclarecimentos, Sr. Presidente, e estou aqui por mais alguns minutos para esclarecer alguma questão que, porventura, seja necessária.





20/10/93

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Feitos os esclarecimentos pelo Senador Raimundo Lira, a Mesa, ao invés de encerrar esta reunião, vai suspendê-la por meia hora, reabrindo-a após esse prazo, porque temos a informação de que o depoente de hoje já está vindo para o local do depoimento, que se dará nesta sala, onde permanecerão Deputados, Senadores, Imprensa e Advogados. Na Sala 03, haverá imagem e áudio. Na Sala 04, haverá áudio para as demais pessoas interessadas.

Aqui, durante o depoimento na reunião que será reaberta daqui a meia hora, permanecerão Deputados, Senadores, Imprensa e Advogados.

Está suspensa a reunião por meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito aos presentes que tomem assento onde, evidentemente, deve existir. Há uma proposta de que os Titulares tenham as bancadas iniciais, os Suplentes as conseqüentes e todos aqueles que não pertençam à Comissão, então, nas bancadas restantes. É uma sugestão feita e um pedido para que seja atendido. Não quero classificar Senador e Deputado de primeira e de segunda categoria, mas uns chamam-se Titulares e outros Suplentes: é o Regimento que manda.

Em segundo lugar: desejo que, aqui na sala, seja cumprido o que foi determinado ainda há pouco pelo Vice-Presidente Odacir Klein. Nesta sala ficam os Congressistas, a imprensa credenciada, os advogados que são representantes de seus clientes e os assessores que são credenciados, junto à mesa.

Como foi dito pelo Vice-Presidente ainda há pouco, temos, para acompanhamento pelo público, uma sala próxima onde está vendo-se tudo, através de imagem e som; numa outra sala, há apenas o som; mas todos os gabinetes estão funcionando e recebendo, pelo PRODASEN, o que estamos fazendo aqui. Há abertura total, portanto.

Temos a informação de que, nesse momento, conseguimos resolver as dificuldades para poder trazer o preso até aqui. As dificuldades se resumiram no seguinte: como ele está sendo objeto de processos em várias varas, foi preciso fazermos um périplo, no qual está me ajudando o Deputado Moroni Torgan - VI Vara, VIII Vara e daí para uma federal, cuja qual não guardei o nome. Somente com a autorização desses juizes é que podemos ter a vinda do preso para cá. Ele já está chegando aqui.

Vamos, em seguida, iniciar a reunião de audiência com uma informação a respeito do que se poderá passar depois. O Senador Elcio Alvares fez uma observação ainda há pouco sobre ficar um pouco desconfortável. Noto que V. Ex^a atrai muito a imprensa, que fica junto à costa de V. Ex^a. Acontece que, se saíssemos daqui para o Plenário do Senado, como foi uma sugestão do nobre Líder Deputado Vivaldo Barbosa, íamos passar por um constrangimento que outros ilustres Congressistas me trouxeram: como vamos ouvir um homem dessa natureza falando da Tribuna do Senado ou da Mesa do Senado? Podíamos ir a um auditório. O auditório maior, que pode dar, portanto, assento a todos, é o Petrólio Portella; mas só há um microfone, para, normalmente, o conferencista, e três na mesa de direção e, mesmo que colocássemos três ou quatro microfones, não daríamos a oportunidade que temos, onde cada um pode falar, como nas comissões. Sobre essa matéria, nós, da Mesa, decidiremos ainda para trocarmos idéias com os Senhores depois, na próxima oportunidade, que será marcada a partir de hoje.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, sobre a ordem dos assentos e das cadeiras, eu gostaria de fazer uma observação: se fôssemos agora trocar, haveria alguns inconvenientes. Mas, em especial, Sr. Presidente, embora sendo Suplente,



requeiro a condição de Requerente da Comissão, para poder ter assento onde estou. Também gostaria de falar uma palavra em defesa de Parlamentares que, não sendo Suplentes e nem Titulares, foram citados na matéria e que, por acaso, estão também presentes e até na primeira fila. Penso que, em especial esses Parlamentares, deveriam continuar onde estão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quanto à primeira parte da observação feita por V. Ex^a, está resolvida. Fiz uma sugestão, se ela não é aceita, é questão de foro íntimo de cada um. V. Ex^a, portanto, tem a sua cadeira e espero, apenas, que não seja cativa na primeira parte.

Agora, relativamente ao segundo caso, se V. Ex^a se refere ao Deputado Ricardo Fiúza, S. Ex^a está aqui na condição de Deputado. Já ouviu o Relator, já conversou comigo.

V. Ex^a está pedindo que ele permaneça também?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Também, onde está; não há por que S. Ex^a deixar de estar na primeira fila, já que aqui está e aqui chegou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade; mas também não terá cadeira cativa.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Democraticamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos começar a reunião.

Gostaria que a Mesa me auxiliasse em relação à segurança, para fazer entrar no recinto o depoente.

Ele garantiu-me que ele estaria aqui!

Ele vai sentar aqui, ao lado do Deputado Odacir Klein.

Podem amainar um pouco a expectativa, porque, ao contrário do que me foi dito, o depoente está em trânsito, mas em curto espaço de tempo estará aqui, até porque para isso foi objeto de... evitar que pudesse fazer uma entrada... que pudesse nem chegar aqui.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Ex^a permitiria que eu anexasse à documentação do Senador Eduardo Suplicy uma certidão do Cartório do 3º Ofício de Nova Iguaçu, que comprova a propriedade da Faculdade de Direito, de propriedade do Deputado Fábio Raunheitti? Se o nobre Relator acolher...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria de ouvir o Relator, porque em matéria de direito eu apenas tenho oíças.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, está surgindo um contencioso inteiramente estranho a esta Comissão; mas, como já declarei que receberia qualquer subsídio que aqui fosse apresentado, não quero amanhã ser acusado de estar usando... Por isso concordo; mas penso que não é aqui que se resolve esse contencioso.

O SR. PEDRO PAVÃO - Era apenas para que fosse juntado com a documentação do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu já disse que estou de acordo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a tem toda a liberdade de inscrever-se. Peço à Secretaria da Mesa que colha a assinatura do Deputado Pedro Pavão. Só não concordei que fosse feita a inscrição no intervalo, porque poderíamos ter dúvida se teríamos ou não precedência, no intervalo, sobre a reunião iniciada.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem.





O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, antes que comece o depoimento, evidentemente não há ninguém indiciado, não há nenhum acusado; mas V.Ex^a disse há pouco que seria dado acesso aos advogados que fossem evidentemente convocados profissionalmente; não dentro do aspecto profissional... Onde iríamos colocar os advogados, se viessem?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A sugestão que me foi dada por quem tem larga experiência de uma CPI tão volumosa como esta, que é o nobre Deputado Benito Gama, é que o advogado do depoente se sentasse atrás dele, sem, entretanto, direito à palavra.

O SR. ELCIO ALVARES - Perfeito. Estou olhando o local ali, para garantir que haja espaço, se ele realmente vier acompanhado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos manter o local reservado. Vamos providenciar a cadeira.

O SR. ELCIO ALVARES - Outra prática que foi adotada - até ficaria mais fácil para a Mesa -, que seria a colocação à direita desse lugar onde estou, que foi ocupado pelos advogados que participaram da CPI do Sr. PC Farias e pelo advogados que participaram da Comissão Especial; porque a questão do contato não existe, mas a presença é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A presença está garantida; a diferença seria se estaria em bancada ou não. O Senador Jutahy Magalhães já está retirando-se, porque não há lugar para sentar. A rigor, seríamos quarenta e quatro, no máximo: onze Senadores e onze Deputados como membros titulares e onze Senadores e onze Deputados como suplentes. Há muito mais. A imprensa credenciada é muito maior do que imaginávamos. Então, não há espaço. Acredito que seria mais fácil deixá-lo aqui atrás; para isso seria preciso uma cadeira. Onde está sentado o Senador Gilberto Miranda, S. Ex^a, gentilmente cederá lugar ao depoente. Atrás dele, então, ficará uma cadeira, para que haja assento para o advogado.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para reiterar o apelo que já fiz.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós estamos em reunião. Peço a atenção, por obséquio.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, apenas para reiterar o apelo que já fiz à Mesa de verificar se chegaram os depoimentos que foram oportunamente solicitados pelo Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu também estaria preocupado com isso, Deputado Luiz Salomão. A informação que me dá o Deputado Klein é que a informação para a Mesa ainda não teria chegado; o que pode ser, se não prejudicial, criador de um pequeno obstáculo para as perguntas que devem ser feitas.

Pergunto a V. Ex^a, tentando administrar que esse documento ainda chegue durante o depoimento, se ainda será hábil?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Creio que sim, se for um volume não manipulável.

Eu gostaria de saber, também, se foi o Deputado Moroni Torgan que ficou incumbido de obter esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Acho que não foi ele. Ele foi atrás desse périplo de Varas. Entrou por várias varas agora, estaduais e federais.



20/10/93

Há uma modificação na Comissão: O Partido Progressista substitui a indicação anterior, o Deputado Wagner do Nascimento pelo Deputado Mario Chermont. Que a Mesa tome conhecimento do fato.

Deputado José Genoíno, V.Exª tem uma questão de ordem a levantar?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Ainda não, Sr. Presidente, V. Exª está conduzindo muito bem. Ainda não tem questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A partir do momento em que começarmos a fazer audiências, não vou me permitir jovialidades, especialmente com V.Exª, que sempre me recebe muito bem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Exatamente. Eu compreendo isso.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, apenas uma informação. Há, sobre sua mesa, uma lista de inscrições para inquirir a testemunha. Indago a V.Exª se está valendo essa inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A lista é iniciada pelo Vice-Presidente, Odacir Klein, e já recebemos mais uma inscrição do Deputado Pedro Pavão. Portanto, é válida.

Também temos uma outra alteração, da qual a Mesa toma conhecimento: o Senador Aureo Mello, que está no exercício da liderança do PRN, diz ter solicitado a sua inversão de posição com o Senador Ney Maranhão. O Senador Ney Maranhão passa a titular e o signatário, que é o Senador Aureo Mello, passa a suplente.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, os regimentos internos de ambas as Casas do Congresso Nacional, normalmente, conferem ao requerente de proposições a possibilidade de ser o primeiro a indagar. Como, ao chegar aqui, fui o primeiro a assinar a lista de inscrições que havia, e a lista original foi modificada, eu gostaria de solicitar à Mesa que respeitasse a tradição regimental de conferir ao requerente a precedência de perguntar; obviamente, sem contar a condição do Relator e a dos membros da Mesa que, a qualquer momento, poderão fazer as perguntas que quiserem em qualquer ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Segundo o requerimento de V. Exª - da prerrogativa que lhe é devida, aliás, antes de mim, já havia sido deferido pelo Vice-Presidente, Odacir Klein. V. Exª terá a garantia da palavra como autor do requerimento; não apenas a garantia, mas a precedência.

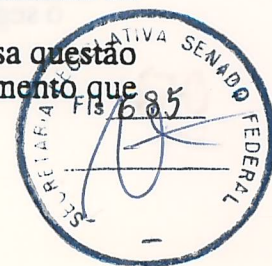
Há uma observação da Mesa para a qual eu gostaria da atenção de todos os ilustres Colegas. É preciso que ao pedir a palavra, o deputado ou senador, se identifique para fins de gravação e de reprodução taquigráfica. Tudo o que for dito aqui se constituirá em um processo e é preciso, portanto, que cada um de nós se identifique na hora de falar.

Pela ordem, tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, pode parecer uma questão acadêmica, mas eu gostaria de fazer uma indagação à Mesa, tendo em vista esse período de suspensão em que se aguarda a vinda do José Carlos dos Santos: sob que condições o Sr. José Carlos vai prestar seu depoimento hoje aqui?

Aparentemente, minha indagação pode ser acadêmica, mas se o Sr. José Carlos prestar seu depoimento como testemunha, terá que fazê-lo com o compromisso de dizer a verdade; se ele prestar o depoimento como declarante, como denunciante ou como acusado, está liberado de dizer a verdade.

Então, por mais irrelevante ou acadêmica que possa parecer essa questão de ordem, na verdade, ela tem a sua razão de ser porque é o primeiro depoimento que





será feito, e até para efeito jurídico é necessário que se saiba sob que condições o Sr. José Carlos vai prestar essa declaração: se como testemunha, declarante, denunciado, acusado, enfim, qual é a condição sob a qual ele vai prestar essa declaração?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Luiz Salomão quer contraditar. Só não foi feito pela ordem, foi talvez uma questão de ordem. Se for pela ordem, decido eu.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, só para me identificar, como solicitou V. Ex^a, Deputado Maurício Najár.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, o requerimento que apresentei na sessão matinal era para que o Sr. José Carlos Alves dos Santos fizesse o seu depoimento na condição de testemunha; de modo que ele prestasse um compromisso com a verdade. Obviamente, não vejo razão para outro tipo de qualificação do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dizia ainda há pouco que já tínhamos tomado a decisão para dar a resposta ao Deputado. Ele vai falar como depoente, conseqüentemente, prestando juramento.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tomamos a iniciativa, junto à Polícia Federal, para que o Sr. José Carlos entre aqui sem algemas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, ele prestará depoimento como testemunha, prestará compromisso de dizer a verdade. É isso que gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tanto quanto já aprendi na minha vida, nobre Deputado - e V. Ex^a é mestre, estou percebendo pela forma pela qual se expressa - ele pode passar amanhã de testemunha a indiciado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim, mas é só para efeito de saber do compromisso que levantei essa questão, aproveitando esse período em que se aguarda a presença do Sr. José Carlos; porque, do contrário, não teria nem levantado essa questão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento. Qual é o tempo que cada parlamentar, cada Senador terá para inquirir o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Benito Gama está na Casa?

Qual foi o procedimento que V. Ex^a adotou na CPI do famoso PC?

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, primeiro, os titulares inscritos; se houver tempo, os suplentes; se sobrar mais tempo, os não membros; para cada interpelante, dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não ouvi direito.

O SR. BENITO GAMA - Eram três listas de inscrições: Titular, Suplente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Titular tem quanto tempo?

O SR. BENITO GAMA - Titular, Suplentes e não membros. Cada parlamentar tinha dez minutos para fazer suas perguntas.

Os dez minutos eram destinados ao titular, ao suplente e ao não membro, desde que houvesse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Vamos pedir que sejam realmente dez minutos.

Aos saudosistas das reuniões estudantis, peço que se contenham.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente, Odacir Klein, para a leitura de artigo do Código de Processo Penal.

O SR. ODACIR KLEIN - O art. 203 do Código de Processo Penal contém o seguinte:

"A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado."



Em seguida, o depoente fica de pé. Será feita a sua qualificação.
Seu nome?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - José Carlos Alves dos Santos.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua idade?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - 52 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu estado civil?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua residência?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - SHIN QI 07, Conj. 12, casa 15.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua profissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Economista e funcionário aposentado do Senado.

O SR. ODACIR KLEIN - O lugar onde a exerce está prejudicado, porque está aposentado do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora o depoente prestará o seu termo de compromisso e solicito que fiquemos todos de pé.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Juro dizer a verdade e somente a verdade do que sei de tudo que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Uma vez qualificado o depoente e feito o juramento de que ele dirá a verdade e somente a verdade, sabemos todos nós que, a partir de um juramento desse descumprido, há um crime correlato que é o crime de perjúrio.

Tem a palavra o Relator, o nobre Deputado Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. José Carlos Alves dos Santos, pergunto-a V.S^a: o senhor confirma os termos da entrevista concedida à revista Veja, edição de 20 de outubro de 1993?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Li muito rapidamente o texto da entrevista, mas, na sua linha geral, confirmo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Confirma inclusive as denúncias feitas contra Deputados, Senadores, Ministros e Governadores?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Confirmando aquilo que está no texto que me lembro de ter lido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.S^a na entrevista que deu àquela revista, Veja, deu a entender que tudo que sabia em matéria de irregularidades na Comissão de Orçamento era proveniente das conversas e comentários do Deputado João Alves. Confirma tal hipótese?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Boa parte das coisas são por informação do Deputado João Alves; outras coisas sei, algumas coisas eu presenciei. Acho que tem que ser levado em consideração que aquela entrevista foi muito rápida e muito atabalhoada; não foi preparada, foi muito desorganizada, pegaram-me de repente. Então, aquilo que está ali é a verdade, mas já li muito rapidamente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, pediria a V.Ex^a que lesse à testemunha a entrevista concedida, para que ele pudesse então, ponto por ponto, ir confirmando se leu, se não leu, se disse ou não disse.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Jefferson, tenho grande admiração por V.Ex^a, mas não me submeta a essa penitência.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - É consensual, Sr. Presidente.





20/10/93

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sei. Se V.Exª me permite, só estou conversando com o Relator. Se o depoente tiver falha de memória, tiver amnésia em relação àquilo que ele disse, o Relator dispõe da revista e, no momento, poderá fazer a pergunta relembrando ao depoente aquilo que ele terá dito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. José Carlos Alves dos Santos, V.Sª tem meios de provar todas ou algumas das acusações feitas na entrevista?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Algumas das coisas que falei são fatos relatados a mim pelo Deputado João Alves; de outras coisas eu sei; de outras coisas existem documentos e existem provas que podem ser levantadas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Sª teria condições de nos esclarecer sobre algumas dessas provas: qual a sua natureza e onde poderíamos buscá-las?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Existem documentos; existem, no processo administrativo e Ministérios, etc., documentos que podem comprovar todos os procedimentos a que me referi.

Através de meu testemunho, informações paralelas podem ser levantadas por esta Comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Sª tem conhecimento de que no ano de 1991 a quase totalidade das verbas do Ministério da Ação Social, verbas de saneamento, foram destinadas a projetos executados por três empreiteiras nacionais?

Em caso afirmativo, quais os nomes dessas empreiteiras?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O senhor poderia repetir, por obséquio?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Relembro-lhe de que V.Sª declarou na entrevista concedida à revista *Veja* que na gestão da Ministra Margarida Procópio havia acaloradas discussões entre ela e membros da Comissão de Orçamento tendo em vista a aprovação de emendas, liberação de verbas e...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Não foi nesse sentido que falei. Não falei...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aguarde o final da pergunta do Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Indago se V. Sª tem conhecimento desse fato de que havia três empreiteiras nacionais que praticamente obtinham a liberação de pelo menos 90% das verbas de saneamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Sobre empreiteiras que obtinham verbas de saneamento eu não tive conhecimento. O que tive conhecimento e falei em relação à Ministra Margarida é que ela sabia e tinha conhecimento e, por informação do Deputado João Alves, participava - e existem informações documentais adicionais que podem mostrar isso: que ela participava do esquema de liberação das subvenções sociais; não as subvenções sociais das quotas de Parlamentares, das quotas normais de Parlamentares, mas das subvenções sociais, dotações globais de subvenções sociais.

O Senador Eduardo Suplicy encaminhou à Mesa, na sessão de hoje, algumas xerox que não provam, mas, segundo ele, induzem a uma possível irregularidade na liberação de verbas de subvenções, no exercício de 1992, no mesmo Ministério da Ação Social. V. Sª confirma?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Em 1992?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Irregularidade em que sentido?



20/10/93

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A irregularidade estaria no fato de que essas subvenções teriam sido fruto de emendas feitas ao projeto de orçamento com o intuito deliberado de serem amanhã pagas a entidades fantasmas, a entidades que não cumpririam os fins da verba orçamentária.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não tenho conhecimento sobre entidade fantasma, sobre essas coisas, não. Mas que havia acertos para a liberação de recursos para entidades privadas, mas não consignadas no orçamento dentro de dotações globais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. S^a sabe quais os Ministérios que, porventura, eram os que mais estavam ligados a esse tipo de prática? Não digo de subvenções, mas de todo o tipo de prática que fosse decorrente de emendas, de liberações de verbas para beneficiar empreiteiras ou terceiros?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Conheço o processo de liberação das subvenções sociais que estavam normalmente ligadas ao Ministério da Ação Social, e um período no MEC, e um período um pouco anterior na SEPLAN, se não me engano, no Ministério do Planejamento, no Governo passado, no Governo anterior.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - MEC, SEPLAN e Planejamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É. Se não me falha a memória.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas SEPLAN é Planejamento!

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É. Planejamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - MEC e Planejamento. Qual era o seu relacionamento com o Deputado João Alves ao tempo em que V. S^a trabalhou na Comissão Mista de Orçamento? Estritamente funcional ou embasada em amizade pessoal?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que profissional. Depois, ele me considerava como amigo; eu, na realidade, era um funcionário da Casa que tinha que fazer as coisas quando ele foi presidente, relator, etc.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor viajou alguma vez com o Deputado João Alves para outra parte do País ou para o estrangeiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com o Deputado João Alves? Não. Com o Deputado João Alves, não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Com outro Deputado talvez?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Aliás, mintó! Uma vez, na Bahia, mas por minha conta, estive na casa dele. Mas não viajei com ele.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor também privava da amizade de outros Parlamentares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Convivi com centenas de Deputados e Senadores nesta Casa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas independentemente de qualquer interesse ou acerto relacionado com a Comissão de Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Convivi. Minha área era a Comissão de Orçamento. Normalmente era aqui. Participei, ajudei muitos outros Parlamentares em outros assuntos, em assuntos constitucionais, em Constituição, em matéria jurídica, algumas coisas diretamente relacionadas com o Orçamento ou com outras matérias correlacionadas ou afins.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor teria condições de dizer quais as empreiteiras que usualmente assediavam a Comissão Mista de Orçamento com respaldo de membros daquela Comissão?





O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Praticamente todas elas.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. S^a não tem condições de nominá-las?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - As grandes empreiteiras estavam todas lá e muitas das pequenas empreiteiras. Isso é público e notório.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. S^a teria mais alguma coisa a declarar no sentido de esclarecer a sua entrevista à revista *Veja*, seja para retificar, seja para confirmar, seja para aditar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, é o que falei para V. Ex^a. Aquela entrevista foi concedida num momento muito difícil, atabalhado, sem preparo, sem combinação prévia, sem nada. Pelo que li na revista - volto a dizer - V. Ex^a, li também muito rapidamente, não fiquei com o texto para que pudesse consultar de novo, reler, nem nada -, pareceu-me, não quero afirmar as coisas peremptoriamente, sem ter absoluta certeza, mas pareceu-me que o que está ali que falei é correto. Talvez eu tenha invertido alguma posição, mas, como diz V. Ex^a, em linhas gerais, é tudo verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um instante só.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Diante da insegurança que revela o depoente no tocante à matéria da revista *Veja* - ele mesmo confessa que foi uma entrevista aligeirada, que pode não se lembrar de alguma coisa -, eu encamparia a proposta do Deputado Roberto Jefferson, não de que fosse lida em voz alta, a não ser que V. Ex^a queira, mas que, pelo menos, ele fizesse a leitura da entrevista, porque senão eu tenho receio de que esse depoimento finde inócuo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, nobre Relator, sem prejuízo da proposta do Deputado Roberto Magalhães, que me parece sensata - não chega a ser regimental mas é de praxe do funcionamento das comissões - , eu gostaria de sugerir à Mesa que o depoente tenha oportunidade de fazer uma exposição. Compreendo que o início dos trabalhos tenha sido de forma diferente, visto que o Relator, desprovido de qualquer documento ou peça processual, tenha começado a fazer indagações para que ele confirmasse ou não o teor da entrevista.

Todavia, além da leitura da entrevista, para que o depoente refresque a memória e confirme os seus termos de uma peça que é fundamental para a abertura dos nossos trabalhos, creio que a ele deva ser dada a oportunidade de fazer uma exposição tão sistematizada quanto possível sobre o funcionamento do citado esquema, em que Deputados e Senadores conseguiram aprovar emendas fora do trâmite normal e depois obter recursos para beneficiar A, B ou C.

A meu ver, esse é o núcleo da questão que nos interessa na reunião de hoje, que tem o intuito de propiciar a diretriz do nosso trabalho futuro. Era essa a proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a fala pela ordem e não por uma questão de ordem. E eu recebo como tal. Como V. Ex^a já salientou, uma coisa é a praxe e outra a obrigatoriedade regimental. Fui eu quem tomou a iniciativa de dar a palavra inicialmente ao Relator, até porque, nesta oportunidade, nós já teríamos condições de concluir a respeito de precisão de resposta ou não. Não me cabe, evidentemente, fazer aqui uma intervenção paralela do Relator. Mas entendo que, a partir do momento em que essas respostas estão sendo dadas e sempre, pelo que disse o nobre Relator, de maneira a chamar em seu socorro, dele depoente, o pouco conhecimento que teria da leitura rápida feita de uma entrevista rápida ou atabalhada,



como ele disse, a mim me parece que a colocação do Deputado Roberto Jefferson estaria correta, menos no pedido para que eu leia a entrevista.

Portanto, tomo a decisão de fazer, em primeiro lugar, uma pausa para que o depoente, que é devidamente qualificado, leia a matéria de que o Relator dispõe no momento, após o que prosseguiremos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certamente. A partir do momento em que for dada a leitura, se ele achar que deve ser feito algum tipo de reparo ou, ao contrário, acrescentar mais respostas, ouvirei primeiro isso. Depois, ele terá um prazo para fazer a exposição antes do começo das interpelações gerais.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Jefferson, solicito que cada um declinasse o nome para o serviço de som.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não é questão de ordem. Eu estou encaminhando uma sugestão a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não estou brigando nem discutindo com V. Ex^a. Estou pedindo apenas que o nome seja dado para o serviço de som.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Deputado Roberto Jefferson, Sr. Presidente, para uma sugestão.

Eu gostaria de sugerir a V. Ex^a e ao nosso Relator uma ordem sequencial de repetir as perguntas que são o objeto dessa investigação. Durante a audiência de hoje, nós ouvimos, inclusive, sugestões para a convocação do repórter que fez a matéria. Entendo que, em respeito à matéria, à própria revista e ao trabalho elaborado, podíamos repetir, Sr. Presidente, todas essas perguntas, até para cotejo do que foi dito naquele momento com o que vai ser repetido agora.

É uma sugestão que faço e deixo à deliberação de V. Ex^a e do Exm^o Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Jefferson, como V. Ex^a imagina que seria a repetição? Cada pergunta seria repetida? Todo o questionário seria repetido?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - V. Ex^a poderia fazer todas as perguntas que a revista fez. E teríamos a oportunidade até de cotejar as respostas com aquelas que já foram dadas. É importante, Sr. Presidente.

O SR. WILSON MULLER - Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. WILSON MULLER - Independentemente da decisão que V. Ex^a vá tomar em relação à pergunta que o nobre Deputado Roberto Jefferson fez, submeto à apreciação de V. Ex^a e da Mesa a possibilidade não de requisitar a presença do jornalista, mas, sim, de requisitar a fita da revista VEJA, que com certeza existe.

É a sugestão que faço a V. Ex^a e à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado Wilson Muller, decidimos hoje que esse seria um procedimento subsequente ao depoimento de hoje.

Acolho e guardo a informação de V. Ex^a.

O SR. WILSON MULLER - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com relação ao nobre Deputado Roberto Jefferson, deixo o problema a critério do Relator, porque, quando fui Relator em várias Comissões, entendia que tinha o direito de fazer as perguntas que quisesse, e depois cada membro da Comissão faria as perguntas que quisesse.

Entendo que, de algum modo, seria forçar um pouco o Relator.





20/10/93

O SR. WILSON MULLER - Sr. Presidente, retiro essa sugestão, porque vejo que a testemunha já está lendo a revista.

Quero indagar, então, por parte, se confirma. A testemunha está lendo a revista...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado, estamos dando tempo para que leia a revista. Acredito que S. S^a não se perturba por estar lendo enquanto estamos resolvendo questões de ordem.

O SR. WILSON MULLER - Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, só queria dizer o seguinte: parece-me que está havendo certa ansiedade do Plenário. E todos que aqui estão, os titulares, os suplentes e os que não são membros desta CPI, poderão perguntar tudo o que quiserem. Portanto, penso que essa é uma fase preliminar e não devemos atropelar o Relator e o próprio depoente.

A única sugestão que vejo, tendo em vista a experiência da CPI anterior, que mereceria destaque, é que, na primeira intervenção, S. S^a exponha tudo o que quiser, no tempo que quiser, toda a história que viveu nesta Casa na elaboração do Orçamento. Em vez de tentarmos breves perguntas, como se fez com o PC, com o Cláudio Vieira, com o Pedro Collor, que o depoente venha e diga tudo o que quer dizer sobre esse processo. Quando concluir, o Relator fará suas perguntas para aprofundar, também todo o Plenário irá perguntando. Assim, sairemos daqui com todas as informações disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, embora vencida a matéria, quero marcar minha posição.

Tenho o maior respeito pelo Deputado Roberto Jefferson, mas jamais aceitaria fazer ao depoente as perguntas que a VEJA lhe fez. Como Relator, tenho a prerrogativa de fazer as perguntas que eu entenda que deva fazer e nunca ficar como ventriloquo, repetindo perguntas da revista VEJA, que também merece o meu total apreço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda diria mais, nobre Deputado: não ficou apenas na revista VEJA...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, mas estou dando uma informação, porque estou sentindo que aqui estamos nos definindo apenas por uma revista. Duas revistas publicaram. Agora, parece-me que a mais completa foi essa que o depoente está lendo.

Pergunto ao depoente se já conseguiu ler.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, não me referi à revista. O Relator ouviu, não é?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, não. Estou marcando a posição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, para que estamos reunidos aqui? Para iniciar uma investigação, para obter esclarecimentos.

Todos nós sabemos que algumas pessoas verbalizam com facilidade; outras, com dificuldade. Qualquer um de nós pode notar que a testemunha tem certa



20/10/93

dificuldade na verbalização. O que temos de fazer é tranquilizar a testemunha, para que ela possa falar. O depoente está sob pressão, o ambiente é pesado, e o nosso interesse é o de que esta testemunha fale e responda depois pelo que ela informar; todavia, precisamos das informações desta testemunha. A meu ver, devemos evitar qualquer interpretação, ou seja, se vacilou ou não. É óbvio que a testemunha está sob pressão. Duvido que alguém não esteja testemunhando com os próprios olhos isto. O ambiente está pesado, está difícil.

Eu inquiri milhares de pessoas na minha vida. O que temos que fazer é tentar tranquilizar o depoente, formular as perguntas adequadas sobre o que ele disse, se foi ou não a Revista **Veja**. Acontece que foi a Revista **Veja** quem desencadeou isso aqui. Esse depoimento não deveria estar sendo lido. Ele não tem condições psicológicas de ler bem. Faço esta afirmação. Deveríamos ler isto em voz alta para o José Carlos Alves dos Santos. Se a Mesa não quiser ler, eu o farei em voz alta, e o depoente responderá se confirma, até onde e o que é que não confirma. Em seguida, faremos as perguntas que entendermos corretas sobre os detalhes. Isso é fundamental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a me permitirá uma observação? Ainda há pouco, por exemplo, senti-me na obrigação de fazer alguma coisa que não fiz. Veja V. Ex^a que o Relator tratou o depoente de "Vossa Senhoria", e o depoente o tratou por "o senhor". Pensei em lhe dizer que o pronome de tratamento usado para Deputado e Senador é "Vossa Excelência". Evitei fazer isso, para não parecer que eu também estivesse fazendo pressões. Creio que, a partir do momento em que o depoente acabar de ler, ele terá condições de dizer se leu, se apreendeu ou não o que leu. A partir daí, poderá fazer a exposição a que V. Ex^a se referiu.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Entendo que o Sr. José Carlos terá dificuldade de assimilar o que está lendo, pelo estado psicológico. Mas se ele já o fez, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se o depoente tiver dificuldade de assimilação, suponho que, ao longo dos nossos debates, essas dificuldades serão esclarecidas.

Pergunto se o Dr. José Carlos já leu a entrevista, se se considera em condições de responder sobre esse texto e se prefere fazer uma exposição preliminar sobre ele. E sua a iniciativa, não estou impondo nada. Estou perguntando se prefere fazer um comentário sobre o que disse e daquilo que lhe aprouver dizer; apenas não serei tão tranqüilo e tão generoso, como o Deputado Aloizio Mercadante, de dizer "pelo tempo que quiser e pelo tempo que cada um desejar". Se puder fazê-lo um pouco sucintamente, melhor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sr. Presidente, o que está aqui na revista foi o que eu falei: é verdade. A ressalva que tenho aqui é a de que não houve propriamente uma entrevista, com todas as perguntas sistematizadas. As palavras que estão colocadas na minha boca são verdadeiras, talvez com algumas incorreções de entendimento ou que eu tenha me expressado mal. Como disse ao senhor, falei atabalhoadamente; o ambiente era desagradável, uma porção de coisas acontecendo comigo. Mas isso que está aqui é, realmente, verdade. Não houve uma entrevista sistematizada, pelo contrário. Eu comecei a falar, as coisas iam saindo. As vezes, na minha exposição, vou lá, volto cá, não sou muito ordenado, também, para falar. Mas aos poucos vai-se chegando lá, vamos dizer assim.

Há algumas ressalvas que anotei aqui agora. Eu teria dito - aliás está entre parênteses, então não foi minha afirmação, foi da revista **Veja** - que o Deputado João Alves foi Presidente da Comissão entre 1988 e 1989. Não. No ano de 1988, para o





20/10/93

Orçamento de 1989, ele foi Relator-Geral; essa não foi minha afirmação, é o que está entre parênteses na revista Veja.

Logo a seguir, quando fala no Deputado Cid Carvalho, no Deputado Genebaldo Correia, que eu disse que nunca os vi acertando isso. Na realidade, eu provavelmente tenha dito isso, mas o sentido era este: eu assisti a várias reuniões; de algumas, eu vi alguns acertos; outros acertos foram-me confirmados por ele, pelo Deputado João Alves, ou pelo Deputado Cid ou pelo Deputado Genebaldo Correia. E as consequências, a instrumentalização desses acertos me foi passada algumas vezes.

Mais adiante, diz que falo que foram dois processos distintos de pegar dinheiro: um eram as subvenções sociais, e vem entre parênteses, então não foi minha afirmação, deve ser afirmação da própria revista, e verba destinada a pequenas obras, como a construção de galpões. Eu não disse isso.

Já falei aqui inicialmente que essa questão das subvenções sociais não diz respeito às cotas individuais dos parlamentares, mas sim dotações a título global que, pela natureza da despesa, eram classificadas como subvenções sociais e colocadas, já previamente acertadas, entre o Legislativo, entre a Comissão de Orçamento, entre esses representantes da Comissão de Orçamento e o Poder Executivo, o Ministro das respectivas áreas, para que elas fossem distribuídas conforme as relações apresentadas pela Comissão de Orçamento.

Essas dotações globais eram dotações genéricas. Tendo acesso ao orçamento, poderemos depois identificar algumas delas. Eram poucas, uma ou duas em cada Ministério, e os Ministérios eram esses que estavam aí, e elas se repetiam com nuances ou com palavras do seu descritor - questões de diferenças, mas as classificações bem próximas, bem parecidas e sempre com esse objetivo. E, no acerto de mecanismo de liberação desses recursos, iam relações do Congresso, coordenados pelo Deputado João Alves para esses Ministérios, assinadas por ele, inicialmente.

Posteriormente, com a saída do Deputado João Alves, por causa dos problemas que acarretaram sua saída da relatoria, no último ano em que ele estava como Relator, deixou-se de fazer essas relações, mas ele continuava coordenando o processo. Eram encaminhadas ao Ministro da Ação Social, acertadas com ele, que deveriam ser liberadas. O Ministro dava um despacho formal. Nesse ponto, inclusive, o Ministro me perguntou, e eu o orientei, as formalidades legais estavam todas estabelecidas. Mas, fazendo-se uma perícia nessas entidades, é impossível que não se verifique na sua contabilidade o que retornava para o esquema.

Mais adiante, a revista diz que eu fazia listas no computador. Eu não me lembro de ter dito isso, porque eu não fazia essas listas: a datilografia, o preparo dessas coisas todas era feito no próprio gabinete do Deputado João Alves. Algumas vezes ele me entregava essa lista, já no período posterior, para ser encaminhada ao Ministério. Outras vezes, ele pedia que eu conferisse se as entidades eram registradas, para ver se legalmente podiam receber, e coisas desse tipo. Mas, a elaboração sempre foi feita no próprio gabinete do Deputado João Alves.

Bom, mais adiante, aqui está uma pergunta da Veja: "as pessoas que o senhor citou freqüentavam muito a Comissão e a casa do Deputado João Alves?". Volto a ressaltar que não me lembro de perguntas formais no processo. Andei falando, evidentemente eles fizeram algumas perguntas, mas não me parece que tenha sido todo esse detalhamento. Provavelmente, eles inseriram perguntas em função das coisas que falei. Eu disse que freqüentavam, são todas as pessoas do núcleo da Comissão do Orçamento, Líderes do Congresso, ou o pessoal das Mesas da Câmara, do Senado, Líderes dos Partidos, etc. Não é que eles freqüentassem só a casa do Deputado João Alves: houve reuniões na casa do Deputado João Alves, na casa do Deputado Genebaldo, na casa do Deputado Cid, que eu me lembre, na própria Comissão, no



próprio Congresso. Nem todos esses parlamentares citados posso dizer que vi na casa do Deputado João Alves; alguns deles, com absoluta certeza; outros, não posso garantir, porque todos esses que estão falados aqui anteriormente não posso garantir que eles frequentassem a casa do Deputado João Alves ou que eu os tenha visto pessoalmente na casa do Deputado João Alves.

As observações em relação ao texto são essas. Então, tirando essas pequenas ressalvas, que não invalidam o que está dito aqui, mais algum esclarecimento adicional do processo da reportagem, confirmo o que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto se, no momento, as suas declarações se restringiram apenas à matéria da revista **Veja**.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES SANTOS - Não. Se o senhor quiser, posso começar a falar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É disso que eu gostaria. O senhor se sinta inteiramente à vontade aqui. A Comissão considera de plena importância o seu depoimento. Portanto, se o senhor se considera em condições emocionais de prosseguir, a palavra é sua.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES SANTOS - Na realidade - foi como eu disse para a revista **Veja** -, eu comecei falando e pedi que me perdoassem se eu for um pouco atabalhoado. Volto a dizer, que, às vezes, prossigo e, depois, volto atrás. As coisas, às vezes, não estão na memória. Eu gostaria, inclusive, que as próprias perguntas me ajudassem a "puxar pela memória", a esclarecer as coisas, a ver documentos e a identificar os caminhos para se esclarecer tudo.

Na realidade, as primeiras vezes que tomei contato com esse assunto foi com o Deputado João Alves; se não me engano, isso ocorreu em 1988 ou 1989 - na realidade, foi para o Orçamento de 1989. Aliás, não foi nem para o Orçamento de 1989. O Deputado João Alves, naquele período, queria que se colocassem as emendas. Se não me engano, o Deputado Fábio Raunheitti foi o Relator do Ministério da Ação Social, por indicação do Deputado João Alves nos acertos de indicação das diversas relatorias. Ele considerava que o Ministério da Ação Social era um Ministério fundamental ou importante politicamente para alocação de recursos pelo Congresso.

Na realidade, quem fez aquele parecer foi o próprio Deputado João Alves. O Deputado Fábio Raunheitti só teve acesso ao relatório naquele momento. Ali, o Deputado João Alves aprovou todas as emendas - foram centenas ou milhares de emendas aprovadas naquele relatório - e recomendou que algumas coisas fossem feitas, a exemplo ou à semelhança do que já havia sido feito em orçamentos anteriores, que já não eram nem da época da vigência da nova Constituição. Eram títulos semelhantes a dotações que já vinham de orçamentos anteriores. Não sei dizer qual o primeiro orçamento em que entraram essas dotações, mas, com certeza, elas já vinham de orçamentos anteriores; ele deu o terço aproximado, para que classificássemos e colocássemos a forma técnica - vamos dizer assim -, em função dos dispositivos legais, a forma orçamentária e coisas como essas.

Posteriormente, na época da elaboração do orçamento, eram dotações globais, subvenções sociais e mais uma porção de emendas. Algumas dentre elas eram de Parlamentares, de Governadores e de empreiteiras que frequentavam a casa dele - digo isso, porque vi alguns lá. Dificilmente, eu assistia a essas reuniões, mas, sempre que alguém saía, ele fazia algum comentário ou me mandava as relações tidas e por ele publicadas, para que fossem preparadas as emendas. Normalmente, as relações eram no sentido de aprovar emendas já apresentadas ou emendas de Relator que ele apresentaria.

Posteriormente, no decorrer do exercício de 1989, no primeiro orçamento feito depois da Constituinte - no decorrer do ano da execução orçamentária -, ele me





20/10/93

chamou para ver essas relações que iriam para lá. Naquela época, já percebíamos que havia acerto em torno dessas coisas. Não sei precisar com quem e como exatamente eram feitos esses acertos naquele momento. Soube, já na execução, que esses acertos eram feitos, principalmente, com o Deputado Cid Carvalho, que era o Presidente da Comissão, e com o Deputado Genebaldo Correia - os dois com toda certeza -, que, com ele, acertavam partes que deveriam ser colocadas nessas relações.

Nas primeiras relações que eu vi e, mais tarde, em todas as outras, o processo se repetiu. Algumas entidades, com valores significativos - depois, eu soube disso, ele me falou -, eram entidades que, ao receber, devolviam-lhe parte dos recursos com os quais ele fazia a distribuição.

Além das entidades desse tipo - quando falo em entidades, estou me referindo a entidades privadas - ele tinha muito cuidado com isso e me pedia que eu consultasse e conferisse as relações, que olhasse os códigos do PRODASEN, os códigos de subvenções, que olhasse todo o processo que sempre havia e que olhasse se elas estavam legalmente inscritas e se não havia nada de errado. Quando faço menção a entidades, retiro-me também às prefeituras. Isso na parte de subvenções sociais.

O processo permaneceu no ano em que ele foi Relator; no outro ano, quando o Relator era o Senador Almir Gabriel - nunca fiz nenhuma referência ao Senador Almir Gabriel sobre isso e nunca vi nenhuma referência a ele e nenhuma ingerência dele nesse esquema; a bem da verdade, é preciso que se diga isso -, permaneceram essas dotações globais, cujas natureza ou despesa eram classificadas também como subvenções sociais. Sei que ele aprovou isso. Não sei se o fez por pressão ou por acerto; não sei se ele tinha conhecimento específico do que se tratava. Não tenho condições de afirmar isso. Não tenho certeza disso e não sei como foi feita a aprovação por parte do Senador Almir Gabriel. Nunca o vi participando pessoalmente disso.

Mas a verdade é que permaneceram dotações globais desse tipo, e que, no exercício seguinte, o Deputado João Alves continuou mandando essas relações para os seus respectivos Ministérios. Não posso dizer aqui em que ano cada dotação estava e em qual Ministério, mas, do Orçamento de 1989 até este momento, essas dotações apareceram. Os senhores poderão verificar que elas permanecem sempre com, mais ou menos, os mesmos nomes e com as mesmas classificações, apenas com pequenas nuances de um ano para o outro. Volto a dizer aqui que, se não me engano, essas dotações começaram na SEPLAN, no Ministério do Planejamento; depois, foram para o Ministério da Ação Social - não me lembro se passaram pelo Ministério do Interior, mas, se se olhar no orçamento, descobre-se isso - e passaram um período no MEC.

Nessas relações, além de dotações globais, ou melhor, de dotações significativas, de dotações maiores para algumas entidades privadas - normalmente, universidades e escolas particulares - e para algumas prefeituras, havia também incluído entidades, que diz o Deputado João Alves - e alguns desses papéis eu vi, de alguns fui até portador - de parlamentares a quem ele oferecia cotas ou parcelas dessas dotações maiores. Não me lembro se ele dava dinheiro só ou se ele dava dinheiro e a cota para os parlamentares indicarem suas prefeituras ou suas entidades privadas. De qualquer maneira, dessas subvenções sociais, dessas dotações classificadas como subvenções sociais, que estou aqui generalizando como subvenções sociais, com certeza, uma parcela retornava sob a forma de dinheiro, e sempre em dólar - pelo menos que eu tenha conhecimento; outras parcelas eram distribuídas para alguns parlamentares indicarem suas entidades que pudessem receber, digamos assim, habilitadas legalmente a receber.

Esse foi, em grandes linhas, o esquema que perdurou, que, com a saída do Deputado João Alves, continuou como antes, um pouco diferente, mas, basicamente, a mesma coisa.



20/10/93

O outro esquema, que eu saiba, eram relações de obras que deveriam ser aprovadas, em que ele aprovava e dizia que receberia parcelas de recursos dela posteriormente. Nisso ele mandava relações ou emendas já apresentadas, ou fazia relações; ou de relações recebidas ele ticava e mandava a gente operacionalizar as emendas, operacionalizar a aprovação das emendas.

Basicamente, o processo que sei é esse. Agora, detalhes, essas coisas, acho que num processo de questionamento, de perguntas, alguma coisa assim, talvez as coisas sejam melhor esclarecidas. As dúvidas que os Parlamentares tiverem, vou procurar esclarecer na medida do possível.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Relator, para a sua consideração final.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. José Carlos, quando perguntei quais as empreiteiras que mais freqüentavam ou assediavam a Comissão de Orçamento, a sua resposta foi de que todas elas estavam lá. Insisti, mas não houve de sua parte nenhuma indicação nominal de empreiteira.

Então, quero reler aqui um trecho da sua entrevista, que não foi ressaltado, após a sua leitura, ...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Eu confirmo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - ... e que diz o seguinte:

"João Alves tinha reuniões com empreiteiros, governadores, um monte de gente. Tinha brigas homéricas com a Margarida (Procópio, ex-Ministra da Ação Social), porque ela era conhecida de infância e era gananciosa. Ela queria ficar com uma parte. Alves tinha reuniões na casa dele. A Andrade Gutierrez andou muito por lá. A Odebrecht, a OAS e a Queiroz Galvão. Além de governadores."

V. S^a confirma?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Confirmando. O repórter me fez a mesma pergunta: quais as empreiteiras, etc. Eu disse exatamente isso que eu disse para o senhor, que, de uma maneira geral, todas as grandes empreiteiras estavam lá e algumas das pequenas, gente até que eu não conhecia, mas sabia que era de empreiteira - diziam mesmo: é empreiteira, tem firma, essas coisas. Ele me perguntou e foi nominando algumas empreiteiras e fui falando que essas empreiteiras passavam por lá e freqüentavam - aliás, não estou falando nada de mais, porque é público e notório que elas sempre freqüentaram a Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Num outro trecho da sua entrevista, está dito o seguinte:

"Todo o dinheiro que recebi veio do João Alves. Ele me chamava à casa dele, na 112 Sul - aliás, acho que é 111, houve um equívoco - e me dava o dinheiro. Era uma mala de dólares. Cheguei a receber boladas de 200.000 dólares, 300.000 dólares de uma só vez."

Confirma que todos os dólares que foram encontrados em seu poder vieram do João Alves e não de outra fonte?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Confirmando, Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E alguma vez V. S^a distribuiu esse dinheiro para algum Deputado?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, dou-me por satisfeito e reservo-me para, no final, fazer considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein.





O SR. ODACIR KLEIN - Como Vice-Presidente, substituto eventual do Presidente, procurarei, nesta CPI, participar o mínimo possível das inquirições para permitir aos integrantes que o façam. Reserva-me-ei, também, como integrante da Mesa, a oportunidade de fazê-lo, se entender conveniente durante a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Prosseguindo, temos a lista de inscrição e o primeiro inscrito é o Deputado Aloizio Mercadante do PT, membros titulares.

Antes, pela precedência que tem por autor do requerimento, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Enquanto o Senador toma o seu lugar, V. Ex^a deu a palavra a ele na condição de autor do requerimento. Também fui autor de requerimento, que foi junto ao requerimento dele e, não agora, mas gostaria de, havendo oportunidade, também, se sentir interesse, reivindicar esta condição de V. Ex^a.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - No momento que defiro por uma questão até regimental, quem faz o projeto tem o direito de apresentá-lo em primeiro lugar, quem faz o requerimento também. V. Ex^a sendo parte efetiva da mesma providência, da mesma iniciativa, tem o mesmo direito.

Ouç o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Gostaria de trazer logo a debate um ponto que acho da mais alta importância em virtude da experiência que tivemos nas outras Comissões, sem que represente qualquer cerceamento ao direito do Deputado e do Senador. Seria interessante estabelecer o sistema de pergunta e resposta objetiva, porque se existir aquele famoso discurso inicial vamos consumir os dez minutos de explicação da pergunta e não vamos ter objetividade. Então, encaminho à Mesa, com o maior respeito, que as perguntas sejam feitas de maneira objetiva, conforme foi das vezes anteriores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Os aplausos parece que respondem ao que V. Ex^a acaba de colocar. Entretanto, serei, Senador Elcio Alvares, suficientemente antipático para lembrar o velho Presidente Antônio Carlos: "O tempo nosso amigo ou o tempo nosso inimigo". Quem passar dos dez minutos, naturalmente, se perder o tempo nos dez minutos, fazendo discursos paralelos vai perder a oportunidade de continuar a conversar, exceto se entrar na fila depois.

Vamos ouvir o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Sr. José Carlos dos Santos. Numa pesquisa junto ao SIAFI, dentro do programa de trabalho de assistência financeira, há entidades sociais, no órgão do Ministério da Ação Social, foram encontradas, por exemplo, as seguintes instituições que receberam entre 50 e 100 mil dólares no ano de 1992. V.S^a tem em mãos a cópia dos indicadores do SIAFI.

Por exemplo, Instituto de Desenvolvimento Político-Social Eva Cândida - de Roraima -, Centro Social Dr. Pil Guerra - Pernambuco, Fundação Dolores Gustosa - Ceará, Fundação Maria Mimosa - Ceará, Faculdade de Direito de Nova Iguaçu - Rio de Janeiro e outras. Esse programa de trabalho, assistência financeira e entidades sociais, é o tipo de rubrica orçamentária genérica à qual o Sr. faz referência em sua entrevista à Revista VEJA?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pode repetir os nomes, por favor?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Os nomes tais como estão.. pode virar as páginas e verá os nomes que citei, Instituto de Desenvolvimento Político-Social Eva Cândida, Centro Social Dr. Pil Guerra, Fundação Dolores Gustosa, estão em suas mãos.



20/10/93

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Alguns nomes eu me lembro, agora nem todos...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas é o tipo...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É exatamente.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Existem outros programas de trabalho neste e em outros ministérios que eram alvo do mesmo tipo de ação descrita na entrevista, por parte de parlamentares e ministros?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É exatamente isso que o Sr. coloca aqui.

O SR. EDUARDO SUPPLY - É o que o Sr. havia se referido na Revista Veja? Só para confirmar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Exatamente, são dotações desse tipo ou assemelhadas que com poucas modificações ou poucas nuances se vem repetindo pelo menos de 89 para cá, e parece que foram tiradas de orçamentos anteriores, em ministérios diferentes mas as dotações programáticas são praticamente essas.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V.Sª pode relacionar quem esteja ligado a estas entidades ou a outras que receberam recursos orçamentários e mantinham acordos para pagamentos de propinas sobre as liberações efetuadas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza, as do Deputado Fábio Raunheitti e as do Deputado Feres Nader. No início, pelo menos. Depois, as outras não sei quem são os donos, realmente não sei.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Quais Ministros V.Sª tem conhecimento de que estariam envolvidos no esquema de liberações de recursos públicos através do pagamento de propinas e como agiam esses Ministros?

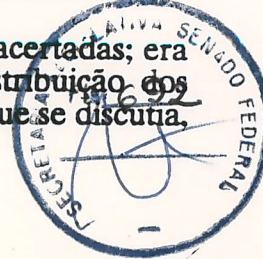
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sobre o processo eu já falei: as dotações eram liberadas mediante relação encaminhada pelo Congresso. Eles, evidentemente, autorizavam, sabiam que as dotações se referiam à distribuição para entidades conforme acordo de inclusão dessas dotações no Orçamento. Essas dotações eram incluídas, depois de acertado, com o Poder Executivo, com os respectivos Ministros, onde elas iam entrar, e que o Congresso mandaria as relações posteriormente, quer dizer, essas dotações não eram para os Ministros distribuírem. Quanto à questão do Ministro Aníbal Teixeira na época da SEPLAN, não posso garantir como era o funcionamento ali, porque não conheço, foi a primeira vez que vi. Provavelmente, ele sabia desse tipo de acerto, senão ele não liberaria. As dotações seriam liberadas por ele, porque é atribuição dos Ministros liberar os recursos.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Quem elaborava e assinava as listas contendo os nomes das entidades que seriam beneficiadas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O próprio Deputado João Alves.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Em sua entrevista à revista Veja, V.Sª citou o nome de Parlamentares que, coincidentemente, ocupavam importantes relatorias parciais em 1991. Por exemplo: o Deputado José Luiz Maia, na Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR; o Deputado Cid Carvalho, no Ministério da Agricultura e Reforma Agrária; o Deputado José Geraldo, no Ministério da Ação Social; o Deputado Sérgio Guerra, no DNER. V.Sª tem conhecimento de como eram feitos os acordos para a escolha dos Relatores parciais nas unidades orçamentárias mais importantes?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não; eram acertadas; era preciso ficarem pessoas de confiança para que pudessem acertar a distribuição dos recursos etc. Mas, como era esse acerto, eu realmente nunca vi. Eu sabia que se discutia,





se questionava. Ouvi algumas discussões, eu ouvi alguns Parlamentares insistindo que deveriam ser relatores disso ou daquilo, que aquilo era importante, coisas desse tipo, porque os Ministerios importantes deveriam ficar na mão de pessoas de confiança.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V.S^a teria conhecimento de quais os tipos de arranjos ou combinações existiriam entre eles e as empreiteiras que detinham interesse em determinadas emendas? Qual era o acordo entre eles, os relatores parciais e o Relator Geral?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Senador, no caso, lamentavelmente não sei; nunca presenciei um acordo desse, um acerto desse. O que eu sabia era que algumas relações vinham e que tínhamos que acompanhar para ver se as emendas eram feitas; era recomendado que se verificasse se aquelas emendas foram feitas mesmo, se foram operacionalizadas direito, aquelas coisas. Mas acordos nesse sentido eu nunca presenciei. Volto a dizer a V.Ex^a que já estive em reuniões em que me faziam sair da sala. Dependendo da casa onde fosse, eu ia para a cozinha ou para outra sala; ou saía da sala quando era aqui no Congresso. Às vezes me chamavam para verificar se determinada emenda ou determinado assunto poderia ser colocado em tal lugar ou de tal forma, coisa desse tipo. Mas o acerto, essas coisas eu nunca presenciei. O Deputado João Alves é que, algumas vezes, pela sua própria personalidade, pelo jeito dele, falava: "foi boa a reunião; esse aqui vai participar do esquema", coisas desse tipo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V.S^a tem uma filha médica - segundo diz a imprensa - de 24 anos, que, avalio, prestou um serviço à Nação quando aconselhou V.S^a a dizer toda a verdade. Eu gostaria de cumprimentar a filha de V.S^a, por tê-lo estimulado na sua coragem de dizer tudo o que V.S^a sabe.

O Ministro Hargreaves era um assessor de confiança do Deputado Ricardo Fiúza. Dr. José Carlos, o senhor alguma vez participou de reuniões com o Ministro, ou então antes, o assessor Hargreaves, o Deputado Ricardo Fiúza, em que teriam sido solicitadas inclusões de emendas ao orçamento ou à liberação de determinados recursos? Essas reuniões ocorriam normalmente em que lugares? Quais os Parlamentares que freqüentavam a sua residência? O senhor privava da intimidade de quais Parlamentares? Eu gostaria de dizer ao senhor que há uma cópia com as minhas perguntas em suas mãos. Essa pergunta é a terceira. É para facilitar que o senhor responda as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, quantas perguntas vão ser questionadas?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Essa é a penúltima.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, porque ouvi a terceira ...

O SR. EDUARDO SUPPLY - É o terceiro tema.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Ministro Hargreaves, que eu saiba, o Deputado João Alves dizia que era muito amigo dele, era a pessoa de confiança dele e que também recebia dinheiro dele, no sentido de orientá-lo, de ajudá-lo, de dar o suporte aqui no Congresso para ele. Não foi quando ele era Ministro, quando já depois de Ministro...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Ou como assessor do Deputado Ricardo Fiúza?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, como assessor da Liderança do PFL nem sei se só na liderança do Deputado Fiúza ou não. Certo? Digo que o Deputado João Alves, naquela época não conhecia nem o Deputado Fiúza ainda. O Deputado João Alves dizia que o Hargreaves era pessoa de confiança dele, fazia os acertos lá no Congresso, ajudava politicamente dentro do Congresso e coisas desse tipo e que conhecia o esquema. Mas eu volto a dizer ao senhor isso é informação do Deputado João Alves. Realmente encontrei algumas com o Hargreaves no gabinete do



20/10/93

Deputado João Alves. Chegávamos lá e falava, mas nunca vi assim especificamente falando nisso. Dava-se a entender que sabia que Hargreaves ajudava, e Hargreaves falava que ele ia ser relator, que ia forçar e ajudar coisas desse tipo.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - O Ministro Hargreaves, seja enquanto Ministro ou como assessor da Liderança do PFL, tinha conhecimento da prática do Deputado João Alves, inclusive de beneficiar-se de sua condição que, de alguma forma, resultou em propinas ou em pagamentos a quaisquer pessoas em função de decisões tomadas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado João Alves me dizia que sim, mas só tenho a palavra do Deputado João Alves. Houve época, inclusive, que o Hargreaves não estava no Congresso, estava fora do Congresso. Acho que tinha um conhecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - Espero que o senhor não se incomode e não se intimide com a presença da pessoa citada do Deputado Ricardo Fiúza, mas até em benefício de esclarecimentos sobre a pessoa do Deputado Ricardo Fiúza, pergunto se V. S^a tem conhecimento de que o Deputado Ricardo Fiúza conhecia esse esquema e se, porventura, participou em alguma forma de benefícios que V. S^a consideraria indevidos em função da posição que tinha, seja como Deputado Federal, seja como Relator do Orçamento ou, posteriormente, como Ministro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Conhecia.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - O senhor disse...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Conhecia, participou.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - Conhecia em que níveis?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Conhecia como Líder. Era isso que o Deputado João Alves falava. E, posteriormente, de próprio moto quando participou como Relator e como Ministro da Ação Social.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - O Orçamento para 1992 foi aprovado na sessão do Congresso dia 19 de dezembro de 1991, sendo publicado e sancionado apenas em 17 de abril de 1992. Acho que o senhor lembra bem desses fatos. Quais os motivos de tão longo tempo entre a aprovação e a publicação da Lei de Meios? É o item 4 agora.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É que no item 3 há uma série de perguntas que ...

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - Pois não, mas já estava no quarto, mas ele tem esclarecimentos sobre o terceiro...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Essas reuniões ocorriam normalmente em que lugares? Acho que já disse isso. Normalmente no gabinete do Deputado João Alves, casa do Deputado João Alves, na Comissão de Orçamento já havia reuniões, e no decorrer - não estou falando numa ordem cronológica - ...nesse período na casa do Deputado Cid Carvalho, na casa do Deputado Genebaldo Correia, tanto em sua casa no Lago como em seu apartamento no prédio ao lado do Deputado Carlos Fiúza, na casa do Deputado João Alves.

Frequentar a minha residência, na realidade foram poucos os Parlamentares. Houve uma festa que ficou muito famosa e está dito na **Veja** a verdade como ela foi feita, no aniversário do Deputado João Alves, que ia ser feito por um médico que, acho, mora na prumada dele, ou alguma coisa desse tipo, e me parece que morreu um médico, se não me engano, um médico da Câmara. Ele não pôde fazer a festa, e a filha dele me pediu que fizesse lá em casa porque a minha casa era maior, etc. Eles pagavam as despesas, fizeram as despesas. Como foi lá em casa, a festa tomou um vulto maior, outras pessoas vieram ajudar a fazer a festa, convidar, de modo que tomou um vulto muito maior do que se esperava.





20/10/93

Nesse dia, inúmeros Parlamentares, Governadores e Ministros estiveram lá em casa, mas realmente se tratava de uma reunião social. Além disso, estiveram lá em casa o Deputado Genebaldo Correia, o Deputado Cid Carvalho, o Deputado José Geraldo, o Deputado Sérgio Guerra. Que eu me lembre, foram esses. Lá em casa, normalmente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se o senhor se lembrar, oportunamente, em qualquer momento do seu depoimento diga.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Finalmente, Sr. Presidente, o último tema, e vou fazer todas as perguntas sobre o tema brevemente.

O orçamento para 1992 foi aprovado na sessão do Congresso de 19 de abril de 1991, sendo publicado e sancionado apenas em 17 de abril de 1992.

Quais os motivos de tão longo tempo entre a aprovação e a publicação da Lei dos Meios?

O senhor pode dizer o que ocorreu no PRODASEN após 19 de dezembro de 1991.

Ocorreram alterações após o orçamento chegar ao DOU para fechamento e seu envio para sanção? Em caso afirmativo, qual o teor dessas alterações? Quem as autorizou?

Queria até mencionar que, inclusive, Ministros das áreas militares vieram aqui e reclamaram junto ao Presidente Mauro Benevides, dizendo: "mas tinha sido aprovado uma coisa e, de repente, apareceu outra. O que aconteceu?"

Então, eu pediria, pois se trata de uma questão muito importante. O Relator, Deputado Ricardo Fiúza, sabe que perguntei sobre as diversas fases. Houve um esclarecimento que considerei inadequado, e daí a razão pela qual acredito que V. Sa. e outras pessoas aqui presentes poderão esclarecer em profundidade sobre o que aconteceu com o Orçamento de 1992.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na realidade, isso tudo partiu - o senhor me desculpe, Senador, mas eu acho que vou ter que usar uma expressão desagradável para o Congresso - de muita hipocrisia do Congresso.

O Congresso votou uma lei com o Presidente do Congresso dizendo: "Sobre a mesa, redação final do Projeto de Lei Orçamentário..." - e, não existia essa redação final. E ali todo mundo sabia disso. Todas as lideranças sabiam. Ninguém pode dizer que não sabia. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, inclusive V. Ex^a, e todas as lideranças sabiam. Havia sido votada de madrugada uma redação final, que eu pessoalmente não acompanhei, pois estava no PRODASEN elaborando emenda, relatório. Era um processamento absolutamente tumultuado, que aquilo que foi votado naquele momento, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, naquela madrugada, vamos dizer assim...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Às cinco da manhã, por aí.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Exatamente.

Não era um relatório definitivo. Era um relatório que havia saído, não sei se naquele dia ou na véspera, 48 horas antes, sei lá.

Era um relatório evidentemente preliminar da fase em que estava o processamento de dados naquele momento.

A Comissão deu aquilo como aprovado, com uma série de destaques que seriam ... naquele processo está dito e acho que naquele documento que o Ministro Fiúza fez, explicando as coisas, e foi aquilo realmente que aconteceu. Acho que realmente isso foi a verdade. Não havia processamento de dados, ainda não tinham sido preparadas as coisas e se precisava fechar a Sessão Legislativa, aí se falou: está sobre a mesa a redação final? Não estava sobre a mesa a redação final, óbvio. Se não me engano, até o Deputado Genoíno falou que tinha lá um metro de papel etc, mas eram



20/10/93

relatórios do PRODASEN, absolutamente atordoados, (?) que não eram redação final. Redação final, pelo processo legislativo, é à semelhança do autógrafo dado pelo Presidente da República. Evidentemente, que era um relatório de emendas que precisavam ser aprovadas naquele momento, ainda sem nenhuma conferência, sem nenhuma certeza de que estavam tecnicamente feitas de acordo com o que estava no computador.

A partir daí, a Comissão - não assisti à sessão, mas vi a Ata dela depois, tive informações, contaram-me, aquele negócio todo - parece que deu uma autorização para que fossem acertados os destaques e foram feitos os acertos que faltavam fazer naquele parecer, nas emendas aprovadas etc. Então, a partir daquele dia da aprovação, o que foi feito no PRODASEN, na realidade, foi se aprovar emendas. Houve centenas de Deputados que passaram pelo PRODASEN - e não entro aí no mérito, porque acho que aí o processo até foi transparente. O Ministro Fiúza, nesse aspecto, não teve culpa, ele realmente chamou todo mundo lá e levava suas relações, cada relação, que ia conversando com ele. Foi como se fosse uma subcomissão informal criada ali por Parlamentares mais próximos a ele, era ticada e mandada para a gente para acertar, para preparar as emendas, aprovar, incluir etc, ver a forma de colocar, de onde saíam os recursos, em que tipo de dotação se enquadravam etc. O processo de discussão dessas emendas, quer dizer, de aprovação de negociação dessas emendas foi, evidentemente, prolongado pra burro, o processamento de dados foi muito longo; era um processamento de dados difícil ainda, o Congresso ainda engatinhava sob esse aspecto. Na realidade, considero que o tempo foi decorrência dos acertos políticos. Diziam o que se aprovava e o que não se aprovava, o tempo de processamento, de consolidação de todas essas emendas, de onde saíam etc, fechamento, essas coisas, que na realidade o PRODASEN nem estava preparado para fazer. Na realidade, o que houve ali não é que foram inseridas emendas, como foi algumas vezes argumentado. Acho que nisso o senhor está realmente errado. O que houve é que foi dada uma autorização naquele sentido. Não havia orçamento aprovado, não havia redação final aprovada, não havia um texto que se pudesse dizer: este aqui é um documento aprovado pelo Congresso Nacional. Isso, nem na Comissão, naquela madrugada, nem no plenário do Congresso. Acho que todo mundo sabia disso no Congresso. E, se foram aprovadas as emendas, posteriormente, depois de aprovadas, e numa negociação em que centenas de Deputados, normalmente, passavam pelo PRODASEN ou pela casa do Deputado Fiúza... deputados, parlamentares, governadores, empreiteiras, todo mundo interessado na matéria orçamentária passava, acertava. Eram, então, ticadas, ou pelo Deputado Fiúza ou por um daqueles relatores que passavam ali. Relatores que digo é como se fosse comissão de relatores adjuntos, ou coisa nesse sentido, que ajudavam o Deputado Fiúza. O Deputado Tinoco estava no PRODASEN supervisionando diretamente, em nome do Deputado Fiúza, principalmente ele e o Deputado Sérgio Guerra. Essas emendas, que deveriam ser aprovadas, que a gente deveria inserir como aprovadas, considerar como aprovadas... na realidade, o termo foi este: foi em função da negociação política, sobre quais emendas deveriam ser aprovadas ou não, e o termo de processamento de dados, mesmo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E, uma vez entregue ao DOU, houve lá, também, modificação?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não houve modificação. Houve alguns acertos técnicos de classificação que o pessoal do DOU, examinando, considerava que não estavam adequadamente classificados. Então, foram feitas alterações de ordem eminentemente técnicas, só, e uma errata que saiu. Algumas coisas estavam erradas. Tinha estradas de rodagem federal no Ministério da Ação Social, se não me engano, ou Integração Regional - não me lembro qual era o Ministério.





- que estavam classificadas tecnicamente erradas. Pediu-se até por ofício do Senador Mauro Benevides. Foi dito ao Senador Mauro Benevides que estavam classificadas erradas, isso já depois de publicado o autógrafo, se não me engano, ou publicada a redação final formalmente, se não me engano; o autógrafo já feito, acho que o autógrafo já tinha ido para o Presidente da República - quando ainda se descobriram algumas imperfeições, algumas incorreções de caráter técnico, de classificação. Foi feito um pedido - o DOU que elaborou o ofício para o Senador Mauro Benevides - em que se pediu a retificação do autógrafo.

Mas não houve, já no DOU, nenhuma modificação de caráter político ou de conteúdo, vamos dizer assim, na matéria.

O SR. EDUARDO SUPPLY - As emendas eram de parlamentares ou propriamente do acerto de empreiteiras?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sr. Senador, peço que seja a última ou a derradeira pergunta.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Quais emendas?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Fiz um levantamento e, segundo o SIAF, houve 759 emendas acrescidas.

Sr. Presidente, só para um esclarecimento final. O entendimento que eu tinha, tendo sido testemunha e participante da reunião que foi até às cinco horas da manhã, foi que quaisquer acréscimos que deveriam ser eventualmente feitos deveriam ser entregues até às dezesseis horas ao Relator e só aquelas poderiam ser. Acontece que não houve a possibilidade, até física - isso eu reconheço - de os parlamentares, de o Deputado Relator fazer aquilo. Então, houve uma aprovação, na sessão da noite, como ele descreveu, do que era o conjunto de emendas que ainda estavam para ser arrumadas.

E o fato concreto é que, por dois ou três meses, ainda continuou a se elaborar o orçamento, após aprovação e sem redação final. Isso é algo que agora vem à luz completamente, graças a esse depoimento.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Considerei que as perguntas eram tão importantes que não usei do que havíamos combinado, chamar a atenção do Senador Eduardo Supply, quando ultrapassou os dez minutos e chegou ao dobro do seu tempo.

Gostaria apenas de fazer uma observação ao depoente, Dr. José Carlos: não deve se sentir aqui constrangido pela presença do Deputado Ricardo Fiúza ou pela presença de quem quer que seja. O seu juramento de dizer a verdade não esbarra em conveniências de ordem pessoal. A única restrição que faria em seu benefício é a de evitar adjetivos, ou substantivos, como esse usado ainda há pouco, que abranjam uma generalização perigosa. Refiro-me a quando o senhor falou em hipocrisia do Congresso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pedi desculpas, Senador. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O senhor poderá falar na hipocrisia do Congresso sem dizer que ele é hipócrita. Basta que o senhor diga o que disse ainda há pouco, provando que os líderes sabiam o que acontecia. O resto, a nossa inteligência saberá distinguir. Peço, em seu benefício, que evite isso, porque, como Presidente desta Comissão, represento a necessidade de resguardar a dignidade do Congresso, até que ele não possa ser mais resguardado, infelizmente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É só para registrar, Deputado José Genoíno. A foto em que exponho um metro de orçamento existe em todos os jornais, chamando a



20/10/93

atenção do Congresso para aquela votação com um metro de orçamento na tribuna do Congresso Nacional. Essa foto está em todos os jornais da época.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agrada-me que o Dr. José Carlos tenha reconhecido que avançou nessa agressão e não se deve tomar por generalizada e tenha se desculpado. Em consequência, determino à Taquigrafia que retire a expressão.

Ouçó o Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Só para dizer que, evidentemente, não posso considerar que todos parlamentares da Casa são hipócritas. Foi um desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi um momento seu de sentir. Outra coisa que lhe diria é que não se sinta também compelido à restrição de sua palavra pelo aparato de segurança que o senhor está tendo. O aparato de segurança é em seu benefício, em benefício da sua segurança de vida.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilson Müller.

O SR. WILSON MULLER - Sr. Presidente, naturalmente compreendo a intenção de V. Ex^a, mas faço também uma referência para a sua reflexão. Entendo, data vênica, que nenhum termo possa ser retirado vindo de testemunhas. Não é, parece-me, uma sessão normal, é um testemunho, Sr. Presidente. Coloco isso à apreciação de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Respondo a V. Ex^a com a prática que tenho, infelizmente muito pequena, de três mandatos nesta Casa. Quando se trata de uma advertência feita - que fiz várias vezes, como Presidente do Senado, a Deputados ou Senadores -, quando eles retiram uma expressão, ela deve ser retirada pela Mesa. Foi o que aconteceu.

Ouçó o nobre Deputado Vivaldo, Deputado, Senador que seja, ou Governador, mas peço a V. Ex^a que, com todos esses elogios, fique em 10 minutos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, vou tentar colaborar, já que V. Ex^a disse que o co-autor do requerimento excedeu o tempo. Vou tentar ficar alguém para colaborar com V. Ex^a.

O depoente mencionou nas entrevistas à imprensa, e aqui reiterou, a existência de um esquema. Reiterou a palavra "esquema". Gostaria que o depoente nos esclarecesse em que consistia o esquema de que, ao que tudo realmente foi reafirmado, o depoente fazia parte?

Segundo compreendi, e acho que compreendi apenas parte do esquema, ele se destinava a organizar e aprovar emendas determinadas. Essas emendas eram diretamente vinculadas a alguma obra ou interesse específico de firmas empreiteiras, ou essas emendas eram vinculadas a entidades privadas ou a prefeituras, na sua expressão, sem obra definida, sem empreiteira definida, e parte do valor dessas emendas, depois de liberado, retornava ao esquema. E do esquema também, certamente, participavam integrantes do Ministério, ou de Ministérios aos quais eram destinadas as dotações orçamentárias aprovadas pelas emendas. Esse realmente era o esquema? O que você poderia elaborar, avançar e detalhar para nós, inclusive dizendo qual a sua participação nesse esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Antes de responder a V. Ex^a, só ainda voltando a uma referência a minha filha, só quero dizer que ela não sabia nada disso. Ela apenas pediu-me: "Pai, fale tudo o que o senhor souber. Ela não sabia de quê, sobre quê eu falaria."





O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou pedir ao depoente que repita o que disse em voz mais alta, no microfone. Por favor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Antes da resposta ao Deputado, só quis dizer, na referência a minha filha, que ela não sabia de nada disso. Ela apenas me pediu: "Pai..." De tudo o que foi falado de mim, de tudo que sei que fizeram de mim, as coisas que assacaram contra mim, que falasse. "Pai, fale tudo o que o senhor souber sobre qualquer coisa." E eu disse a ela que ia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então prossiga a resposta, por favor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Bom, parece que o senhor não entendeu, Deputado. O que eu disse, muito claramente... Havia um esquema sobre as dotações classificadas como subvenções sociais. O Senador Suplicy identificou aqui a semelhança deles, um exemplo deles aqui. Dotações globais que eram colocadas no orçamento, por emendas do Congresso, para que os recursos fossem liberados nos Ministérios mediante indicação da Comissão, desses Parlamentares que citei na Comissão Mista, evidentemente isso acertado com os Ministros. Não sei se todos os Ministros saberiam que haveria retorno desse dinheiro para os Parlamentares, ou se eram só entidades encaminhadas para eles. Alguns, diz o Deputado João Alves, sabiam.

Com certeza, havia esse esquema dessas subvenções sociais, dessas dotações classificadas como subvenções sociais de caráter geral. Isso... Havia entidades, volto a dizer, e prefeituras que entravam e devolviam o dinheiro, devolviam parcelas dos recursos recebidos para o Deputado João Alves fazer a distribuição. Havia outras entidades que eram incluídas nessas relações por indicação de alguns Parlamentares, normalmente Líderes, representantes de Mesa da Câmara e do Senado, etc.

Sobre as empreiteiras, o que sei - e isso é público e notório, não estou falando nada de novo aqui, pois todos no Congresso sabem e quem lida com o Orçamento também sabe ou, pelo menos, suspeita - é que emendas relativas a obras do interesse das empreiteiras eram aprovadas - não sei dizer quais faziam isso porque o Deputado João Alves não explicitou -, conforme relações encaminhadas por elas, e representariam um pagamento ao Deputado João Alves, cujo destino seria o mesmo do pagamento que ele recebia das subvenções sociais, ou seja, rateado por alguns membros da Comissão.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Havia, então, um esquema na Comissão e uma ponta do esquema no Ministério onde a verba era liberada, de acordo com as destinações acertadas anteriormente. Era assim que funcionava?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu não posso garantir ao Senhor que nunca vi um Ministro participando disso. O que sei é que eram acertadas - o próprio processo leva a isso - as inclusões dessas dotações previamente com os Ministros da Pasta respectiva, tanto é que essas dotações andavam num Ministério e depois passavam para outros Ministérios; coisas desse tipo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O Senhor pode dizer quais os Ministérios?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já falei quais os Ministérios que participaram. Começava no Ministério do Planejamento, houve época em que foi no MEC e no Ministério da Ação Social; não me lembro se participou também o Ministério do Interior. Mas isso é simples, qualquer técnico verifica, nos últimos orçamentos, esse tipo de dotação e quais os Ministérios envolvidos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Parece-me que o Senhor está revelando-nos que qualquer técnico, subretudo um especialista e o Senhor, que viveu nos ambientes, se pegar os orçamentos...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O técnico de orçamento.



O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, não será preferível respeitar a intimidade?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Desculpe-me, Sr. Presidente. O depoente poderia, examinando um orçamento ou cada orçamento dos últimos cinco anos, identificar cada uma dessas emendas, cada uma dessas verbas, o seu beneficiário, a maneira que se envolveu o destinatário de cada verba?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estou falando do esquema montado em cima das subvenções sociais, em que as dotações são quatro ou cinco, três, duas ou uma por ano, em cada orçamento. Isso é muito fácil. Foi um desses Ministérios. São dotações do tipo assistência em entidades comunitárias e coisas semelhantes, com os descritores muito próximos e classificados, pela natureza de despesa, como subvenções sociais. Agora, as dotações de empreiteiras e coisas desse tipo são relações enormes e é muito difícil verificar. É mais fácil verificar quem executou a obra e qual foi o Parlamentar que a solicitou. É possível até que eu tenha, no meio de papéis, algo relacionado a isso, que os Anais da Comissão, do PRODASEN tenham papéis, mediante os quais, puxando pela memória, possamos identificar alguma coisa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, diante dessas informações, eu chamaria a atenção do Sr. Presidente e do Sr. Relator de que o depoente poderá revelar, de maneira específica, ao examinar os orçamentos dos últimos cinco anos, que é o objeto desta Comissão, e identificar aquelas emendas, de maneira específica e concreta, que podem ser classificadas como participantes do esquema geral.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sobre as subvenções sociais, com certeza.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. O depoente está revelando que, se ele examinar, de maneira específica, cada orçamento dos últimos cinco anos, poderá colaborar com a Comissão, indicando quais as emendas que, possivelmente, participaram do chamado esquema, quais os beneficiários e quais os interessados. De maneira que indico à Presidência e ao Relator uma forma de o depoente, até mesmo na sua prisão, poder fazer essa identificação ou, de alguma maneira, ele ter acesso a esses papéis para que possa listar e até fazer um depoimento por escrito à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Creio que é uma grande colaboração para o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Permita que eu expresse a V.Ex^a: em primeiro lugar seria uma questão de ordem, realmente é uma declaração inadiável. O Depoente está-se referindo ao Deputado Cid Carvalho; a que deputado Cid V.Ex^a se referiu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado Cid Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Cid Sabóia de Carvalho está preocupadíssimo com a sua homonímia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não é o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Cid Sabóia de Carvalho está pedindo que seja claro que a referência dele é ao Deputado, e não ao Senador, em honra do Ceará.

Agora, ao mesmo tempo, peço a V.Ex^a que, V.Ex^a ameace se dentro de dois minutos não concluir repetir o prazo do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, vou concluir já. Deixada a proposta que será oportunamente encaminhada de maneira adequada pela Mesa, o Depoente pode me esclarecer quando começou a funcionar o esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu já falei; eu me lembro das primeiras inclusões dessas dotações de subvenções sociais no Orçamento de 1989, quando o Deputado João Alves foi Relator. É possível, ou mais que possível,





talvez provável, que dotações desse tipo já viessem de orçamentos anteriores. É questão só de se verificar se havia essas dotações, se o Ministério as liberava.

Quanto ao Orçamento para 1989, quando o Deputado João Alves foi o Relator-Geral, foram incluídas dotações desse tipo. De lá para cá sempre foram incluídas.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu compreendo então que o Depoente tem conhecimento direto de 1988 e 1989 para cá.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, o Orçamento do ano de 1989, elaborado em 1988, ou princípios de 1989.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Num esforço de memória, V.Sa. poderia colaborar com esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para indicar quais os relatores, sub-relatores, pessoas, integrantes parlamentares, integrantes da Comissão que participaram desse esquema? Que extensão tinha esse esquema? São as pessoas que o Depoente até aqui já nomeou, nesta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ou na imprensa, ou qual era a real abrangência, qual a extensão desse esquema, se o Depoente puder colaborar com esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Poderia ser a última pergunta?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Esse esquema de subvenções sociais, com certeza, sabia dele os Deputados João Alves, Fábio Raunheitti e Feres Nader, que tinham entidades que entravam no esquema, os Deputados Cid Carvalho e Genebaldo Correia - esses eu tenho absoluta certeza; isso na época da elaboração do orçamento.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Desculpe. O Depoente está-se referindo apenas às verbas, dotações sociais?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, subvenções sociais.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E de maneira mais abrangente, outras dotações, outras verbas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, aí não sei dizer. Realmente não sei dizer quais são. Sei que vários parlamentares que foram ao Relator, naquele ano, participavam amiúde do núcleo, vamos dizer assim, de decisões da Comissão; tinham acesso, possivelmente, a essas dotações - subvenções sociais -, ou como o Deputado João Alves dizia, mediante dinheiro ou por indicação de entidades que deveriam entrar nessas listas.

Agora, explicitamente, quais os relatores, eram aqueles que estavam mais próximos, juntos da Comissão. Agora, não posso dizer que eu sabia de alguma coisa, que eu tenha assistido pessoalmente a algo nesse sentido. O que me ficou muito claro...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Só para um esclarecimento, o Depoente afirmou que assistiu pessoalmente a alguns dos acertos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, eu queria dizer no decorrer do prazo de 1989 para cá. O primeiro Orçamento de que participei foi o de 1989; dentro disso é que eu estou dizendo.

O que eu vi, naquele ano, foi o Deputado João Alves elaborar o parecer do Ministério da Ação Social, se não me engano. O Deputado Raunheitti, na época, era o Relator. O que ele fez: incluiu emendas, acertou com vários parlamentares, vários deputados, com prefeitos, com empreiteiros, a fim de incluir recursos ali dentro. Isso foi naquele ano. Posteriormente, vim tomar conhecimento desse esquema, já no decorrer de 1989, depois de elaborado o Orçamento, quando começaram a sair essas subvenções e o Deputado João Alves me colocou dinheiro, me deu dinheiro, na realidade, para ficar com isso, falando que era para mim, para eu não falar, que era um presente para mim,



que era muito bom para mim, que não seria bom para mim se não aceitasse, e esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Temos, até agora, inscritos, 28 Srs. Congressistas. Se fossem 10 minutos para cada um, seriam 280 minutos, mais as ordens, questões de ordem e pedidos de palavra pela ordem.

Solicito que, realmente, procuremos ficar dentro do prazo; do contrário, terei que acionar a campainha, prejudicando o Congressista que estiver fazendo a pergunta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Depoente, o seu depoimento demonstra, com muita transparência, que havia um esquema, dentro do Congresso Nacional, de corrupção no processo de tramitação do Orçamento; e que uma das dimensões dessa corrupção estava nas dotações de subvenções sociais alocadas em alguns Ministérios; e que, apesar de o senhor ter dito, no depoimento, que não viu Ministros participarem diretamente, esses Ministros - e alguns o senhor citou nominalmente - sabiam dessas dotações, que eram globais, e que faziam parte dos acertos desse esquema.

Eu gostaria de deixar bem claro. Os Ministros que o senhor mencionou foram: Aníbal Teixeira. O senhor confirma?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Confirmando, sim, confirmando. No primeiro ano.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - No primeiro ano. E como é que o senhor confirma essa participação?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Porque o Deputado João Alves falava e mandava essas relações... iam, que eu saiba, relações para o Ministério, e havia dotações lá...

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Quer dizer, então, que devemos investigar as subvenções sociais na gestão do Ministro Aníbal Teixeira para localizar isso aí?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É isso aí. Se havia essas dotações, essas dotações estavam no esquema, com certeza.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - A Ministra Margarida Procópio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Esta, com absoluta certeza.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O Ministro Ricardo Fiúza?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com absoluta certeza.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O Ministro Hargreaves, na condição de assessor ou de Ministro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, de assessor.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - De assessor. O senhor falou do Ministério da Educação. Quem era o Ministro que participava?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Ministro Chiarelli.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O Ministro Chiarelli. No Ministério da Integração Regional, não havia ninguém?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No Ministério do Interior, realmente, eu não me lembro. É questão de se verificar se havia essas dotações no Ministério do Interior. Se havia essas dotações no Ministério do Interior, havia alguém.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Quem era o Ministro do Interior que participava?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Aí eu não posso afirmar com absoluta certeza. O Ministro João Alves era o Ministro do Interior, naquela época.





Agora, não tenho certeza se isso havia, naquela época, no Ministério do Interior. O que precisava ver é se havia lá esse tipo de dotação. Se houvesse lá esse tipo de dotação, com certeza eram feitas. É questão de se verificar nos anais do Ministério, ou nos documentos do Ministério, etc., esse tipo de coisa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor também mencionou, na entrevista, governadores que participaram desse processo. Como participavam? De que forma eram coniventes? E quem eram os governadores?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu disse que vi alguns Governadores na casa do Deputado João Alves, tá? E que o Deputado João Alves disse que havia obras do interesse desses Estados ou desses governadores, e que essas obras dariam retorno a ele. Eu disse que vi alguns governadores lá, vi os Ministros na casa dele e depois ele falou isso. Agora, não assisti às reuniões.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A outra pergunta é a seguinte: esse esquema nascia dentro do Departamento de Orçamento da União...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Por que o senhor foi para lá como Diretor?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Isso não tinha nada a ver com o Departamento de Orçamento da União.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não tinha nada a ver com o DOU?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Não tinha nada a ver com o DOU.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E o que o senhor foi fazer no DOU?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - Fui para o DOU a convite do Pedro Parente, quer dizer, completamente fora de qualquer esquema político, de qualquer coisa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quando o orçamento vinha dos Ministérios para o DOU, não havia exclusão ou retirada de verbas, remanejamento, dentro do DOU?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - Não, não senhor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Dentro do DOU não há nada de relação com esse esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - A única coisa que já houve dentro do DOU foi um acerto feito, por orientação do Dr. Pedro Parente com superiores do Ministério, com conhecimento do Secretário-Geral, do Ministro, e se não me engano até do Presidente da República. Desse não participei, não sei, mas, pelo que soube, seria do conhecimento dele fazer-se um acerto na Comissão para que já viessem no orçamento, na proposta do Executivo, dotações que atendessem o núcleo dirigente da Comissão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ou seja, havia uma negociação informal entre o DOU e esse núcleo, o esquema da Comissão de Orçamento para dotações?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - Não diria do DOU, diria entre o Ministério da Economia, o Poder Executivo e o Congresso, via Comissão de Orçamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem do Poder Executivo participava desse entendimento? De preferência, cite nomes.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - Na realidade, o Ministro...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem era?



O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - O Ministro Marcílio, o Secretário-Geral Luís Antonio, o Diretor da SEPLAN, que era o Pedro Parente, e eu como Diretor do DOU.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E também o Presidente da República?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - O Presidente da República, segundo teriam me falado, havia tomado conhecimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Na liberação nos Ministérios, apesar da convivência do Ministro, havia funcionários com papel fundamental no esquema do João Alves para facilitar essas liberações? Ou seja, se era uma dotação global, alguém carimbava, rubricava e transferia. Quem fazia isso no Ministério?

Vamos por partes. Na época da SEPLAN, quem o senhor acha que era parte do esquema para definição e liberação dos recursos?

O SR. JOSÉ CALVES ALVES DOS SANTOS - Na SEPLAN realmente não sei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Com a Margarida Procópio, na Ação Social?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado João Alves dizia que tinha contato com a Iolanda e com a Célia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Iolanda e Célia. Na gestão do Ministro...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A verdade é a seguinte: não sei se eles participavam disso ou não. Eram os contatos...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... que ele mencionava.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Mercadante, V. Ex^a conhece essas pessoas?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, mas é fácil verificar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta era cautelosa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. Na gestão do Ministro Fiúza, quem eram as pessoas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Iolanda e o Secretário-Geral.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No MEC, com Chiarelli, quem era?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No MEC, não lembro o nome dele.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No MEC.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No MEC, o Ribas, acho que foi o Ribas no MEC. O negócio é o seguinte: não sei dizer se esses funcionários, essas pessoas tinham conhecimento disso. Eles poderiam, provavelmente, conhecendo matéria orçamentária, execução, esse tipo de coisa, ter desconfiança. Se recebiam ou se não recebiam, realmente não sei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Uma outra pergunta é a seguinte: as dotações orçamentárias era a parte da corrupção que envolvia o Parlamento e alguns outros interessados; mas os grandes interesses no orçamento como participavam e de que forma estavam inseridos? As grandes empreiteiras que o senhor mencionou, os grandes fornecedores do Estado, as grandes compras? Quer dizer, onde estão os grandes interesses privados sobre o orçamento na definição do orçamento? Como é que isso se constituía?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, o que sei já disse aqui: são empreiteiras, Parlamentares, Governadores, políticos, Prefeitos





procurando membros da Comissão, normalmente Senadores, e se tinha alguma coisa acertavam com eles.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor acha que, analisando os relatórios parciais, as emendas de parlamentares, seria possível identificar esses interesses?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É possível. Mas não sei a prova concreta sobre isso, porque realmente nunca vi uma pessoa ou empreiteira oferecendo a um parlamentar uma comissão disso aí.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor teria pouco a contribuir nisso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pouco.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Última pergunta, Sr. Presidente. Quanto o senhor do esquema, como recebeu, de quem recebeu e onde está esse dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já falei. Do Deputado João Alves o dinheiro que foi apreendido na minha casa, 1 milhão de dólares, em torno disso, em espécie, sempre o Deputado João Alves me dava em dólares.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Uma outra pergunta. O senhor era um peça importante, mas não tão relevante nesse caso. Quanto o esquema movimentou? Qual a estimativa que o senhor teria como um economista tão competente?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É só somar os valores que estão nas dotações das despesas sociais. Essas dotações globais dentro das despesas sociais eram para isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Essa seria mais ou menos a estimativa do esquema.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estimativa. Agora, o que poderia vir de empreiteira ou coisa desse tipo, realmente não tenho idéia porque não sei qual a dotação que foi acertada. As coisas vinham rubricadas, vamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Creio que a sua pergunta anterior não foi totalmente respondida.

V. Ex^a perguntou como recebia e onde está esse dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Esse dinheiro foi apreendido lá em casa, em dólares que me foram entregues pelo Deputado João Alves.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Onde estão as contas bancárias do senhor? O senhor poderia mencionar? O senhor é sócio ou proprietário de alguma empresa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sou sócio nem proprietário de nenhuma empresa. As minhas contas, todo mundo sabe, estão no CITIBANK, Banco Nacional, Banco Cidade, BHU e Banco do Brasil.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor depois poderia fornecer os números das contas e outros detalhes para a Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - De cabeça não tenho, mas isso é fácil de se conseguir.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Claro. O senhor alguma vez usou CC-5 com algum mecanismo de transferência de dinheiro para o exterior ou sabe se alguém do esquema o utilizou?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Realmente não sei. CC-5 não conheço.



20/10/93

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor não sabe se parte desse dinheiro que transitava em dólar era depositado no exterior ou como? O esquema nunca...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Nunca. O que sei é que o Deputado João Alves me dava o dinheiro e eu ficava com ele.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Você nunca depositou no exterior?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Muito obrigado depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ilustre Senador Garibaldi Alves Filho, perdão, Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, membros da Comissão, Sr. Depoente:

O Depoente tem suficiente riqueza verbal, vocabular, para precisar melhor a palavra "acertos" que V. S^a usa de diferentes formas, desde combinações para quem vai ser relator, insinua que esses acertos eram em torno de percentuais - na sua entrevista o senhor fala nisso -, em reuniões sem a sua presença as pessoas acima citadas acertaram percentuais e depois lhe mandavam pegar isso ou aquilo, fazer isso ou aquilo.

Gostaria que precisasse bem o que significa "acertos": se são pagamentos, promessas de pagamentos, combinações de percentuais de comissão ou se são meros entendimentos entre os membros da Comissão com quem V. S^a convivia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Combinações de percentuais que se dividiriam e quanto ficaria para cada um: tantos por cento para o Deputado João Alves, tantos por cento seriam indicados para o Deputado Cid, tantos por cento para o Deputado Genebaldo, coisas desse tipo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor se refere ao esquema de uma forma bastante globalizante. O senhor saberia precisar quais são as percentagens que ficavam com o coordenador do esquema, com os demais participantes, ou não tem idéia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não tenho idéia.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pergunto-lhe o seguinte: além da participação nas subvenções sociais e em eventuais comissões de obras resultantes de emendas aprovadas na Comissão, V. S^a tem notícia de acertos, ditos eleitorais - usando sua expressão "acertos" - e se a emenda for aprovada, na época da eleição, o senhor vai ter um subsídio na campanha, o financiamento da campanha?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não tem notícia.

Na sua entrevista, V. S^a diz que ouviu do Deputado João Alves dizer: "Fulano me levou um dinheirão.", e cita vários parlamentares, Ministros e Governadores. Do seu depoimento de hoje, foi acrescentado o Deputado Féres Nader, que não consta da entrevista.

O senhor, hoje, incriminou os Deputados Cid Carvalho, Deputado Genebaldo Correia e Ricardo Fiúza, a ex-Ministra Margarida Procópio, o ex-Ministro Anibal Teixeira. Mas, em sua entrevista, o senhor menciona ainda os parlamentares José Luiz Maia, José Carlos Vasconcelos, José Geraldo, Ronaldo Aragão, Mauro Benevides e seu filho Carlos Benevides, Sérgio Guerra, Gastone Righi, Ézio Ferreira, Edison Lobão e ainda o Governador Joaquim Roriz, que hoje não foi mencionado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu gostaria que V. S^a confirmasse, ou não, o que diz na sua entrevista: que essas pessoas faziam parte do esquema e tinham conhecimento tanto da questão das subvenções sociais - na devolução de recursos pagos por subvenções sociais - ou de obras em que os empreiteiros pagariam comissões.





O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Confirmando, mas volto a dizer: alguns, com certeza posso afirmar, sabiam do esquema de subvenções sociais, através de conversas que tinham comigo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quais? É fundamental que o senhor frise quais, porque o senhor já reafirmou.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Nesse sentido, o Deputado João Alves...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu prefiro citar os nomes para o senhor confirmar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, só um minutinho.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O senhor disse que acrescentar um nome. Devo só ressaltar que, quando fiz a entrevista, não dei todos os nomes.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está claro.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi apresentada uma relação de Deputados, que não era da época. Quer dizer, a memória ali... Não dava para falar todos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vou citar os nomes, e o senhor, por favor, diga "sim" ou "não", para efeito de gravação.

Feres Nader?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Cid Carvalho?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Fábio Raunheitti?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Genebaldo Correia*?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - José Luiz Maia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - José Carlos Vasconcellos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - José Geraldo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ronaldo Aragão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mauro Benevides?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No caso do Senador Mauro Benevides e o Deputado Carlos Benevides, o Deputado João Alves dizia que dava o dinheiro para eles.

Agora, eles sabiam do esquema de subvenções, indicando relações de entidades de prefeituras. Isso, com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Senador e o Deputado? Os dois?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ambos, conjuntamente, vamos dizer assim, praticamente.

Volto a ressaltar que não posso garantir que eles sabiam do esquema de dinheiro. Não sei se eles sabiam disso, mas desse esquema de subvenções sociais, em que alguns Parlamentares poderiam indicar a posteriori do orçamento - quer dizer, ao Deputado João Alves - entidades de prefeituras suas para serem contempladas, eles sabiam, com certeza.



O SR. LUIZ SALOMÃO - Está claro. Do Deputado Ricardo Fiúza o senhor já falou.

Sérgio Guerra?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gastone Righi?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

Um minutinho, por favor. O Deputado Gastone Righi, por ouvir o Deputado João Alves falar. Ele falava que o Deputado Gastone Righi pedia, queria, que era preciso dar para o Deputado, que era um Líder importante ou coisa desse tipo. Mas não posso dizer: eu sei que ele sabe. Só sei, porque o Deputado João Alves falou.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Certo.

Ézio Ferreira?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado Ézio, também nesse mesmo sentido de que o Deputado João Alves falava isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Senador Saldanha Derzi?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia, com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Deputado Flávio Derzi?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Senador Humberto Lucena?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No mesmo sentido do Senador Mauro Benevides. Indicava relações de entidades para serem incluídas. Não posso afirmar se dava dinheiro ou não. O Deputado João Alves dizia que ele recebia, mas não sei se ele sabia ou não. Não tenho nenhuma comprovação, a não ser o que o Deputado João Alves falava.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Deputado Ibsen Pinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A mesma coisa, no mesmo sentido.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Qual sentido?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No sentido de que sabia de relações de subvenções de prefeituras, etc., para indicar. Agora, se recebia dinheiro é porque o Deputado João Alves falava.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. O senhor se refere, na sua entrevista, que alguns Parlamentares iam à sua casa, varavam a madrugada e "lhe enchiam o saco".

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Nunca falei. Isso deve ser alguma (inaudível) errada de que iam lá em casa e "enchiam o saco". O que eu dizia é que varavam a madrugada lá em casa. Isso nunca ocorreu. Foram poucos os Deputados que foram lá em casa. O que houve foram reuniões em que já participei até de madrugada realmente, na casa do Deputado João Alves, (inaudível) verificar, mas fazendo emenda, preparando emenda, verificando muitas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Salomão, posso pedir-lhe um momento?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos vendo aqui uma série de depoimentos sucessivos sobre questões de corrupção e dinheiro. V. Ex^a se referiu à expressão "encher o saco". Agora, é saco de dinheiro ou outra coisa?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Felizmente, V. Ex^a mantém o seu bom humor, o seu senso de humor, que vai tornar os trabalhos desta Comissão mais agradáveis.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta era séria.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de indagar do Depoente, voltando ao clima sério dos trabalhos, se seria capaz de identificar os representantes das empreiteiras.





que estiveram na casa do Deputado João Alves e em outras casas a que V. S^a se referiu. O senhor se referiu explicitamente à Odebrecht, à OAS, à Andrade Gutierrez e à Queiroz Galvão. Seria capaz de identificar por nome, apelido, descrição física ou através de fotos quem seriam esses representantes?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Poderia tentar, mas volto a dizer ao senhor que sobre essa relação de empreiteiras o repórter foi perguntando e fui falando.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas gostaria que o senhor desse os nomes dos representantes dessas quatro empreiteiras a que o senhor se referiu na entrevista.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Aí não me lembro. Referi-me a essas quatro, volto a dizer ao senhor, porque o repórter me colocou o nome delas, entende? Mas, que eu saiba, todas as empreiteiras participavam lá, está bem?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quero lhe ponderar que nem todas as empreiteiras têm acesso aos recursos do Orçamento da União.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não. Eu disse as grandes empreiteiras.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, o senhor deverá, depois, se for necessário, precisar melhor alguns nomes.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O que for preciso. Estou na lista para isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Podemos preparar uma lista e indagar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - (Assentimento.)

O SR. LUIZ SALOMÃO - Porque esse "todos", essas generalizações são muito perigosas e tendem a inocentar...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim. Eu sei. Não é nesse sentido...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quero indagar agora a propósito da designação de um assessor da Comissão de Orçamento, Dr. Roberval, que teria sido substituído por determinação do então Presidente da Câmara. O senhor conhece o episódio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Lembro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Deputado Ibsen Pinheiro fez alguma determinação nessa direção?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Olha, daquilo ali parece que... Vou falar as coisas que me contaram, assim... Não posso...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas era um subordinado seu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Não era subordinado meu.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Da assessoria da Comissão de Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Eu era Diretor da assessoria de Orçamento do Senado e ele era da Câmara, e assumiu um cargo equivalente ao meu na Câmara. Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está claro.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Parece que o Deputado João Alves é que não queria o Dr. Roberval, ou qualquer coisa nesse sentido, entende? E foram feitas gestões... Aí volto a dizer, quando me perguntaram sobre o Ministro Hargreaves, então funcionário da Casa... Na substituição dele, inclusive, houve gestões nesse sentido do Ministro Hargreaves, como funcionário, de afastar o Dr. Roberval e colocar uma pessoa que estaria relacionada com esses Parlamentares. O rapaz que entrou no lugar, se não me engano, José Roberto...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Lira?



20/10/93

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não. Lira é do Senado. Acho que é José Roberto, o que substituiu o Dr. Roberval, Roberto... Bom, não lembro o nome.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Roberto Nasser. Isso. Substituiu, era uma pessoa de confiança, indicada pelo Ministro Hargreaves.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu lhe pergunto se além de V. S^a algum outro funcionário integrava o esquema e recebia propinas, presentes do Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. E isso aqui sempre procurei preservar, porque era um negócio que me assustava muito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Salomão, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vou encerrar com três perguntas muito rápidas. Uma delas, inclusive, para...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Só um... Posso voltar atrás?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não. Por favor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que eu saiba, o único funcionário que sabia disso e estaria preparado para me substituir era o Dr. Orlando, que me substituiu na Diretoria de Orçamento quando fui para o Poder Executivo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Preparado tecnicamente ou preparado para o esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Sabia como as coisas funcionavam, quais eram as dotações, e que estavam relacionadas com o Deputado João Alves.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Dr. Orlando de quê?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ah...

O SR. LUIZ SALOMÃO - É fácil de descobrir.

Quero lhe fazer três perguntas muito rápidas. A primeira, para atender a uma observação do Deputado Ricardo Fiúza que me parece pertinente. Ele me disse, minutos atrás, que não deixassem que se cometessem injustiças com ele, Deputado Fiúza. Acho que é uma legítima aspiração. Mas circula no Congresso a notícia de que neste exercício de 93, meses atrás, o senhor teria sido convidado pelo Deputado Fiúza para assessorá-lo na elaboração de emendas ao Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Agora, relativamente há pouco tempo?

O SR. LUIZ SALOMÃO - É.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É. Fui, fui chamado, sim. As emendas pessoais dele. E acabei não fazendo isso, inclusive.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pergunto se o senhor já teve contas no AGROBANCO, em Brasília?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sabe se o AGROBANCO era usado como o mecanismo de passagem dos recursos em termos de cofre ou do que seja?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não tenho nenhuma idéia. É o que volto a falar para V. Ex^a: tudo o que vi foi em dólar. (Risos)

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu lhe pergunto se o motorista do Deputado João Alves - quando Presidente da Comissão, ele tinha um motorista, da Câmara - foi portador de remessa de dólares para o senhor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Justificarei, oportunamente, essa pergunta.





Pergunto, finalmente, Sr. José Carlos Alves dos Santos, se o seu apartamento, que foi fotografado pela **Veja**, servia de ponto de encontro para Parlamentares e moças que o senhor agenciava.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Primeiro, eu não agenciava ninguém. tá? E nunca serviu de ponto de encontro. Aquele era meu, pessoal.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ninguém sabia daquilo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador José Paulo Bisol, tem V.Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, quero apenas evitar perguntas posteriores e trazer um dado que me parece relevante. O Deputado colocou uma relação de nomes e ele respondia de duas maneiras diferentes, alternativamente: "com certeza" ou "por ouvir falar".

E preciso que ele diga o que quer significar com a expressão "com certeza". Se ele se refere a observação própria e que tipo de observação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Observação própria ou conversas pessoais .. é isso aqui... vai lá, ou conheciam de reuniões a subvenções sociais que precisam ser colocadas, precisa-se verificar se foram feitas, coisas desse tipo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, eu já tinha encerrado, mas quero completar uma pergunta. Li a relação e esqueci de fazer a pergunta. O senhor teria algum outro nome a acrescentar a essa lista que li?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, para isso eu teria que ter acesso à relação de Deputados, membros da Comissão. O senhor há de entender que não estou no momento em que consiga me lembrar das coisas todas, de detalhes.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Encareço ao depoente que depois, confrontando a revista com a sua lista arquivada na sua memória, se tiver meios de complementá-la, por favor, o faça.

Passo o requerimento ao depoente para que depois encaminhe por escrito à Comissão. Poderia lhe ser entregue o livro de Senadores e Deputados da Casa para que ele faça a relação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Entregue na Casa, no momento, onde ele está?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não falei na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não entendi, desculpe.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não falei "na Casa". Falei que seja entregue ao depoente o livro como nome dos Deputados Senadores e que seja feita por escrito a solicitação para que ele nomeie um a um. Ou então que o façamos imediatamente. O livro está na frente da mesa e poderia ser feito. Só desta Legislatura. Talvez poderíamos encaminhar posteriormente. Mas, de qualquer forma, encaminho o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu fiz a pergunta; ela não é "peçonina" nem hilária. Pretendi ter ouvido V. Ex^a dizer "na Casa." Perguntei se era desde logo uma possibilidade dessas. Evidentemente preso que ele está, tem o direito de fazê-la, lá.

Deputado Luiz Salomão, quando V. Ex^a perguntou se o depoente agenciava encontros e a resposta foi: "nunca agenciou". O que significaria agenciar?

O SR. LUIZ SALOMÃO - É porque também corria no Congresso Nacional a informação de que o apartamento do Sr. José Carlos Santos Alves servia de *garçonnière* para parlamentares amigos. É uma informação que não tem muito a ver



com corrupção, mas tem a ver com outro tipo de crime. Como o Sr. José Carlos Santos Alves está sendo processado por vários crimes, era só para conhecer se havia também esse tipo de implicação, sem nenhuma conotação de tentar envolver alguém em nada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para os leigos, a impressão que dá de agenciamento seria uma coisa que levasse dinheiro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, Sr. Presidente. Era *rendez-vous*.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Ex^a.

Tem a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, indago ao depoente se entre 1985 e 1992, segundo a revista *Veja*, V. S^a foi dono de uma cadeira no Conselho Nacional de Serviço Social, ponto estratégico para quem deseja ter acesso a verbas a fundo perdido do Ministério da Ação Social. V. S^a confirma isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não fui dono de uma cadeira. Fui conselheiro do Conselho Social do Serviço Social. Mas V. Ex^a pode estar certo de que lá não havia nada. Inclusive era mero registro. Lá não tínhamos participação em prestação de contas em nada disso. O registro tinha normas protocolares, as entidades que estivessem ali faziam isso. No Conselho Nacional de Serviço Social, nunca vi nada, nunca realmente participei de nada. Não tenho conhecimento de nada lá. Inclusive não vejo o porquê, porque era insignificante. Nem me lembro como foi feita a minha indicação para lá. Mais porque havia na Câmara, um assessor, o Luiz Vasconcelos, que era membro do Conselho há muito tempo e se queria no Senado Federal alguém. Já tinha havido um funcionário do Senado Federal como membro do Conselho, depois me colocaram lá, mas não havia nenhuma participação de nada, nenhuma implicação de nada, nem era lugar primordial - aí é informação da *Veja* - no processo, que pudesse trazer alguma coisa. Estou aqui sendo o mais aberto, o mais sincero possível. Se tivesse eu falaria também.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Quer dizer que V. Ex^a nega que essa posição...

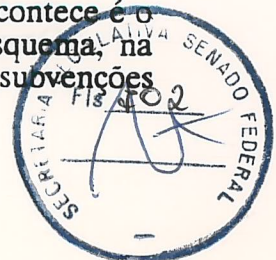
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - (Faz soar a campainha.) - Peço silêncio ao Plenário, em atenção ao Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. S^a nega, então, que essa posição lhe desse acesso a recursos no valor de 7 ou 8 milhões de dólares, o equivalente a 13 mil e 400 dólares para cada um dos 584 Parlamentares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza. Não tenho nada a ver com isso, porque essas dotações de subvenções sociais eram distribuídas no Congresso e rateadas por todos os parlamentares. Nem o Conselho pagava, eu acho... Ah, não, o Conselho andou pagando uma época, mas eu não tinha nenhuma interferência nisso, porque eu era mero conselheiro, não era executivo. O Colegiado não tinha a mínima participação nisso. O Colegiado não tomava conhecimento de prestações de contas nem nada. O Colegiado apenas fazia o registro, face aos documentos que chegavam num processo. A atividade era meramente cartorial, vamos dizer assim, de registro.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. S^a negou que, quando foi ocupar uma posição no Governo, no setor de Orçamento, essa ida tivesse representado uma escalada, uma combinação dentro de qualquer esquema. Entretanto, na mesma revista, há informação de que, depois que V. S^a saiu dessa posição, V. S^a teria inclusive aumentado o seu patrimônio através da aquisição de um avião Seneca. V. S^a confirma isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. O que acontece é o seguinte: quando fui para o DOU, não teve nada a ver com nenhum esquema, na realidade. Porque o que eu conheci especificamente era o esquema de subvenções





sociais. Esse esquema independia de minha presença ou não em qualquer lugar que fosse. Eu não era executor, eu não me responsabilizava por relações encaminhadas pelo Congresso, porque era o Deputado João Alves que encaminhava, assinava, fazia tudo. Eu não tinha nenhuma ingerência em liberação de pagamentos, esse tipo de coisa. Então, minha ida para o DÓU não tem nada a ver com isso.

Quanto ao avião, como eu já disse, não é meu. Esse dinheiro, emprestei para um rapaz e ele o comprou, em decorrência de que eu havia feito comentários de que talvez eu quisesse ter acesso a uma fazenda que minha família tinha e que alguns primos meus distantes estariam vendendo; e que, se eu fosse, eu compraria um teco-teco para ir, porque é no norte de Minas, em Pirapora. A partir daí, uns dois, três dias depois, ele apareceu com esta história: de que era uma pechincha, muito barato, que era muito bom, que valia a pena, que era um avião de 1980, ou qualquer coisa assim.

Eu não sabia se ia comprar a fazenda, se ia ter ou não a fazenda. Falei: "Tudo bem. Se é pechincha, se é bom negócio, se ele diz que poderia montar um táxi aéreo, e que táxi aéreo é uma empresa que tem condições de prosperar..." Eu não tinha ainda nenhuma perspectiva do que iria fazer. Eu estava num momento muito difícil da minha vida. Então, ele comprou o avião, já me pagou a parcela que dei, montou o táxi aéreo. Esse avião é de propriedade do táxi aéreo, está registrado no táxi aéreo - é questão de verificar no DAC, há o registro. E nunca tive nenhuma participação na administração dessa empresa de táxi aéreo. Viajei nesse avião duas vezes. Numa paguei o combustível, quando fui a Uberaba conversar com o Chico Xavier. Há uns dois ou três meses, fui ao Chico Xavier - amigos comuns tinham marcado para mim uma entrevista com ele. Eu queria vê-lo por problemas pessoais, conversar com ele e com outras pessoas em Uberaba. Então, fui nesse avião, mas paguei o combustível. Disso deve ter registro. Se for olhar a contabilidade, os registros desse táxi aéreo, deve estar lá. E uma outra vez, fui a Goiânia. Dessa vez eu não paguei. Como era uma viagem curta, fui e voltei no dia seguinte, inclusive em companhia comercial.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. S^a fez uma afirmação que me parece grave. Porque aqui temos que esclarecer as coisas. Num determinado momento, V. S^a disse que tinha visto determinados parlamentares na casa do Deputado João Alves. E noutro momento disse que não se lembrava de ter visto alguns. Anotei aqui. V. Ex^a não se lembra de quem?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Se V. Ex^a me der a relação, posso dizer quem eu já vi especificamente na casa do Deputado João Alves ou não. Isso no período em que o Deputado João Alves era Relator. Evidentemente, no período dos outros Relatores houve outras reuniões, outras coisas. Especificamente, na casa do Deputado João Alves, se V. Ex^a ler, novamente, esses nomes para mim, posso dizer quem já vi lá, quem não vi ou quem eu vi conversando com S. Ex^a aqui no Congresso sobre coisas desse tipo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - A imprensa publicou os nomes dos envolvidos: Cid Carvalho, Ézio Ferreira, Fábio Raunheitti.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já vi o Cid Carvalho na casa dele. Não me lembro de ter visto o Ézio Ferreira lá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Fábio Raunheitti, Flávio Derzi...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. O Fábio Raunheitti, vi, com certeza, na casa dele. Não me lembro se vi o Flávio Derzi lá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Gastone Righi?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não me lembro de tê-lo visto. Acho que não vi o Gastone Righi. Não me lembro se vi ou não o Flávio Derzi. Mas o Gastone Righi não vi não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Genebaldo Correia?



20/10/93

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Vi-o, com certeza.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - João Alves?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ah! O João Alves, era na casa dele. Íamos sempre à casa dele. (Risos)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - José Carlos Vasconcelos?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Vi-o, com certeza.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - José Geraldo?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - José Luiz Maia?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Manoel Moreira?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Messias Góis?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Paes Landim?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Paes Landim, com certeza.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Pedro Irujo?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Ricardo Fiúza?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sérgio Guerra?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, o Sérgio Guerra acho que é mais recente; o Deputado João Alves não era o Relator. Sérgio Guerra já foi com o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Uldurico Pinto?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na casa do Deputado João Alves.

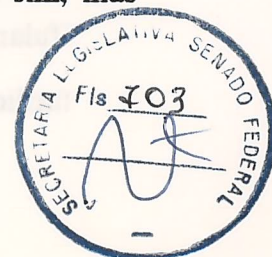
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O Senador Humberto Lucena?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, eu nunca vi o Senador Humberto Lucena na casa dele. Já falei, já atendi telefonema dele lá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mauro Benevides?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também nunca o vi na casa dele, mas também já falei com S. Ex^a ao telefone lá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Ronaldo Aragão?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já foi na casa dele. Lembro-me dele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Saldanha Derzi?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não me lembro. Acho que não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O Governador Edison Lobão?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já o vi.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - João Alves?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já o vi.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Joaquim Roriz?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já o vi.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O Ministro Henrique Hargreaves?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Hargreaves, sim, mas como funcionário; não era como Ministro, e sim como funcionário.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Alexandre Costa?





O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, eu nunca disse que vi o Alexandre Costa na casa dele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Aníbal Teixeira?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não me lembro de ter dito tê-lo visto na casa dele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Carlos Chiarelli?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não me lembro de tê-lo visto pessoalmente na casa do Deputado João Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Margarida Procópio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também nunca a vi na casa dele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - E empreiteiros, V. S^a os viu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Vi vários empreiteiros passando por lá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. S^a tem nomes.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ah, eu não guardo o nome desse pessoal, mas é fácil identificá-los. De algumas empreiteiras dessas, com certeza; empreiteiras pequenas também já vi passar por lá. É questão de ir perguntando os nomes, que irei falando e lembrando os que foram lá.

É claro que existem outros Parlamentares que eu já vi na casa dele. Aí eu não sei - é o que estou falando - eu precisaria lembrar o nome deles; não me lembro de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Faz soar a campainha.) Nobre Senador, eu gostaria de lhe informar que o seu tempo está encerrado. Contudo, ouço V. Ex^a, se puder finalizar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Só uma última pergunta, algo que considero importante, Sr. Presidente, é a afirmação do depoente de que determinada pessoa recebia dinheiro, outra apenas indicava em que datas as prefeituras recebiam subvenções. Há uma diferença aí. V. S^a poderia individualizar isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já respondi, se não me engano ao Deputado ali sentado: citei nomes, explicando quais eram, quais não eram, em função da presente relação, etc.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - E só para finalizar, Sr. Presidente.

V. S^a disse, num determinado momento, que, às vezes, o Deputado João Alves era dado a umas maluquices - é textual isso aqui. Que maluquices eram essas, se estamos tratando de coisa tão grave e o depoimento de V. S^a é baseado em informações e afirmações do Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, repare o seguinte: o que eu disse foi que o Deputado João Alves, com o seu temperamento, talvez na entrevista, não sei se usei essa expressão ou não, mas a fita gravada está aí e diz se usei essa expressão, ou não. Com certeza, isso não era um desrespeito a ninguém, a expressão que eu usei é mais uma expressão de desabafo, de conversa informal, vamos dizer assim, dizendo que o temperamento dele... ele era uma pessoa muito expansiva, que falava uma coisa, falava outra, dizia as coisas com muita facilidade, soltava as coisas com muita facilidade nesse sentido.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Soltava as coisas com muita facilidade?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, porque falava "fulano de tal vai receber". É isso que estou dizendo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Soltava as coisas com muita facilidade não quer dizer, para V. S^a, às vezes, leviandade, ou não?



20/10/93

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pode até ser, algumas vezes. Por isso é que eu sempre fiz a ressalva de quem eu não tinha certeza que sabia do esquema. Quem eu tenho certeza que sabia do esquema eu já falei aqui, ou por ter ouvido pessoalmente alguma conversa, ou por terem me feito referências pessoais, ou por atitudes que tenham tomado. Esses, eu confirmei pessoalmente que sabiam; outros fiz a ressalva de que era apenas por ter ouvido falar pelo Deputado João Alves. Exatamente para que não se cometam injustiças, coisas desse tipo. Por isso é que fiz a ressalva de que alguns sabiam do esquema de dinheiro e que outros, com certeza, sabiam do esquema de apresentação de lista de subvenções. Se sabiam do esquema de dinheiro ou não, aí era parte do que o Deputado João Alves falava, mas tenho certeza de que sabiam do esquema de apresentar relações de subvenções. Isso também não fica difícil de comprovar a partir do momento em que se peguem essas relações e se verifiquem os Parlamentares que têm interesse naquelas entidades, naquelas prefeituras, naquelas regiões. Acho que é fácil todo o Congresso descobrir isto: tal prefeitura é de tal parlamentar, isso faz parte do processo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria pedir uma coisa a V. Ex^a: venho de uma região seca, e aqui não está chegando água.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há pouco eu dizia que não havia nem água nem café. Mas, como chegou o café, suponho que a água chegará. Como é a nossa primeira reunião, talvez o problema logístico não tenha sido bem equacionado.

Agradeço a V. Ex^a e recomendo à Secretaria da Comissão que providencie água para os presentes.

Nós temos gasto, em média, 15 minutos. Alguns menos, outros, mais; a média tem sido de 15 minutos. Algumas perguntas são tão importantes que eu me contenho para não interromper, mas seria muito bom que não houvesse agora repetição daquilo que já foi dito e já foi respondido.

Pergunto ao nobre Senador Luiz Alberto, que estava inscrito, mas cuja inscrição está cortada em favor do Deputado Roberto Jefferson, suponho. Coincide isso?

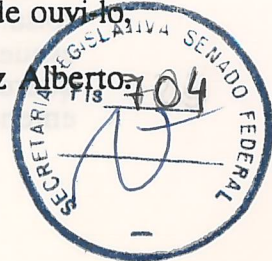
O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, eu perguntei sobre a lista porque reparei que as inscrições feitas não eram pelos Deputados, nem pelos Senadores; havia uma caligrafia repetida em vários nomes, sem assinaturas. Eu recebi para assinar a lista e vi um espaço em branco com uma mesma letra do lado direito com vários nomes, e coloquei o meu nome, então, nesse espaço em branco. E fui eu que cortei esse nome ao lado, porque não tinha a assinatura do Senador. E eu coloquei ali minha assinatura.

O SR. ODACIR KLEIN - Eu gostaria de esclarecer que a letra colocada aqui é minha. No início da sessão, a Secretária, por inadvertência, estava coletando assinatura, numa lista só, de titulares, suplentes e não-membros da CPI. E quando nós acertamos as três listas e havia titulares e suplentes inscritos naquela lista inicial, passei para cá os nomes dos Senadores Garibaldi Alves e Luiz Alberto. A letra que estava aqui colocada repetida é minha.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, à guisa de esclarecimento: na outra lista eu era um dos primeiros inscritos, mas não há problema; eu cedo a vez, diante da explicação do Vice-Presidente, ao nobre Senador, porque na outra lista eu era o quarto. Não há problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Teremos a alegria de ouvi-lo, Deputado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Eu fico após o Senador Luiz Alberto.
Abro mão em favor dele.





O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Poder-se-ia decidir a questão interna corporis do PTB, porque o Senador é do PTB e V. Ex^a também.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Abro mão para falar depois do Senador. Não há problema, Sr. Presidente. Não crio embaraço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acredito que teremos oportunidade de ouvi-lo e estou desejoso, particularmente, de ouvi-lo. Agora, quero seguir a lista.

O SR. RICARDO FIUZA - Sr. Presidente, por gentileza, apenas para um esclarecimento. V.Ex^a está considerando os Deputados não-membros, embora citados, em que ordem? Porque acredito que os citados têm esclarecimentos ou perguntas a fazer que ilustrarão a Comissão. Eu pediria a V.Ex^a que para aqueles que, embora não-membros, foram repetidamente citados fosse obedecida a ordem de inscrição. Se não me falha a memória, a minha deve ser quinta ou sexta. Creio que ninguém da Comissão se insurgiria...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já estou ouvindo apoios a latere à posição de V.Ex^a.

O SR. RICARDO FIUZA - Não estou com pressa, mas daqui a pouco a Comissão se esvazia, as pessoas ouviram as colocações, e nós não temos o direito de fazer... não vou polemizar, porque não é minha vez de depor. Quero depor. Gostaria apenas de fazer algumas perguntinhas. Pediria a V.Ex^a que me considerasse como Membro, para efeito de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Ex^a está aqui na lista dos não-Membros. V.Ex^a raciocina com o direito de, uma vez citado,...

O SR. RICARDO FIUZA - Não raciocino. Peço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Interpreto o seu grau de humildade, mas estou interpretando como um raciocínio seu e, na oportunidade, consultarei o Plenário e, com certeza, V.Ex^a terá oportunidade.

Senador Luiz Alberto Oliveira, V.Ex^a tem a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu espero.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Gostaria de indagar do Depoente se ele recebeu este valor, em torno de um milhão, um milhão e quatrocentos mil dólares, na época em que trabalhou no Congresso Nacional ou quando ele também participou de um cargo no Executivo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, foi independente de trabalhar no Congresso ou no Executivo, mas recebi quando trabalhava no Congresso e quando trabalhava no Executivo, mesmo depois de aposentado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - O senhor não poderia avaliar quanto recebeu como diretor de um serviço do Congresso Nacional e quanto recebeu de propina como diretor de um órgão do Executivo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, porque na realidade a atividade no Executivo não fazia parte disso aí. O que havia na realidade é o que eu disse: era o Deputado João Alves dando esse dinheiro. Volto a dizer a expressão que está na Veja, uma expressão meio baixa, mas praticamente como um cala-boca "isso é seu..."; quer dizer, eu não tinha interferência nisso, mas ele me dava, na realidade, como presente mesmo, por orientá-lo, analisar, acompanhar. Por saber das coisas na realidade e como um técnico que ele tinha à mão para poder fazer classificações e esse tipo de coisa. Mas, de qualquer maneira, digo como presente porque fazendo ou não fazendo, o esquema independia de minha presença acontecerem essas coisas.eu tinha...sem querer justificar nada, porque me colocaram muito dinheiro à frente. Segundo, havia entendimentos implícitos e me davam explicações de que eu estaria demitido se não



20/10/93

fizesse e coisas desse tipo. Havia ameaças nesse sentido também. entende? Participei - volto a dizer - desde a execução do orçamento de 1989...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Qual foi a primeira vez em que o senhor recebeu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Em 1989. No orçamento de 1989.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - E em 1990, quanto?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O valor eu não sei dizer. Normalmente eu não me lembro, mas eram recursos em dólar. No início foram menos e aumentaram.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Mesmo como aposentado o senhor conseguia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mesmo como aposentado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Jefferson, V.Exª tem a palavra.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, entendo praticamente exaurida a inquirição da testemunha, mas há algumas coisas que eu gostaria de indagar da testemunha, porque não ficaram claras no processo.

Inicialmente, eu gostaria de saber da testemunha como é que deu a prisão dele. Tratou-se de uma decretação de prisão preventiva? Ele foi preso praticando algum delito? Como e quando se deu a prisão da testemunha, Sr. Presidente?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No dia 7, na minha casa, quando foram pegos os dólares, e, no meio dos dólares, havia alguns dólares falsos.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, qual a quantia de dólares apreendida nesse dia na casa do Dr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Cerca de 700 mil dólares, dos quais, parece - não sei precisar com certeza - 30 mil dólares falsos.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, o Dr. José Carlos, anteriormente, havia entregue à Polícia uma soma em dinheiro.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foram entregues 300 mil dólares.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Esse recurso ficou com a polícia, para marcar o dinheiro na expectativa de um financiamento do seqüestro, Dr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não senhor. Quando a polícia esteve em minha casa, o delegado do seqüestro disse que, efetivado um contato, antes de entregar o dinheiro, as notas teriam que ser marcadas.

Quando foi feito o contato, eles sabiam, foi gravado. O delegado pediu o dinheiro, e, como eu estava com o dinheiro, eu disse que estava com o dinheiro. Nesse momento, ele disse que iria mandar um perito à minha casa para fazer a marcação, que seria à caneta, uma caneta especial ou qualquer coisa desse tipo. Mas quando o perito chegou à minha casa, não havia caneta; então, era uma relação manual que tinha que ser feita de todas as notas. Meu filho e meu genro ajudaram a fazer essa relação, anotando cédula por cédula de mil dólares. Nessas 300 mil dólares que eu dei para ele, havia 10 mil dólares falsos. O perito me mostrou que eram falsos, porque havia números repetidos. Eu que entreguei para ele esses dólares - "saca", eu não poderia saber que era falso, óbvio.

Então, o perito perguntou se eu queria que ficassem comigo ou se eu queria que ele levasse para fazer uma "peritagem" melhor ou qualquer coisa nesse sentido. Eu disse a ele que teria que verificar isso. Que o pessoal estava lá em casa, viu e





20/10/93

sabia. Então, ele disse: está tudo bem, mas vou levar para verificar se realmente são, tal e coisa, aquele negócio... e levou esses 10 mil dólares falsos.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Ele devolveu, Dr. José Carlos, ou ficaram apreendidos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, os 300 não. Os 300 ficaram comigo e foram apreendidos, posteriormente, em um cofre que eu mantinha no Citibank.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Dr. José Carlos, os 300 foram apreendidos posteriormente em um cofre do Citibank?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - E a soma divulgada pela Imprensa, que é de 1 milhão e 300 mil dólares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, mas isso é porque somaram duas vezes esses 300 mil dólares.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Então, isso está errado? 1 milhão de dólares é o que está apreendido na Polícia, inclusive com o laudo.

Dr. José Carlos, o senhor disse que recebeu só de uma fonte, de um Deputado desta Casa, o Deputado João Alves, esses recursos. A partir de 1989, se não me engano, foi o que o senhor falou.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Até quando o senhor recebeu recursos, Dr. José Carlos? Até que ano? até que mês, o senhor recebeu recursos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Até o ano passado, em 1992. Não sei precisar o mês.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - No final do ano de 1992?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. É questão de se verificar quando foi a liberação. O Deputado João Alves costumava fazer isso quando ele dizia que havia liberações do Ministério do...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Dr. José Carlos, peço um esclarecimento. Não era por ocasião da elaboração do orçamento que o senhor recebia recursos do Deputado João Alves...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - ...na medida em que algumas verbas orçamentadas iam sendo liberadas? É isso, Dr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Repare o seguinte: que essas subvenções sociais, o Deputado João Alves chegava para mim e falava: olha, recebi tanto e recebi tal dinheiro ou recebi um dinheiro. Toma para você essa parte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas isso ocorria no momento da elaboração do orçamento ou na execução dele no ano subsequente?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Era quando ele recebia os recursos. Esses recursos ele só recebia depois que eram liberadas as subvenções sociais.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Na execução do orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, na execução do orçamento.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Então, o senhor recebia isso ao longo do ano? Num mês saía uma parte, no outro mês, outra parte...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Saiu isso; toma cá e tal coisa. Esse negócio.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Dr. José Carlos, ele lhe dava os recursos por quê? Por que o senhor recebia essa vantagem? Era em função do cargo que o



20/10/93

senhor ocupava ou de algum favor que o senhor fazia a ele? Qual o motivo de o senhor receber esses recursos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na realidade, penso que isso era um "cala a boca". Ele precisava de alguém perto dele que tivesse conhecimento de técnica orçamentária, que tivesse conhecimento dos mecanismos orçamentários, vamos dizer assim.

Nunca vi nenhum parlamentar, pessoalmente, nunca vi nenhum parlamentar receber qualquer espécie de dinheiro, por qualquer coisa relativa ao Orçamento ou por qualquer outra coisa, tá?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - V. S^a viu algumas dessas pessoas dando dinheiro ao Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, também nunca vi.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor nunca viu ninguém dando dinheiro ao Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Agora, o que volto a dizer: algumas pessoas dessas que citei disse com certeza, porque já fizeram referências a mim de que conheciam esse sistema, ou por suas funções, precisaram da minha presença, e fizeram isso, tá?

As outras foram referências que o Deputado João Alves fez. Por exemplo, ele já fez referência ao senhor, compreende? Agora, se é verdade ou não, não sei dizer. Ele já fez referência ao senhor.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Como? Isso é uma questão de acreditar no senhor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu sei. É o que estou dizendo ao senhor. O Deputado João Alves fez referência. Não posso dizer que o senhor recebeu ou não recebeu. Eu não sei. Disso aí eu não tenho o mínimo conhecimento.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas eu indagara do senhor o que ele falou com referência a mim?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que o senhor também receberia recursos dele para ajudá-lo, dar força a ele nas decisões dele.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não fiz parte dessa Comissão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu sei, mas como político de partidos que faziam as reivindicações.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim. Agora, volto a fazer uma pergunta a V. S^a, que acho de natureza importante: com relação ao Deputado Gastone Righi, o senhor alguma vez ouviu alguma conversa do Deputado João Alves com o Deputado Gastone Righi?

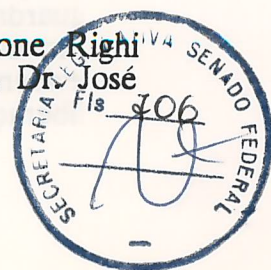
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Se ouvi a conversa?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Alguma conversa, alguma vez?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já ouvi os dois conversando por telefone e o Deputado João Alves falando que era o Deputado Gastone Righi, em que parecia que acertavam alguma coisa, que havia concordância de alguma coisa. Não posso dizer, não me lembro, inclusive, de coisas específicas sobre esse tipo de acerto. Lembro-me que o Deputado João Alves falava muito e, às vezes, desligava o telefone e comentava que o Deputado Gastone Righi cobra, pede mais, coisas desse tipo.

Agora, se isso é verdade ou não, não ouvi no telefone o que eles estavam conversando.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas o Deputado Gastone Righi cobrava a aprovação, a inserção de alguma emenda ou cobrava recursos, Dr. José Carlos?





O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ele cobrava inserção de emendas. E, pelo que o Deputado João Alves falou, pedia dinheiro.

Isso eu ouvi. Em relação ao Deputado Gastone Righi, ouvi conversas que me induziam realmente a isso. O Deputado João Alves falando coisas que pelo que ele falava depois que eu provava o que ele estava falando, entende? Agora, se era mesmo ou não, não sei. Tenho plena convicção, é disso que estou falando com relação ao Deputado Gastone Righi. Não o conheço pessoalmente, tive pouquíssimo contato com ele, mas isso estou lhe passando coisas que já vi. Do senhor, por exemplo, eu não posso dizer que eu vi o Sr. telefonar para ele ou que eu assisti conversa do senhor com ele. Ouvi o que o Deputado João Alves falou para mim.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim, entendo, estou entendendo toda essa...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estou procurando ser o mais sincero possível exatamente para não fazer injustiça a ninguém, porque eu sei as implicações que isso pode trazer.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Dr. José Carlos, o senhor alguma vez me viu na casa do Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não senhor.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor alguma vez me viu na Comissão de Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, aí, para falar a verdade, não me lembro, mas também não posso afirmar que o senhor nunca tenha ido lá.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço ao Deputado Jefferson que conclua.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, era só essa a minha linha de questionamento, não tenho mais nenhuma pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Sigmaringa Seixas.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, vou ser bem rápido porque as principais dúvidas que me assaltavam, de certa forma, já foram resolvidas com as respostas dadas até aqui, pelo depoente.

Eu me permitiria, antes, Sr. Presidente, propor a V. Ex^a e ao eminente Relator que fossem fornecidas cópias das Leis Orçamentárias de 89, 90, 91 e 92, assim como as relações encaminhadas pelo Deputado João Alves e, eventualmente, outros Deputados, indicando ao Ministério da Ação Social e ao MEC as entidades que deveriam receber subvenções.

Com isso, o depoente poderia fazer um confronto e esclarecer de forma mais pormenorizada esses fatos. Eventualmente, poderia voltar aqui para repetir seu depoimento.

Isso é indispensável, Sr. Presidente, porque normalmente essas verbas são repassadas a fundo perdido, e não há uma prestação de contas ao Ministério. Não é verdade? Então, para saber se houve uma real aplicação, pelas entidades, desse dinheiro, é preciso que façamos uma perícia nessas entidades.

De maneira que, eu proponho a V. Ex^a que forneça cópia não só das relações, mas também das Leis Orçamentárias referidas, ao depoente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, dessas relações, algumas eu devo até ter guardado. Sou meio desorganizado, nunca fui de guardar papel ou sistematizar memória, coisas desse tipo. Mas é possível, aliás é muito provável, que eu tenha algumas dessas relações, mas mesmo que eu não as tenha, evidentemente, no Ministério tem que haver essa documentação, para o processo de liberação, tem que haver isso no Ministério.



20/10/93

E, adiantando, gostaria de colocar - sei lá o que acontece comigo - que as entidades que tenham dotações mais elevadas, que tenham valores mais expressivos, com certeza, participavam desse sistema ou desse esquema; e as que têm valores pequenos representavam relações de parlamentares indicados.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Pois não, mas de qualquer forma V.Sª recebendo informações, isso poderá auxiliá-lo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Algumas, eu não lembro de todas. E repare o seguinte: não sei de todas, o que eu digo é que aquelas muito grandes, evidentemente, a gente fica sabendo, é óbvio, pelo processo óbvio das coisas.

Segundo é que eu disse aqui inicialmente, Deputado, eu disse aqui inicialmente...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não há necessidade de V.Sª responder agora.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É só um detalhe. É que uma perícia na contabilidade dessas entidades, com certeza, tem que indicar isso. É impossível mascarar o volume desse aplicativo de recursos.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Nós vamos pedir essa perícia apenas para auxiliar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Exato.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Vou fazer duas perguntinhas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero primeiro deferir de pronto a sugestão de V. Exª. Tenho a impressão que, aliás, ela já foi feita aqui, em parte, pelo Deputado Vivaldo Barbosa e até pelo Deputado Mercadante.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Desculpe, não prestei atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não há o que atentar, apenas lembrar que estamos rigorosamente obrigados a fazer.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Segundo a revista VEJA, V.Sª teria anunciado que só faria declarações em juízo. V. Sª, entretanto, resolveu dar essa entrevista à revista Veja. Houve alguma razão especial para isso? V. Sª terá sido pressionado? O que levou V. Sª a mudar de posição e dar essa entrevista à Revista Veja? V.Sª, inclusive, disse que foi torturado. V. Sª confirma essa declaração à revista Veja? Em que circunstância?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que houve aí uma série de coisas que se juntaram. Meu ambiente emocional de um tempo para cá, as preocupações de que poderia ter alguma implicação na minha situação pessoal, coisas que foram assacadas contra mim e que não tenho a mínima interferência: uma campanha de difamação e de colocação de coisas absolutamente absurdas que foi feita aí no decorrer de quase um ano, como que eu era irmão de fulano de tal - e sou filho único; que não tenho parentesco nenhum com as pessoas, coisas desse tipo; que eu estava atrás de esquemas em computador, com o que não tenho nada a ver; mais recentemente, que eu era falsário - obviamente não o sou; que eu teria esquema de tóxico, e isso é impossível; que eu teria matado a minha mulher, que não matei. Tudo isso que foi sendo levantado, não sei por quais razões, por incompetência da polícia, por causa de justificar um trabalho, sei lá o que foi. Essas coisas iam doendo muito na consciência, incomodavam. Fui torturado no dia que fui preso à noite: queriam que eu falasse sobre minha mulher e eu não sabia, perguntaram sobre isso; lembro-me de ter falado alguns nomes muito rapidamente; eu não agüentava, pois foram cerca de quatro horas e tanto numa madrugada. Depois, a minha filha me pediu que o que eu soubesse, o que eu tivesse, o que quer que fosse que eu falasse. Eu prometi a ela e acho que devia isso aos meus filhos. Isso foi a gota d'água de tudo, que eu tinha que soltar. Acho que foi um desabafo; depois disso...sei lá.





O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado se considera respondido? V. Ex^a perguntou por tortura.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim. Sobre isso, eu gostaria de saber em que dependência policial, se V. S^a pode identificar o nome do torturador e que espécie de tortura V. S^a sofreu.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não; eu não posso identificar torturador; eu não vi. De madrugada me tiraram da cela; falaram-me que meus advogados estariam lá. Os que estavam tomando conta de mim, eu sei, eu vi, me tiraram...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Quem eram essas pessoas que estavam tomando conta de V. S^a?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O nome eu não sei.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas poderia identificar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Os que estavam lá na hora sim. Pelo...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Foram essas pessoas que torturaram V. S^a?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não; aí eu não posso dizer. Não sei. Lembro-me de um rapaz alto que me levou, que me algemou para trás; um outro lá que parece ser o chefe da carceragem que estava de plantão lá no dia e me mandou tirar os óculos, deixar meus óculos lá; disse que meu advogado estava lá. Desceram-me por uma escada, por um corredor escuro. Quando eu estava indo, um sujeito que vinha por trás de mim, que era esse moreno alto que me algemou e estava me levando, enfiou-me um capuz preto na cabeça e aí não vi mais nada.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas V. S^a poderia identificar essa pessoa que o conduziu até esse local.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pode ser.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - E que tipo de tortura V. S^a sofreu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Chegando lá, eles me colocaram em uma cadeira de braço, enfiaram um ferro entre os braços de maneira que eu não pudesse levantar; eu estava algemado para trás. Alguém, por trás de mim, enfiava um saco de plástico na cabeça por cima do capuz preto, do pano preto, apertando esse saco e sufocando-me o nariz e a boca. Pouco depois, começaram a me bater na região da barriga; despiram-me a parte de baixo. Parece que me deram choques nos órgãos genitais.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - E perguntavam alguma coisa a V. S^a?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Perguntaram-me sobre o desaparecimento de minha mulher e sobre isso aí, sobre os nomes do Congresso ligados à corrupção.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Há um outro trecho da entrevista que diz o seguinte:

Também foi o José Carlos Alves dos Santos quem convenceu Marcílio e Pedro Parente a levar ao Presidente outra idéia exótica: negociar o Orçamento de 1992 com os "sete anões" da Comissão do Congresso e, depois de presentear cada um deles, contar com seu apoio para passar um rolo compressor sob os demais Parlamentares. Não me lembro se V. S^a já respondeu. Quem eram os "sete anões" e quais eram esses presentes?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na realidade, isso já me referi no processo. Na realidade, não fui eu que convenci ninguém a colocar esse tipo de coisa. O que aconteceu é que o Pedro Parente, não me lembro como é que surgiu a idéia, mas acho que partiu dele fazer um acordo com a Comissão de Orçamento a



facilitar a aprovação do Orçamento do Congresso. Nesse sentido, endosse, falei que isso era um caminho válido, que resolveria problemas politicamente aqui dentro, com membros que tivessem dirigindo a Comissão, tivessem parte decisiva na Comissão.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas quem eram os "sete anões"?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Calma! A história dos "sete anões" apareceu no jornal ou revista anteriormente; eram considerados os Parlamentares-núcleo-dirigente da Comissão: o Deputado Cid Carvalho, Deputado Genebaldo, Deputado Manoel Moreira, Deputado José Carlos Vasconcellos, Deputado João Alves, óbvio. Tinha o Felipe Mendes, o José Luiz Maia... Eu teria que ter a relação da Comissão na mão para poder lembrar de todos.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Desses presentes, a matéria fala:" e depois de presentear cada um deles..."

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não é uma declaração de V.Sª?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, isso não. Isso é reportagem, parece-me que foi feito isso, mas isso não foi o que eu falei. O que falei foram essas coisas que confirmei que estão nessa tarja amarela aqui em baixo. O resto, em cima, eu quase que nem li. O que houve a respeito desse acerto, não era mais nem essa história de "sete anões". Essa história é anterior a esse ano.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Está certo. Então, uma última pergunta. Há um outro trecho que diz o seguinte. O **Jornal do Brasil**, em 31 de agosto de 1992, noticiou "que ele recebeu um depósito de 399 milhões de cruzeiros ou 80 mil dólares, referentes a um prêmio de loteria que os registros da Caixa Econômica Federal indicam ter sido pagos a um felizardo com o seu nome. Nada haver com a sorte grande. A aquisição de bilhetes premiados é um dos mais manjados truques de quem pretende lavar dinheiro clandestino."

O senhor sabe que truques são esses? O senhor tem conhecimento de troca de bilhetes sorteados e não vendidos entre a Caixa e, eventualmente, a algum Deputado?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Esse dinheiro eu ganhei na loteria. Quanto à sua pergunta, não tenho a mínima idéia disso.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O senhor não conhece isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não conheço.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Isso aqui consta da matéria.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não falei nada sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não sei se o Deputado ouviu que o depoente asseverou que ganhou na loteria. O senhor ouviu?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Então, ele confirma que ganhou na loteria?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, ganhei na loteria.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Ganhou o que na loteria?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ganhei cerca de 80 mil dólares.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Na loteria?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Quando? Que tipo de loteria? Federal, Loto?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na loteria esportiva do certo e errado.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Na esportiva. Quando?





O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi em 1992, no meio do ano de 92 aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não sei se o Deputado Sigmaringa aceitaria fazer uma pergunta que eu lhe pediria que fizesse. Depois da referência à tortura, que foi revelada aqui pelo depoente, se essa tortura foi anterior ou posterior à entrevista dada à **Veja**.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O senhor poderia responder?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi antes.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - A tortura foi anteriormente à entrevista dada à Revista **Veja**.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Pavão, V.Ex^a é, no momento, o primeiro, mas quero lhe fazer uma solicitação.

O SR. PEDRO PAVÃO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Pedro Teixeira, que nos honra aqui com a presença, saiu de uma UTI e está aqui valentemente esperando, e, através dele, peço a V.Ex^a que lhe ceda a vez.

O SR. PEDRO PAVÃO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, as perguntas serão breves, mas necessitam de apenas um intróito, mais para um testemunho para que cada caso seja examinado, não no contexto que parece que atingiu a todos, e vou dar o meu testemunho diante da pergunta que vou formular.

Saindo do PDT, onde tive a ventura de conviver durante nove anos, no último Orçamento, eu já era ligado aos quadros da política federal do Governo local. No entanto, fui instado pelo escritório do Governo do Rio de Janeiro e pelos meus então companheiros de Bancada, Senadores que estão aqui presentes, para que apresentasse uma emenda em favor da Linha Vermelha, que não tinha nada a ver com Brasília e que não tinha nenhum interesse político, e eu nem sabia que empreiteira era ou deixava de ser.

No próprio Palácio do Buriti, presentes vários Companheiros, inclusive o Deputado Chico Vigilante, renunciei à Emenda do Distrito Federal em favor de uma linha social do Rio de Janeiro, que era a Linha Vermelha, porque entendia do grande significado que a Linha Vermelha representava para o País.

Nesse próprio Orçamento, atendi a vários Senadores que me pediram emendas porque, na verdade, não as necessitava no Distrito Federal, uma vez que já tinham sido apresentadas e um deles, se não me engano, foi o próprio Senador Ruy Bacular, que me pediu que o apresentasse a uma pessoa de seu Estado, que necessitava de uma emenda.

A Senadora Junia Marise, que não está presente, pediu-me duas emendas. Depois de ter consultado o GDF e ter verificado que havia um superávit, atendi ao Brasil sem conhecer se a obra estava licitada ou não.

O SR. RUY BACELAR - Nobre Senador, acho que há um equívoco.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Não há equívocos. V. Ex^a me pediu e indiquei o Senador Meira Filho porque, na hora, não pude.

O SR. RUY BACELAR - Ah, sim. Foi uma emenda para o ex-Deputado Mário Lima, da Bahia.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Certo. Não me lembro.

O SR. RUY BACELAR - Foi V. Ex^a que indicou o Meira Filho.



20/10/93

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Não tive o privilégio porque na hora não sabia se a minha quota dava para atender a um pedido justo.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Veio do Deputado Mário Lima.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Atendi ao Entorno de Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando se tratar de Bahia, tenha V. Ex^a cuidado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Atendi ao Entorno de Brasília e atendi a muitos Parlamentares que pediram obras de assistência social, obras que realmente o Distrito Federal já estava com a sua quota, graças a Deus, satisfeita e atendi. Mas cito essa do Rio de Janeiro, pois eu já havia saído do PDT. E, no entanto, apresentei, lutei e batalhei, através do escritório do Governo do Rio de Janeiro e dos meus companheiros Senadores que estão aqui, para que atendessem ao Rio de Janeiro, pois era realmente uma obra social meritória.

Isso apenas é para fazer a seguinte pergunta ao Depoente: todas as vezes que o Depoente foi procurado, havia a ilicitude, havia o pagamento ou havia também o interesse de servir realmente, sem que houvesse uma correspondência do vil metal?

Alguma vez, seja o Depoente ou seja o Deputado João Alves, chegaram a atender verificando os interesses dos seus colegas politicamente, dos seus prefeitos, ou sempre que se fez alguma coisa, se fez em troca de um pagamento?

V. S^a poderia dizer se chegou a agir, muitas vezes, com a lisura de um homem de bem ou sempre agiu recebendo por estar fazendo uma permuta financeira?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, nunca agi para receber. Sempre dei a orientação que me pediam que desse. Então, sempre que me perguntavam - e isso qualquer Parlamentar que me perguntava - se podia, se não podia, como fazer, etc. eu sempre falei. Então, não era para receber. Recebi. Não vou negar que recebi, não. Já disse que recebi, como recebi, porque recebia. Mas, repare só, todas as coisas que foram incluídas independiam de minha atuação para serem incluídas ou não. Mas vi, evidentemente, o Deputado João Alves incluir coisas independente de esquema de dinheiro, por amizade política, por pedidos políticos, por pedidos... Claro, não vou dizer que...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Então, nem sempre que se atendeu foi em troca de pagamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Lógico. Evidente.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Então, V. S^a admite que muitas pessoas procuraram o Sr. Relator e até V. S^a para pedir uma prioridade, para pedir uma celeridade, como pedimos a um magistrado para colocar uma matéria na pauta. Isso é para não generalizar a classe política porque todas as vezes que alguém se dirigiu a V. S^a estava realmente transitando pelas veredas da maledicência

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não, em hipótese nenhuma. Na verdade, volto a dizer ao senhor: só recebi do Deputado João Alves, de mais ninguém.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Então, V. S^a admite que muitos pudessem ter procurado o Relator no sentido puro e simplesmente de atender às reivindicações das suas áreas de ação?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza, claro.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Pavão tem a palavra.

O SR. PEDRO PAVÃO - Dr. José Carlos, tenho quatro perguntas rápidas, pois a maioria delas já foram respondidas. Mas há uma que me deixou encucado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Silêncio.





O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V.Ex^a.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Vou agradecer, mas, realmente, estava saindo de uma UTI e estou, aqui, voltando. Sou da Comissão e sei que vamos continuar trabalhando para que se coloquem as coisas nos eixos e se puna devidamente toda a imoralidade que se precisa punir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Pavão, por obséquio.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quero que V. Ex^a esclareça.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sugiro que a Mesa pergunte ao depoente, que já está há algumas horas respondendo, se ele não tem interesse de ir ao banheiro, lavar a mão, o rosto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a acrescentaria esse obséquio a nós também?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Evidente. Poderia significar um pequeno intervalo de três minutos, não mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu poderia deferir a questão ouvindo antes o Deputado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Estou instado, e com muita razão, pelo ínclito companheiro, de que teria eu dado a entender que os canais não tinham sido nada corretos. O que aconteceu, nesse final, posso dizer, e várias pessoas, que já tínhamos exaurido as nossas cotas e que um dos 50... Então, no final, muitos companheiros justificaram que precisavam de obras meritórias e então nada mais. Encontrei no plenário com o nobre Senador que me perguntou e me apresentou ao Mário Lima, que me perguntou: o senhor tem uma vaga? Eu respondi: eu acho que tenho, mas estou certo de que o meu Colega Senador Meira Filho a tem, porque ele disse para mim que tinha. E, na mesma hora, foi apresentada, e ele cedeu a emenda, e eu cedi duas emendas para a ilustre Senadora Júnia Marise, sabendo que sou Senador do País e não senador de uma localização. Isso aí, quero preservar aqui, porque não houve nada demais, é para que fique mesmo transparente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Mesa dirigente aceita o **post verbum** do Senador, mas passa a palavra ao Deputado Pavão e, depois, decidirá a questão apresentada pelo Deputado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. José Carlos dos Santos, farei as perguntas e o senhor me responde na sequência. O senhor conhece algum Congressista que cobra propina, ou que cobrava na época em que o senhor trabalhava aqui, para assinar emendas às empreiteiras em benefício de determinada prefeitura, obras casadas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, assim, não conheço não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não se lembra?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Uma outra pergunta que o senhor já respondeu, mas vou insistir nela: qual era a sua participação na Comissão? Digo, o senhor providenciava as emendas, e eu lhe pergunto sobre a participação financeira? Existia um valor, 6%, 5%, 3%?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não havia percentual nenhum.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor confiava, pura e simplesmente?



20/10/93

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, o Deputado João Alves me dava o dinheiro, ele chegou e me deu.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas por quê? Por que o senhor tem os olhos verdes, olhos bonitos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No fundo, era para me ter com ele, para ter alguém com ele fazendo as coisas...

O SR. PEDRO PAVÃO - Existe igual...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - ...mostrando as coisas, mostrando os caminhos, a tecnicidade das coisas.

O SR. PEDRO PAVÃO - Existem, iguais ao senhor, naturalmente, dentro da Casa, pessoas com capacidade de gerenciar e administrar essas emendas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim.

O SR. PEDRO PAVÃO - Muitos? Todos eles tinham essa participação ou só o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, acho que era só eu. Não duvido, não sei se outras pessoas participaram disso ou se outras pessoas receberam algum dinheiro de comissão etc, realmente não sei..

O SR. PEDRO PAVÃO - Está certo que eu sou...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - ...de funcionário, não conheço, não vi. Eu tinha muito escrúpulo com isso, era um negócio que doía, incomodava, e incomodava apesar das coisas...

O SR. PEDRO PAVÃO - O Deputado João Alves procurava o senhor com a determinação de confeccionar uma emenda e orientá-lo de que forma e qual Ministério, seria isso apenas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É isso aí.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É, na realidade, isso aí.

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso lhe rendeu, quanto?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - US\$ 1 milhão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Só? Mais nada?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mais nada, e a manutenção no cargo, porque ele disse que, se eu não ficasse com isso, ele me demitiria. Algumas referências, nesse sentido, foram feitas; nesse sentido foram feitas, se eu não fizesse isso, não ficaria no cargo e por aí afora.

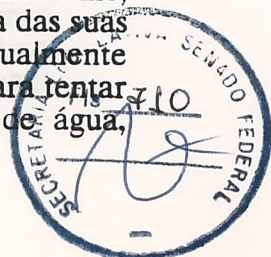
O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, quero deixar claro, gravado, que não me convence essa colocação. Apenas isso. Mas tenho mais uma pergunta.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Só um minutinho. O Deputado João Alves, às vezes, falava assim: "Não, você é o meu sócio", ou "o que eu receber vou dividir com você". Coisas desse tipo. Evidentemente, eu não podia acreditar nisso, não podia esperar e nunca tive o acerto com ele em termos de...

O SR. PEDRO PAVÃO - V. S^a confirmaria isso na presença do Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Confirmaria. Óbvio, claro.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ainda vou insistir em mais uma observação que diversos Deputados já fizeram: esse "com certeza" de V. S^a foi agora pelo último Senador... O último Senador que o acareou fez uma ponderação muito importante, porque V. S^a sempre diz "com certeza, com certeza". Por exemplo, vou citar um nome, que é o do Líder do meu partido, José Luiz Maia, que, naturalmente em defesa das suas emendas, dos seus interesses, do seu Estado, das suas prefeituras, eventualmente poderia ter ido, como eu, no ano passado, fui procurar o Senador Mansueto para tentar uma emenda que eu tinha para minha cidade, um problema gravíssimo de água,





20/10/93

aumentar o valor ou coisa que o valha. Não consegui, mas fui. Portanto, como fui ao gabinete dele, poderia ter ido à casa dele ou ao apartamento ou almoçar com ele e nem por isso estaria investindo de forma irregular. Acho que sua colocação "com certeza" poderá, eventualmente, prejudicar alguns Parlamentares.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Não. Quando disse que de alguns Deputados eu tinha certeza, do Deputado José Luiz Maia eu tenho certeza. Vi o Deputado José Luiz Maia levar ao gabinete do Deputado João Alves relações de subvenções de entidades.

O SR. PEDRO PAVÃO - Até aí tudo bem.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Não, não. E pedir-me que ficasse atento com o Deputado João Alves - inclusive, o Deputado José Luiz Maia me tinha como amigo e eu também o considerava - que acompanhasse a relação de subvenções e falasse com ele que ele queria ter a parte dele, coisas desse tipo. O Deputado João Alves dizia que dava o dinheiro para ele também. Quando o Deputado José Luiz Maia saía da minha presença e que levava as relações, dizia que, além disso, levava o dinheiro. Estou falando as coisas que eu vi e ouvi.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mais duas perguntas. A entrevista que V. S^a concedeu à *Veja* foi feita sobre pressão ou foi espontânea?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Havia pressão normal minha, das condições em que eu estava, de vida, de momento, de conjuntura, etc. Então, havia pressões conjunturais, vamos dizer assim. Agora, vários órgãos da imprensa procuraram-me na CPE, onde estava preso. Lembro-me que, na véspera, antes da *Veja*, a *Istoé* me procurou - Simone, uma jornalista, uma moça. Eu falei que não diria nada, que era o que estava fazendo com a imprensa toda. Qualquer coisa, que ela procurasse o meu advogado. Posteriormente, o delegado me levou para a presença dos jornalistas da *Veja*. Falei exatamente a mesma coisa. Depois, o meu advogado me disse - não lembro se por telefone ou pessoalmente, acho que foi por telefone - que a Denise da *Istoé*, acho que é esse o nome - teria ligado para ele, mas não o tinha procurado mais e que tinha estado com ele um jornalista da *Veja*. Eu disse que eles estiveram comigo e eu lhes disse que quem iria falar qualquer coisa era o senhor. Ele perguntou: "Você quer falar?" Ele já tinha me avisado que a hora que eu quisesse falar... Eu disse: não, tudo bem. Deixa eu falar, contar tudo que tem. Minha filha já tinha me pedido que eu falasse, quando saí de casa e todo momento que eu estava passando... Eu disse: eu falo. Acho que está na hora de falar, de soltar tudo, de colocar as coisas fora.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não houve pressão por parte da *Veja*?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Não. Em hipótese nenhuma. A *Veja* foi por acaso. Se a *Istoé*, que veio na frente, tivesse voltado e insistido em falar com o meu advogado, provavelmente teria sido a *Istoé*. Foi quem apareceu.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas mais uma colocação. No seu depoimento, V. S^a disse...

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Eu não conhecia o jornalista, nunca o tinha visto.

O SR. PEDRO PAVÃO - Só vou entrar nesse mérito, porque V. S^a disse, na acareação, que não matou sua mulher. V. S^a poderia admitir a vinculação de algo à morte de sua mulher?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Evidentemente que já pensei milhões de coisas. Esse é um negócio doído e sofrido demais. Não gostaria nem de comentar aqui. Mas a gente... passa na cabeça da gente. Eu achava um negócio inadmissível. Acho que se tivessem que fazer alguma coisa faziam comigo. A não ser algumas referências que me foram feitas por alguns agentes policiais, agora,



20/10/93

recentemente, com algumas hipóteses nesse sentido, mas não vou nem comentar aqui, porque acho que não está aqui para isso...

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor tem uma acusação, entre as outras, de ter um envolvimento com drogas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não tenho. Isso não tem nada a ver.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas qual é...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não existe envolvimento meu com drogas. Nunca mexi com isso. Digo para o senhor: nunca botei um cigarro de maconha na boca. Nem de maconha, nem quando jovem, quando garoto, tá?

O SR. PEDRO PAVÃO - A imprensa divulgou isso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A imprensa divulgou. Foram passadas essas informações para a imprensa. Por isso que eu digo que há uma campanha, há muita gente querendo me desmoralizar, querendo fazer coisas que eu não esperava. Essa foi uma das coisas que me fez abrir a boca aqui. Eu falar porque de soltar as coisas aqui. Eu falei: "Poxa! Eu não sou isso". Acho que o que eu fiz não está certo, mas fui levado a fazer, aconteceu comigo. Uma série de injunções, uma série de coisas aconteceu comigo.

Com drogas, já falei. Falaram-me que acharam vestígios no avião. Não sei se foi plantado, se não foi plantado, mas esse avião não era meu. Tinha um recibo de um empréstimo que eu fiz para que esse avião fosse comprado. Esse avião não está no meu nome, está numa empresa de táxi aéreo, que não tenho nenhuma ingerência com ela. Realmente, não sei.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor tem hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado...

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Quero lhe fazer uma sugestão. Estamos com uma pauta perfeitamente definida. Os assuntos pessoais, que provocam emoção no Depoente, que provocam oportunidade de ele fazer desabafos dessa natureza não estão precisamente no rumo que queremos ver. Estamos procurando a corrupção que envolve o Parlamento, Governo Federal, Estadual e Municipal. (Palmas)

Peço a V.Ex^a que atenda ao seu Colega.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, com todo o respeito, quero justificar. Como não estou contente e naturalmente a maioria das pessoas que estão aqui não entende o porquê desse faturamento apenas na confecção de emendas no Orçamento: 1 milhão e 400 mil dólares. Estou vinculando, porque a imprensa divulgou. Estou fazendo isso para chegar a um número que gostaria de ter, pois confesso que ainda não estou contente com a colocação de que um cidadão, prestando serviço à Comissão de Orçamento, possa faturar tanto como ele faturou nesse período. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Antes de atender à questão de ordem levantada pelo jovem Deputado Mercadante, queria fazer primeiro uma consideração ao Plenário. Estamos aqui há apenas três horas. Com o calor muito grande, apareceu uma sede nordestina que foi satisfeita. Acho que poderíamos pensar juntos para responder a questão do Deputado.

Estamos numa situação difícil em relação à presença do Depoente, Dr. José Carlos. Perguntaria a ele, inicialmente, o seguinte: claro que de todos que estão aqui submetidos a qualquer tipo de desgaste físico, o dele é pior, inclusive psicologicamente. Perguntaria: O senhor sente-se em condições de prosseguir depondo?





O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Se o senhor quiser, Senador. Acho que a gente conversa e tem que acabar. A hora que o senhor quiser, eu volte...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Queria que o senhor fosse objetivo na pergunta. Pela resposta, entendo que o senhor continuaria.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Continuo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito bem. O Deputado Mercadante falou em algumas necessidades, inclusive, eufemisticamente, falou em lavar as mãos.

Nós todos, acho...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O culpado foi a "operação "mãos limpas", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem razão. E não é só a preocupação de V.Ex^a, felizmente, neste País. Agora, temos três inscritos para encerrar a primeira lista de inscrição. Pediria que pudéssemos completar. Com isso, tem a palavra o Senador Gilberto Miranda.

Faria apenas uma observação antes de o Senador falar. O Depoente não pode fazer, não deve fazer consultas, nem receber consultas ao longo do seu depoimento. Tem a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, tenho quatro perguntas bem pequenas e rápidas a serem respondidas pelo Depoente. Em primeiro lugar, Dr. José Carlos, sua esposa sabia do esquema financeiro na Comissão de Orçamento do Congresso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ela sabia isso que eu falei aqui. Acho que não sabia o volume de recursos que eu recebia, sabendo que sempre quis preservá-la nesse sentido. Ela talvez até ficasse assustada com o número, mas sabia que eu havia recebido recursos do Deputado João Alves; às vezes, eu chegava em casa e mostrava para ela os recursos recebidos; não falava o valor total ou aproximado que havia ali; ela sempre se preocupava com o que eu estava fazendo, se era certo ou errado. Sempre disse à ela exatamente isso: "Beth, encaro isso como se fosse uma consultoria; fazendo ou não, não tenho poder de decidir ou de fazer absolutamente nada, não posso colocar isso no orçamento; não posso liberar recursos; não posso mandar liberar recursos para entidade, prefeitura ou para o que fosse". O Deputado João Alves não entende de orçamento, apesar de dizer-se que é o maior entendido do mundo - desculpe-me a referência -, ele precisava de alguém junto dele para fazer isso; ele já me conhecia há muito tempo, porque, muito antes da Revolução, eu era assessor no Senado - antes de ser Diretor - e fazia a consolidação das poucas emendas, preparava a documentação e as coisas referentes a autógrafa, etc; ele foi Presidente por uns cinco ou seis anos; ele e o Senador Saldanha Derzi dividiam-se ou revezavam-se na Presidência e na Relatoria do Orçamento, por isso que digo que as dotações já viriam antes - poderiam vir antes; não me lembro mais.

Lembro-me de que, nas primeiras vezes, quando foram fazer as primeiras emendas, o Deputado João Alves passou-me o papel - mais ou menos com essa forma de dizer - com o que deveria ser colocado no relatório, já tirado de orçamentos anteriores.

Então, ela sabia sobre esse aspecto por alto: que eu orientava o Deputado João Alves; que eu era uma pessoa de confiança do Deputado João Alves, do Deputado Cid Carvalho, do Deputado Genebaldo Correia e de alguns outros Parlamentares mais próximos; que eu dava todo apoio técnico que eles precisavam; que eu era uma pessoa que não falava nada para ninguém, o que um me falava eu não contava ao outro.



20/10/93

Evidentemente, volta e meia, havia um falando mal do outro: se havia uma reunião, cada um falava do outro. Baseado nisso, essas pessoas tinham confiança em mim.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. José Carlos, alguma vez o Deputado João Alves confidenciou-lhe, dado a amizade do seu relacionamento, sendo o Senhor sócio dele, onde ele aplicava o dinheiro que recebia: se ele colocava no exterior, se ele comprava fazenda, imóveis, avião; o que fazia com o dinheiro dele? É muito importante sabermos onde ia parar o dinheiro dessa corrupção.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado João Alves disse que tinha conhecimento no exterior - lembro-me de comentários dele, mas independente da Comissão de Orçamento; antes disso, ele já tinha contatos com bancos no exterior. Agora, se ele mandava dinheiro para lá, nunca me falou isso. Sei que ele disse que comprou um avião último tipo, apresentou-me até uns pilotos. Uma vez, fomos, eu e Beth, à casa dele - ele já tinha caído, estava no ostracismo -, em seu aniversário, acredito que no ano passado, em 1992 - esqueci. Ele chamou-me, era um aniversário que seria simples e eu sabia que ninguém iria, pois os amigos sempre se afastam quando a pessoa está por baixo. Realmente, ninguém foi; havia poucas pessoas, inclusive pilotos do avião dele. Sei que ele deu-me conselhos uma vez para que eu procurasse abrir uma conta com outra pessoa, em nome de outra pessoa que fosse da minha confiança; ele disse que havia uma "preta velha", alguém, que assinava cheques por ele.

O SR. GILBERTO MIRANDA - No Brasil ou no exterior?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No Brasil. A expressão dele foi "uma preta velha" que assinaria cheques por ele. Não sei quem é, não tenho a mínima noção.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele insinuou que teria "contas laranjas", contas frias?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não seriam dele; outra pessoa assinaria por ele.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Uma terceira pergunta: Dr. José Carlos, o Senhor, tem em sua residência ou em algum lugar, que durante esse período - com a preocupação de que alguma coisa que lhe viesse a acontecer ou com alguma ameaça maior que lhe viesse a ser feita por qualquer pessoa ou membros desse famoso esquema -, colecionou, guardou, preocupou-se em juntar papéis? O Senhor recebeu bilhetes de Parlamentares? O Senhor recebeu bilhetes de empreiteiras? O Senhor tem documentos que comprovem tudo aquilo ou alguma coisa ou um mínimo possível daquilo que o Senhor citou no seu depoimento de hoje?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu nunca guardei nada sistematicamente, organizadamente; mas existem papéis - se eu procurar na minha papelada -, existem anotações, existem relações que poderiam indicar alguma coisa nesse sentido.

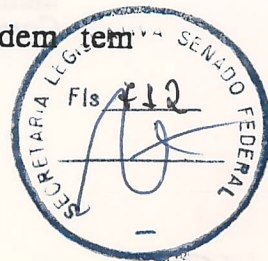
No mais, quanto à questão das subvenções sociais, eu já disse que o caminho é fácil de se descobrir, porque essas relações vinham dos ministérios respectivos, assinados pelo Deputado João Alves no início do processo ou, depois do processo, com o Ministro Ricardo Fiúza, as entidades pediam ao Ministério, por meio de ofício, a liberação dos recursos, mas as entidades indicadas pelo Deputado João Alves.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu só queria concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, pela ordem, tem precedência, Senador.





O SR. GILBERTO MIRANDA - É simples: eu só queria concluir essa resposta, só para justificar. O senhor autorizaria a sua filha ou os membros da sua família a entregarem a esta Comissão, o mais rápido possível, amanhã, toda a documentação existente?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ouvir; depois atenderei-o pela ordem.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quero apenas perguntar se ele tem os documentos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu só queria solicitar uma diligência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Ex^a concluiu, Senador Gilberto Miranda?

O SR. GILBERTO MIRANDA - É a sequência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, pela ordem.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - A CPI não tem que pedir licença; ela tem que, imediatamente, providenciar uma diligência, que o depoente diga onde estão esses documentos, para que inclusive tenha a segurança de poder ter a posse desses documentos, que são de seu interesse, e a CPI mande uma diligência levantar todas essas provas e trazer para a guarda da Comissão para que, futuramente, ele possa processar, elaborar e colocar à nossa disposição.

O SR. PAULO RAMOS - Não precisa dizer publicamente, pode ser agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Chamo a atenção que pela televisão todos nós vimos que a residência do depoente foi várias vezes, como se diz, até vasculhada pela polícia, o que não impede, evidentemente, de se poder pensar nisso em consequência da resposta dada ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Pedro Simon, que tinha pedido a palavra pela ordem, abandona.

Senador Gilberto Miranda, por favor, conclua ou continue.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele vai responder à pergunta?

Ele está dizendo paralelamente a mim que o maior interessado é ele; que ele gostaria de colocar à disposição e que não tem toda a necessidade.

Eu tenho certeza, pelas explicações que ele está dando aqui hoje e a afirmação é correta, firme, sem dúvida nenhuma ele pode facilitar, e será possível nós termos esse documento ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas Senador Gilberto Miranda, a questão aqui é apenas administrativa em si. Não é ele quem vai nos proporcionar isso. Nós temos um mandado de busca e vamos buscar. Então isso poderá ser feito, independente dele.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, tenho certeza de que, com o mandado de busca, se não houver a colaboração do depoente, V.Ex^a poderá encontrar alguma coisa. O depoente tem condições de dizer onde, como, em que lugar. Isso é muito mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A questão está posta. Uma das formas que temos de perder tempo é quando começamos a discutir sobre o mesmo assunto. O assunto está, do meu ponto de vista, encerrado. No momento em que foi pedida a palavra para questão ordem, o assunto foi encerrado.

O depoente está sob prisão. Ele pode, isto sim, no momento em que fizermos a solicitação do mandado de busca e apreensão, ele pode, por seu turno, se a memória o ajudar, indicar onde é que esses papéis estariam. E isso será feito por esta Comissão.



20/10/93

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas ele não respondeu; deixa ele responder.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se ele responder, Deputado - V.Exª que está me honrando com o aparte - se ele responder não, o que vamos fazer?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mas eu vou responder sim, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele vai responder sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então nós vamos contar com a resposta dele para poder proporcionar a busca. Será objeto de uma tentativa de colaboração.

O SR. GILBERTO MIRANDA - A polícia está de posse de algum documento, nessas buscas que fez na sua residência? A polícia esteve lá, vasculhou, pegou, e é muito importante saber o que a polícia tem de documentos com relação a isso, e quais os documentos que ela pode usar.

Então acredito que é muito importante ter do depoente a sua colaboração para se saber onde, o quê, e se levou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Gilberto Miranda, nesse caso nós exigiremos da polícia que nos entregue os documentos. Temos possibilidade para isso. Ao menos que V.Exª não acredite que a polícia vá cumprir uma determinação da CPI!

O SR. GILBERTO MIRANDA - V.Exª acredita que a polícia vai entregar tudo?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não entrarei em debate com V.Exª e com ninguém neste Plenário. Eu tomo uma decisão referendada ou não pelo Plenário, para que possamos ter uma oportunidade de dirigir a sessão com disciplina e com rendimento.

Digo apenas o seguinte: a partir do momento em que a questão foi levantada, a Mesa assume essa responsabilidade, com o assentimento do Plenário, e tomará todas as providências conexas para que isso possa ser bem sucedido.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Só uma última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por obséquio.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O Senhor recebeu orientação de seu advogado, de alguma pessoa, de algum amigo, no rol dos nomes que o Senhor apresentou hoje para incluir pessoas como, Governadores, como Presidentes do Senado, como Deputados, como Senadores, porque, ficando maior o rolo, ficando maior a confusão, envolvendo maior número, comprometendo mais pessoas, haveria uma cortina de fumaça, haveria mais pessoas depondo e, conseqüentemente, livraria ou deixaria um pouco mais de fora o seu assunto pessoal?

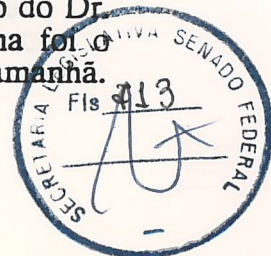
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, em hipótese alguma. O meu advogado não sabia nem os nomes todos. Algumas coisas ele ficou sabendo na hora em que eu estava concedendo a entrevista.

Eu tinha dito a ele como era o processo. Eu passei as informações a ele. A orientação que ele me deu foi sempre falar a verdade, absolutamente a verdade, em tudo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Ney Maranhão tem a palavra.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados: Faz, exatamente, cinco horas que estamos ouvindo o depoimento do Dr. José Carlos. Faz cinco horas. No meu entender, até agora o boi de piranha foi o Deputado João Alves. Vou perguntar a V.Sª: o Deputado João Alves virá aqui, amanhã.





O Sr. declarou que ouvia do Deputado João Alves aquilo que está todo mundo comentando aqui, como dinheiro dado a Deputados, sociedade de Ministros e Senadores. Sim ou não? Porque, hoje, aqui ninguém pode ficar em cima do muro, porque quem fica em cima do muro é macaco ou ladrão.

Pergunto a V.S^a o seguinte: o Senhor tem prova - e quando digo prova, é documento - que o Deputado João Alves deu dinheiro a Deputado, Senador ou Ministro? Prova não é a sua palavra contra a dele, é prova, porque é isso que vale na Justiça.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Senador, já falei para o Senhor que não tenho, porque eu, pessoalmente, nunca vi ele dar o dinheiro, nunca vi nenhum recibo, e, obviamente, não existe recibo para essas coisas. É óbvio. O que disse aqui, sempre fiz a ressalva, exatamente para evitar injustiças, foram coisas que ouvi do Deputado João Alves. Se ele fez ou não, não tenho jeito de...

O SR. NEY MARANHÃO - É a sua palavra contra a dele.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É a minha palavra, porque ele me falou.

O SR. NEY MARANHÃO - Muito bem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, no início da sessão, o nobre Senador José Paulo Bisol fez umas recomendações, fruto da sua experiência como magistrado, no sentido de que não houvesse o constrangimento da testemunha. Observo que na interpelação do Senador Ney Maranhão, como um sertanejo usa a sua franqueza, a sua virilidade, creio que ele está exacerbando um pouco, porque, ao afirmar que, cobrando documentos, ele quer provas, e só provas são documentos, discordo de S.Ex^a. O testemunho é uma prova. A prova testemunhal tem valor num processo como esse. De modo que eu pediria, encareceria, ao nobre Senador Ney Maranhão, por quem tenho o maior respeito, que adocasse um pouco a sua interpelação, não no sentido de tratar com deferência especial o Depoente, mas mantendo o clima recomendado, muito sabiamente, pelo Senador José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acolho a questão de ordem - praticamente é uma questão de ordem a de V.Ex^a. Não ouvi nenhuma palavra do Senador Ney Maranhão que fosse impolida, que o Regimento de ambas as Casas determina que não seja usada.

A virilidade a que V. Ex^a se referiu é, naturalmente, a que dá nele um poder não apenas verbal mais alto, mas também uma certa excitação na forma de fazer. Tenho certeza de que o meu ilustre Colega naturalmente fará essas perguntas, porque, não sendo eu advogado e nem tendo nenhuma prática disso, sei que a prova também não é só documental: pode ser uma prova testemunhal. Por isso peço ao nobre Senador Ney Maranhão que faça as suas perguntas, sem que os tímpanos do Deputado Luiz Salomão possam realmente recolher uma impressão de constrangimento. Isso não seria bom.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, uma outra questão: está havendo conversas paralelas com o Depoente. Admirei a interpelação do Senador Gilberto Miranda, mas, desde o início da reunião, S. Ex^a está conversando em paralelo com o Depoente, o que me parece profundamente irregular em termos do processo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fiz uma exortação ainda há pouco nesse sentido. Se não permitimos que o advogado dele tenha participação na hora do...



20/10/93

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de solicitar, Sr. Presidente, com todo respeito pelo Senado da República, que só permanecessem na mesa os membros da direção dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Na próxima vez, direi a V. Ex^a isso, porque já encontrei esta mesa composta, e, evidentemente, eu não seria grosseiro para pedir que dela saíssem aqueles que não convidei. (Risadas.)

O SR. NEY MARANHÃO - Meu Deputado, caro amigo, Líder do nosso glorioso PDT, Luiz Salomão: o meu guru, que é o Presidente hoje desta Comissão, o Senador Jarbas Passarinho, colocou as coisas no seu devido lugar. Mas o que acontece, Deputado, é que este Senador já viveu no auge do poder e já viveu no auge do ostracismo; este Senador foi cassado; este Senador respondeu a 3 IPMs e a 8 processos; o cão danado, todos a ele; passou 10 meses no Capari Palace, na chave: detento, 20.402 é meu número; e no fim de 8 anos, Deputado, o regime militar, mandaram três linhas para este Senador, dizendo que nada tinham contra ele. As vezes, lembro-me daquilo que já passei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É um testemunho que prova que a Justiça tarda, mas é feita mesmo pelo militares. (Risadas.)

O SR. NEY MARANHÃO - Quero fazer uma pergunta ao Dr. José Carlos: V. S^a é um homem que tem uma experiência muito grande no que concerne ao Orçamento, a experiência do funcionário exemplar que foi aqui no Senado, de sua carreira administrativa. V. S^a está depondo nesta Comissão de coração aberto. Tenho muito zelo por este Congresso de que faço parte.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também tenho, Senador, passei a minha vida aqui dentro.

O SR. NEY MARANHÃO - E fui cassado, entre outros motivos, também por não aceitar pressão para cassar um deputado. Vou fazer uma pergunta a V. S^a: com a sua experiência e profissionalismo, com relação às dotações orçamentárias enviadas pelo Governo ao Congresso, V. S^a teria condições de dizer se os números mandados pelo Governo são certos ou errados?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não tenho. O nosso processo orçamentário não permite isso. Nem o próprio Executivo sabe disso. Sei porque já estive aqui e já estive do outro lado. A desorganização é absurda dos dois lados.

O SR. NEY MARANHÃO - Quero agradecer a resposta de V. S^a e dizer aos senhores que o Senado da República acertou em cheio quando criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar as contas públicas do Governo. Sabe por quê? Porque assinaram 67 Senadores. Digo que o Congresso é o marido traído. É o último que sabe, e vota as dotações no escuro porque não tem número para contestar. Então, o motivo pelo qual estamos reunidos nesta Comissão é para tirarmos também isso a limpo. O Senado, o Congresso, tem de examinar essas contas, como muito bem disse o Dr. José Carlos. É um dos motivos, também, por que está acontecendo aqui a corrupção. O Congresso não tem condições de contestar aquilo que o Governo manda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dou a palavra ao penúltimo Congressista inscrito, titular, Deputado Fernando Freire, para depois fazer uma consulta ao Plenário.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. José Carlos, as denúncias de V. S^a alcançam nomes de expressão nesta Casa e repousam, evidentemente, na sua palavra feita ainda sob juramento.

Desta forma, sem querer ser repetitivo, Sr. Presidente. Pergunto, em relação aos alegados procedimentos de alguns: poderia o senhor, Dr. José Carlos,





nominar testemunhas que tomaram conhecimento, de ciência própria ou por ouvir dizer, dos tais acertos referidos, sem prejuízo, é claro, das já declaradas provas documentais que o senhor afirmou deter em seu poder?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Evidentemente que essas coisas não têm testemunha. Eu mesmo digo que muitas dessas coisas foram acertadas, mas quando isso acontecia eu saía da sala. De determinadas coisas nem eu mesmo sou testemunha, porque me mandavam sair da sala. Depois, alguns me falavam algumas coisas ou me diziam as relações de coisas que deveriam ser feitas. Então, é o tipo de coisa que não tem testemunha; as testemunhas são os próprios. Agora, se o senhor pergunta sobre funcionários que possam conhecer, não sei. Talvez alguns técnicos que tenham trabalhado com o Orçamento possam saber de outras coisas que nem eu sei. Quer dizer, a partir de que isso leve a um processo de depuração de tudo, é possível alguma coisa nesse sentido.

Agora, sobre testemunhas, é o que estou falando: muitas vezes fui instado a sair de reunião e a ficar de lado. Chamavam-me para resolver alguma coisa, alguma informação técnica; saía de novo e depois voltava. Depois também me passavam coisas para fazer operacionalizar emendas, entende?

O SR. FERNANDO FREIRE - V. S^a já se referiu à origem dos dólares encontrados em sua residência. Há quanto tempo, Dr. José Carlos, o senhor tinha esses dólares guardados em sua residência?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Os primeiros, volto a dizer, recebi durante o exercício de 1989.

O SR. FERNANDO FREIRE - Há praticamente quatro anos, portanto.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Três, quatro anos. Nessa época. Por aí.

O SR. FERNANDO FREIRE - O senhor poderia, Dr. José Carlos, informar a esta Comissão em que época foi adquirido o imóvel onde foram encontrados esses dólares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso tem 16 ou 17 anos. Esse era um lote do meu sogro e da minha sogra. Quando quisemos construir a casa, vendi um apartamento que tinha, peguei um financiamento do BNH e construí a minha casa com isso. Esse financiamento foi quitado há pouco tempo. O saldo que tinha era insignificante. Há 16 ou 17 anos, aproximadamente, moro lá; algo em torno disso.

O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeitamente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso é só questão de pegar o processo da Caixa Econômica para verificar. Quando fiz, quando tirei o "habite-se", essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por obséquio, um momento, Dr. José Carlos.

Temos aqui sido extremamente - eu não diria só compreensivos - lenientes com a imprensa. Estou vendo gestos e recebendo informações aqui de que está sendo gravada, no momento, a pergunta do Deputado Freire.

Acho que não se deve prosseguir nessa conduta. Faço um apelo aos profissionais de televisão que registrem, mas, no momento, não façam a escuta, diria melhor, para que toda a televisão ou todos os telespectadores dessa televisão estejam tomando conhecimento.

Pode prosseguir.

O SR. FERNANDO FREIRE - A última pergunta é se o depoente, à época em que começou a receber esses chamados acertos, era funcionário do Senado ou já havia se aposentado. Era funcionário do Senado, em 1989.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Era funcionário.



20/10/93

Era só isso, Sr. Presidente.

O **SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) - Já concluiu? Que surpresa! Isso não é possível! O Deputado Freire concluiu.

Deputado Benito Gama, a palavra é de V. Ex^a.

O **SR. BENITO GAMA** - Sr. depoente, nesta CPI estamos investigando a Comissão de Orçamento e, implicitamente, 584 Parlamentares envolvidos nas denúncias de V. S^a.

Quero saber se, nessa Comissão de Orçamento e na casa do Sr. João Alves, o senhor viu ou avistou algum funcionário da Câmara ou do Senado também encaminhando emendas ou solicitando alguma coisa ao Sr. João Alves ou a qualquer outro relator.

O **SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS** - Já esteve lá o Dr. Orlando. Já vi lá o Dr. Hargreaves. Acho que de funcionário é só. O Dr. João Alves, inclusive, não gostava que o funcionário fosse à sua casa.

O **SR. BENITO GAMA** - Na Comissão de Orçamento, o senhor tem conhecimento de algum funcionário, da Câmara ou do Senado, que tivesse também encaminhado emendas aos Srs. Relatores ou Sub-Relatores?

O **SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS** - Encaminhado emendas?

O **SR. BENITO GAMA** - Encaminhado do ponto de vista de entregar aquelas relações às quais o senhor se referiu, falando também dos Parlamentares.

O **SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS** - Não me lembro. Essas relações eram encaminhadas ao próprio Deputado João Alves. O Deputado João Alves recebia algumas manuscritas - isso já vi no gabinete dele -, outras datilografadas, etc., assinadas, de relações de Parlamentares. Inclusive, estou dizendo na questão das subvenções sociais. Quanto a isso, já vi várias.

Agora, se eu vi funcionários levando...?

Bom, o funcionário que trabalhava com o Deputado Fábio Raunheitti sabe desse processo todo, com certeza, porque o gabinete dele é ao lado do gabinete do Deputado João Alves.

O **SR. BENITO GAMA** - O senhor sabe o nome do funcionário?

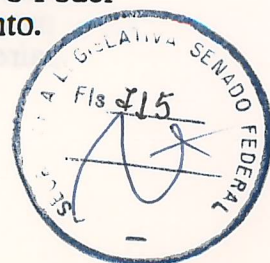
O **SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS** - Não sei não, mas acho que era chefe de gabinete, assessor pessoal do Deputado Fábio Raunheitti e esse com certeza... O Paulo do Deputado Cid, tinha uma loirinha que trabalhava com o Deputado Ibsen que encaminhava as relações dele.

O **SR. BENITO GAMA** - Quer dizer que com quase 10 mil funcionários, apenas 4 ou 5 estão sob suspeita, sob suspeita não, sob suspeição?

O **SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS** - Acho que isso realmente não era aberto, vamos dizer assim, isso era mais de parlamentar para parlamentar, com poucas exceções realmente, pelo menos que eu tenha visto, pois eram pessoas de absoluta confiança dos respectivos Deputados.

O **SR. BENITO GAMA** - Na colocação da emenda, aprovação da emenda, evidentemente que era executada, no Governo, no Poder Executivo. Alguns Ministros já citados pelo senhor, ex-Ministros, também no caso do Poder Executivo, os funcionários, os Secretários nacionais, funcionários do segundo escalão estariam envolvidos também com esse tipo de corrupção?

Porque evidentemente estamos fiscalizando o Congresso Nacional, a Comissão de Orçamento e vamos fiscalizar, pelo que sinto dos colegas, profundamente essa questão. Mas é preciso fazer uma operação que realmente abranja tudo: o Poder Legislativo e a corrupção no País, oriunda da elaboração e execução do orçamento.





No Departamento de Orçamento da União, V.^a conhece algum funcionário ou conheceu algum funcionário que tivesse essa relação também de corrupção, de recebimento de dinheiro de alguém, de empreiteira ou de parlamentar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, Deputado. Essas coisas a gente não fica sabendo, tá? Já disse ao senhor. Alguém também me fez uma pergunta em relação aos Ministérios que liberavam recursos, recursos de subvenções sociais. Sobre outras liberações, não tenho a mínima idéia, realmente não tenho a mínima idéia. Na liberação de recursos de subvenções sociais, sei que alguns funcionários participavam do processo administrativo. Agora, se eles sabiam, se eles recebiam dinheiro, não posso dizer isso, não sei.

Imagino - repare no que estou falando - presumo, imagino, não tenho prova, imagino que pelo menos eles percebessem a que se referia, dada a experiência, dado o conhecimento, esse tipo de coisa, comentários assim... Eles tratavam os assuntos do Deputado João Alves com, vamos dizer assim, uma deferência especial, com mais cuidado. Mas, falar, se eu sabia, se ele sabia, aí não posso realmente dizer. Citei alguns nomes como pessoas que participavam do processo administrativo de liberação de recursos; mas, a bem da verdade, não posso nunca falar que vi ou que saiba que eles participavam, entendeu?

O SR. BENITO GAMA - Em toda subvenção social para Municípios e entidades, o senhor acredita que tenha corrupção no meio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Todas não, claro, que não existe.

O SR. BENITO GAMA - Qual o grau, a parcela relativa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O grau eu não sei. Mas disse aqui que nessas relações dessas subvenções sociais - não são as subvenções sociais de quotas de parlamentar, a essa não fiz nenhuma referência, não sei nada sobre isso -, dessas dotações gerais, aliás como qualquer dotação geral que é colocada no orçamento, é para alguém distribuir a seu bel-prazer, óbvio. É assim com ministros, etc., sempre foi assim no Governo da Revolução, etc, toda dotação global é porque alguém vai distribuí-la a seu critério, sem critério técnico nenhum, é critério eminentemente político, o que for.

Agora, essas dotações específicas a que estou me referindo que eram colocadas pelo Congresso como subvenções sociais gerais eram acertadas com seus respectivos ministros e que, no ano seguinte, seriam encaminhadas à relação da Comissão de Orçamento indicando quais as entidades, entidades privadas ou prefeituras que poderiam receber dotações. Nessas relações, algumas entidades têm recursos significativos, gritantes, o volume de recursos que algumas entidades recebem essas seriam as que devolveriam em espécie para o Deputado João Alves para ele distribuir; e outras eram o atendimento de indicações feitas por parlamentares, para prefeituras e entidades privadas. Essas indicações, inclusive pelo próprio valor que era colocado, nada leva a crer que tivessem alguma coisa desse tipo, mas que fossem mesmo realmente o atendimento de necessidades sociais, etc. daquelas entidades, daquelas prefeituras, daquelas regiões, interesses dos seus respectivos parlamentares

O SR. BENITO GAMA - O senhor tem conhecimento, quando assessorou a Comissão, que na indicação dos relatores setoriais tinha uma disputa muito grande e envolvia até movimentação financeira nessa indicação?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Falava-se, comentava-se, sim, de que precisavam ter as coisas garantidas, as pessoas-chave nos relatórios-chave para que pudessem ser feitos acertos, esse tipo de coisa. Já ouvi conversas desse tipo, saírem coisas nesse sentido, até em confidências, na minha presença: "Precisamos que



alguém fique com determinada coisa porque ele irá ajudar a gente, faz parte da gente". Esse tipo de coisa.

Agora, nunca ouvi falar especificamente que foi acertado um dinheiro, uma coisa assim.

O SR. BENITO GAMA - Na sua opinião, por favor citar quais são os cinco relatórios-chave do Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Os mais procurados, vamos dizer assim, os mais debatidos, que eram buscados eram: Ação Social, Transportes, Saúde, Educação - quando digo Ação Social é Ação Social do tipo Interior, Ação Social Integração Regional. Esse tipo de coisa.

O SR. BENITO GAMA - Está entendido.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Transportes, Agricultura, a parte de centrais elétricas, a parte de recursos de encargos gerais quando tinham dependente de cada ano do Orçamento em que tinham recursos...

O SR. BENITO GAMA - Estou satisfeito, Sr. Depoente.

A última pergunta, Sr. Presidente. Quando da votação fantasma do Orçamento, quem era o Presidente do Congresso Nacional? Aquela votação que foi feita sem o relatório estar sobre a mesa do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Era o Senador Mauro Benevides.

O SR. BENITO GAMA - Por consequência, na Comissão também o Presidente votou com a mesma deficiência, ou não houve votação na Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Se houve votação na Comissão não sei porque não acompanhei, mas...

O SR. BENITO GAMA - Houve a votação fantasma também na Comissão ou somente no plenário do Congresso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na Comissão não tinha parecer da redação final. Isso com certeza.

O SR. BENITO GAMA - Não houve essa votação fantasma na Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Se houve a votação fantasma não me lembro. Não acompanhei. Mas não houve parecer de redação final e não havia redação final. Com certeza. Aliás, não havia nem relatório final porque o relatório final não tinha o anexo indispensável, que era pelo menos o das emendas aprovadas. Depois do relatório final aprovado é que iria ser feita a redação final. Não havia nem o relatório final, vamos dizer assim.

O SR. BENITO GAMA - Quero saber se houve a votação fantasma também na Comissão, ou não houve votação? Ela foi direto para o plenário?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei. Não assisti. Parece que houve uma votação. Não sei. Não assisti a essa reunião da Comissão. Sei que, se houve, não tinha o relatório. O senhor mesmo sabe, porque o senhor acompanhou no PRODASEN a inclusão de uma porção... o processo de discussão de uma porção de emendas desse tipo na casa do Deputado Ricardo Fiúza, dessas emendas que foram colocadas.

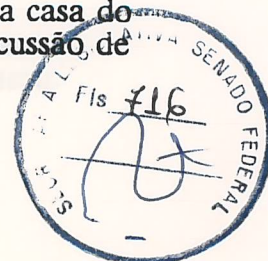
O SR. BENITO GAMA - Não, senhor. Não estive ...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Esteve, sim, senhor.

O SR. BENITO GAMA - Não estive.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O senhor esteve na casa do Sr. Fiúza.

O SR. BENITO GAMA - O senhor me respeite. Eu frequentei a casa do ex-Ministro Fiúza, como Líder do Governo, em duas ou três reuniões de discussão de





20/10/93

métodos. Jamais fiz uma emenda, jamais pedi uma emenda ao senhor, nem ao Ministro Fiúza, nem como Relator. Nem liberação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A mim, não.

O SR. BENITO GAMA - O senhor me respeite. Não cite o meu nome em vão. O senhor me respeite.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Respeitar, eu respeito. Mas estou falando a verdade. O senhor sabia...

O SR. BENITO GAMA - O senhor está dizendo que estive na casa do Ministro Fiúza.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim senhor. Eu disse.

O SR. BENITO GAMA - Estive. Mas não discutindo emendas, não preparando emendas, não preparando relatórios.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não disse isso. Disse que sabia...

O SR. BENITO GAMA - Não irei aceitar a insinuação de que a presença na casa de um Líder ou de um Relator, em dois ou três momentos, aparenta que estava provocando emendas, aprovando emendas e discutindo relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O senhor espere. Não fale agora. O senhor ouve e o senhor ...

O SR. BENITO GAMA - Nunca estive na casa do Deputado João Alves, que, por eu ser baiano inclusive, não sei nem qual é a quadra em que ele mora. Nunca frequentei a Comissão de Orçamento e nunca fui membro, porque não quis, porque nunca pleiteei. Então, não cite o nome, criando insinuações. Estive na casa do Deputado Fiúza, como Líder do Governo e Relator, acumulando, para discutir diretrizes de como fazer, depois que o Deputado João Alves foi destituído. E depois não frequentei, não fiz emenda, não aprovei emendas e não liberei emendas, nem quando o Ministro Fiúza era Ministro. Esta é uma implicação muito grave porque isto aqui estava virando brincadeira. Bastava citar o nome de uma para estar envolvido em insinuações de que se faz malandragens no orçamento. Eu quero, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado pode ter certeza de que diante de parte desta Mesa nós não permitiremos que seja alcançada a dignidade de nenhum de nós. Mas também pode ter certeza de que nós apuraremos em profundidade toda a verdade. Então, se a declaração do Depoente lhe é ofensiva, V. Ex^a tem o direito de repeli-la. Agora, não significa que uma declaração dele nesse momento seja um atestado contra V. Ex^a.

O SR. BENITO GAMA - Não, claro. Eu não entendo como um atestado, até porque eu não tenho receio da CPI do Congresso do meu País em nada. E muito menos do depoimento que ele está dando aqui. Agora, a insinuação de que ele disse que me viu com o orçamento, manipulando documentos, eu invoco o testemunho do Relator e dos membros da Comissão e de qualquer pessoa. Eu quero... Não, eu quero dar minha explicação primeiro, Senador. Porque foi citado aqui um senador por acaso, e evidentemente que uma insinuação... O País não pode ficar em dúvida. Não pode haver insinuações, como eu comecei meu depoimento, e como disse a V. S^a, porque 584 deputados e senadores estão sob suspeitas e apenas um ex-funcionário do Senado está sob suspeita. É preciso acabar com isso. Eu estou aqui para esclarecer a verdade, Sr. Presidente, vou trabalhar para isso, V. Ex^a vai ter em mim, nesta comissão, um membro ativo e trabalhador. Agora, insinuações de homem sério ou de qualquer pessoa, inclusive criminoso, eu não vou aceitar passivamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu peço a V. Ex^a que receba a nossa posição aqui na Mesa como garantidora de que V. Ex^a não será objeto de um alcance na sua honra pessoal. Isso nós não admitiremos.



20/10/93

O SR. BENITO GAMA - Mas a insinuação malévola, Sr. Presidente, eu não aceitarei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, eu darei, ainda, a oportunidade ao Depoente para esclarecer, se ele quiser, nunca em termos de polêmica com V. Ex^a.

Pergunto ao Depoente se ele tem alguma coisa a esclarecer depois desse desagradável incidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu peço desculpas, inclusive a V. Ex^a e ao próprio Deputado. O senhor talvez não tenha observado o que eu falei. Eu disse que o senhor sabia que o orçamento não estava fechado.

O SR. BENITO GAMA - Não sabia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, um momento, Deputado.

O SR. BENITO GAMA - Eu nunca estive no PRODASEN. Quero dizer isso.

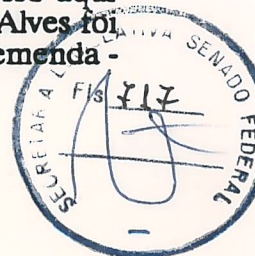
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Um momento, Deputado. Eu não disse que o senhor estava lá colocando ou pedindo emenda, mas sim que o senhor sabia que o orçamento não tinha sido fechado. O senhor esteve na casa do Deputado Fiúza algumas vezes, depois disso, em que se discutiam emendas. Não que o senhor estivesse discutindo emendas, mas sabia que o processo não estava fechado. Isso é outra coisa. Eu não disse, deixo isso bem claro, pode pegar as gravações. Eu disse que o senhor estava me perguntando sobre votação fantasma na comissão. Respondi que não sabia se tinha sido votado na comissão porque não assisti a essa reunião. Sabia o que acontecia em Plenário, que foi votado sem ter a redação final. Sei que na comissão, se houve votação, não havia relatório final, porque não estava pronto. Sei que o processo, disse já várias vezes, continuou por muito tempo. E o que eu estava falando aqui é que o senhor sabia que esse processo não estava fechado. Foi só isso. Eu não disse que o senhor estava participando de emenda.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra.

O SR. BENITO GAMA - Eu quero dizer que ele não sabia que eu sabia que estava fechado: realmente não tinha conhecimento que tinha orçamento fechado ou aberto. Simplesmente isso. Agora, eu quero, com o respeito e a atenção de V. Ex^a, a partir de agora, nós estamos no processo mais delicado de investigação deste País. Nós estamos seguramente no processo mais delicado da política brasileira. Sem dúvida alguma. Esta CPI, como a outra, do PC, é séria e grave. Eu acho que quando um Depoente ou qualquer parlamentar faz insinuações, cita nomes, porque esta reunião está sendo transmitida para todo o País, em cadeia nacional de rádio e televisão, e não pode, infelizmente, haver desdobramento de interpretações malévolas.

Eu quero dizer a V. Ex^a que essas insinuações vão começar a aparecer. Nós, membros da CPI, deputados e senadores, temos que ficar atentos. Eu pessoalmente não tenho receio nem medo de nada. Vou enfrentar a CPI em todas as suas conseqüências e vou investigar, no que me compete, como parlamentar, vou desempenhar a minha função dentro desta CPI. E V. Ex^a, como presidente, será testemunha. Agora, eu não posso admitir a insinuação feita, que pode ter sido feita inclusive com outros parlamentares daqui, eu não sei qual vai citar. Ele já citou dois, que eu sei, pelo comportamento de quem conheço de muitos anos, que não têm nada a ver com isso. Mas, infelizmente, com a ausência deles aqui no Plenário não pôde haver essa retificação. Então, eu quero dizer a V. Ex^a e à CPI e aos membros do Congresso aqui presentes. Eu estive sim na casa do Deputado Fiúza quando o Deputado João Alves foi destituído para traçar diretrizes. Nunca fui Relator de nenhuma emenda ou subemenda -





o Relator Ricardo Fiúza está aqui, o Líder e ex-Ministro -, nunca fui sub-relator de nada, nunca aprovei emenda e nunca liberei dinheiro quando o Deputado Ricardo Fiúza foi Ministro da Ação Social.

Quero deixar claro isso, não somente por mim, mas pela CPI e pelo Congresso Nacional, porque, para investigar meia dúzia de pessoas, pode estar sendo enxovalhado o nome de 584.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado, entendo inclusive a reação de V. Ex^a. Entretanto, acho que, a partir do momento em que estabelecemos esta CPI e foi ela aprovada pelo Plenário do Congresso, todos estamos sujeitos a ouvir um testemunho e ter que depois rebatê-lo, comprovadamente ou não.

Aproveito esta oportunidade para aceitar o comportamento que está tendo o Deputado Ricardo Fiúza. S. Ex^a foi citado várias vezes de maneira até mais frontal e, no entanto, S. Ex^a, que é um Deputado, está aqui, manteve-se calmo e pediu apenas o direito de ser ouvido no momento em que os não membros serão ouvidos. Aliás, a Mesa decidiu dar-lhe a prioridade nesse caso.

Ao depoente, cabe o direito de dizer o que pensa ser verdade. Se essa verdade choca, vamos provar adiante que ela não é a verdade que se pensa ser. Todos nós que somos membros desta Comissão - V. Ex^a tem razão - devemos nos preparar para verificar, a amanhã, pessoas que estamos ameaçando, na busca da verdade de comprometê-los, tentar enxovalhar a todos nós.

Portanto, aqui neste Plenário, devemos ter a oportunidade de nos defender no momento oportuno.

Para encerrar...

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, quero pedir desculpas a V. Ex^a e aos membros desta CPI pela exaltação das minhas palavras. Agora, tenho certeza de que esta investigação irá a fundo não somente com os Parlamentares, mas também com os funcionários da Comissão, com os funcionários do Executivo e com outros Poderes, onde realmente for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou plenamente de acordo.

O SR. BENITO GAMA - Quero apenas pedir desculpas a V. Ex^a pela minha exaltação, mas eu não poderia ouvir calado uma insinuação que pode ser o princípio de uma grande armação para que não dê em nada esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não há o que desculpar V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, nobre Líder Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero felicitar V. Ex^a pela maneira tranqüila, serena e competente com que está conduzindo os nossos trabalhos. Quero felicitar a Comissão pela alta responsabilidade com que estamos conduzindo este trabalho. Mas creio que V. Ex^a colocou um ponto muito importante, que temos que salientar aqui.

Somos aqui homens de vários partidos, homens de várias idéias, homens de várias tendências, homens de várias simpatias e homens de várias antipatias. Porém, o nosso trabalho é sério demais; o nosso trabalho é responsável demais.

Estamos ouvindo aqui um depoimento importante, grave, sério, mas é um depoimento de um ilustre cidadão. Não podemos sair daqui brincando com a honra de quem quer que seja. O fato de o depoente ter citado ou não ter citado não significa que



estamos aqui julgando. Estamos começando, iniciando. Tem que se dar o direito de defesa, de debater, de analisar. Quero falar em nome dos que foram citados do meu Partido, porque acho que S. Ex^{as} têm o direito de se defenderem, pois há injustiça, como os de outros partidos. Penso que não fica bem para nós sairmos daqui amanhã - como com o que aconteceu com o ex-Presidente Getúlio Vargas - e, de repente, é um mar de lama. Não podemos sair por aí desmoralizando o Congresso Nacional ou desmoralizando as pessoas sem mais nem menos.

O nosso trabalho é apurar, disse bem o Presidente. Felicito-o por isso. Vamos verificar, vamos analisar ponto por ponto. E temos condições de fazer um trabalho altamente digno e altamente responsável perante este País. Temos a obrigação, o direito e as condições.

Se fizemos isso e tivemos o respeito da Nação, no que tange ao Sr. Collor, temos que fazer isso no que tange ao Congresso Nacional. Mas temos que ter dignidade, respeitabilidade e credibilidade para isso. Não podemos ser levados nem por ódio nem por mágoa nem por ressentimento nem pelo que quer que seja.

Portanto, a minha opinião, Sr. Presidente, é que estamos ouvindo um depoimento sério, importante e responsável. Entendo a situação do Deputado Benito, que estava apavorado - e peço desculpas por mencionar o que vi -, porque, de repente, estar citado aqui significa estar condenado, quando não o é. Penso que precisamos analisar nós vamos debater, as pessoas vão ter o direito de debater e lá adiante nós vamos ver o que vai acontecer. Era apenas isso. Peço desculpas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V.Ex^a. Apenas acho que o Deputado Benito não se apavorou, apenas exaltou-se, e essa exaltação é compreensível. Se V.Ex^{as} me permitem apenas uma digressão: consta dos Anais do Parlamento uma passagem com Arthur Bernardes. Arthur Bernardes já tinha sido Presidente da República e começou a falar extremamente exaltado. Um Deputado que lhe era adverso fez-lhe uma observação em reparo: "V.Ex^a está extremamente exaltado. A exaltação não condiz com a verdade". E ele disse: "Vou servir-me de Cícero. Ele foi procurado por alguém que queria ser patrocinado por ele. Contou-lhe a história, e Cícero disse simplesmente: Não vou defender. Ele então se exaltou. E no momento em que se exaltou, disse: Agora eu defendo". Acho que é o caso do Deputado Benito.

Ouçó, como último orador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, tem preferência V.Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Acho que V.Ex^a tem conduzido muito bem os trabalhos, mas eu queria insistir na minha proposta. Estamos diante de um depoente que, evidentemente, está envolvido com o esquema que está relatando, que passou por um processo de tortura com todas outras implicações. E nós temos que, neste processo, criar condições para que ele possa falar tudo o que quer dizer. O depoimento é a verdade que ele testemunhou e está depondo. Nós vamos apurar os fatos, vai conter o direito ao contraditório.

Mas é evidente que, diante de tudo o que ele passou, num Plenário com esta estatura, de Deputados e Senadores, a exaltação é também uma forma de intimidar a testemunha, por mais que eu possa entender a posição de cada Parlamentar. Outros Parlamentares foram citados, Sr. Presidente, com muito mais gravidade do que a afirmação de que o Deputado Benito participou de reuniões na casa do Deputado Fiúza, que foi só o que o depoente disse a seu respeito. De outros, ele disse "participava do esquema", "sabia", "está envolvido".





20/10/93

Então, vamos ter que respeitar a testemunha no seu depoimento e assegurar condições para que ele fale com tranquilidade. Há outros Parlamentares presentes que têm se comportado e que foram muito mais duramente atingidos.

Eu pediria o intervalo, que talvez fosse uma forma de darmos uma acalmada e assegurar condições para que a testemunha fale com tranquilidade tudo o que tem a dizer, que é o que interessa a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero me dirigir ao Plenário para fazer uma pergunta, se estou interpretando mal o jovem Deputado do PT. Quando S.Ex^a, o Deputado Mercadante, diz: "V.Ex^a está conduzindo bem, mas..." Eu me preparei para a adversativa. O "mas" é a restrição. E como S.Ex^a diz que precisamos dar ao depoente condições de tranquilidade para depor, quero perguntar ao Deputado se ele sente até agora que essas condições lhe foram negadas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Considero o Deputado Benito Gama, inclusive pela participação que teve na outra CPI, um homem com passado, uma estatura, mas quero dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, Deputado, eu pergunto se nós estamos cerceando o Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, eu acho que na intervenção do Deputado Benito, a Mesa deveria ter sido mais firme quando ele disse o seguinte: "O senhor me respeite!" Ao ele afirmar que esteve na sala, ele não está demonstrando desrespeito algum. Se há algo a ser esclarecido, o Deputado tinha de esclarecer e pedir que aprofundassem as informações, de checar, de perguntar, de precisar. Mas o tom da voz e a afirmação - e outros virão falar nessas condições - é uma situação de intimidação da testemunha, o que dificulta muito o processo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Primeiro, eu queria agradecer a lição que o Deputado me dá de como nós devemos nos dirigir aqui, mas tenho meu sistema de utilizar, de como fazer, e acho que até agora a Mesa não cerceou em nenhum momento a possibilidade de tranquilidade do depoente. Eu gostaria de deixar isto muito claro, porque isso pode levar a interpretações, estas sim, extremamente perigosas.

Pediria ao Deputado Benito que não prosseguíssemos mais nisto...

O SR. BENITO GAMA - Não vou discutir mais isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ...porque cada um reage da maneira que, naturalmente, o seu temperamento permite.

Ainda há pouco o Deputado Luiz Salomão fazia um apelo ao Senador Ney Maranhão que não fosse tão veemente. É uma forma de fazer, e ele atendeu. Mas eu preferiria que não prejudicássemos o andamento dos nossos trabalhos e não prejudicássemos. Nós não temos condições de prejudicar. Nós vamos chegar ao final para uma conclusão, se Deus quiser.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Ex^a tem a palavra.

O SR. BENITO GAMA - Como disse a V.Ex^a e aos Membros da CPI, a CPI é grave, séria e está ficando nervosa. Não é o meu caso. A minha indignação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Ex^a está nervosíssimo, só.
(Risos)

O SR. BENITO GAMA - A minha indignação, Sr. Presidente, é que quando o Deputado Aloizio Mercadante aprova emenda no orçamento, e aprovou emenda no orçamento, citado por mim agora não é nada, mas citado pelo depoente é grave! Essa é uma questão política da maior importância, e o Deputado Aloizio Mercadante sabe que aprovou emenda no orçamento. Como função parlamentar, S.Ex^a não tem problema algum. Acho que não há nada demais. Agora, falado por um depoente com o passado que tem, com os antecedentes que tem, com a expectativa que



20/10/93

temos de apuração em tudo, é uma questão que o mais calmo dos Parlamentares ou dos seres humanos não ficaria tão calmo como V.Exª na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. BENITO GAMA - Peço desculpas ao Deputado Aloizio Mercadante, porque V.Exª na outra CPI foi mais nervoso e mais tenso do que eu quando dirigia...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, estou muito tranqüilo, inclusive, porque este é mais um ano em que não assinei emenda alguma, apesar de achar legítimo que sejam assinadas. Eu particularmente não assinei qualquer emenda. Em só um ano aprovei três emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou falando do ano passado, Deputado.

Vou apelar para o resíduo da minha formação autoritária e dizer que este assunto está encerrado. (Risos)

Concedo a palavra ao Senador Francisco Rollemberg, último inscrito. Não mais haverá inscrição na lista de titulares.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente Jarbas Passarinho, felicito V.Exª pela maneira com que vem conduzindo, nesta tarde, esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Há de se convir que é uma reunião diferente, uma reunião triste, chocante. Nenhum de nós está feliz por estar aqui nesta tarde a ouvir José Carlos Alves dos Santos, que foi um funcionário desta Casa, que fez boas amizades aqui, que teve uma bela carreira, e que se deixou levar por uma série de fatos. Ele, no momento, vive problemas gravíssimos! Há de se preservar...daí a necessidade de que esta Comissão se conduza com muita tranqüilidade, inclusive para o equilíbrio mental, psicológico do depoente.

Dito isso, vou fazer tão-somente uma pergunta: Dr. José Carlos Alves dos Santos, na sua declaração à *Veja*, o senhor se refere a três Governadores. Por coincidência, são três Governadores que estão com índice de aceitação popular imenso: Governador Edson Lobão, Joaquim Roriz e o Governador do meu Estado. Vou fazer uma pergunta específica, regional, provinciana: o senhor ouviu, assistiu o Governador do meu Estado, o Governador João Alves, conversar com o seu homônimo, Deputado João Alves, a respeito de coisas que não fossem sérias, em que houvesse alguma negociata, ou V.Sª imagina tão-somente que ele o visitou, trocou idéias? E parece que V.Sª disse até que a conversa foi muito boa. Como V.Sª pode me contar essa história?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, nunca assisti a nada. Nunca ouvi o Governador João Alves tratar desse assunto com o Deputado João Alves. Volto a dizer a V.Exª: o que eu disse é que o Deputado João Alves disse que o Governador João Alves daria participação, daria alguma coisa sobre as obras do Estado dele. Mas se é verdade ou se não é eu não sei. Não assisti, não vi. Com certeza, não vi.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V.Sª não assistiu e não viu isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Está bem. Muito obrigado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passo a consulta que quero fazer ao Plenário, e no momento peço que não me solicitem questão de ordem, porque cada um dos Srs. Congressistas que está na lista será atendido, mas vamos decidir primeiro isso. O depoente precisa realmente agora de um intervalo, e eu tenho dificuldades que quero partilhar com V.Exªs e ouvir a resposta. Se nós, por exemplo, encerrássemos agora esta reunião para recomencê-la amanhã a partir das inscrições, teríamos grandes dificuldades com relação a trazê-lo de volta aqui, porque hoje





percorremos um périplo. Fiquei devendo o bom êxito ao Deputado Moroni Torgan, que espontaneamente... três Varas diferentes foram procuradas, depois o Ministério da Justiça, para que pudesse chegar aqui o depoente. Se ele volta à prisão, tenho que rever - já consultei o nosso Relator e o Deputado Odacir Klein -, e teremos de recomençar todo esse processo para amanhã.

Sugeriria, então, se assim pensar o Plenário, que fizéssemos um intervalo de 20 minutos, para, depois, retomarmos esta sessão até esgotar todos os que fizeram o trabalho. (Palmas)

O Sr. José Carlos Alves dos Santos tem condições de continuar o seu depoimento. Ele vai repousar durante esses vinte minutos e será alimentado. Eu também vou procurar o meu "alpisto", e, depois, procuraremos, todos juntos, resolver as questões aqui colocadas.

Então, não havendo objeção, vamos suspender a sessão por 20 minutos. Peço que os senhores não saiam agora. Primeiramente, por uma questão de segurança, sairá o Depoente acompanhado da Segurança Federal e da Segurança do Senado que admitimos aqui. Peço ao delegado que providencie isso.

O SR. RICARDO FTUZA - Sr. Presidente, não discordando de V. Ex^a. - não poderia fazê-lo -, quero apenas registrar o fato de, por ter sido extremamente citada, seguramente, uma parcela dessas pessoas envolvidas nas acusações não voltará. Eu me sinto prejudicado com essa interrupção na minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas, meu prezado amigo Deputado, isso é inevitável. V. Ex^a. terá oportunidade de fazer a sua exposição. Este é um momento que interrompe a todos. Há ainda 21 pessoas a se pronunciarem em 100 inscritas aqui. De maneira que, como foi, inclusive, uma decisão de Plenário, sem que eu pense estar prejudicando a V. Ex^a., vou manter a decisão.

A Segurança pode proceder à retirada do Depoente. Peço aos demais que, por obséquio, aguardem aqui.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa às 22 horas e 20 minutos e reaberta às 23 horas e 07 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está reaberta a reunião.

Esgotada a lista dos titulares, temos os membros suplentes, com cinco inscrições. E, em seguida, a lista de inscrição dos não-membros, que tomamos a iniciativa de proporcionar a precedência àqueles Srs. Deputados ou Senadores que aqui foram citados pelo depoente.

Naturalmente que já ouvimos bastante aqui a necessidade de nos conduzirmos de tal modo que evitemos as manifestações de perda da serenidade.

No momento, estamos aguardando a vinda do depoente porque ele teve uma crise nervosa. Mas ele só virá para cá a partir do momento em que ele diga que está em condições de continuar depondo.

O primeiro interpelante será o Deputado Maurício Najar. São os suplentes que têm a precedência pela Mesa. Isso foi decidido por V. Ex^{as}, não foi por mim.

Mas eu disse que, em seguida aos não-membros, dou prioridade imediata aos Deputados.

Na cadeira ligeiramente à direita e atrás do depoente, está o seu advogado, sabendo que ele não pode, entretanto, ter o direito de com ele conversar ou instruir-lhe as respostas.

O Deputado Maurício Najar está presente? (Pausa)

O Deputado Sérgio Miranda, PC do B, está presente? (Pausa)



20/10/93

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Presente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Sérgio Miranda, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria fazer um agradecimento pelo gesto democrático do Partido dos Trabalhadores, que cedeu uma das suas vagas, para que o PC do B pudesse ter uma representação nesta Comissão. Eu gostaria de lembrar também que o PDT nos ofereceu, posteriormente, também uma das suas vagas.

Depreendi, pelas declarações do depoente, que existem basicamente dois esquemas. Um esquema das subvenções sociais, que foi bastante referido com segurança pelo depoente, onde existem investigações no Supremo, anteriores ao caso da SEVAL. Mas existe um outro esquema. E esse outro esquema não foi ainda totalmente esclarecido: é o esquema das grandes empreiteiras, das relações de obras, dos parlamentares que assinavam essas emendas encomendadas. E chamo a atenção que essas grandes empreiteiras têm freqüentado assiduamente o banco das testemunhas nas CPIs aqui realizadas: na CPI do PC e na CPI das Privatizações.

Nesse sentido, eu queria explorar mais esse segundo ramo. O depoente afirmou que encontrou representantes de empreiteiras na casa do Deputado João Alves. Pela intimidade que o depoente teve, nesse período, na convivência com parlamentares, principalmente com o Deputado João Alves, eu queria saber se o depoente tem alguma informação sobre o fato de Deputados que representem empreiteiras, se foi citado nas conversas, nos comentários, nas confidências, se tem alguma informação de Deputados, aqui na Casa, que faziam emendas encomendadas pelas grandes empreiteiras? Quais as referências desse segundo esquema que o depoente pode dar para nos ajudar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu já respondi alguma coisa mais ou menos nessa linha. Eu não sei de nenhum parlamentar ligado especificamente a alguma empreiteira. Mas talvez seja possível levantar, com algumas listas de emendas de obras de determinadas empreiteiras que foram colocadas e que existem, verificar-se quais parlamentares que assinavam aquelas respectivas emendas. Talvez por aí se chegue a alguma coisa. Existem algumas relações de obras empreiteiras; dessas relações pode-se verificar quem assinou as emendas. Com isso, chega-se lá. No entanto, eu não tenho conhecimento de qual parlamentar e qual empreiteira; realmente, eu não sei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Entre esses representantes de empreiteiras que encontrou na residência do Deputado João Alves, por acaso, conhece o Dr. Cláudio Mello, representante da Norberto Odebrecht?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Conheço-o.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O senhor teria alguma informação de como era feita a divisão das obras entre as grandes empreiteiras, se por regiões, por Estados ou por setores?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Realmente, eu não sei Deputado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Vou chegar no terceiro ponto que é uma avaliação que faço. A pergunta que farei é baseada num raciocínio. Considero que as verbas de subvenções sociais não são suficientes para propiciar ao depoente uma caixinha de 1 milhão de dólares. Se são em quatro anos - basicamente, três anos, meados de 89, em 91 o depoente se retirou para o Poder Executivo - daria uma média de 300 mil dólares por ano. Trezentos mil dólares por ano, reconhecendo que o depoente dentro do esquema participava apenas como um quadro técnico - não era um dos mentores, era um quadro técnico de confiança - não justifica 300 mil dólares, se considerarmos isso em torno de meio por cento, que seriam as gratificações, as propinas, os presentes. O depoente afirma que o Deputado João Alves se referia às doações que lhe entregavam





como sendo em torno de meio por cento. De quanto seria isso? Considero que para uma quantidade de dólares, na minha opinião, tão expressiva, tenha entrado dinheiro do outro esquema, do esquema das grandes empreiteiras.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, em nenhum momento eu deixei de dizer que não entrou. O Deputado João Alves dava dinheiro e dizia que era de subvenções e do esquema de empreiteiras, de coisas que eu recebia. Eu não neguei isso. Sempre disse que esses recursos iam do Deputado João Alves, dessas duas fontes: de uma, eu conheço bem o processo, que são as subvenções sociais; da outra, eu não tenho, não conheço os detalhes dos acertos, mas eu tenho a certeza de que houve. O Deputado João Alves falava a respeito; eu recebia relações de obras que tinham que ser feitas, que ser colocadas. No entanto, esses acertos, eu não os vi, não os conheço. Eu não participava do processo de liberação, portanto, não sei como era feito. Agora, tenho a absoluta segurança de que existia. O Deputado João Alves falava que tinha dinheiro disso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Esse dado é muito importante para nós.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Inclusive, falando, diante de todos, as coisas, às vezes, vão vindo.

Por exemplo, quando o Deputado João Alves foi Relator, eu me lembro que houve acertos inclusive de pagamento adiantado. Ele dizia que iria receber adiantado, esse tipo de coisa. Quem foi, quem pagou, quanto pagou, eu não sei. Realmente eu não sei, mas que houve, houve.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O senhor não se recorda de nenhuma dessas emendas especiais recomendadas à sua pessoa para ser incluída no Orçamento referente ao esquema das grandes empreiteiras?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Existem relações dessas empreiteiras bem como folhas de computador que eram colocadas e levadas até ele, com as obras daquela empreiteira que tinham que ser colocadas, algumas negociadas, depois, esse tipo de coisa. Se eu pegar essas relações, vendo-as, eu direi para os senhores qual é a empreiteira. Não me lembro de cabeça. O senhor há de convir que não dá para guardar tudo. Estou tentando ser mais eu; não escondi isso aqui. Eu falei que o dinheiro vinha de duas origens.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O senhor viu o Dr. Cláudio Mello na casa do Deputado João Alves ou de qualquer outro Deputado ou Senador, propondo emendas, envolvido no esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu nunca participei de reunião vendo propostas de emendas; mas já vi o Dr. Cláudio lá.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Uma última pergunta, Sr. Presidente. Tomei conhecimento pela imprensa e quero que o depoente tenha total liberdade para se referir a esse caso, que, na minha opinião, não envolve questão pessoal, mas se trata de um problema importante para esclarecimento desta Comissão. O depoente pode informar a esta Comissão a origem do depósito no Banco Nacional, algo em torno de 3 bilhões de cruzeiros, realizado, segundo a imprensa, 11 dias após o desaparecimento de sua esposa, se não me engano, no dia 31 de dezembro de 1992. Quem fez esse depósito na conta do depoente no Banco Nacional?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso é um empréstimo que o banco me fez, porque eu precisava - e agora estou sendo franco -, estava apavorado e não sabia como mostrar os dólares para pagar o resgate. Ali me atropelou e fez coisas... Falei: como é que vou dizer que tenho 300 mil dólares? Realmente eu não queria falar ali, aquilo me constrangia; era um negócio terrível. Como falar, explicar onde arranjer esse dinheiro? Naquele momento, não dava para sair. Aí, no banco, eles me emprestaram o dinheiro para poder justificar as coisas, assim como fiz a venda de uma



sala que eu tinha, fiz a venda de uma caminhonete, que deixei empenhada para tentar justificar a origem do dinheiro.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Esse empréstimo pode ser comprovado por avalistas, tudo...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que o próprio banco comprova isso; ele tem os documentos lá.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu agradeço a V. Ex^a também por haver usado o tempo regimental, o que é raro.

Concedo a palavra ao Sr. Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Eu perguntaria inicialmente ao depoente se, quando torturado, confessou alguma coisa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Senador, perguntaram-me basicamente sobre minha mulher, e eu não tinha o que dizer, eu não sabia. Perguntaram-me sobre o assunto da Comissão de Orçamento. Eu disse alguns nomes; saíram alguns nomes; mas, se V. Ex^a me perguntar quais os nomes que eu disse, não dá mais para lembrar. Sei que disse alguns nomes de Deputados e Senadores. Provavelmente eu tenha falado esses que estavam mais efetivos na minha cabeça, mais concretamente na...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Eu pergunto se V. S^a tem uma idéia do número de inquéritos a que está respondendo lá, porque, pelo que vejo, há notícias que dizem que está respondendo a três...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei; tem havido uma barbaridade aí.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sim; mas qual é o conhecimento que o depoente tem dos inquéritos que existem?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estou falando que estou respondendo a um inquérito, especificamente, sobre minha mulher; que negócio de tóxicos...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Inquérito, então, por homicídio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É: negócio de tóxicos, porque encontraram vestígios no tal avião. O negócio de estelionato, porque eu teria comprado uma câmara com dólares falsos, ou qualquer coisa assim; e que não é... absolutamente, não tem jeito; e o inquérito por ter falsificado dólares, ou portar dólares falsos. Que eu saiba é isso.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. S^a conhece as provas que foram feitas relativamente a esses fatos? Além dessa perícia no avião sobre tóxicos, existe mais alguma coisa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que eu saiba não, Excelência.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O que eu quero colocar é o seguinte, para ser bem objetivo: o seu depoimento, que começou vacilante, como salientou o Relator, acabou sendo um depoimento de uma firmeza testemunhada aqui. Foi sempre objetivo, dizendo "isso é certo: disso, eu só sei essa parte", ou seja, o que V. S^a sabe V. S^a diz, o que não sabe V. S^a não diz. Então, o depoimento tem força, mas o seu depoimento é uma prova que, no sentido processual, tem um complemento material, que são os dólares, não é isso? Então, a discussão toda, para quem interessar, será sobre a origem desses dólares. Se a origem desses dólares é o Orçamento, então a sua denúncia tem procedimento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mas é o Orçamento.





O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Evidentemente haverá um esforço aqui no sentido de mostrar que a origem desses dólares é outra, provavelmente o tóxico.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mas não tem jeito, Senador; eu nunca mexi com tóxicos na vida. Não tem jeito de fazer isso. Esse bendito avião não era meu. Já expliquei o que aconteceu. Não conheço ninguém que mexa com tóxico; não tenho nenhum envolvimento com isso. É impossível colocar qualquer coisa desse tipo perto de mim. Não tem jeito.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas, então, V. Sa vai me dizer, sinceramente qual o interesse que a polícia tem em abrir um inquérito sobre tóxicos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei, Excelência; para me envolver, para me pressionar, ou o que tem existido mesmo... Não sei se existiu ou não isso; não digo que foi "plantado" ou não foi "plantado". Realmente, não tenho a mínima idéia disso como foi. Acredito até que possam ter encontrado o vestígio lá. Não duvido disso não, mas também não acredito. V. Exª entende o que eu quero dizer: não sei se é verdade ou se não é verdade. Agora, se encontraram, com certeza não tem nada a ver comigo. Eu nunca tive ingerência nenhuma nesse avião, nunca tive nenhuma coordenação com ele, nunca tive nenhuma interferência na administração desse avião!

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Testemunhos que o senhor teria para nos oferecer, aqui, no sentido de que não tem nenhum relacionamento passado, nenhuma complicação com tóxicos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Nunca. Ninguém pode dizer que me viu envolvido com qualquer coisa de tóxico. Isso não existe. E sobre esse avião é questão de verificar com quem está registrado, onde é que está registrado, onde ele andou, como é que foi, se ele já apareceu no aeroporto, se já foi fazer alguma coisa. Não sei, acho que...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Há uma ambigüidade relativamente a sua mulher. O senhor tem uma dificuldade em enfrentar esse assunto.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É claro. É um negócio que dói, Senador, ou o senhor acha que não! Eu só não sei que a origem de tudo não está nisso aí. Se tudo vem por aí. É um negócio doído, é um negócio sofrido. Você já pensou ser acusado de ter matado a própria mulher?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sou capaz de imaginar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Então pensa nisso e se coloque na minha situação, tá?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas é por isso mesmo que eu gostaria de lhe perguntar... e não dá para ser um pouco mais objetivo? O que havia? O que houve?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu não sei!

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Em que estado relacional você estava com a esposa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ultimamente muito bem. Muito bem mesmo. Estávamos tentando recompor nossa vida. Tínhamos tido algumas separações, inclusive essas separações até que não eram, praticamente, públicas, e evitamos muito a divulgação disso. Acredito que nem a minha secretaria soubesse das minhas coisas, em que eu ia e vinha de casa, voltava para casa, etc. Tivemos nossas dificuldades pessoais, tivemos sérias dificuldades, eu saí de casa acho que três vezes. Uma vez, ela... resolvemos que ao invés de você sair e depois voltar, eu vou sair agora. Ela foi para casa da mãe dela e depois voltamos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Certo. Então há o seqüestro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu não sei. Eu nunca falei que era um seqüestro efetivo. Conteí o que aconteceu. Se foi um seqüestro, se foi um assalto, ou se de um assalto fizeram um seqüestro ou o que é que fizeram... ou se foi



planejado ou não, Senador, eu não tenho condições de dizer, a não ser isso. Eu sei o que aconteceu comigo. Sei o que aconteceu aquele dia. As coisas concretas que tinha eu falei lá. Foi o que aconteceu. Daí o que eu posso fazer? Eu não tenho mais...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Por favor, então me descreva como aconteceu o desaparecimento de sua mulher?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Tínhamos ido a um jantar, saímos do jantar em um restaurante no final da W3 Norte, quando estávamos descendo, voltando da W3, estávamos vindo muito bem até, foi um jantar agradável, estávamos bem, vínhamos namorando praticamente. Passando na Ponte do Bragueto, o sujeito passou e apontou para mim com carro, dando a entender que o pneu estava furado. Parei. Ainda comentei com Beth: isso é hora de furar pneu de novo? Eu tinha furado o pneu uma semana antes, uns dias antes, uns dez dias antes eu tinha tido, em duas ocasiões, pneu furado. Uma delas eu estava vindo para uma reunião aqui com o Deputado Messias e com o Deputado José Geraldo. São pessoas inclusive que cito o nome de...sei lá.., mas que eu estava vindo numa reunião aqui, e talvez eles se lembrem disso.

Então, parei. Quando eu vi, tinha um sujeito em cima de mim com uma arma e me colocou dentro do carro e me mandou tocar e depois me mandou descer. Apareceu outro cara com um revólver e me mandaram descer, me colocaram no portamala e prenderam a minha mão. Depois, eu não sei mais o que aconteceu.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor acha que tem algum sentimento, no sentido de que esse seqüestro esteja relacionado com esses fatos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Senador, acho isso muito absurdo. Já pensei, é claro. Já me trouxeram uma porção de hipóteses desse tipo, uma porção de coisas desse tipo, mas eu penso que mesmo que se eles quisessem fazer alguma coisa fariam comigo, eu acho. O lógico seria fazer comigo. Outro dia mesmo os policiais estavam colocando hipóteses na cabeça, que eu não sei. São coisas assim que balançam a gente. Realmente eu não sei. Já tem um ano isso, são 11 meses; 11 meses que é uma "barra", um sofrimento, sei lá.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - É possível que tudo isso que V. S^a descreve relativamente às condutas de alguns parlamentares quanto ao orçamento? É possível funcionar esta figura que o senhor traça do Deputado João Alves, sem que haja uma mínima convivência das Mesas do Senado e da Câmara? É possível concretamente?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É possível sim. Foi feito. Isso era acertado na Comissão. Eu disse ao senhor que lideranças, Mesas do Senado e da Câmara, membros do Senado e da Câmara mais significativa, vamos dizer assim, tinham conhecimento, não sei se do dinheiro, volto a dizer, não sei se do dinheiro, mas que havia dotações e subvenções que o Deputado João Alves distribuía posteriormente. Isso com certeza.

Volto a falar para o senhor que não sei, não posso dizer, mas muitas das coisas que falei aqui procurei ressaltar o máximo possível.

Tenho medo de falar exatamente que foi assim, fazer uma afirmação e eu não saber. Vi o Deputado João Alves falar. Mas, o Deputado João Alves, muita gente conhece aqui, ele gosta de florear as coisas, os senhores conhecem muito mais do que eu a personalidade dele.

Vi ele falar algumas dessas coisas, mas não tenho provas e não sei. Sei que esses Parlamentares que eu disse que sabiam do ilícito das subvenções, que existiam subvenções, com certeza sabiam porque forneciam para ele listas de subvenções para ele incluir nas relações.





O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas esse conhecimento que V.S^a tem é suficiente para que V.S^a conclua que esses Parlamentares agiram coordenadamente como uma quadrilha?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, repare o seguinte: eles formando quadrilha com o Deputado João Alves, não. Eles se beneficiavam do que o Deputado João Alves propunha.

O Deputado João Alves dizia: "manda essas relações para mim, que tenho uma quota, uma parte para o senhor". Isso eu vi o Deputado João Alves fazer, e os Parlamentares mandavam porque sabiam que estavam sendo beneficiados e que tinham uma parcela de coisas que estavam tendo ali: uma quota para eu indicar para Parlamentares, que indicavam às suas entidades.

Não estou dizendo que eles sabiam do esquema que o Deputado João Alves recebia dinheiro.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - No nível do seu conhecimento, então, o único mentor é o Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não há como considerar outra pessoa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que ele é o mentor disso tudo e isso começou acho que antes da própria Constituinte. Não sei, mas acho que é o Deputado João Alves.

Eu conheci esse processo depois e vi muito claro, passei a conhecer profundamente isso aí; sei como era isso, eu tenho absoluta certeza. Isso é documental porque há provas nos Ministérios todos dos ofícios dele dizendo: "As dotações da Comissão tal... esse tipo de coisa", que eram encaminhados em formulários como se fossem subvenções sociais para dar um cunho, com registro do Prodasen, número do Conselho e todas essas coisas que tinham de ser colocadas. Isso com certeza era feito desse jeito.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Certo.

Uma última pergunta, Sr. Presidente: Toda esta Instituição está estremecida. Evidentemente que as reações, as indignações são sentidas a todo momento.

Então, a nossa posição, a posição dos Parlamentares, é uma posição complexa. Estamos todos com uma sensibilidade acesa, ativada e, de repente, levantamos a voz indignados: - está me mencionando, está sugerindo. Então, o que é que está sugerindo? Então, é uma posição difícil.

Pergunto o seguinte: Acho, na minha opinião, que a sua posição é ainda mais difícil, porque o senhor está enfrentando uma Instituição!

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu sei disso.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Gostaria de saber por que o senhor decidiu enfrentar uma Instituição, pois isso no Brasil não é fácil!

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Senador, já expliquei isso aqui e não gostaria de repetir: está falado, está gravado, dói, já está dito. Por favor!

Todos esses fatos, tudo isso, chega uma hora em que temos que botar para fora, pois as coisas estouram.. A minha filha tinha me dito que queria que eu falsasse tudo, esclarecesse tudo. Ela não sabia, acabei de falar com ela pelo telefone e ela disse: "Pai, não sabia que era isso quando pedi que o senhor esclarecesse. Queria que o senhor esclarecesse tudo, falasse tudo o que o senhor soubesse, sobre os dólares... E estou falando tudo para V.Ex^{as}.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Todos nós estamos aqui sujeitos a um processo na medida em que o senhor... Todos nós estamos sujeitos a ser processados.



O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que não, Senador. Há muita gente boa neste Congresso, que é honesta, que é séria, que não tem envolvimento em absolutamente nada.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sei que a maior parte, pelo menos, não está envolvida, é honesta. Mas, estamos sujeitos ao processo. Fui juiz, absolvi milhares de inocentes. Não se é sempre criminoso quando se é processado.

Quero saber se o senhor tem consciência de que o senhor também está sujeito a um processo, além desses fatos aí, por denúncia caluniosa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sei disso. Tudo que estou falando aqui é absolutamente verdade. Não é calúnia, tanto é que não estou falando de todos. Não estou falando indiscriminadamente. Estou falando de coisas que, provavelmente, toda a Casa sabia; de coisas que muitos dos senhores aqui tinham conhecimento em maior ou em menor grau. V.Ex^{as} tinham percepção em maior ou menor grau, ou que já ouviram nos corredores, ou que já ouviram alguns comentários...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Somente um último detalhe, só para eu ter uma idéia. São mil e quantos dólares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - US\$ 1 milhão.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - US\$ 1 milhão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Isso foi o apreendido. Quanto exatamente a polícia apreendeu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Hum milhão e pouco, hum milhão e uns quebrados; o valor correto, não sei.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Quanto, mais ou menos, então, falsos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, parece, desse total, que eu saiba, US\$ 40 mil.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - US\$ 40 mil, o Deputado João Alves lhe deu? US\$ 40 mil falsos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Olha, provavelmente, ele não sabia que eram falsos, também, não acredito que ele soubesse, não digo que ele me deu o dólar falso conscientemente; não, acho que não, acho que ele me deu os dólares, mas não sabia que eram falsos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E quantas vezes a polícia fez buscas na sua casa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Quantas vezes ela fez busca lá em casa? Umas três vezes, acho.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Três vezes?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E descobriu, na primeira vez, os dólares todos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Descobriram, descobriram.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Logo na primeira vez?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na primeira vez, pegaram US\$ 700 mil lá, em casa; os outros, pegaram no banco, mas eram aqueles que eu já tinha entregue para a polícia, já estavam identificados na polícia, já.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Na primeira vez que eles foram na sua casa, eles já pegaram todos os dólares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Então, é isso que quero saber.





O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não. Não pegaram. Eles foram na primeira vez, lá, não pegaram dólar; na segunda vez, eles pegaram.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas, por que que o senhor não escondeu esses dólares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu não tinha o que fazer com eles.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não, não, mas explique isso aí. Se os homens foram fazer uma busca na sua casa...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Fizeram, não pegaram.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - ... você tem os dólares lá...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não pegaram. Realmente não me preocupei com os dólares. Estão aí, deixa aí, não pensei em tirar de lá. Já tinham ido, já tinham feito a busca, não acharam, não pensei que fossem voltar; realmente, não pensei que fossem voltar. Já tinham feito uma busca lá em casa, já tinham olhado tudo, continuaram onde estavam.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Está certo. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Ex^a.

Deputado Fernando Carrion, a palavra é de V. Ex^a. V. Ex^a tem 10 minutos.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. depoente, o esquema e o acerto a que V. S^a se referiu envolviam recebimentos de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Como? Delsculpe-me.

O SR. FERNANDO CARRION - Os termos que V. S^a usou, esquema e acerto, não perfeitamente esclarecidos, quando usou esses termos V. S^a se referia a coisas que envolviam recebimentos de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim.

O SR. FERNANDO CARRION - Esquema e acerto, então, significa que eram formas de recebimento de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso.

O SR. FERNANDO CARRION - Perfeito. Esse dinheiro era, eventualmente, pago na apresentação e na ocasião do efetivo pagamento das emendas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Olha, eu disse que eram dois esquemas: um esquema de subvenção e um esquema de emenda. Agora, eram pagos por empreiteira, alguém...

O SR. FERNANDO CARRION - Não, eu pergunto: se envolvia dinheiro, era pago. Mas se era pago na apresentação, na feitura da elaboração da emenda, para ser incorporada ao orçamento na sua totalidade ou parte ali, em parte no efetivo pagamento da emenda? O Governo paga a emenda...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não, num período...

O SR. FERNANDO CARRION - ...para o beneficiário?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado João Alves me falou que receberia dinheiro à vista na hora em que colocasse as emendas, na hora em que o orçamento fosse aprovado no Congresso. Isso, na primeira vez que ele foi Relator. Depois, seria quando as emendas, quando os recursos fossem liberados, que ele receberia.

O SR. FERNANDO CARRION - Então, o dinheiro transitava quando da apresentação da emenda e, provavelmente...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, no primeiro orçamento em que o Deputado João Alves foi Relator, ele disse que receberia alguns recursos à vista, quer dizer, no momento em que o orçamento fosse aprovado, desde que



20/10/93

houvesse dotações, receberia uma parte à vista, e o resto receberia quando o dinheiro saísse das empresas, isso, em relação à aprovação de emendas.

O SR. FERNANDO CARRION - Então, havia dois momentos da transferência de dinheiro,...?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No primeiro orçamento, no segundo, não ouvi falar disso, poderia ser Relator.

O SR. FERNANDO CARRION - ...na apresentação e no efetivo pagamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso.

O SR. FERNANDO CARRION - Pois não.

Outra pergunta, Sr. depoente: os recebimentos de dinheiro, já está claro que ocorreram, foi no Orçamento de 89 até o ano de 1993? Em todos eles?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Em 1993 eu não sei.

O SR. FERNANDO CARRION - V.S^a se aposentou e se retirou da Chefia do Orçamento em que data?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No início de 1992.

O SR. FERNANDO CARRION - Enquanto V.S^a esteve na Chefia do Serviço de Orçamento conviveu com esses recebimentos de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Recebi, mas não em relação à atividade lá. Foi em relação à liberação de subvenções que saíram.

O SR. FERNANDO CARRION - Então, foi em 89, 90 e 91, com certeza?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - E 92, com certeza. Inclusive, mesmo depois de aposentado, o Deputado João Alves ainda me deu. Ainda acompanhei a liberação de subvenções no Ministério da Ação Social e tudo.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Depoente, V.S^a afirmou em seu depoimento que a Sr^a Ministra Margarida Procópio tinha conhecimento desse termo um tanto chulo e grosseiro que V.S^a usou, que é o chamado "esquema", que é muito interessante que se saiba exatamente o que se quer dizer. V.S^a afirmou que a Ministra Margarida Procópio tinha conhecimento. Correto?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Correto.

O SR. FERNANDO CARRION - Perfeito. Esta senhora, Margarida Procópio, recebeu parcelas de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Repare o seguinte: não posso dizer que ela recebeu, pois não a vi receber, não tenho provas de que ela recebeu. Tenho é que o Deputado João Alves disse que dava dinheiro para ela, além de entidades dela, do interesse dela, que eram encaminhadas... Vou fazer o caminho inverso. A Ministra Margarida entregava ao Deputado João Alves as entidades que ela queria que colocasse; uma parte dessas dotações ela exigia que ficasse para isso. Ela indicava, então, entidades dela, de interesse dela e o Deputado João Alves as incluía na relação que ele mandava para lá. Com certeza vi entidades desse tipo, que o Deputado João Alves falou: - "Isso aqui é da Margarida". Esse tipo de coisa. Eram entidades do Estado. Agora, o Deputado João Alves, além disso, disse que ela levava dinheiro. Se levava ou não levava, não sei dizer. Só sei a informação que ele me passou.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor está-se referindo ao que ouviu da boca do Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É, mas havia entidades que ela mandava, com certeza. O pessoal do Ministério, inclusive, falava que havia entidades dela; que aquela parcela era para ela e que havia entidades do Estado de Alagoas que eram da Ministra Margarida.

O SR. FERNANDO CARRION - Como se fosse uma reserva de mercado?





O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É, uma parcela dessas dotações, num acerto com ela, parece que ela já não era Ministra na época, mas uma parcela ela fazia questão, pois como era ela quem liberava, parece que no início não queria deixar liberar esses recursos na forma como estava combinado, houve posicionamento nesse sentido, e foi mostrado para ela que isso era do Congresso e que no acerto com ela ficou combinado que ela ficaria com uma parcela para indicar as entidades que quisesse.

O SR. FERNANDO CARRION - Perfeito. O senhor tem conhecimento de que mais alguma autoridade do Ministério da Sr^a Margarida Procópio participava também desse chamado "esquema"? Por ventura, algum secretário do Ministério da Sr^a Margarida Procópio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, não tenho condição nenhuma...Já estou repetindo o que já falei aqui. Havia funcionários que liberavam recursos - pessoal que mandava fazer as ordens de pagamento, essas coisas - que, provavelmente, deviam saber. Sabiam que tinham entidades ali que estavam...Não sei se sabiam que tinha dinheiro. Não sei se eles tinham conhecimento de que haveria retorno de dinheiro. Agora, que eles tinham conhecimento do processo de o Congresso encaminhar, via Deputado João Alves, a relação das entidades e de que uma parcela dessas era de lá, com certeza eles sabiam.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, lastimo informar que o tempo está esgotado. V.Ex^a pode concluir?

O SR. FERNANDO CARRION - Presidente Jarbas Passarinho, vou ser bem rápido. Colocaria, com a aquiescência de V.Ex^a, as perguntas ao depoente e ele as responderia. Pediria que prestasse bem atenção ao elenco, que é bem rápido.

As entidades de Parlamentares incluídas no orçamento a que V.S^a se referiu eram entidades fantasmas, sem vida legal? No caso de sim, se pode citar algumas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Pelo contrário, havia cuidado que fossem entidades regularmente registradas, regularmente existentes, e o próprio processo de liberação fazia com que essas entidades funcionassem efetivamente. Para a entidade receber o dinheiro no Banco do Brasil tinha que apresentar uma série de documentos, atestado de funcionamento passado por autoridade local, registro da ata, registro no Conselho Nacional de Serviço Social, atestado de funcionamento de probidade da diretoria, todos aqueles procedimentos que o Banco do Brasil exige, como as portarias ministeriais.

O SR. FERNANDO CARRION - Para concluir: Que esquemas e acertos, segundo V.S^a depôs, o depoente ouviu - e peço que seja claro neste aspecto - referentes aos Deputados citados, Genebaldo Correia e Cid Carvalho? E, eventualmente, esses esquemas envolviam recebimento de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado Cid Carvalho e o Deputado Genebaldo Correia sabiam de todos esses esquemas, sabiam de todos esses acertos e sabiam que corria dinheiro e recebiam dinheiro. O Deputado Genebaldo e o Deputado Cid chegaram a me perguntar se tinham me pago, se o Deputado João Alves tinha me dado dinheiro.

O SR. FERNANDO CARRION - Como?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado Cid e o Deputado Genebaldo chegaram a me perguntar se eu tinha recebido dinheiro do Deputado João Alves.

O SR. FERNANDO CARRION - Se o senhor tinha?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim. Se eu tinha recebido.

O SR. FERNANDO CARRION - É a última pergunta, Sr. Presidente.



20/10/93

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eles sabiam perfeitamente desse esquema de recebimento de dinheiro.

O SR. FERNANDO CARRION - V.S^a, como responsável pelo orçamento, lembra da presença, se ocorreu, na montagem dos orçamentos a que assistiu e na eventual tentativa de apresentação de emendas da parte de: representantes de fabricantes de cimento, representantes de fabricantes de remédios, representantes da indústria automobilística e representantes de fornecedores de merenda escolar? Se, eventualmente, esses setores que citei, V.S^a viu perambulando na tentativa de influir na montagem do orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, Deputado. Realmente não.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor se refere exclusivamente a empreiteiros de obras públicas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É empreiteiros. O que vi muito foi empreiteiro. É, na realidade, só empreiteiro.

O SR. FERNANDO CARRION - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu agradeço a V.Ex^a. Pela ordem, tem a palavra o Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A testemunha disse que dois Deputados perguntaram a ela se ele havia recebido dinheiro de João Alves. Ele citou apenas isso. Quero saber a resposta que ele deu.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que tinha recebido.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Que tinha recebido?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que tinha recebido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É, foi oportuna a questão pela ordem levantada.

O último inscrito dos Membros Suplentes é o Deputado...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Para complementar a questão de ordem do Senador José Paulo Bisol - acho que é importante - qual foi a quantia recebida e se os deputados sabiam aproximadamente quanto nesta oportunidade?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso já foi agora, das últimas vezes mais recentes, vamos dizer assim. Se não me engano, foi algo em torno de 100 mil dólares.

O SR. EDUARDO SUPPLY - 100 mil dólares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E eles estavam conscientes dessa quantia que seria a sua parte?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabiam. Inclusive, falei com eles: é isso aí.

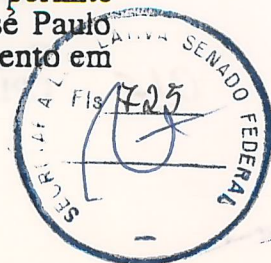
O SR. EDUARDO SUPPLY - 100 mil dólares a sua parte?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E porventura o senhor teria noção da parte de João Alves ou de outrem?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Aí eu...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Presidente se permite complementar uma pergunta a partir da questão levantada pelo Senador José Paulo Bisol e pelo Senador Eduardo Suplicy. Dirijo-me ao depoente: a partir do momento em





que V.S^a disse que havia recebido 100 mil dólares, qual foi a reação dos deputados que V.S^a citou?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que era o que estava correto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estava correto o quê?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Terem-me dado isso. Era isso que tinham que me dar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, dentro deste preciosismo de caracterizar um fato desta gravidade, gostaria de interpelar o depoente, através de V.Ex^a, se ele considera que havia convivência desses parlamentares com o fato dele receber dinheiro do Deputado João Alves. Convivência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Ex^a compreenderá que a minha pergunta poderia responder de uma maneira, com uma ilação, mas não uma afirmação desde logo, daquilo que foi perguntado. Aí não teria cabimento.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, com o desaparecimento, com o desastre que culminou com o desaparecimento da esposa do depoente. Eu gostaria que ele nos informasse quais foram as circunstâncias em que isso aconteceu.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Como assim? Já falei.

O SR. COSTA FERREIRA - Mas eu quero saber.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mas acabei de falar para o Senador José Paulo Bisol. Eu estava vindo de um jantar, descemos pela W3 norte e, quando passamos pela Ponte do Bragueto, passou um carro com um sujeito barbudo apontando como se eu estivesse de pneu furado. Parei e ainda comentei com Beth: "Que droga esse negócio, que troço chato!". Desci do carro, olhei o pneu da frente, o de trás e, quando vi, estava chegando um sujeito junto a mim segurando uma arma.

O SR. COSTA FERREIRA - Tudo bem. Eu gostaria de saber quais foram as providências que o depoente tomou para tentar dirimir esse evento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A primeira coisa que fiz, quando cheguei em casa, foi ligar para o Secretário de Segurança. Liguei para o Coronel Pascoali, que era um amigo de família.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um momento, Sr. José Carlos. Longe de mim tentar, nesta mesa, cercar qualquer pergunta dos Srs. Deputados. Algumas estão sendo repetidas três ou quatro vezes e noto que o ilustre Deputado Costa Ferreira presente estava desde o início da reunião. Consulto o Relator: estamos um pouco em dúvida se essa questão, assim, de ordem tão pessoal leva-nos ao cerne do problema que estamos procurando estabelecer. A menos que se pretenda chocar o depoente numa sucessão de perguntas sobre essa questão de ordem pessoal, particular, que não é nossa aqui. Mas, fora disso, respeito as perguntas que o Deputado queira fazer.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O Sr. Presidente indagou ao Relator?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Respondo ao Sr. Presidente dizendo que essa questão não é pertinente à matéria sob investigação. Ficou muito claro isso quando o Senador Francisco Rollemberg estava questionando o depoente. S.Ex^a foi, inclusive por intervenção de V. Ex^a, instado a não insistir, por tratar-se de matéria impertinente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por favor, Deputado Costa Ferreira, V. Ex^a ouviu a opinião do Relator e a humilde opinião do Presidente desta CPI.



O SR. COSTA FERREIRA - Tudo bem. Com todo respeito que tenho a V. Ex^a e ao Relator, penso que, quando se está numa Comissão como esta, pretendendo-se dirimir, desvendar todos os mistérios que porventura estejam envolvendo essa avalanche de acontecimentos que açoita e apavora a Nação brasileira, teremos que repetir para que tenhamos uma nítida certeza do que estamos fazendo. Acredito que, pelo simples fato de algum companheiro já ter feito uma pergunta e de eu querer fazê-la novamente, é claro que uma nem sempre é igual à outra; há sempre alguma coisa que possa surgir dessas inquirições. De modo que não vou constranger-me; pelo contrário, estou cumprindo a minha parte como membro suplente desta Comissão e quero realmente ouvir, apesar de estar aqui desde o começo, de acordo com as minhas inquirições, a resposta do depoente, que, para esta Comissão - acredito -, é de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a pode prosseguir.

O SR. COSTA FERREIRA - Agradeço a gentileza de V. Ex^a.

O depoente está enquadrado em vários inquéritos policiais. Eu gostaria de saber qual é o seu enquadramento e se já foi condenado em algum deles.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Ainda não. Já falei que há um inquérito sobre a morte de minha mulher, outro acerca dos dólares falsos, do tóxico que foi encontrado no avião e outro sobre a compra de uma máquina com dólar falso.

O SR. COSTA FERREIRA - Tudo bem. Eu gostaria também de saber do depoente qual a origem dos dólares falsos que se misturaram com os verdadeiros retidos em seu poder.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Não se misturaram. Estavam todos juntos e me foram dados pelo Deputado João Alves.

O SR. COSTA FERREIRA - O depoente confirma as denúncias já feitas contra Parlamentares, com provas documentais ou testemunhais, no todo ou apenas em parte? E em que se respalda para comprovar tais acusações, se em parte?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já falei e volto a insistir: eu conheço o processo, sou testemunha de coisas que me foram faladas, e há documentos que indicam claramente como as coisas aconteciam, como foram feitas. Há documentos que se encontram em poder de pessoas e documentos no processo administrativo de liberação dos recursos.

O SR. COSTA FERREIRA - Eu gostaria que o depoente fizesse uma separação entre a acusação *in totum* ou a acusação em parte.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado Costa Ferreira, de algumas coisas eu sou testemunha. Quanto às coisas de que sou testemunha, eu venho sempre dizendo aqui: isso aqui eu vi, isso aqui eu ouvi, isso aqui eu não sei, ou sei pelo fato de o Deputado João Alves ter falado. Algumas eu falei que vi, que presenciei; de algumas eu tenho absoluta convicção porque me foram faladas pelas próprias pessoas a que estou me referindo. Estou tentando ser o mais claro possível, exatamente para que não fiquem dúvidas sobre o que estou dizendo. Acredito que até agora não tentei contornar nada. Tentei ser o mais explícito possível quanto a tudo que achei, exatamente para que não fiquem dúvidas a respeito das coisas que estou falando.

O SR. COSTA FERREIRA - Mais uma pergunta. Eu gostaria de saber, considerando as acusações no todo, quais seriam os elementos de prova de que V. S^a dispõe.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Existem documentos arquivados em Ministérios, existem processos orçamentários e provavelmente isso aqui vai desencadear o surgimento de várias outras testemunhas; e culminando as coisas, elas vão levar às evidências todas das quais estou falando. Com certeza.





Provavelmente, depois de tudo que estou falando, tenho consciência disso - é por isso que tenho evitado... Aqueles que eu não sei, eu tenho procurado falar que quanto a eles não posso ter certeza, eu não sei. Provavelmente vão surgir, no próprio Congresso, funcionários que, com isso, agora resolvam falar alguma coisa que evidencie mais claramente as coisas que estou falando aqui; e que no próprio Executivo surjam também funcionários de maior ou menor escalão que venham corroborar as coisas que estou dizendo aqui dentro.

O SR. COSTA FERREIRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra, de acordo com o que o Plenário admitiu, em primeiro lugar, agora, ao Deputado Ricardo Fiúza.

Eu não faria nenhum tipo de recomendação, porque seria agressivo, naturalmente, e descabido, se o fizesse. Trata-se agora de dar oportunidade aos Deputados que foram nominalmente citados.

E nós conduziremos o trabalho confiantes na polidez, ainda que possa ser difícil exercê-la, entre perguntas e respostas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, obviamente não seria esta a oportunidade de eu apresentar uma defesa das acusações que me foram feitas nesta tarde e nesta noite, mesmo porque imagino que V. Ex^a me dará oportunidade de depor na Comissão e de apresentar todas as minhas razões e todas as minhas defesas.

Preocupa-me o fato de que esta aparente calma, em função da citação de Cícero, possa parecer pouca revolta. Não é, Sr. Presidente. É a sensatez de um homem aos cinquenta e quatro anos, quatro filhos e cinco netos, vinte e quatro anos de mandato parlamentar, sem jamais ter tido sequer uma acusação de qualquer inimigo no Estado onde faço política - são muito comuns essas coisas -, ou na Câmara dos Deputados.

É extremamente duro e doloroso, mas o bom-senso e o equilíbrio devem permanecer. Com isso tudo poderia parecer que eu já estaria tentando obstaculizar o trabalho de V. Ex^a e do Sr. Relator. Não é o Dr. José Carlos Alves dos Santos que eu conheci - seguramente não é.

Ao entrar na Comissão, não me recordo de ter tido amizade antes com o Dr. José Carlos. Nós nos cumprimentávamos formalmente e sobre ele tive as melhores informações. Inclusive, recordo-me agora - já que falávamos tanto no doloroso episódio da senhora dele - que ele até confidências me fez. Eu parei o meu trabalho para aconselhá-lo a lutar por seu casamento, porque a primeira coisa era a família, e que ele não fizesse nada, absolutamente nada que obrigasse a separação. Houve esse ponto de diálogo.

Para que V. Ex^a veja o nível de confiança - com a tranquilidade que dois lexitans me permitem - nunca tive nenhuma ligação com a Comissão de Orçamento em 23 anos de Parlamento, Sr. Presidente. Sou tão desligado - os meus Colegas de Bancada sabem disso - que os meus municípios reclamam que sou um péssimo Deputado porque não peço nomeações nem levo verbas para o município. Daí eu ser partidário do voto distrital misto alemão, em que há deputados provincianos e deputados nacionais.

Nenhum Presidente da República, e eu os desafio, nenhum Ministro de Estado, incluo V. Ex^a, nenhum Governador de Estado, terá o direito de dizer que eu jamais pedi um favor pessoal. Renuncio à vida pública e dou tudo o que tenho, se aparecer um homem público, neste País, que diga que eu passei às suas portas para pedir um só favor pessoal.

Casei aos 21 anos, no segundo ano do curso de Direito, sem pai e sem um tostão no bolso. Meu pai morreu aos 53 anos, exatamente no dia em que completei 21 anos. Caiu fulminado em cima de mim, às 11h da noite.

Eu era um imigrante cearense em Pernambuco, porque meu pai era empregado da SAMBRA, numa sociedade extremamente fechada.



Não nasci na artilharia, montado num tanque. Fui para a infantaria, o fuzil na mão, a cara na lama, na poeira, lutando dia e noite para dar aos meus filhos dignidade.

Seria a maior ciancice da minha parte, o gesto mais inócuo, eu tentar, nesta hora, desdizer o depoente, que afirma com tanta segurança algumas coisas. Ele até me conforta em algumas respostas, devo dizer.

Eu preciso voltar ao assunto. As pessoas não entendem de orçamento. Quando se diz "redação final do orçamento sobre a mesa", nunca nenhum orçamento tinha realmente a redação final em todos os anos, porque a redação final é a montagem posterior daquele relatório que ali está, imenso, depois de montado no PRODASEN, dentro das normas e dentro de toda a formatação legal. Portanto, não só na vez que tive a desventura, a desdita de assumir uma Comissão de Orçamento no meio de um processo, como sempre, o que estava ali eram os elementos que permitiriam a redação final do orçamento. Estou equivocado, Dr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. RICARDO FIÚZA - Estou certo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Está certo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito bem. Neste caso, além desses documentos, a Comissão havia me autorizado a mexer em algumas emendas e tentaram me dar uma delegação tão ampla que não aceitei, e os Anais registram, quando eu dizia: "a maledicência do futuro dirá que fiz emendas posteriormente."

Espero que o Dr. José Carlos se lembre que dessas emendas que mexemos, autorizadas, existe uma relação no micro que fez parte desses documentos que estavam na mesa, um metro de papel, que não foram compulsados porque não quiseram, mas ali estavam todas as emendas.

Fica definitivamente esclarecido que nenhuma emenda foi feita após a aprovação pelo Plenário do Congresso, e sim após a aprovação da Comissão, por autorização, por delegação expressa dessa própria Comissão.

Reservo apenas algumas perguntas ao Dr. José Carlos, que não é homem que conheci. A vida leva as pessoas para encruzilhadas que as pessoas fracas sucumbem, têm momentos de fraqueza, é da natureza humana. Quem perde a mulher em circunstâncias dramáticas e não esclarecidas, quem é pego com dólares, quem está preso, não pode ser, realmente, aquele que conheci e ao qual aconselhei manter a família a qualquer custo. Espero que confirme.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Confirmo. V.Ex^a me pediu que confirmasse, gostaria de fazer uma referência nesse ponto.

O SR. RICARDO FIÚZA - Isso não precisa. Não vamos debater esse assunto. Não é relevante. Só estou querendo..

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É relevante.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Presidente) - Deputado, peço a V.Ex^a, exatamente, que não se dirija ao depoente, simplesmente faça a pergunta e ele responderá na hora oportuna.

O SR. RICARDO FIÚZA - Gostaria, Dr. José Carlos, que se V.S^a pudesse, que me respondesse simplesmente sim ou não. Corro o risco de ser acusado de mais coisas, alguém me recomendou não fazer, achando que a disposição de espírito do senhor não é boa. O senhor teve notícia que, em 22 anos de mandato parlamentar, eu tenha passado sequer na Comissão de Orçamento, tenha participado da Comissão de Orçamento, tenha pedido algum favor à Comissão de Orçamento? Sim ou não? Só isso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não vou responder só sim ou não. Sobre o que eu responder, tenho que fazer explanação, explicar as coisas. Claro. Nesse caso específico, digo ao senhor: não tive notícia. A primeira vez que





conheci o senhor foi quando estava entrando no lugar do Deputado João Alves, no gabinete do Pedro. o senhor se lembra disso, fui chamado lá para dar assistência ao senhor. Volto a dizer. não o conhecia anteriormente, gostava muito do senhor, lamento muito as coisas que estou falando aqui, o senhor é uma pessoa que passei a admirar...

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - ...principalmente como pessoa.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Presidente) - Vamos ser objetivos na resposta também.

O SR. RICARDO FIÚZA - Naquela oportunidade, Sr. Presidente, fiz um esforço sobre-humano para não aceitar aquela relatoria. Mas, havia um movimento, um clima desagradável no Congresso que não era semelhante a esse, mas poderia ter se tornado semelhante a esse. Eu procurei "n" pessoas, "n" composições para substituir o Deputado João Alves e não foi possível. Fui ser relator, acumulando a liderança, e penso que o Dr. José Alves viu esse meu esforço.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Presidente) - Dr. José Alves?!

O SR. RICARDO FIÚZA - Dr. José Carlos. Devo esclarecer, em primeiro lugar, que não estou me isentando de nenhuma responsabilidade, nem estou colocando nenhuma responsabilidade naqueles deputados que foram a minha casa para me ajudarem a discutir a filosofia do orçamento, porque eu era absolutamente, como quase sou agora, ainda, neófito em orçamento. Se alguma irregularidade houve, a culpa é do Sr. Relator-Geral, que fui eu, infelizmente.

Muito bem, Sr. Presidente, durante o período em que fui Relator - pode parecer uma coisa esdrúxula - fui à Comissão, no máximo quatro vezes, discutir o meu relatório, só quatro vezes, quatro vezes em 23 anos de mandato parlamentar. Não creio que uma pessoa dessas possa ser considerada de esquema de comissão.

Fiz algumas reuniões, discutimos as emendas dos deputados, imagino que em qualquer colegiado onde esteja presente a natureza humana, com conflitos de interesse, é possível que hajam distorções, é possível que hajam interesses espúrios. No entanto, quero deixar bem claro que, na minha opinião, a grande maioria da Comissão de Orçamento merece o mandato, merece representar o povo brasileiro. Infelizmente, a Comissão, ao longo dos anos, tem sido dominada por um pequeno grupo assíduo. Foram cento e vinte Deputados no meu período; infelizmente, compareciam trinta; noventa reclamavam que não tinham suas emendas aprovadas.

Eu queria fazer mais uma pergunta ao Dr. José Carlos, se o Senhor me permite.

Em alguma reunião que fiz pedi para o Senhor se ausentar para conversar particularmente alguma coisa, a exemplo do que disse sobre outras pessoas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pediu, na casa do Senhor.

O SR. RICARDO FIÚZA - Para o Senhor se ausentar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Em sua casa. Pediu para que eu ficasse numa sala reservada onde há um sofá.

O SR. RICARDO FIÚZA - Com quem eu estava?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com várias pessoas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Quais as pessoas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Houve várias reuniões desse tipo e nelas o Senhor pedia para que eu ficasse numa sala fora, em um salão grande na sua casa.

O SR. RICARDO FIÚZA - O depoente está completamente desmemoriado e fraco.



20/10/93

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não estou não. Disso, eu tenho absoluta convicção.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não vou bater boca com o Senhor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Então, não fale isso de mim.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Estou apenas lhe perguntando, e o Senhor respondeu. Eu disse que algumas respostas poderiam até me prejudicar. Muito bem. O Senhor também acha, **en passant**, que viu um empreiteiro na minha casa. O Senhor já viu algum empreiteiro na minha casa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já. Já vi empreiteiro na sua casa.

O SR. RICARDO FIÚZA - Qual foi o empreiteiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já vi o Dr. Cláudio Mello.

O SR. RICARDO FIÚZA - Quem?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Já vi o Dr. Cláudio Mello.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não o conheço.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já vi o pessoal daquela empreiteira de Pernambuco.

O SR. RICARDO FIÚZA - Qual?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A de Pernambuco. Deve ser a Queiroz Galvão.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não recebi a Queiroz Galvão.

Ele me telefonou dizendo que queria falar comigo. Disse para o Antônio que o respeitava muito, mas eu era o Relator da Comissão. Quero só lembrar e dizer à Comissão que é a minha palavra contra a do Dr. José Carlos; palavra de vinte e quatro anos de Parlamento deve valer menos que a dele? Durante todo este processo, eu não recebi sequer um empreiteiro. O Dr. Antônio Queiroz Galvão tem uma pequena fazenda junto à minha; ligou-me e eu lhe disse que não o fizesse, porque eu estava impedido moralmente de receber empreiteiros. Não houve um empreiteiro em minha casa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Então é o amigo do Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço ao Senhor que se contenha, pois a oportunidade lhe será dada.

Deputado Ricardo Fiúza, quero dirigir-me a V. Ex^a, por isso, interrompi-o.

Se V. Ex^a me permite, não devemos dar a impressão que estamos aqui fazendo uma acareação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não a estou fazendo; vou defender-me. Disse a V. Ex^a antes que eu queria apenas fazer algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se começa uma pergunta com outra. Não tem cabimento fazermos acareação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas se eu não fizer essas perguntas, Sr. Presidente, qual a versão que vai sair daqui. Concordei com as versões do Dr. José Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu apenas gostaria de fazer uma recomendação para que V. Ex^a a leve em consideração.

O SR. RICARDO FIÚZA - Vou fazer uma última colocação, Sr. Presidente, mas que não é uma pergunta. Eu tinha umas quatro ou cinco para fazer. O Dr. José Carlos disse que nunca me viu receber dinheiro; que na minha gestão não se recebia a relação de subvenções. As próprias entidades solicitavam e eram





encaminhadas normalmente aos canais competentes. Disse ainda o Dr. José Carlos que ele ouviu dizer do Deputado João Alves que eu também participava desse rateio. Isso já foi dito e eu não vou polemizar. Apenas algo para não esgotar o assunto que vou deixar para minha defesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu poderia muito bem, naquela hora, na Comissão de Orçamento, inclusive, para fortalecer o Governo do qual eu era o Líder da maioria, ter feito a distribuição das subvenções na Comissão. A distribuição das subvenções na Comissão significaria todos os Deputados satisfeitos. Como eu sabia que isso era o grande pomo da discórdia, reuni os relatores parciais, e àquelas pessoas que comandavam a Comissão, eu disse que eu não distribuiria um centavo de subvenção e que as dotações ficariam para os Ministérios.

Sr. Presidente, só se eu tivesse o dom da vidência e imaginasse que, posteriormente, eu seria um desses Ministros cujo Orçamento do Ministério segurasse as subvenções.

Para concluir, Sr. Presidente, a subvenção é um processo que deve ser eliminado. Propus uma série de modificações, elogiadas na Comissão de Orçamento, cujo relatório vou anexar na minha defesa para análise do Relator. Era um processo simples; é possível que, em algumas subvenções, tenha havido alguém que ganhou. É possível, Sr. Presidente. Vivo no meio de homens, de pessoas, de natureza humana, de fraquezas, de grandezas. Mas a grande maioria se destinava a atender coisas das mais justas.

Não posso dizer que a Santa Casa de Misericórdia de tal lugar seja, enfim, objeto, que uma pequena comunidade que estava morrendo de sede ou uma zona que passava uma crise econômica grave, cujo prefeito recebia para comprar agasalhos e comida, possam ser envolvidas nesse contexto de que todas as subvenções são sinônimo de desonestidade.

Mas, para concluir realmente, Sr. Presidente, tinha no meu Ministério, em caixa, em uma dotação orçamentária e financeira, 170 bilhões de cruzeiros, quando saí, aliás, de subvenções. 176 bilhões, se não me engano. Vou dar o número exato, fornecido pelo Ministério da Fazenda.

Apliquei tão-somente, com todo esse interesse de todo mundo ganhar dinheiro, 75 bilhões. Deixei para o meu sucessor 100 bilhões de subvenções. Sou péssimo comerciante. Se eu participava disso, liberaria em uma semana, porque tinha a dotação orçamentária e a dotação financeira.

Encerro a minha participação, pedindo a V. Ex^a que marque o dia do meu depoimento, com algum prazo, para que eu possa realmente apresentar as minhas razões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, essa matéria será decisão posterior, da qual V. Ex^a será informado.

Pergunto ao depoente se tem alguma declaração a aduzir, guardada exatamente a condição de não ser condição de acareação com o Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Perfeitamente.

Só quero lembrar que, no processo de votação do Orçamento de que o senhor foi Relator, já disse aqui anteriormente, respondendo ao Senador Suplicy, que eu achava que o Deputado Fiúza, na realidade, não estaria totalmente errado, porque aquilo foi autorizado para ele no processo.

O senhor se lembra perfeitamente de que eu disse isso, porque não podia faltar com a verdade. A minha opinião, realmente, era a de que aqueles documentos que redigimos com o senhor e tudo mais prepararam a defesa do senhor e tudo mais. Mas



20/10/93

daí dizermos que havia sido votado ou que não fora incluída nenhuma emenda no Orçamento há uma distância muito grande.

O senhor sabe perfeitamente que houve várias emendas de Relator feitas naquele período. Houve várias emendas aprovadas, houve emendas que o senhor chamou de desdobramentos, emendas que foram feitas disso. O senhor sabe perfeitamente que procurei fazer um apanhado disso, para ver se estava aqui ou se estava naquele outro, para o senhor.

Que houve inclusões, houve. Não digo que essas inclusões não estavam dentro do que o senhor considerava; também acho que estavam dentro daquela autorização dada. Mas que "houveram" inclusões novas, "houveram", com absoluta certeza. Com absoluta certeza, "houveram" inclusões. O senhor não pode dizer que não houve inclusões.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O senhor está aduzindo alguma coisa nova ou está repetindo o que disse?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não estou repetindo, estou esclarecendo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, está repetindo o que disse.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não estou repetindo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O senhor já disse, até duas vezes, gramaticalmente: "Houveram, houveram inclusões." E nós achamos que isso é importante, mas queremos ganhar tempo, sem constrangê-lo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Há outro aspecto que o Deputado falou com referência à minha mulher. Eu gostaria só de lembrar que, em relação a esse mesmo assunto, o senhor fez um adendo. Em tudo que o senhor disse - não sei as palavras exatas que usou -, o espírito era esse, foi verdade. Mas o senhor fez um adendo: "ela sabe dessas coisas"?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sobre?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sobre esses casos de Orçamento, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não grite, contenha-se! Não grite! O senhor, com essa posição, não soma isso a seu favor.

Acho justo que o depoente faça esse esclarecimento, porque o meu ilustre Deputado colocou uma questão, dizendo que, em determinado momento, pela sua formação cristã, desejava que o casamento permanecesse. Então, permite-se, com isso, uma resposta; não, evidentemente, um aceso.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu não imaginava que este senhor chegasse a esse limite. Jamais daria a liberdade a ele de conversar esses assuntos. O que ele me falava era sobre mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas precisamos abandonar essa questão. Considero o problema encerrado aqui, porque é de natureza eminentemente pessoal.

Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, compreendo perfeitamente o sentimento das pessoas que são atingidas pelo depoimento. Mas, de repente, deixamos de inquirir e é completamente irregular. As declarações da testemunha não podem ser discutidas durante o seu depoimento; não pode haver diálogo dessa natureza. É até uma questão de nulidade isso. Agora, evidentemente que, apesar de não haver contraditório numa investigação, nós vamos abrir espaço para que as pessoas se defendam e coloquem





20/10/93

a sua verdade. Mas o momento é inadequado e é bom que definamos um princípio agora...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL ... porque isso se repetirá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que V.Ex^a concorda comigo quando disse que não poderia admitir que continuasse esse tipo de conduta bilateral que lembrava uma acareação, e até numa acareação há regras. O Deputado Fiúza...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Ex^a não me casse a palavra.

Um momento, por favor.

O Deputado Fiúza também, ao longo da sua exposição, emocionado como foi, fez também uma referência a mim. Disse que duvidava e desafiava qualquer Ministro que tivesse a condição de dizer se ele alguma vez houvera ido ao Gabinete de Ministro para fazer pedidos de ordem pessoal. O meu testemunho é em favor de dizer que nunca o Deputado me procurou nas passagens que tive pelos Ministérios para fazer pedido de ordem pessoal.

O SR. RICARDO FIÚZA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Era sempre voltada para problema de natureza política ou partidária.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Ouço V.Ex^a.

O SR. RICARDO FIÚZA - Queria apenas aditar o que disse ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados tão logo as notícias saíram, que é o seguinte: estou absolutamente à disposição; não quero sigilo bancário, não quero sigilo fiscal meu, da minha mulher, dos meus familiares. Tudo o que o Sr. Relator achar - e sou razoavelmente organizado - está à disposição da Comissão. Não precisa que nenhum órgão - de antemão, se precisar, já mando um ofício à Comissão autorizando -, sigilo bancário, sigilo fiscal ou outro qualquer que seja necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tomamos a termo a declaração de V.Ex^a. Agora tenho uma mágoa pessoal com V.Ex^a. O ilustre Deputado disse que não era de artilharia, era de infantaria, como se artilharia fosse ofensa e sou de artilharia (Risos)

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, para quem está observando com atenção o depoimento e as perguntas, até em benefício do Deputado Ricardo Fiúza, se houver o prosseguimento sem o esclarecimento da questão formulada pelo Deputado Ricardo Fiúza e que foi interrompida quando o Sr. José Carlos Alves dos Santos iniciou a resposta, aí paira dúvida. Então, avalio que é até do interesse do Deputado Ricardo Fiúza para dirimir dúvidas; não é para a questão de estabelecer o contraditório, porque...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Ex^a poderia lembrar onde está o problema que é suficiente para V.Ex^a?

O SR. EDUARDO SUPPLY ... o Deputado Ricardo Fiúza aqui virá depor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas digo agora.

O SR. EDUARDO SUPPLY - O Sr. José Carlos Alves dos Santos está aqui e não sabemos se virá outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual foi o ponto que ficou obscuro ou não respondido?



20/10/93

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quando ele perguntou se teria visto alguns empresários de empresas construtoras conversando com o Deputado Ricardo Fiúza em sua residência. Daí o Deputado Ricardo Fiúza, recordando, disse que o representante da QUEIROZ GALVAO, o dono ligou mas não foi a sua residência, ou que não atendia. Mas ele estava respondendo a pergunta e estava, pelo que entendi, citando os nomes que ele lembrava e daí foi interrompido e não houve a sequência da resposta. Então, para dirimir, inclusive em benefício do Deputado Ricardo Fiúza, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não creio que fosse bem em benefício; acho que V.Ex^a está sendo muito generoso... (Risos)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em benefício da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em benefício da verdade, muito bem. Defiro a questão levantada por V.Ex^a e dou ao Dr. José Carlos Alves dos Santos a oportunidade de esclarecer a parte se julgar que não foi ainda devidamente respondida.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Se não me engano era da OAS um claro, alto, relativamente novo também; não sei o nome dele e tem um outro também alto, que era de São Paulo, que tratava de negócio do rio Tietê, que era amigo do Deputado Fiúza e estava tratando de emendas sobre o rio Tietê ou qualquer coisa assim. Desses me lembro com absoluta segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está bem.

Já passamos pela primeira experiência na forma pela qual o Deputado que foi citado nominalmente teve oportunidade de ter até prioridade no seu pronunciamento.

Com esse mesmo espírito, dou a palavra ao Senador Gastone Righi. Perdão, Deputado.

O SR. GASTONE RIGHI - Eu ia até agradecer a promoção que V.Ex^a me conferiu. Mas desejo dizer a V.Ex^a que eu havia me inscrito logo ao início dos trabalhos e quero deixar o registro de algumas coisas. A primeira é a de que a honra e a dignidade para um político, para um homem público são fundamentais. Ele não pode continuar vivendo, se não tiver preservado a sua honra e a sua dignidade pessoal. Não é apanágio do depoente ocasional o fato de ter filha, porque temos filhas também e netos, que fazem apelos em relação também à nossa dignidade até para que a defendamos.

Quando chegamos aqui nesta Comissão, ouvi o depoimento - já o tinha lido na *Veja*. Acho que há desproporção no modo como a imprensa tem pintado o quadro. Evidentemente, é da maior gravidade o assunto, mas o quadro é tísido desse modo, e, à medida que respigue sobre algum de nós alguma referência, ainda que indireta, ficamos com a obrigação de nos defender. E nos defender daquilo que não é material, não é concreto, não é objetivo.

Ouço o depoente dizer, e é verdade - eu não o conhecia, e nunca tive relações com ele - nunca fui a casa dele, nem a casa de João Alves, que conheço desde 1967, mandato que cumpri. V. Ex^a, por coincidência, tem acompanhado minha vida pública. Na realidade nunca fui à Comissão de Orçamento. Não sei onde é. Nunca fui membro dela. Fui um Líder que, ao se instalar durante sete anos, o mais longo dos Líderes, nunca indicou um membro da sua bancada para a Comissão de Orçamento. A bancada é que elege. Durante o meu tempo foi sempre assim. Nunca votei nenhuma matéria, sequer em plenário, porque àquelas votações simbólicas que se davam de madrugada, nunca assisti a nenhuma e nem votei. Não havia razão nenhuma, mas nem a mais longínqua. Tive duas emendas em toda a minha vida. Telefonei ao Deputado João Alves apenas meia dúzia de vezes, duas em razão das minhas duas emendas - uma infeliz Ponte São Vicente -, duas emendas que nunca tiveram as verbas liberadas; nunca aconteceram. A ponte, infelizmente, está lá por acabar.





20/10/93

As demais vezes que telefonei foi para levar recomendações ou para atender a reclamos de membros da minha bancada. Mas diz o depoente que ouviu de João Alves que eu teria participação com João Alves, que teria até pedido dinheiro, que é algo estranhíssimo para as pessoas que me conhecem, até para V. Ex^a, com quem privei tão de perto ao longo de todos os cargos que V. Ex^a exerceu. Mas tudo bem. Entendo que essa matéria, quando envolve o alcance criminal, nem teria de ser da alçada. Fui o primeiro a reclamar da CPI, não que eu exorcize a CPI; acho que ela é ótima. Ela tem de cumprir... Temos de resolver esse problema do Orçamento. Temos de arranjar metodologia nova. Temos, na verdade, de aparecer à opinião pública com transparência total.

Mas um fato criminal que está aqui imiscuído, ou seja, o dinheiro que foi dado ao depoente, o dinheiro que eventualmente diz o depoente que João Alves teria recebido ou outro, é questão criminal. E a questão criminal é da responsabilidade, primeiro, do Supremo Tribunal Federal, que, pela Constituição Federal, é que deve julgar os Congressistas, depois, do Procurador-Geral da República e, finalmente, da Polícia Federal. É preciso fazer um inquérito policial. No Grande Expediente da sessão de ontem, reclamei do Presidente da Câmara dos Deputados que represente ao Supremo Tribunal Federal, a fim de que se instaure um processo criminal e se apure se há esses fatos criminais, porque já existem indícios. Há, pelo menos, dólares apreendidos, há referências verbais. Então, há indícios para se instalar e saber o alcance do que aconteceu.

Por outro lado, dei uma procuração ao Presidente da Câmara dos Deputados, com poderes amplos para substabelecer a quem quiser rádio, televisão, jornais, para investigarem todas as minhas contas ou o que desejarem. Vou passar a mesma procuração a V. Ex^a, com poderes amplos para V. Ex^a substabelecer a quem quiser. Não há necessidade. Não tenho nem quero nenhuma imunidade. Não a aceito. Haverá de receber a minha maldição eterna quem a permitir. Gostaria de ter preservada a minha honra e a minha dignidade. (Risos.)

E para quem riu lá atrás, que não sabe o que é ser atingido na sua honra quando se foi cassado como eu, durante quatorze anos, quando sofreu o que tive que sofrer, quando construiu, vindo, garoto, filho de migrantes, até a condição de ser par de V. Ex^a nesse Congresso, realmente há de ter conceito sobre dignidade e honra, que preserve a nossa. Mas depois de tê-lo ouvido dizer essas coisas, eu só fico com o seguinte: ou o depoente mente ou o Deputado João Alves mentiu para ele. São coisas que não vou esclarecer interrogando. Das duas uma: tenho certeza absoluta que não tenho nenhum tipo de participação, e nem haveria razão para tê-lo. Ninguém apanhará nada de material que me aproxime sequer disso. Mas das duas uma: ou mente o depoente ou mente o João Alves, ao dizer isso ao depoente. E eu vou aguardar, então, o depoimento de João Alves, a coleta de provas e estou à inteira disposição desta comissão. Não há perguntas a serem formuladas, mas esses **consideranda** eu deveria fazê-los a V. Ex^a. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado. Com a palavra o Deputado José Luiz Maia.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Srs. Deputados, creio até que me havia reservado o direito de aguardar o momento certo de trazer a esta Comissão as informações sobre toda a minha vida na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a partir da Assembléia Nacional Constituinte. Sr. Presidente, é que pela tranquilidade material, não pela tranquilidade moral e emocional, que me sinto afetado e abalado, pois tenho, como o Dr. José Carlos, de quem sempre tive a boa impressão, eu ouvi a primeira parte do depoimento do Sr. José Carlos. E até admiti que não deveria vir a esta Comissão apenas



20/10/93

para fazer algumas perguntas, tentando avivar-lhe a memória ou para esclarecer alguns pontos - que eu preciso dele para olhar para minha mulher, como eu acho que gostaria de fazer o José Carlos, como ele gostará de fazer com sua filha. Nestas minhas palavras não vai nenhuma chantagem emocional, vai apenas uma convicção. O que fiz até hoje no orçamento foi lutar por pequenas comunidades do meu Estado, por verbas para o meu Estado. Em nenhum momento fiz qualquer emenda para entidades de caráter filantrópico ou de associações de caráter social. Então, o Dr. José Carlos declarou que não teve e que não tinha nenhuma responsabilidade, e isso eu ouvi no depoimento dele, com a aprovação ou inclusão de emendas no Orçamento da União. É verdade?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - E me incluiu, também, num grupo que fez um acordo com o Governo em troca de favores.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Desculpe. Eu não fiz referência do senhor nesse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aguarde a pergunta, por obséquio.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Se se recorda, com quais autoridades eu estive? Porque a pergunta que foi feita neste Plenário, Sr. Presidente, é quando se fez alusão aos "sete anões" que foram ao Governo Federal, e eu não sei nem se existem esses anões. Até me lembro que eu não tenho aspecto de anão. Eu sou alto. E para ser sincero, eu nunca procurei autoridade nenhuma do Ministério da Economia, do Planejamento para pedir que verbas fossem destinadas aos meus municípios e que chegassem a esta Casa do Congresso Nacional com aquela vinculação que vem de lá. Pelo contrário. Me insurgi veementemente contra aquelas vinculações no Plenário da Câmara, no Plenário da Comissão. Eu pediria ao Dr. José Carlos, respondendo isso, se na realidade ele esteve comigo...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a começa a fazer as perguntas agora, então?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Vou fazer a pergunta. Ele já me disse que não teve responsabilidade, e confirmou a inclusão de emendas no orçamento da União. E também, pelo que entendi, que eu não teria participado desse grupo que fez um acordo com o Governo para, em troca de favores, incluindo, vinculando recursos para o meu Estado, para os Municípios onde tenho obrigação de defender.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Se isso foi o que ficou entendido aqui na Comissão, que eu disse que V.Ex^a participou desse acerto... Eu não disse isso.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pelo que eu saiba...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Bom, eu só queria isso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, mas preciso completar.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não. Lá na frente V.S^a vai responder.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Desse acordo, V.Ex^a realmente não participou.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, queria apenas que me excluíssem da relação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estava ouvindo a Deputada, infelizmente não pude acompanhar.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, pediria licença à Deputada, porque esse assunto para mim é muito grave, porque preciso chegar em casa com a tranqüilidade possível.





O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perguntei a V.Exª se já estava fazendo perguntas.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Já estava, Sr. Presidente, e S.Sª respondeu que na realidade não fez parte daquele grupo que fez o acordo com o Governo, eu diria, os que foram chamados de "sete anões". E S.Sª confirma que lá eu não estive.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A história dos "sete anões" não foi nesse assunto do acordo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Vamos chegar lá.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Não quero dizer isso, porque isso não é verdade. Essa história dos "sete anões" é uma história anterior. O acerto com o Executivo foi quando o Senador Ronaldo Aragão era Presidente da Comissão. Ia ser o Deputado João Alves o Relator-Geral; depois foi o Deputado Ricardo Fiúza, na realidade. Nesse acerto, nesse acordo, V.Exª não participou.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Nesse momento, algum Senador aqui fez uma pergunta a V.Sª sobre quem eram aqueles Deputados que participaram desse acordo. V.Sª nominou alguns Deputados - tenho gravado em minha casa -, incluindo o meu nome.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Peço desculpas a V.Exª, se ficou isso entendido. Naquele momento a referência dos "sete anões" não era referência ao acerto do Executivo...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - É só isso que eu gostaria, sem lhe provocar qualquer tipo de emoção. Quero, como V.Sª, ter tranquilidade para voltar para casa, livrando-me dessas histórias todas.

V.Sª disse também, Dr. José Carlos, que lhe fiz apelos em troca de propinas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Que V.Exª me fez apelos em troca de propinas, não.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sim. Foi dito, pelo menos... Não fiz isso, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado, a resposta parece conclusiva.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Então, Sr. Presidente, eu gostaria que eu fosse excluído, porque acho que, com a emoção - e notei que à medida que fizeram a pergunta, o Dr. José Carlos estava muito emocionado, o que é justo e natural -, mas na intenção, na televisão, a resposta dele deu mais ou menos a entender que eu havia lhe procurado para fazer apelos em troca de propinas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado, a resposta, embora monossilábica, foi não.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - A resposta foi atendida, foi satisfeita. Eu não quero criar problema para o depoente.

Então, não fiz nenhuma proposta para que aprovasse emendas minhas em troca de propinas.

V.Sª, alguma vez, viu o Deputado João Alves me dando dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já disse que não.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Muito obrigado, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aliás - V.Exª me permite -, o depoente disse que não viu nenhum Deputado recebendo dinheiro das mãos do Deputado João Alves.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Mas o depoente disse que eu conhecia o esquema das subvenções. E disse, num trecho do seu depoimento, que esse esquema das



subvenções. O sistema de se furtar no orçamento, era apresentando emenda ou indicando entidades de caráter social - até me lembro muito bem quando S.S^a disse que aquelas pequeninas, pequenas contribuições que eram conseguidas, aquelas contribuições, Sr. Presidente, não entravam nesse tipo de jogo de dinheiro.

O que quero perguntar ao depoente é se S.S^a tem algum conhecimento de alguma entidade do meu Estado - e aí cito o Piauí - como tendo recebido algum valor significativo por meu pedido.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Pelo pedido de V.Ex^a, não. O que eu disse relativo a V.Ex^a é que V.Ex^a conhecia o sistema de entregar ao Deputado João Alves relações de entidades para receber subvenções. Isto V.Ex^a já me perguntou: Se já tinham saído subvenções, se o Deputado João Alves está fazendo essas relações, se podia entregar essas relações para S.Ex^a. E que o Deputado João Alves disse que, além dessas relações que foram dadas a S.Ex^a, S.Ex^a teria dado dinheiro para V.Ex^a. Aí foi que o Deputado João Alves falou: não posso provar, não sei. Agora, que V.Ex^a sabe dessas relações, sabia.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Veja, Sr. presidente, nunca fiz tais emendas, nunca dirigi-me ao Deputado João Alves - aliás, tenho um grande respeito pelo Deputado João Alves, todos nós aqui do Congresso, e quem disser que não o conhece está mentindo. S.Ex^a sempre foi um homem que teve um relacionamento cordial com todos nós.

Estou saindo daqui agora um pouco mais tranqüilo. O diabo, Sr. Presidente - perdoe-me a expressão -, é que lá fora, e ontem ou anteontem, assisti a um discurso do Senador José Paulo Bisol, que para mim traduz muito bem o momento que estamos vivendo. Neste País o Código Penal está condenando as pessoas irreversivelmente antes de apurar e de julgar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Exatamente. (Risos)

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Então, quero fazer mais outra pergunta a V.Ex^a, porque estamos sendo julgados pela opinião pública, se algum dia eu perguntei - eu queria que respondessem esta pergunta - ao Dr. José Carlos se o Deputado João Alves lhe havia pago alguma importância.

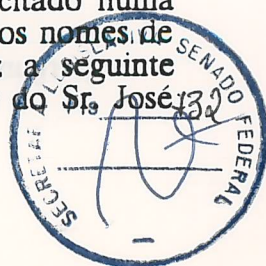
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, isso não fez.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não fiz também. Então, graças a Deus, Sr. Presidente, as coisas estão começando a se encaixar dentro daquela linha que eu fiz.

O Sr. José Carlos foi, sem dúvida nenhuma, uma grande autoridade. E eu lhe digo, José Carlos, com toda a sinceridade d'alma, eu não gostaria de lhe ver neste estado, pela imagem que sempre tive do seu comportamento aqui nesta Casa. Peço-lhe que faça uma reflexão sobre as emendas que apresentei para o meu Estado e sobre as que foram aprovadas. E tenho, Sr. Presidente, o levantamento de todas as minhas emendas, porque, em um trabalho exaustivo, a partir do momento em que a **Veja**, com irresponsabilidade, publicou aquela matéria, Sr. Presidente, eu levantei todas as minhas emendas apresentadas de 1988 até hoje. Tive duas emendas aprovadas em 1988 para extensão rural no Nordeste, no meu Estado. Tratavam da questão da pesquisa da EMBRAPA, que estava falindo e a agricultura, desgraçadamente, abandonada.

No Orçamento, no parecer do Sr. João Alves, eu tenho uma relação já buscadas, levantadas, inclusive, Sr. Presidente, com os recursos que foram liberados, que foram insignificantes, emendas de Cr\$ 28.002,00 para 23 municípios do Piauí, emendas para eletrificação rural no interior do meu Estado, Sr. Presidente.

Hoje, Sr. Presidente, vi na **Folha de S. Paulo** meu nome citado numa relação de papel, como sendo autor de emendas em que estavam embutidos nomes de empreiteiras. Recordo-me de quando o repórter me procurou e fez a seguinte indagação: "Sr. Deputado, possuo um documento-bomba que o assessor do Sr. José





Carlos me entregou e seu nome consta nele como tendo indicações de empresas para essa obra". E eu perguntei: "O senhor recorda que empresas são essas?" Ele as citou. Eu disse: "Bom, estou tranquilo, meu senhor, porque nunca fiz uma emenda que não fosse para o Estado do Piauí, para os meus municípios". E apresentei uma para uma fundação, Sr. Presidente, a Fundação Universidade Federal do meu Estado. E o José Carlos sabe disso. Brigamos desesperadamente para aprová-la, e isso para construir o Hospital Universitário, porque é a única capital brasileira que não tem um hospital universitário para atender sua população. E o pior: esses recursos não foram liberados, Sr. Presidente.

Bem, vi, da porta, e entregam-me as emendas: duas delas. Uma diz: "aloca recursos do FND à ELETROBRAS para subscrever o capital social da Companhia Hidrelétrica do São Francisco com o objetivo de construir uma rede de alta tensão em Piripiri-Parnaíba, no Estado do Piauí". A outra emenda dizia o seguinte: "aloca recursos do FND para a ELETROBRAS subscrever o capital social das Centrais Elétricas do Piauí, com o objetivo de construir uma rede de alta tensão de Picos à divisa dos municípios Fronteiras e Pio IX no Estado", onde está sendo instalada, Sr. Presidente, uma fábrica de cimento há mais de dez anos. Essa fábrica não está podendo funcionar porque o Estado não conta com recursos para construir essa rede de alta tensão, que geraria, desgraçadamente, mil e quinhentos empregos diretos e aproximadamente 3 ou 4 mil outros empregos diretos.

Então, Sr. Presidente, as respostas que eu queria obter do Sr. José Carlos eu consegui. Consegui quando ele afirmou que nunca viu o Sr. João Alves dar-me dinheiro. Também quero dizer que, na relação que possuo de liberações dadas pelos Ministérios para os pedidos que fiz, não consta - e já tenho esses documento em mãos, quando necessário farei a entrega a esta Comissão - pedido para nenhuma entidade de caráter beneficente. Todas as minhas emendas foram destinadas à construção de infraestrutura urbana em valores pequenos, Sr. Presidente, que não alcançavam Cr\$ 50 mil naquela época, para construção de eletrificação rural. E fizemos reuniões com todos os Deputados do meu Estado para defender a conclusão de obras que são indispensáveis e para abrir uma fronteira agrícola. O Piauí é, talvez, hoje, eu diria, não a última, porque existe Tocantins, que aparece com uma perspectiva de produção, e para corrigir-se, Sr. Presidente, fui citado de maneira dolorosa. Lamentavelmente, a televisão não está mais dizendo o que estou falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Longe de mim ter qualquer oportunidade de pedir a V. Ex^a que não se defendesse. V. Ex^a será, certamente, objeto de uma reunião nossa, ou dentro de uma reunião terá oportunidade de dizer tudo o que está dizendo no momento. Apenas no instante, e estou ouvindo V. Ex^a com muita atenção, estamos voltados para perguntas e respostas.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sim, é só para concluir aqui, para dizer e ressaltar que aquilo que a televisão deu lá fora, na emoção do Sr. José Carlos Alves dos Santos, que ele respondeu agora dizendo que não disse aquilo. Isso me satisfaz, Sr. Presidente. Eu só gostaria que me fosse fornecida uma cópia desta ata para que eu possa fazer essa correção no necessário momento. Fico satisfeito. Saio daqui abalado porque, infelizmente, as imagens não estão chegando lá fora. Agradeço a sinceridade e a sua honestidade em ratificar as perguntas que lhe fiz aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A bem da verdade, Senador, eu poderia fazer um acréscimo?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na realidade, todas as perguntas que o Deputado José Luiz Maia me fez são absolutamente corretas.



O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado José Luiz Maia, o depoente está ainda... Peço aos Senadores que deixem...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na verdade, as perguntas que V. Ex^a me fez - agradeço -, eu as respondi com sinceridade. Agora, apenas para esclarecer: as referências que fiz a V. Ex^a e que se não ficou claro aqui, preciso deixar bem claro... não fiz qualquer referência às emendas do processo orçamentário. Fiz referência àquele assunto relativo a subvenções sociais, dessas dotações genéricas que o Deputado João Alves tinha para serem distribuídas. Disse que não sabia se V. Ex^a tinha recebido dinheiro. Sabia apenas que o Deputado João Alves me tinha dito isso. Foi uma mera referência dele. A bem da verdade, que se frise isso. Mas disse também, e disso tenho certeza, que V. Ex^a já tratou desse assunto comigo, de entregar relações para essas subvenções sociais, não sei dizer se de entidade ou se de prefeitura, lá para as suas prefeituras de V. Ex^a. E V. Ex^a me perguntava se o Deputado João Alves estava soltando mais subvenções ou não. Isso eu sei que V. Ex^a fez. Não tratei, em momento algum, de emendas com V. Ex^a. Realmente, volto a dizer, nunca vi V. Ex^a tratar de emendas de outros Estados. Não me lembro disso, não me lembro de ninguém ter tratado dinheiro, V. Ex^a ter me pedido coisas, cobrado coisas ou prometido coisas. Isso é a absoluta verdade. Mas, sobre as subvenções não posso negar.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, permita-me apenas uma indagação.

Tenho o hábito de ler o Diário Oficial. Vejo as publicações de todos os recursos que saem para cada Estado no Brasil, para todos os municípios. Como José Carlos Alves dos Santos, inclusive, foi meu assessor quando fui da Subcomissão Temática da Assembléia Nacional Constituinte, em que até tivemos divergências com o Deputado João Alves sobre isso, fui ao José Carlos Alves dos Santos, porque sinceramente - e você sabe disso, porque minha pergunta foi quase uma pergunta de neófito, pois eu não tinha prática de orçamento. Eu disse: "José Carlos, explique-me o que é esse tipo de liberação aqui". Aí você me explica: "são as subvenções sociais, pagas pelo Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria de fazer uma sugestão ao Deputado.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu sei, mas é importante o que estou dizendo. Não estou associando V. Ex^a. Estou pedindo que não chame de você.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Depoente, perdoe-me. Retiro o você e incluo senhor. Perguntei ao José Carlos Alves dos Santos, pela experiência que ele tinha do orçamento, que liberações de recursos eram aquelas. A resposta dele era de que aquilo eram recursos liberados pelo Ministério da Ação Social, ou do MEC - parece-me que do MEC - e que era liberado mediante solicitação das prefeituras ou por indicação do Sr. João Alves. Fiz um ofício ao Ministério, aliás, as prefeituras do meu Estado fizeram ofícios ao Ministério da Ação Social - e tenho a grande frustração e decepção de, quando eu mandar esses valores para cá - e V. Ex^{as} terão oportunidade de verificar que, dos oito pedidos que foram feitos, creio que duas ou três foram liberados, quinhentos, seiscentos ou setecentos mil cruzeiros. Essa é a única coisa que posso falar sobre subvenções e dizer isso nesta hora.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - V. Ex^a entregava relatórios ao Deputado. Ao Deputado João Alves entregava.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Encerramos essa primeira parte dos Deputados que pediram a preferência por terem sido citados nominalmente. Acho que se o Deputado José Luiz Maia, o Deputado Ricardo Fiúza e o Deputado Gastone Righi prestarem atenção, exceto o Deputado Gastone Righi, que foi mais





breve, os outros tiveram mais tempo do que aquele que foi até agora concedido aos interpelantes, prova de que não estamos aqui cerceando a defesa de ninguém.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar um requerimento, que pode ser apreciado ao final da sessão, mas que depende, de alguma forma, da disponibilidade do depoente. Por isso, queria que V. Ex^a o encaminhasse agora, para ver se ele tem a anuência do depoente.

Estou solicitando que sejam levados a ele todos os volumes relativos às leis orçamentárias de 1989 e de 1993, os relatórios parciais e gerais, para que ele possa fazer a identificação de todas as áreas de subvenção e colaborar no processo da CPI.

Estou enviando o requerimento à Mesa, e se houver a anuência do depoente, a Comissão o apreciará no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Lembro a V. Ex^a que já foi apresentado praticamente o mesmo requerimento pelos Deputados Vivaldo Barbosa e Sigmaringa Seixas, e nós o deferimos. De maneira que será recebido o seu documento.

Penso que é bom que já tenhamos entrado pela madrugada e que as palavras já estejam mais serenas. O Deputado Gastone Righi me preocupou, porque ameaçou com a maldição eterna aqueles que o caluniarem, e como S. Ex^a está com uma barba de Rasputin, eu fiquei mais preocupado ainda.

Mas penso que foi dada aqui uma demonstração de que, mesmo citados nominalmente, os Deputados que, no momento, se conduziram nesta Comissão não exorbitaram da sua condição de Deputados, e o depoente não poderá queixar-se de ter sido maltratado.

Concedo a palavra ao Deputado Haroldo Lima. (Pausa)

Como S. Ex^a não está presente, concedo a palavra ao Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros desta Comissão, Sr. Relator, caro depoente, vou fazer a primeira pergunta nos seguintes termos: não é possível que problemas dessa natureza, dessa ordem, tenham sido do conhecimento exclusivo do depoente, dos Parlamentares e das representações que podemos chamar intermediárias.

Então, gostaria de saber se o depoente pode acrescentar algumas testemunhas que tenham presenciado qualquer das afirmações que aqui foram feitas; testemunhas que tenham presenciado reuniões em casas de Parlamentares com as representações das empreiteiras; testemunhas que, de alguma forma, tenham tido acesso a um mínimo de informação a respeito de todo o fato.

Numa parte do depoimento que foi interrompida, o depoente ia citar o nome de uma pessoa como sendo da relação de um Parlamentar. Então, gostaria de saber se há outras pessoas que possam também testemunhar, que tenham tido conhecimento, mesmo que limitado, de parte ou de todos esses episódios.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado Paulo Ramos, as pessoas que participaram eram os próprios envolvidos. As reuniões eram feitas só entre Parlamentares. Em algumas reuniões, estive presente; eu já disse hoje em que circunstâncias isso ocorreu.

Pessoas que eu possa saber, pessoas que poderiam levar alguma lista, alguma coisa, eram pessoas de... Quando não eram encaminhadas pelo Parlamentar pessoalmente ao Deputado João Alves, eram pessoas de estrita confiança do próprio Deputado. Citei algumas pessoas aqui na hora. Não me lembro a respeito de quem eu não falei - o senhor falou que eu fiz uma interrupção. Não me lembro.



20/10/93

O SR. PAULO RAMOS - O senhor não pode, então, acrescentar o nome de nenhuma outra testemunha, nem de algum assessor que possa confirmar ou não algumas das suas evidentes opiniões em relação a reuniões.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço a palavra como Relator para fazer consideração sobre essa pergunta.

Esta indagação feita pelo Deputado Paulo Ramos é da maior importância, porque o depoimento do Sr. José Carlos pode ser, como está sendo, matéria crítica para que sobre ela trabalhem. Todavia, pode também valer como prova dele, logo, em si. Para isso, terá que ser coadjuvado por um outro ou outros depoimentos. De modo que, seria da maior importância que o depoente pudesse refletir, pensar um pouco, verificar se realmente - como pretende o Deputado - se ele não teria possibilidade, condições de lembrar de alguém, um seu auxiliar, seu colega de trabalho, quem pudesse, de certo modo, depor para confirmar, se não todas, pelo menos algumas de suas afirmações.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu volto a dizer ao senhor que dessas reuniões só participavam parlamentares envolvidos. Em algumas reuniões eu fui chamado. Não havia pessoas assim que assistiam a isso, evidentemente. Por isso, não tenho nenhuma testemunha. A minha defesa foi ter sido testemunha de algumas reuniões. Pode ser que apareça alguém que, nesse processo todo - que isso se deslanche num processo - que, de algumas reuniões, alguém possa vir dizer alguma coisa. Estou falando o que sei, o que vi. Algumas coisas apenas ouvi, ou apenas inferi; há coisas que não tenho certeza, vi, ouvi falar, etc. E sempre que acontece isso, tenho procurado ter todo o cuidado nesse sentido, exatamente para que não venha a ser falso sobre as pessoas. Tenho tentado ser o mais explícito possível, exatamente nesse sentido, porque tenho consciência do que pode acontecer aqui. Tenho consciência da Casa, formei-me aqui, minha vida foi aqui dentro. A Casa tem um monte de defeitos, mas também, evidentemente, tem um monte de virtudes. E o País não pode viver sem o Legislativo, obviamente. Isso é básico no nosso processo político e no nosso processo de desenvolvimento.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, fiz essa pergunta porque, lembro-me do Parlamentar que estava fazendo as perguntas, no início da reunião: o Deputado Pedro Pavão. Ele, em relação ao Deputado José Luiz Maia, realmente mencionou que o Deputado José Luiz Maia lhe teria feito propostas concretas para um acompanhamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Isso não.

O SR. PAULO RAMOS - Basta consultar as próprias notas taquigráficas que veremos que ele afirmou, peremptoriamente, que o Deputado José Luiz Maia teria feito a ele proposta de pagamento em troca de consulta. Lembro-me que era o Deputado Paulo Pavão que estava fazendo a indagação.

De qualquer maneira, o Deputado José Luiz Maia aqui veio, fez a mesma indagação, e ele respondeu de forma exatamente oposta.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Um esclarecimento, por favor.

O SR. PAULO RAMOS - Estou concluindo. De qualquer maneira, o que me preocupa é que o objetivo é buscar a verdade, sabendo da gravidade política e das consequências políticas desta CPI, não nos podemos submeter. Então, eu gostaria de buscar um esclarecimento definitivo para essa situação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Certo. Eu falei que ele me perguntava, me cobrava se estavam saindo informações, se o Deputado João Alves ia distribuir novas subvenções, e que eu o acompanhasse. Ele me pedia para fazer isso. Realmente, pedia isso. Mas eu não disse que ele me pagava. Em momento algum, eu poderia dizer que isso era verdade. Ele me cobrava. Considero o Deputado José Luiz Maia como amigo bem como muitos outros aqui. Lamentavelmente, tenho que falar isso.





Trata-se de uma pessoa de quem realmente gosto, como pessoa, como gente. Disso não tenho dúvida nenhuma. Mas estou falando o que vi. Ele me pedia para verificar se o Deputado João Alves estava soltando novas subvenções. E eu levava as mensagens lá. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As notas taquigráficas serão cotejadas, que vão, certamente, esclarecer, com a palavra, que ele desmente a declaração anterior.

V. Ex^a prossiga, por favor.

O SR. PAULO RAMOS - Vou ler, Sr. Presidente, para o depoente, uma relação das vinte maiores empreiteiras do País, para que ele, de memória, possa mencionar aquelas que entende estejam envolvidas nesse chamado esquema.

Algumas estão na Revista Veja, mas vou repeti-las: a OAS estava envolvida?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, estava envolvida.

O SR. PAULO RAMOS - A Camargo Corrêa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não tenho certeza absoluta, não. Não tenho certeza. O pessoal dela andava por aqui, agora se estava ou não, não sei.

O SR. PAULO RAMOS - Andrade Gutierrez?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estava.

O SR. PAULO RAMOS - Mendes Júnior?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não tenho certeza.

O SR. PAULO RAMOS - Queiroz Galvão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estava.

O SR. PAULO RAMOS - TRATEX?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estava.

O SR. PAULO RAMOS - CBPO?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estava.

O SR. PAULO RAMOS - COVAN?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estava, com certeza!

O SR. PAULO RAMOS - CR Almeida?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei dizer.

O SR. PAULO RAMOS - CONSTRAN?

SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei.

O SR. PAULO RAMOS - PARANAPANEMA?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não sei.

O SR. PAULO RAMOS - CERVAZ?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estava.

O SR. PAULO RAMOS - ALcindo CONVEP?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não conheço.

O SR. PAULO RAMOS - COLVAP?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não conheço.

O SR. PAULO RAMOS - SERVENG CIVILSAN?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei também.

O SR. PAULO RAMOS - LT?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não sei.

O SR. PAULO RAMOS - Lix da Cunha?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não conheço.

O SR. PAULO RAMOS - ESTACON? (Pausa)

Ferreira Guedes?



O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não sei.

O SR. PAULO RAMOS - IVAÍ?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não sei.

O SR. PAULO RAMOS - ENTERPA?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não conheço.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, fiz questão de perguntar, com essa objetividade, o nome das empreiteiras e lembro à Casa que o Congresso Nacional, quando da investigação do esquema PC Farias, chegou à conclusão de que as maiores empreiteiras do País estavam envolvidas, exatamente, no mesmo esquema da liberação de recursos e liberação superfaturada para obras públicas.

Pergunto, com a maior objetividade, ao depoente, se ele conviveu ou participou de alguma reunião em que tenha estado presente o Sr. PC Farias.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, nem o conhecia.

O SR. PAULO RAMOS - Nem o Sr. Cláudio Vieira?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não, nunca.

O SR. PAULO RAMOS - Qual a empreiteira que pagou a festa do chamado "jantar do ano"?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi a CR Almeida, foi na casa do Senador Henrique Almeida.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei se ali estava. Isso realmente não sei.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, vou fazer minha última indagação e quero, de antemão, manifestar uma grave preocupação. É preciso que haja um esforço muito grande, exatamente, para impedir que as pessoas sejam enxovalhadas em função da própria realidade do País. O momento realmente é muito grave, e alguém já falou aqui que qualquer insinuação já é recebida como verdade, mesmo a insinuação. O próprio procedimento, às vezes, do Plenário ou de parcela do Plenário, entendendo como engraçadas as respostas, esse próprio procedimento já demonstra os riscos a que estamos submetidos. Gostaria, portanto, de perguntar ao depoente se ele está disposto a enfrentar as consequências legais, em função de qualquer afirmação que mais tarde venha a ser provado ser leviana.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes da resposta do depoente, ponderaria ao Deputado Paulo Ramos, que já ficou caracterizado aqui que esse tipo de pergunta não pode exigir a resposta do depoente, porque é uma incriminação, mas que ele sabe que, ao fazer seu juramento, se faltar a ele, cometerá perjúrio e se tiver caluniado alguém, corre o risco de um processo, como disse o Senador Paulo Bisol. Dessa maneira, pediria o seu consentimento para que nós não prosseguíssemos na pergunta.

O SR. PAULO RAMOS - Vou fazer só uma pergunta objetiva, então. Se ele conheceu o Sr. Renê Arnuz.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa foi a que lhe passou agora do Deputado Vivaldo?

O SR. PAULO RAMOS - Não, não me passou não. É que quando...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, é livre ele passar.

O SR. PAULO RAMOS - Não, fui eu que devolvi a relação das empreiteiras.

Ramon Arnuz, do Ministério da Ação Social?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Conheci, mas superficialmente. Quando eu fui...

O SR. PAULO RAMOS - Walter Amenquino?





O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Conheci, uma vez almocei na casa dele a convite do Deputado João Alves.

O SR. PAULO RAMOS - Mas com qual objetivo foi o almoço? O que foi tratado nesse almoço?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi um almoço social. O Deputado João Alves queria me apresentar a ele. Um almoço na casa dele, que o Deputado João Alves... Eu não o conhecia, o Deputado João Alves me convidou para ir lá, e nós fomos e almoçamos na casa dele. Eu, ele, o Deputado João Alves e a senhora dele.

O SR. PAULO RAMOS - E a expressão usada do esquema, pertencia ao esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei dizer. Realmente não sei alguma coisa específica. Fui apresentado, depois não tive mais oportunidade de vê-lo. O Ramon eu conheci aqui no Congresso uma vez, não sei em que oportunidade.

O SR. PAULO RAMOS - Mas o objetivo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não vi tratar nada especificamente.

O SR. PAULO RAMOS - Agora não me ocorre o nome, mas um assessor... já foi perguntado aqui pelo Deputado Luiz Salomão sobre o assessor para a Comissão do Orçamento, um assessor da Câmara dos Deputados, Dr. Roberval. Qual a razão que chegou a seu conhecimento para ele ter sido afastado da Comissão? Qual foi o objetivo? Qual foi a motivação que fez com que ele não integrasse a Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que eu saiba, a direção da Comissão não gostava das posições tomadas por ele na Comissão. Que eu saiba foi isso. Estaria contra o Deputado João Alves e o Deputado Cid Carvalho. Não me lembro nem a época certa disso, mas é alguma coisa nesse sentido.

O SR. PAULO RAMOS - Poderia dizer, dentro da expressão que o senhor mesmo usou, que ele não fazia parte do esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Poderia sim.

O SR. PAULO RAMOS - Poderia dizer como?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que era isso mesmo.

O SR. PAULO RAMOS - Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem peço eu a palavra no momento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas é para uma informação importante, a qual V.Ex^a certamente avaliará assim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não quero evitar de dar a palavra a V.Ex^a. Contudo, vou até me reservar para fazer uma observação sobre o que acaba de dizer o Deputado Paulo Ramos, que considero muito interessante e importante que meditemos a respeito, por isso ia falar. Mas concedo a palavra a V.Ex^a e, em seguida, ao Deputado Chico Vigilante.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, apenas para dar uma informação, porque nem todos aqui, em função do trabalho, estão podendo saber, mas, há poucos instantes, acaba de ser dada a informação, pela Rede Globo de Televisão, que o Sr. Paulo César Farias está em um apartamento na Alemanha onde foi entrevistado, agora, por aquela rede de televisão, com 10 quilos a menos do que era do conhecimento do público desde a sua última aparição.

E, por outro lado, a própria imprensa dá outra informação relevante para esta CPI, qual seja, a de que, há três dias, nenhuma pessoa aqui no Congresso Nacional nem da imprensa sabe onde está o Deputado João Alves.



20/10/93

SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quanto ao Deputado João Alves, a Mesa, eu pelo menos na sua Presidência, tivera esta informação, não confirmada, um informe, digamos, na minha linguagem. Pedi imediatamente garantias de vida ao Deputado João Alves ao Ministério da Justiça. Há três ou quatro horas, recebi a informação do Ministro da Justiça de que esta garantia de vida lhe estava sendo proporcionada; não tive informação se estava em pessoa ou em moradia, mas será oportuno naturalmente que possamos pensar nisso a partir do momento em que nos reuniremos amanhã para decidir qual o novo passo da Comissão.

Relativamente a PC Farias, agradeço a V.Ex^a a informação que, de tão detalhada, poderia informar se ele ainda ronca. (Risos.)

O SR. CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, pela ordem para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V.Ex^a.

O SR. CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma informação rápida, mas, parece-me, muito importante para esta Comissão. Acabo de conversar com o editor de jornalismo da Rádio Eldorado, do grupo Estado de São Paulo, que me afirma ser a manchete do Jornal **O Estado de S. Paulo** de amanhã, ou melhor, de hoje, que já está circulando em São Paulo, a seguinte: "Correa sabia de tudo". Correa a que refere a matéria é o Senador Maurício Correa, Ministro da Justiça.

Vem o texto da matéria dizendo que o Serviço Reservado da Polícia Federal tinha levantado a questão da corrupção na Comissão de Orçamento, havia entregue ao Ministro Maurício Correa, no dia 31 de março, e que, segundo o informe reservado, era um braço do PC Farias dentro da Comissão e, ainda, que o Sr. José Carlos teria plantado 700 emendas dentro do Orçamento; aí dá o nome das empreiteiras e tudo que tinha feito isso. Portanto, considero uma matéria muito grave para o momento que estamos vivendo e estou me antecipando ao jornal passando a informação a V.Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V.Ex^a essa antecipação. Naturalmente, todos estamos atentos para o fato de que uma versão não significa que ela seja desde logo a verdadeira. Mas a informação de V.Ex^a é muito importante.

Se me permite a Casa uma pequena digressão, a Rainha Vitória recebeu um telegrama dos combatentes ingleses na África do Sul, e o **Time** tinha publicado que a batalha havia sido vencida pelos ingleses, e o radiograma enviado para a Rainha dizia exatamente o contrário. Ela passou um telegrama para o comandante-chefe das operações, dizendo: ataque novamente porque o **Time** não pode mentir.

Então, nesse caso, V.S^a pode também admitir que o **Estado de S. Paulo** não pode mentir ou pode estar avançando em uma afirmativa que o futuro dirá se se justifica ou não.

O SR. CHICO VIGILANTE - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço as informações. Concedo a palavra ao Deputado Carlos Lupi. (Pausa) Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente da CPMI, Senador Jarbas Passarinho; Srs. Deputados, Srs. Senadores e Sr. Depoente:

Talvez, no drama pessoal vivido por V.S^a, não passe a dimensão do drama coletivo do País, da sociedade brasileira. A corrupção, de fato, já atingiu as sociedades que pensavam ser as mais puras. No Brasil, acompanhamos essa agonia em câmera lenta: CPI sobre CPI, investigando corrupção no Governo Federal, investigando corrupção nas privatizações, e, agora, deparamo-nos com mais esse episódio.





Sr. Presidente, creio que a minha palavra está atrapalhando a conversa aqui atrás. Talvez seja melhor silenciar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - (Acionando as campainhas.) Tenho a impressão que o Deputado, muito gentilmente, não se referiu à poluição sonora. Então, ouçamos com atenção devida o Deputado que está com a palavra.

O SR. ALDO REBELO - Não é preciso atenção, Sr. Presidente; o silêncio já é o suficiente.

Sr. Depoente, o que o depoimento de V.S^a enseja, e o que nos foi possível recolher das informações publicadas pela imprensa até o presente momento, é que existe no Congresso Nacional ou presumivelmente existiria um esquema de corrupção instalado na Comissão de Orçamento operado por um grupo de Parlamentares.

No entanto, o que deduzimos das informações e do depoimento de V.S^a é que isso era apenas o braço de um esquema maior que tinha suas ramificações no Poder Executivo, com tentáculos também no setor privado, fundamentalmente no esquema das chamadas empreiteiras.

V.S^a já confirmou que, de fato, o dinheiro encontrado em sua casa era procedente, em parte, do esquema das chamadas subvenções e, em parte, do orçamento propriamente dito das empreiteiras.

Na minha opinião, Sr. José Carlos, o Deputado João Alves, em sendo responsável e culpado das acusações que lhes são imputadas, não passaria de um intermediário, não seria ele o mentor, o chefe maior desse esquema. O esquema se situaria exatamente no grupo das empresas que seriam as maiores beneficiárias, empresas estas que passavam o dinheiro ao Deputado João Alves, e ele a V.S^a, uma parte muito menor, naturalmente, desse bolo.

A outra parte do dinheiro, conforme já se discutiu aqui na CPI do PC Farias, era destinada ao financiamento de campanhas, entre elas a do ex-Presidente da República Fernando Collor.

Eu gostaria de saber se V. S^a tinha a dimensão, a percepção para enxergar que, nesse esquema, o Deputado João Alves era apenas uma parte, uma ramificação do Congresso, e V. S^a era também apenas uma parcela menor, ou seja, as mãos que operavam o esquema, mas não era a cabeça que, pelo depoimento, infelizmente, ainda, na minha opinião, permanece em uma certa penumbra, não veio totalmente à luz. E o mais importante para esta CPI, do meu ponto de vista, não é encontrar os intermediários no Poder Legislativo ou Executivo, mas identificar os mentores, o estado-maior, a cabeça que dirige e que encontrará outras pessoas como V. S^a, outro Deputado João Alves e outros executores no Poder Executivo para cumprir o mesmo papel.

V. S^a tinha a dimensão da presença dessa cabeça, desse estado-maior e desses mentores nesse trabalho do qual o senhor participou durante esse tempo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu conheci tudo isso, primeiro, através das subvenções sociais, cujo mentor, há algum tempo, era o Deputado João Alves. Pode ser que ele tenha sido usado pelas empreiteiras, que não tenha partido dele. Isso é bem provável. Agora, não posso dizer ao senhor de quem partiu.

Aliás, ouvi um comentário do Deputado João Alves no sentido de que as subvenções sociais eram mais tranquilas, não acarretavam problema, era um negócio sossegado de se fazer, enquanto que o caso das empreiteiras era mais difícil, mais complicado. Então, é possível que esteja do outro lado. Que as subvenções eram dele não tenho dúvida nenhuma. Agora, com relação às empreiteiras, creio que posso concordar com o senhor que partia delas. Não me lembro das palavras exatas, mas o sentido era de que era melhor ficar com as subvenções a lidar com as outras questões, mais complicadas.



20/10/93

O SR. ALDO REBELO - Sr. José Carlos Alves dos Santos, o senhor, num esforço de memória, não poderia nos ajudar a lembrar que tipo de referência, mesmo que a palavra não seja a mais exata - o que vale, também, no nosso caso, é o sentido -, o Deputado João Alves fazia a V. S^a da relação dele com as empreiteiras?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que era melhor ficar com as subvenções, porque o negócio de empreiteiras era mais complicado. Tinha-se que discutir determinadas coisas e havia mais dúvidas. Então, parece-me que realmente vinham informações de lá para cá.

O SR. ALDO REBELO - O volume de dinheiro seria maior no caso das empreiteiras?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Havia relações de volume significativo de dinheiro nessas relações.

O SR. ALDO REBELO - Na revista ISTOÉ, o senhor é acusado como sendo um contato entre as empreiteiras e os chamados Parlamentares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O único contato que tive nesse sentido foi com o Deputado João Alves, que mandava operacionalizar as emendas, com os Deputados Cid Carvalho, Genebaldo Correia e José Geraldo, que determinavam a operacionalização de emendas, entre outros. Mas eu não conhecia esse pessoal. Como poderia, então, fazer contato? Foi exatamente o contrário: eles é que me apresentaram essas pessoas. Eu não as conhecia.

O SR. ALDO REBELO - Então, o senhor concorda com a afirmação de que, no caso, o Deputado João Alves exercia aqui muito mais a função e o papel de um intermediário e que as empreiteiras é que organizavam esse esquema, repassando e, depois, o dinheiro ao Deputado João Alves, que repassava a quem o senhor diz que ele comentava, inclusive, a V. S^a?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pensando nesse sentido, acho que sim.

O SR. ALDO REBELO - O senhor chegou a presenciar algum contato entre o Deputado João Alves e os representantes das empreiteiras, de quaisquer delas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Como assim?

O SR. ALDO REBELO - O senhor chegou a presenciar reuniões ou contatos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já falei. Vi várias desse tipo na casa dele, mas não assisti a reunião. Quando chegava o dia de decidir alguma coisa, nunca presenciei. Me mandavam... Quando era na casa do Deputado João Alves, eu ia para a cozinha. Eu ficava na cozinha vendo a televisãozinha que ele tem lá, e eles ficavam tratando dessas coisas na sala. Não assisti a isso. Agora, o que assisti, foi que, muitas vezes, depois que saíam, ele fazia referências ou me mandava relações, pegava as relações que eram deixadas, rubricava, para a gente operacionalizar.

O SR. ALDO REBELO - O senhor poderia descrever como era a operação de transferência de dólar para V. S^a?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ele chegava e me dava o dinheiro.

O SR. ALDO REBELO - Diretamente? Ele, pessoalmente?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ele, pessoalmente. Nisso, nunca houve intermediário. Ele, pessoalmente, me chamava na casa dele, normalmente à noite, para fazer isso.

O SR. ALDO REBELO - Ele nunca chegou a explicitar para o senhor a procedência de uma parte desse dinheiro, pelo menos, de uma empreiteira, de uma...





O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, especificamente, não. De qual empreiteira, coisa desse tipo, não. Já houve caso dele dizer que isso aqui era de subvenção e de empreiteira; já houve caso dele dizer isso, ou ele falava isso é de empreiteira, isso é de subvenção, mas não tinha uma relação direta.

O SR. ALDO REBELO - O senhor mantinha uma memória em computador na sua casa, no seu escritório, no seu trabalho?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, nunca mexi com micro, essas coisas.

O SR. ALDO REBELO - O senhor não teria, então, um disquete, alguma coisa assim de computador?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Nunca mexi com micro, com essas coisas. O que se tinha aqui no Senado eram as coisas que havia no PRODASEN. Mas nada, vamos dizer assim, esquematizado nesse sentido.

O SR. ALDO REBELO - Estou concluindo, Sr. Presidente. O senhor concordaria com a afirmação de que esse esquema a que o senhor se refere tinha uma hierarquia, cabeça, tronco e membros, que operavam?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sempre imaginei o Deputado João Alves fazendo isso. Agora, pelas observações de V. Ex^a é que concordo com o que V. Ex^a colocou, que a mão está invertida. Que estaria vindo das empreiteiras para ele, vamos dizer assim, ou para os Parlamentares. Mas eu sempre tinha imaginado isso com ele acertado com alguns outros Parlamentares, com aqueles que já citei. Agora, com as colocações que V. Ex^a fez, realmente, acho que realmente a mão pode estar invertida, trazendo as empreiteiras para ele. Agora, as outras ramificações, as outras coisas, realmente, não sei, Deputado.

O SR. ALDO REBELO - Está bem, Sr. José Carlos, muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.
Tem a palavra o Deputado Ernesto Gradella.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, quero perguntar ao Sr. José Carlos quando que ele recebeu a última, vamos dizer assim, mala de dinheiro, quer dizer, os últimos dólares por parte do Sr. João Alves.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que em meados de 92, no segundo semestre de 92. Por aí.

O SR. ERNESTO GRADELLA - E quando foi que o senhor teve o último contato com o Sr. João Alves? O senhor teve várias vezes contatos pessoais, muitas conversas. Após isso, o senhor teve mais contato com o Sr. João Alves, conversas por telefone, algum tipo de relacionamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Quando do desaparecimento de minha mulher, afastei-me completamente do Orçamento.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Ele não lhe prestou nenhuma solidariedade em relação ao que o senhor estava vivendo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, ele ligou, falamos posteriormente. Mas me afastei completamente do Orçamento, não tive mais nenhum contato sobre isso, não se falou mais nisso.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O senhor comentou com ele a questão dos dólares falsos que tinham sido encontrados no meio dos dólares que ele havia lhe passado?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, mas ele sabia. Falei com ele que 10 mil, dos dólares que ele tinha dado, ele sabia que os dólares eram dele e que 10 mil eram falsos.

O SR. ERNESTO GRADELLA - E qual foi a explicação dada?



20/10/93

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que ele não sabia também. E acredito nisso. Realmente, acredito que ele não me passou dólar falso por querer.

O SR. ERNESTO GRADELLA - E essa questão dos dólares falsos foi depois do acontecimento com a sua esposa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi, claro. Fui eu que dei para a polícia esses dólares.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Quando foi, realmente, que o senhor teve assim esse último contato com o Deputado João Alves, só para precisarmos melhor?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi exatamente nessa época desses mesmos 10 mil dólares falsos.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Foi o último contato?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - É, que eu conversei com ele o que devia fazer, pois não tinha advogado, não tinha ninguém. Aquilo me apavorou naquela época, uns dois meses depois do desaparecimento de minha mulher, quando fui chamado para depor sobre os dólares falsos. Realmente, não sabia o que fazer, tanto que não fui ao primeiro depoimento, não fui ao segundo, que me chamaram, até que encontrasse alguém que pudesse me orientar.

Foi, então, que o Dr. Grossi me foi indicado. Ele estava na fazenda e chegou em cima da hora de me levar ao depoimento. Ele disse que não tínhamos tempo para saber de nada e fiz um apanhado muito rápido das coisas. Ele disse-me: "Diz que vai prestar em juízo". Ele não tinha nem idéia do que eu estava passando para ele. Foi em cima da hora que ele me acompanhou no depoimento.

Não fui nem no primeiro, nem no segundo, porque não tinha advogado, não tinha nada. Nessa época, procurei o Deputado João Alves, que me disse: "Não fala de mim".

O SR. ERNESTO GRADELLA - Também acredito, como foi colocado aqui, que havia o esquema das empreiteiras e, vamos dizer, tinham muito peso nessa questão como um todo. Pediria ao senhor se teria algum nome conhecido na empreiteira OAS. Tem algum nome que o senhor lembre de ter visto tratando?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - O antigo representante deles, o... Ele foi embora para São Paulo, não está mais em Brasília. Não me lembro o nome.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Da Andrade Gutierrez?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Conheci o pessoal da Andrade, mas não sei exatamente quem é. Volta e meia o pessoal estava comigo, pedindo orientação de processo, essas coisas.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Da Tratex?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Da Tratex, eu conhecia.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Qual que seria o nome da pessoa?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Primeiro, era o que foi do Ministério dos Transportes, secretário de transportes. Posteriormente, um rapaz magro que andava aqui. Não me lembro o nome dele. Sou ruim de guardar nome, Deputado.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Da CBPO?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Da CBPO, tem um magrinho, moreno, de bigode.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Da COVAN?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Da COVAN, eu sei, por causa de um fato. Uma vez fui a Pernambuco, a convite do Deputado Fiúza e do Deputado Sérgio Guerra, para uma casa na praia de Sernambi, ou qualquer coisa assim, do Deputado Sérgio Guerra. E que Valdeck... O nome do dono da COVAN é Valdeck, não é?





Fomos eu, Beth e meu garoto, a convite do Deputado Sérgio Guerra, e voltamos no avião dele.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Qual era o nome?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Acho que era Valdeck ou qualquer coisa assim. Não era da COVAN de Belo Horizonte? Acho que é Valdeck o nome dele.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Da Queiroz?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Da Queiroz, tinha o pessoal que vinha, inclusive no último orçamento. Da Queiroz Galvão. São várias pessoas da Queiroz que estiveram aqui no último orçamento.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O senhor não lembra do nome?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Não. Não guardo nomes desse pessoal.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Da SERVAL?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Da SERVAL, tem um rapaz que trabalhou no Ministério da Ação Social, o Arruda e um dos diretores, um baixinho...

O SR. ERNESTO GRADELLA - Tudo bem. Acho que infelizmente o senhor...

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Se me falarem os nomes, sou capaz de falar se o nome é esse.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Seria muito importante se o senhor pudesse se lembrar de alguns nomes. O senhor lembra bem dos nomes dos deputados, mas nesse ponto das empreiteiras deixou...

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Mas eu convivo aqui dentro com os deputados. Se o senhor me der os nomes dessas pessoas, digo: "Esse aqui é Fulano de Tal, de tal empreiteira". Não estou me esquivando. É só me dar os nomes que isso acaba saindo.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O senhor alegou que as Mesas tinham conhecimento de dotações e subvenções que o João Alves distribuía depois. Quer dizer, as Mesas, no caso, seriam o Deputado Ibsen Pinheiro, o Senador Mauro Benevides, na época.

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Normalmente, o presidente, o 1º Secretário, essas coisas... Diz-se que o Deputado João Alves dizia "você tem direito a tanto" na relação de subvenções.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O senhor ouviu comentários, pelo menos de parte do Deputado João Alves, que os dois presidentes também sabiam do esquema de recebimento de dinheiro, que isso daria vantagem...

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - O Deputado João Alves falou que daria dinheiro, além das relações de subvenções.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O senhor chegou a citar também, quer dizer, o atual Presidente do Congresso, o Senador Mauro Benevides; aliás, desculpe, Humberto Lucena. Ele também estava a par do mesmo esquema, com as mesmas...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso estou dizendo porque o Deputado João Alves falou. Fazendo bem a ressalva nesse sentido.

O SR. ERNESTO GRADELLA - No mesmo sentido que também o Senador Humberto Lucena também tinha conhecimento desse esquema.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado João Alves disse que daria para ele.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O senhor tinha muitos dólares. Parece-me, pelo que nos colocou, que o senhor foi recebendo os dólares, guardando numa mala e deixando dentro do guarda-roupa.



O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Usei alguma coisa. Não vou dizer que não usei alguma coisa, porque usei.

O SR. ERNESTO GRADELLA - É isso que queria saber. Quanto o senhor, vamos dizer assim, acredita que tenha gasto em dólares recebidos desse esquema? O senhor tem 1 milhão de dólares hoje?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Talvez uns 200 mil dólares, por aí. Viajei, comprei terreno, comprei carro, mais nada do que isso.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Quer dizer que o patrimônio que foi colocado pela revista *Veja*, ou seja, que o seu patrimônio tem crescido nestes últimos anos seriam esses 200 mil dólares e os 80 mil dólares da loteria?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É em torno disso, vamos dizer assim. Meu patrimônio não cresceu tanto assim. Tenho, na realidade dois lotes, além da minha casa que é antiga, bem antiga, construída há 16 ou 17 anos; tenho dois lotes e mais nada.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sim, mas a revista *Veja* nos dá que o senhor tem como bens uma outra casa, uma outra mansão...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não tenho.

O SR. ERNESTO GRADELLA - e mais alguns bens que foram elencados...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não senhor. O que tenho é minha casa, a casa onde resido e dois lotes.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Dois lotes?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É. Um no Lago Norte e outro no Lago Sul.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Além dos dólares, o senhor recebeu, por exemplo, alguma outra vantagem como viagem ao exterior, presentes, carros, bens, algum outro tipo de bem neste período, entre 1989 e 1992?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. No Natal, ganhei uma televisão do Deputado Carlos Benevides. O Deputado Ézio Ferreiro, quando fui a Aruba com minha senhora e meu garoto, pagou a passagem de ida daqui para Aruba.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Para onde?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Aruba.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Quem pagou?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado Ézio. Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, o tempo está esgotando.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Estou satisfeito. Acho que a firmeza e a coerência das respostas, até o momento, foram importantes para esta Casa. Precisáramos, realmente, apurar um pouco mais no que se refere à questão das empreiteiras. Não me parece que 1 milhão de dólares ou todo o esquema de corrupção seja apenas em cima do Deputado João Alves e em cima de verbas das subvenções sociais. Parece-nos que ainda há um claro que não conseguimos esclarecer, mas o próprio Sr. José Carlos coloca dificuldades em lembrar desse processo todo, por não ter participado diretamente desse tipo de contato.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O que eu fazia, volto a insistir e esclarecer bem o processo como era: eram dadas essas relações, havia essas reuniões, com certeza havia. Eu não participava diretamente dessas reuniões. Quando eu era chamado, em algumas que fui, às vezes saía na hora que deveria ser a hora de acertos, que me mandavam sair. Óbvio. O bom entendedor sabe.





Às vezes, eu era chamado de novo para verificar se determinadas obras ou qualquer outra coisa poderiam ser colocadas num ministério ou noutro, se poderiam ser com determinado tipo de recurso, etc. Essa orientação sempre dei. Isso pode ser com PIN-PROTERRA, isso pode ser não sei de quê, isso pode ser no ministério tal, cabe aqui ou cabe ali, etc. Esse tipo de coisa eu fiz, sempre orientei, isso pode, isso não pode, isso não é assim, coisas desse tipo.

Tinha relações, às vezes, até listagens de computador, coisas desse tipo e que eram então rubricadas, o que deveria fazer. Eu dava realmente o suporte técnico para isso.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Acho que realmente precisamos agora ouvir o Deputado João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador José Paulo Bisol pediu a palavra pela ordem, depois o Deputado Paulo Ramos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A testemunha, nobre Presidente, fez um grande esforço de memória tentando individualizar as pessoas que operavam em nome de empreiteiras, não como depoimento - porque ele não conseguiu se lembrar, salvo duas exceções -, mas como subsídios para as nossas posteriores investigações. Gostaria que a Mesa deixasse o interrogado intimado a trabalhar a sua memória e fornecer essas informações posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a diria que isso poderia ser feito por escrito e dirigido à Comissão.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Por escrito, como informação, não como depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como informação. Concedo a palavra ao Deputado Paulo Ramos. Quero ver se as questões são conexas.

O SR. PAULO RAMOS - Uma é conexa. Gostaria de perguntar se os representantes das empreiteiras eram funcionários dos Ministérios ou se eles foram trabalhar no Ministério da Ação Social, no Ministério dos Transportes, conforme a própria testemunha falou. A que o depoente atribui o recebimento desses presentes que ele recebeu, quer dizer, esses presentes eram em troca de quê?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos inventando coisas, porque estamos inquirindo e reinquirindo, através de questões de ordem ou pela ordem. Mas fica a pergunta e vejamos o que diz o depoente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sobre o que o Senador José Paulo Bisol colocou, volto a dizer que, se me derem nomes, identifico a empreiteira. A questão é ajudar a minha memória.

Deputado Paulo Ramos, não entendi o que o senhor perguntou. Desculpe-me.

O SR. PAULO RAMOS - Os representantes das empreiteiras pertenciam aos Ministérios citados ou foram posteriormente trabalhar nesses Ministérios? E quanto aos presentes recebidos, eram em troca de quê?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Se eles trabalhavam em Ministério, não sei. Sei que eles vinham aqui como representantes de empreiteiras.

O SR. PAULO RAMOS - Foi o senhor mesmo que falou que um foi do Ministério dos Transportes, outro foi do Ministério da Ação Social.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, eu não disse isso. Falei dos Ministérios que tinham importância relativa. Sobre os presentes: o Deputado Carlos Benevides deu-me algo como presente de natal; ele me recomendava que sempre acompanhasse as coisas de interesse dele, do Senador Mauro Benevides; se as emendas dele estavam bem feitas, se não estavam, esse tipo de coisa. Não houve outro sentido



20/10/93

que este: o senhor me perguntou se eu havia recebido alguma coisa e eu disse que recebi. O Deputado Ezio Ferreira - também nesse sentido - gostaria que lhe eu desse toda a assistência, toda a orientação sobre as emendas das obras de seu interesse; pedia-me uma dedicação especial, que olhasse as coisas e que falasse com ele sobre qualquer coisa errada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a Sra. Deputada Regina Gordilho.

A SRA. REGINA GORDILHO - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, propositalmente, esperei para o final porque relutei muito em narrar o fato ocorrido comigo na Câmara dos Deputados, justamente no primeiro mês em que tomava posse. Preocupava-me o fato de pertencer a um Partido pequeno e ter observado que, quando não se tem número substancial na Câmara dos Deputados, somos discriminados. Mas, diante da minha consciência, da própria testemunha, Dr. José Carlos, decidi prestar este depoimento porque penso que com ele haverá um fechamento.

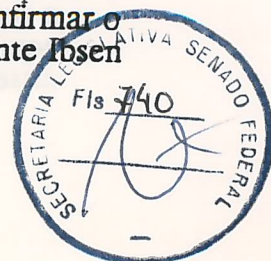
Logo que tomei posse, procurava uma equipe para trabalhar em meu Gabinete, quando se aproximou de mim um rapaz que se identificou como Juca, que tinha sido funcionário e trabalhado num Gabinete de um Deputado não reeleito de nome Adolfo de Oliveira. Ele passava a mim os seus predicados, os seus conhecimentos, como poderia ser útil a mim. Andou comigo no corredor; mostrava que conhecia determinados Diretores que seriam úteis para o meu trabalho político. Quando ele via que eu hesitava, ele disse que, como maior proposta para que eu o aceitasse, conhecia um grupo aqui na Câmara e, se eu o contratasse para meu chefe de Gabinete, ele me apresentaria imediatamente e que, a partir dali, eu não precisaria me preocupar de vir aqui em Brasília, porque o meu voto e os meus espaços seriam pagos por dólares.

Isso pode parecer demagogia, estrelismo, mas essa reportagem saiu publicada no **Jornal do Brasil**, em toda a imprensa. Esse fato, naquele momento, chocou-me tanto, que eu narrava isso, muito assustada, a várias pessoas ligadas a mim, como próprios funcionários meus que trabalham agora no meu gabinete.

Naquela época - era um princípio de mandato -, eu estava indicada e fazia parte de uma comissão de reforma, de propostas para os trabalhos legislativos, da qual eram principais relatores os Deputados Nelson Jobim e Miro Teixeira. E, pensando naquele momento que essa quadrilha se referia a alguma coisa ligada à parte administrativa, fiz vários requerimentos ao Diretor-Geral da Câmara, Dr. Sabino, solicitando esclarecimentos sobre o IPEAC - Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso, por que motivo era uma fundação, que trabalha aqui dentro da Câmara dos Deputados, à qual nós pagamos para elaborar projetos e discursos para nós. Eu pensava que esta era a quadrilha a que este funcionário Juca se referia.

Mas agora, diante do que está ocorrendo, estou ligando os fatos e pensando que talvez ele estivesse se referindo a este grupo do Orçamento, que existia, como já foi muito bem dito aqui por vários deputados; um segmento, como disse o próprio depoente, Dr. José Carlos Alves dos Santos, de cujas reuniões ele não participava. Tenho comparecido agora às convocações na casa do Líder da Câmara dos Deputados e não é hábito, quando se discutem coisas políticas, a participação de assessores; então eu creio que, de certa maneira, essa declaração do depoente é coerente, quando ele diz que não assistiu às reuniões, porque em todas em que estive presente, quando se trata de situações políticas os assessores são convidados a se retirar ou a ir para outro local.

Então, relutei bastante, mas acredito que estamos aqui para recuperar e mostrar a lisura na condução desta CPI. Não há nenhuma dificuldade em se confirmar o que estou dizendo, porque saiu na imprensa. Naquele momento, até o Presidente Ibsen





Pinheiro disse que, se eu confirmasse essa minha denúncia de que aqui havia quadrilhas, eu poderia até ser cassada.

Isso não é dito no momento, foi dito há dois anos e meio. Essa pessoa a que me referi, de nome Juca, sei que mora em Petrópolis, encontrei-o várias vezes depois; numa dessas vezes ele me disse que estava trabalhando na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e que gostaria até de fazer carreira política.

Agora, eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Dr. José Carlos Alves dos Santos.

Dr. José Carlos Alves dos Santos, eu ouvi o senhor fazer um apelo a outros funcionários que porventura estivessem envolvidos nessa organização imoral, a qual estamos perseguindo para ver se ela realmente existe ou não; parece-me que o senhor, por ser um funcionário, está constrangido em citar nomes de alguns funcionários que tinham conhecimento desse trabalho.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, Deputada. Realmente...

A SRª REGINA GORDILHO - Eu queria que o senhor me dissesse isso, porque estamos habituados a que, nessas horas graves, sempre quem são os punidos são os menores; os maiores sempre se saem bem, e nada acontece.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, Deputada; quanto a isso sou sincero: não sei se havia outros funcionários que soubessem disso. Provavelmente não, a não ser que eles tivessem indicações, presunções ou pistas que levem a corroborar o que estou dizendo.

Penso que explicitamente ou claramente, pelo menos nisso com o Deputado João Alves, penso que ele não sabia. Talvez o Luís Vasconcelos soubesse de alguma coisa aproximada em relação a isso. O Luís trabalhou aqui muito tempo, antes de mim, no Orçamento; eu me lembro vagamente de que ele soubesse de alguma coisa em relação ao início desse processo de subvenções do Deputado João Alves; mas não posso afirmar categoricamente que ele sabia. Não posso dizer com certeza que ele sabia. Imagino que outros funcionários pudessem desconfiar, mas não sei explicitamente quem sabe disso aí. Acredito que não soubessem. Havia muito cuidado em se divulgar isso, em se fazer isso; creio que era por isso que ficava concentrado em mim; sabia-se - a Câmara dos Deputados toda acredito que sabe - que o que se falava comigo eu não falava, até agora.

Por todas as coisas que já falei, resolvi escancarar isso tudo.

A SRª REGINA GORDILHO - Durante esses dois anos e meio em que estou com meu mandato, observei que o maior objetivo de alguns deputados era fazer parte da Comissão de Orçamento, chegando, num determinado momento, a aumentar-se de 78 para 120. Por que esse anseio desmedido de alguns deputados de fazerem parte dessa Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sra. Deputada, só pode ser presunção tentar responder isso, só posso imaginar. Uma resposta dessa é subjetiva. Acho que a maior parte da Comissão queria defender interesses de suas regiões, de seus eleitores, de suas cidades, de seus municípios ou estados. Creio nisso com absoluta convicção. Outros não. Outros teriam interesse ou em levar vantagem sobre os outros, ter mais emendas aprovadas, até com o objetivo de beneficiar suas próprias regiões, etc. Mas a Comissão de Orçamento dava poder, força, uma porção de coisas desse tipo, claro.

A SRª REGINA GORDILHO - Pelo que acompanhei do seu depoimento, o senhor deixou bem claro, e nós verificamos, que eram as pessoas de maior destaque aqui na Câmara, que representavam a maioria dos grandes partidos - foi o senhor que disse e citou -, que estavam envolvidos diretamente nessas deduções que o senhor fez, e



que a Comissão irá apurar. São pessoas como o Líder do PMDB, Deputado Genebaldo Correia; o Deputado Fiúza, que faz parte do grupo do PFL e de outros grandes grupos.

Então o quantitativo aqui dentro desta Casa está nesse esquema, até que se apure a verdade ou que se confirmem as denúncias ou não. Eram aqueles privilegiados que tinham uma passagem livre, deixando para trás partidos menores, com representações diminutas, com mandatos iguais, direitos iguais, mas sem possibilidades iguais. Tudo isso para nós é bom, porque neste momento não fomos citados, até que venha a ser condenado ou não.

Havia e há uma discriminação, e o poder prevalece nesta Casa, pelo que o senhor narrou aqui.

Para finalizar, Sr. Presidente, li numa entrevista - e já sabia de antemão -, que fazia parte dessas possíveis pessoas que se aproveitaram e receberam, pediram ou tiveram influência, o filho do Senador Mauro Benevides, esqueci o o nome dele, no momento. O senhor confirma?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado Carlos Benevides?

A SRª REGINA GORDILHO - Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim. Eu confirmo.

A SRª REGINA GORDILHO - Confirma que ele fazia parte?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, o negócio é o seguinte. Não digo que ele fazia parte e não sei se ele recebia dinheiro. Volto a dizer que isso eu não vi, isso o Deputado João Alves falava. O que o Deputado Carlos Benevides fazia era entregar relações de subvenções, subvenções especiais que o Deputado João Alves tinha guardadas. Ele entregava relações para atender as entidades dele lá do Ceará. Isso eu confirmo. Porém, o Deputado João Alves dizia que dava o dinheiro para ele. Agora, se dava ou não, volto a dizer - e já falei isso uma porção de vezes -, eu não sei.

A SRª REGINA GORDILHO - E o Deputado João Alves alguma vez conversou com o senhor e o preveniu que se alguma coisa acontecesse - para o senhor, de certa maneira, pode ser bondosa, de gratidão, por lhe dar esses dólares - que o senhor deveria negar. Ele chegou algum dia a conversar com o senhor sobre isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Lógico. Disse que ninguém poderia saber, senão iria me prejudicar, seria demitido, esse tipo de coisa. Claro.

A SRª REGINA GORDILHO - Quando ele lhe pagava essas quantias, ele sempre o lembrava que aquilo era um compromisso entre o senhor e ele, e que o senhor jamais revelaria?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Claro.

A SRª REGINA GORDILHO - Chegou a haver esse diálogo, essa conversa com o senhor?

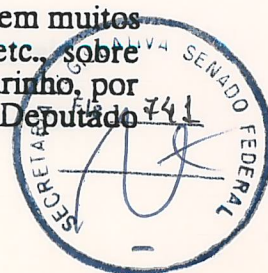
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, inclusive ameaça de demissão, se eu não aceitasse. Gostaria de fazer só mais uma observação, se o Sr. Jarbas Passarinho me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Falei em líderes, membros de Mesa e essas coisas, mas não quero generalizar.

A SRª REGINA GORDILHO - Eu sei. Eu também não quero.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu sei que existem muitos líderes significativos com os quais o Deputado João Alves teve contato, etc., sobre quem não ouvi nenhuma referência negativa. Inclusive o Senador Jarbas Passarinho, por exemplo, Líder do PDS, exerceu uma porção de coisas aí, conversava com o Deputado





João Alves e o Deputado João Alves com ele, mas nunca ouvi nenhuma referência negativa, inclusive o Senador Passarinho, por exemplo, foi Líder do PDS, o Deputado João Alves conversava com S. Ex^a, mas nunca vi nenhuma referência a ele e a vários outros. Há centenas de Deputados e Senadores que não participavam. Estou falando..

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não tinha prestado atenção e quando ouvi "Passarinho", voltei-me.

V. S^a concluiu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É isso, não estou generalizando, as coisas que falei... Vi Deputados aqui que participaram da Comissão de Orçamento, uma porção de gente que participou e que não tenho a mínima coisa que falar deles. Há pessoas que privaram comigo, que conviveram com esse processo, que foram relatores, até conviveram demais no processo e que não vi, não posso ter nenhuma referência, não tinham nada. Os outros que tinham estou falando, inclusive, estou-me expondo aqui mais que qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço à Deputada Regina Gordilho, por obséquio... A primeira parte do seu precioso testemunho tomou-lhe metade do tempo. Já passaram 5 minutos além do tempo normal. Pergunto se V. Ex^a se se considera satisfeita, a menos que ainda tenha que perguntar ao depoente se ele conhece algum Juca.

A SR^a REGINA GORDILHO - Conhece o quê?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Algum Juca.

A SR^a REGINA GORDILHO - Ah! Não sei, porque ele ocupava cargo de confiança; ele não é funcionário da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É um apelido muito comum, mas V. Ex^a disse que o Juca era o homem que conhecia todas essas coisas e que poderia até lhe garantir não vir aqui receber as vantagens. Seria cabível perguntar ao depoente se ele conhecia, nesse grupo do Congresso, algum Juca com essa característica.

A SR^a REGINA GORDILHO - Sr. Presidente, não preciso perguntar. Eu me disponho a procurar essa pessoa e trazê-la a V. Ex^a quando quiser.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não, Deputada, pergunte se o depoente o conhece. Estou querendo auxiliá-la a fazer a sua pergunta.

A SR^a REGINA GORDILHO - Eu sei que ele não conhece, porque ele era funcionário do Senado, e essa pessoa ocupava cargo de confiança na Câmara dos Deputados. Não havia motivo para essa relação entre ele e o Juca. Mas posso perguntar, já que V. Ex^a está sugerindo.

Dr. José Carlos, V. S^a conhece algum funcionário que trabalhou no gabinete do Deputado, não reeleito, Adolfo de Oliveira, que se intitulava Juca?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, o Deputado Adolfo de Oliveira eu conhecia, mas do Juca não me lembro.

A SR^a REGINA GORDILHO - Sr. Presidente, se V. Ex^a entender que é de interesse da Comissão, eu o procurarei, porque ele é do Rio de Janeiro. Sei que mora em Petrópolis, procurarei localizá-lo, e, para que haja confirmação do que disse, há a reportagem e as pessoas, como a que está atualmente em meu gabinete e outros tantos que estão trabalhando, a quem contei, há dois anos e meio, que me foi ofertada a possibilidade de eu entrar para um grupo que me pagaria em dólar e a coincidência casa agora quando a testemunha fala sobre dólar.

Estou satisfeita, Sr. Presidente.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Presidente) - Pois não. Concedo a palavra ao Deputado José Genoíno, como último inscrito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, serei breve. Farei apenas duas perguntas.



Considero, Sr. Presidente, que a democracia brasileira está vivendo uma prova de fogo, porque as informações e as denúncias dizem respeito ao Congresso, mas dizem respeito também ao Executivo.

Como houve uma CPI, que foi dramática, mas que produziu uma parte da cirurgia - parece que a outra parte está sendo produzida agora -, perguntaria ao Dr. José Carlos, que fez um depoimento muito importante para os trabalhos desta CPI, se tinha relação do esquema PC, se durante as investigações do esquema PC, que foi objeto de uma CPI nesta Casa, se teve conhecimento de alguma relação desse esquema com o esquema da Comissão do Orçamento no Congresso Nacional com desdobramento no Executivo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, Deputado, realmente, não tive. A única coisa que dá para imaginar é a relação via empreiteira, mas não tenho absolutamente nada de concreto sobre isso, a não ser uma relação de análise individual, de pensamento. Se a empreiteira, está colocando coisa aqui, vai lá fora trabalhar no Ministério para liberar o recurso, poderá ter alguma ligação nesse sentido. Mas isso é mera presunção minha, mera imaginação. Não há nada concreto sobre isso. Nunca vi nada nesse sentido.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. S^a conhece o cidadão chamado Lenilson Salvador Silva, dono de uma empresa de táxi aéreo em São Paulo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não me lembro. Nunca ouvi falar. O nome não me toca nada, não me diz nada.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A última pergunta, Sr. Presidente.

Numa das respostas ao Deputado Fernando Carrion - e essa questão esteve presente na relação do senhor com o Deputado João Alves no recebimento dos dólares -, V. S^a informou à Comissão que outros Deputados tinham conhecimento de que V. S^a recebia esse dinheiro do Deputado João Alves; V. S^a citou, respondendo ao Deputado Fernando Carrion, os Deputados Cid Carvalho e Genebaldo Correia.

Pergunto se V. S^a pode informar se outros Deputados do esquema da Comissão de Orçamento, como o senhor se referiu, sabiam que o Deputado João Alves passava dinheiro para o senhor, além dos dois já citados.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Talvez o Deputado José Geraldo, mas não posso garantir com absoluta certeza. O Deputado José Geraldo já me perguntou se estava tudo acertado, se iriam acertar, mas só isso. Não foi mais explícito. O Deputado José Geraldo sabia dessas coisas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Os Deputados José Geraldo, Genebaldo Correia e Cid Carvalho sabiam que o Deputado João Alves passava dinheiro para o senhor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Havia um acerto feito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, a última pergunta. Alguma outra pessoa, além desses Deputados e V. S^a, presenciava esses contatos, essas conversas e acertos, ou era diretamente dos Deputados com V. S^a?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Era do Deputado João Alves dando-me dinheiro, e ele dizia que dava para os outros.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, V. Ex^a.

Pela ordem, mais uma vez, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Tenho certeza de que não poderíamos sair daqui sem essas respostas. Como é que o Deputado João Alves levava ao Sr. José Carlos Alves dos Santos grande quantia de dólares? Trazia em uma pasta, em um pacote ou em uma mala? De que tamanho? Alguém, algum empregado ou parente porventura teria visto o Deputado João Alves em alguma das ocasiões em que entrou com esse volume





de dinheiro, digamos, 100 mil dólares, em uma das vezes em que o senhor recebeu? Onde foi dado esse dinheiro? Foi na sua casa? Por que meio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na casa do Deputado João Alves.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Alguém viu o Deputado João Alves levar? Como ele mostrava?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ele me chamava e me dava um pacote.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Era em pacote, em mala?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já deu embrulhado, já deu em envelope grande; já deu embrulhado em jornal, já deu em sacola de plástico, em mala dele emprestada.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E alguém viu essa mala ou esse pacote? Ele andava com isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Talvez um empregado. Já vi, na casa dele, saco grande, que teria chegado. Agora, não sei.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas alguém viu? Quem mais viu esses pacotes na casa dele, que o senhor tenha visto?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei. Aí só se os familiares dele. Ele não vai mostrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Supply, isso é um reinquirição!

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Um empregado dele, talvez.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Então, uma última pergunta, Sr. Presidente. Se tivesse visto alguém, seria importantíssimo. Mais uma, conexa, Sr. Presidente, porque eu talvez vá fazer a pergunta mais difícil e séria aqui, e V. Ex^a vai reconhecer.

Na resposta do Dr. José Carlos Alves dos Santos ao Deputado Ricardo Fiúza sobre o diálogo havido entre ambos, V. S^a mencionou que, ao final da conversa, o Deputado Ricardo Fiúza lhe perguntou se a Sr^a Ana Elizabeth, sua esposa, sabia do que se passava com o Orçamento. V. S^a aqui mencionou que ela sabia bastante, embora não de toda a quantia que recebia. Foi esta exatamente a resposta que V. S^a deu ao Deputado Ricardo Fiúza?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O detalhe que falei com ele, não sei. Inclusive, o que ele me colocou foi isso: que eu não deveria separar-me, tal coisa, porque, inclusive, se a minha mulher soubesse, isso não era bom, era perigoso, qualquer coisa desse tipo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Das questões do Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É, as questões, e isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E notou V. S^a grande preocupação do Deputado Ricardo Fiúza quando disse que sua senhora sabia de todos esses fatos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu não disse para ele que ela sabia de tudo: disse que ela sabia superficialmente, mas não teria perigo, porque ela nunca diria qualquer coisa nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E o Deputado João Alves sabia que a sua senhora, Ana Elizabeth, tinha consciência desses fatos todos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ah, com certeza. O Deputado João Alves, com certeza.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Com certeza? E, portanto - daí a relevância da pergunta -, em algum momento V. S^a imaginou que o Deputado João Alves teria



20/10/93

interesse eventual em que a Sr^a Ana Elizabeth desaparecesse pelo fato de saber e eventualmente poder relatar esses fatos a quem quer que fosse?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho isso absurdo. Não vejo relação nisso. Não vejo como fazer isso ou por quê fazer isso. Aí faria comigo, entende?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos dar a palavra ao Relator, depois prosseguiremos um pouco, porque há a necessidade de esperarmos que as notas taquigráficas sejam concluídas, lidas e assinadas pelo depoente. Isso talvez exija cerca de 40 minutos. É o que me diz a taquigrafia. Entretanto, não haverá a necessidade, evidentemente, de o Plenário permanecer trabalhando.

Mas gostaria, desde logo, que estabelecêssemos dois princípios, com uma decisão que devemos tomar. A primeira é com relação às inscrições. No Senado da República, quando um Ministro de Estado é convocado, as inscrições se encerram a partir do momento em que o Ministro começa a responder. Aqui, vimos que havia inscrições - e não neguei nenhuma - quando já estávamos com seis ou sete horas de depoimento. Vamos discutir se isso é cabível ou não.

O segundo ponto que é importante caracterizar desde logo, é se vale fazer, a título de perguntas conexas, novas reinquirições por quem já reinquiriu no seu tempo suficiente. Será outra questão que o Plenário decidirá.

Vamos ouvir o Relator, que fará as perguntas que aí acho, sim, cabe ao Relator agora a pinçar cada uma dessas coisas e fazê-las e não vamos menosprezar a inteligência do Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ELCIO ALVARES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, estamos notando que está rareando o número de presentes. E parece-me importante decidirmos ainda hoje a convocação do segundo depoente que seria o Deputado João Alves. Independentemente, sem embargo da palavra do nobre Relator, nesse intertempo, já poderíamos tomar essa providência porque penso que está diminuindo o número de presentes integrantes da Comissão. Como é decisão de colegiado, consultaria V. Ex^a, que domina melhor a matéria, se seria conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ouvir o Relator e, depois então, ouviremos isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, houve uma outra decisão. A proposta do Senador Elcio Alvares é contraditória com a decisão que foi adotada na reunião da manhã. Faremos, em seguida ao depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, uma discussão, uma reunião administrativa para discutir o roteiro de nosso trabalho. Não vamos convocar ninguém por enquanto.

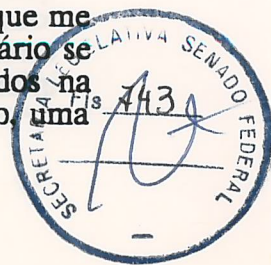
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por isso quero deixar para depois de ouvir o Relator.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas penso que V. Ex^a está lembrando com oportunidade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou agora fazer um apanhado geral nem uma avaliação deste depoimento porque está muito tarde e todos estão cansados. Na próxima reunião, faremos isso.

Vou apenas, numa intervenção breve, procurar aclarar um ponto que me parece importante: quando protestei por falar ao final é que temia que o Plenário se direcionasse para perguntas que dissessem respeito a uma parte dos referidos na entrevista da **Veja** e em relação a outros não, e pudesse haver um desequilíbrio.





injustiça no tratamento. Então, reservei-me para, no final, poder fazer um equilíbrio, mas não houve necessidade porque o Plenário esgotou a todos, inquiriu sobre todos os personagens citados na **Veja**.

Todavia, não digo injustiça, mas ficou um certo desbalanceamento no - não digo julgamento - nas considerações do depoente com relação a diferentes autoridades ou parlamentares, Deputados e Senadores, Ministros, etc. Por exemplo, ele declarou enfaticamente que são dois esquemas existentes no Congresso em matéria de orçamento: o de subvenções e o das grandes empreiteiras.

Todavia, quando procuramos - todos nós procuramos - esclarecer de maneira cabal quem são esses elementos que estão nesses esquemas, verificamos que há uma certa dificuldade. Em relação ao Deputado João Alves, não há dúvida nenhuma, ele diz: aumentou, recebi dele os dólares e tudo que ele sabe sobre os esquemas ouviu do Deputado João Alves. Mas em relação aos outros fica numa zona difusa.

Então, considerando que ele, além de declarar que só recebeu dinheiro de João Alves, em resposta a uma pergunta minha, disse que não deu jamais dinheiro a Deputado; numa resposta a uma pergunta de um dos senhores membros da CPI, declarou que nunca viu nenhum Deputado receber dinheiro e assim por diante de parlamentares; proponho-me, para facilitar o trabalho do Relator e de todos os membros desta Comissão, ler um a um os nomes que estão referidos na entrevista e ele dirá em relação a cada um se - não que pertença ao esquema, porque ele não pode decretar que pertence - ele acha que pertence.

Aí teremos pelo menos um certo balizamento, não só para uma avaliação, mas também para o momento em que se der a oportunidade da inquirição do Deputado João Alves.

(O Sr. Presidente aciona a campanha)

Não fez. Sabem porque não o fez? Foi pedido a ele mas ele não...

O SR. JOSÉ GENOINO - Sr. Relator, faço um aparte à colocação de V.Ex^a no seguinte sentido. V.Ex^a lê os nomes, acrescentando um item aos que ele tem certeza, o que ele ouviu falar e àqueles que sabiam que ele recebia o dinheiro. Quais aqueles que ele sabia, que falavam para ele do acerto do João Alves com ele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - E dizer de quem é o esquema se é de empreiteira ou de subvenções.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De ambos. A qualquer deles.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Relator, V.Ex^a me permite? Só uma sugestão a V.Ex^a. Naturalmente todos nós, e V.Ex^a também, ficamos tomados de dúvidas, de incertezas. No papel de V.Ex^a, como Relator, a melhor forma de resolver essas dúvidas é através de perguntas ao depoente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Há dois esquemas. Um de encaminhamento de entidades para receber dotações e subvenções, que não implica vinculações com dinheiro. E o outro que fazia esse encaminhamento mas vinculado a receber dinheiro. São duas coisas distintas.

O SR. PAULO RAMOS - Permita-me, Sr. Presidente, fazer uma sugestão? O depoente em inúmeras oportunidades mencionou que não lembrava de todos os nomes. A entrevista que concedeu à revista **Veja** foi um pouco tumultuada, em condições as menos desejáveis.

Mencionei, quando fiz a minha intervenção, preocupações em relação a qualquer insinuação. Seria razoável que uma subcomissão entregasse uma relação de todos os membros da Comissão do Orçamento dentro do universo a ser investigado por esta Comissão, para que ele, numa situação de tranquilidade, pudesse registrar a melhor informação. Faço questão de dizer, de antemão, que esse tipo de procedimento deve ser



20/10/93

preservado para uma apuração mais detalhada. Isto é, deve haver uma exposição dos nomes mencionados pelo depoente até que haja uma maior decisão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Exª sabe que a opinião dele não é decisiva. Quero uma orientação.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Relator, quero fazer uma observação porque, na minha intervenção citei vários nomes. Ele disse que faziam parte do esquema, afirmou que faziam ou ele suspeitava que faziam mas não tinha certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas qual é o problema? Ele irá repetir isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não tenho nada contra em que V.Exª reenquira. Apenas V.Exª não deve perguntar se ele acha ou não. Ele tem que ser afirmativo: fazia parte ou não. O achar é uma coisa bem complicada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O achar é uma cautela, porque ele não pode dizer que faz ou não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou ter que intervir nisso. Porque estão tolhendo o direito que o Relator tem de fazer a sua inquirição, como qualquer um fez. Se ele estiver equivocado, os senhores depois farão as ponderações. Mas ele fará agora o uso da palavra, como lhe cabe, no tempo em que lhe cabe.

O SR. JOSÉ VICENTE BRIZOLA - Sr. Presidente, só uma última consideração.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdoe-me, mas não faço mais nenhuma.

O SR. JOSÉ VICENTE BRIZOLA - Sr. Presidente, não falei nenhuma vez. É a primeira vez que irei falar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está bem. Sei que V.Exª irá falar e certamente nos irá iluminar com inteligência. Mas não é o meu problema. O problema agora é impedir que comece uma questão atrás da outra. Desculpe-me, V.Exª, mas em seguida V.Exª usará a palavra depois do Relator.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, é uma questão de ordem irrelevante. Em um segundo eu a faço.

O SR. JOSÉ VICENTE BRIZOLA - Sr. Presidente, desculpe-me mas quero falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode falar V.Exª.

O SR. JOSÉ VICENTE BRIZOLA - O depoente disse aqui, diversas vezes, que ouviu falar. Está muito justo o Relator fazer essa pergunta se ele acha ou não. Era isso o que queria dizer.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, está escrito literalmente no Código de Processo Penal que não se pode perguntar à testemunha a sua opinião. É proibido, processualmente proibido. Essa pergunta não pode ser feita. Era essa a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, temos que passar a limpo grande parte do que já se fez. Porque aqui houve um momento, em que perguntado, o depoente disse, como agora o Deputado salientou, em momentos em que ele disse "Com certeza". "Sabe? Com certeza". "Participou? Com certeza". "Tenho dúvida", "Não posso informar", "Nada sei". Isso lhe foi perguntado, e foi admitido até agora. Não é na hora em que o Relator exatamente vai fazer a sua pergunta, que nós vamos tolher o Relator no direito de perguntar. Se ele não estiver seguindo o Código de Processo Penal, então, nós, no momento em que discutimos a matéria, daremos a oportunidade de defender-se. Eu peço agora que o Relator fique com a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu acho imperioso que ele se pronuncie, porque aqui há deputados que viajaram com ele ou que





financiaram viagem dele e da família e ele, em momento nenhum se pronunciou sobre o grau de proximidade com os esquemas. Como é que nós podemos amanhã fazer uma avaliação com esse tipo de incerteza? Sr. José Carlos, creio que não há dúvida de que o senhor concebia que o Deputado João Alves pertencia ao esquema, era o mentor. Deputado Cid Carvalho.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Genebaldo Correia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado José Luiz Maia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Também?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Nesse sentido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado José Carlos Vasconcellos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza. Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado José Geraldo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ricardo Fiúza.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sérgio Guerra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Gastone Righi.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Esse eu não posso ter certeza absoluta.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ézio Ferreira.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Fábio Raunheitti.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza. Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ubiratan Aguiar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Flávio Derzi.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Manoel Moreira.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Paes Landim.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Da parte de subvenções ele sabia. E entregar a relação de subvenções.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas será que ele integrava o esquema? Ou simplesmente sabia que existia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Realmente eu não sei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sabe. Pedro Irujo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Uldurico Pinto.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senadores: Ronaldo Aragão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mauro Benevides.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na parte de subvenções, sabia. Com certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Saldanha Derzi.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.



20/10/93

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Humberto Lucena.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Olha, é aquilo que relatei, que o Deputado João Alves me falou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Governadores: Édison Lobão, do Maranhão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Aí eu não posso dizer. A única coisa que eu disse é que eles estiveram na casa do Deputado João Alves. O Deputado João Alves disse que tratou disso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Joaquim Roriz.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Os três. O que eu falei, o Senador...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor disse que o Governador pagava a João Alves para conseguir as emendas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, o Deputado disse isso. Eu falei o que o Deputado João Alves me falou. Esses três governadores estiveram na casa dele. É o Deputado João Alves disse que os três dariam recursos para a aprovação de emendas de interesse deles. Eu não disse que eu... Eu estou dizendo o que o Deputado João Alves falou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É uma hipótese diferente. Ministros: Alexandre Costa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também nesse sentido. O que o Deputado João Alves falou. Não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Henrique Hargreaves.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, Hargreaves sabia como funcionário, não como Ministro. Como Ministro é recente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Será que fazia parte do esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia, como tinha conhecimento desse tipo de coisa. Sabia sim. O próprio Deputado João Alves e o próprio Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O que saiu na Veja é isto aqui. São 17 deputados, 4 senadores, 3 governadores e 2 ministros.

O SR. ALDO REBELO - Apareceu aqui hoje Margarida Procópio, Chiarelli, que ele confirmou, e ele ainda falou no nome do Ministro Mailson da Nóbrega.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mailson, não. Marcílio também não. Falei no Ministro Aníbal Teixeira. O que falei do Ministro Marcílio foi sobre aquele acerto de se colocar, na proposta que fosse encaminhada ao Congresso, dotações a pedido de parlamentares para facilitar a tramitação do Orçamento aqui dentro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Correto. Acho que Margarida Procópio fazia parte, não é? Acho que o depoimento, ou melhor, as declarações que estão na revista **Veja** são categóricas. Sobre Chiarelli, também são categóricas. Sobre Aníbal Teixeira não me recordo. Aníbal Teixeira, Dr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que sim. O Aníbal Teixeira já foi no início. Não sei com certeza. Não posso dizer isso com absoluta certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Faltou o Deputado Carlos Benevides também e outros nomes que foram mencionados aqui hoje. Feres Nader?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Carlos Benevides foi citado ainda há pouco na resposta, quando foi perguntado sobre o Senador ...

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) - Acho que também faltou o nome do Deputado Ibsen Pinheiro...





O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas V. Ex^{as} querem induzir o Relator a fazer de acordo com o que V. Ex^{as} pensam? Vamos aguardar, deixem o Relator terminar. Aí, em seguida, se houver lacunas, V. Ex^{as} pedirão a palavra e farão as conexas do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, V. Ex^a já poderia inscrever os que desejam fazer ponderações?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Até o raiar do dia teremos chance.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu tenho todo o empenho de que todos sejam avaliados. De modo que o Deputado Feres Nader, lembro-me bem de que o senhor se referiu como pertencendo, mas não está na revista. Sobre Feres Nader?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, não é?

E o Deputado Carlos Benevides? Também sabia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia das subvenções.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O Deputado Ibsen Pinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia das subvenções. Inclusive S. Ex^a mandava relações incluindo as coisas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vejam bem. Ficamos com respostas que não são satisfatórias, porque sabia não significa que integrava o esquema. Quer dizer, na verdade, vamos ter que trabalhar sobre essa massa crítica, para procurar por outros meios esclarecer o que não está esclarecido agora.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

A SR^a REGINA GORDILHO - Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

A SR^a REGINA GORDILHO - Sr. Presidente, estou preocupada, porque, quando eu estive aí ao lado da mesa, verifiquei que a testemunha tinha uma espécie de uma caixa atrás, nas costas, na camisa. Queria saber se ele corre perigo. O que é esse volume que tem aí na camisa dele?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Presidência pede ao depoente que, sem fazer strip-tease, responda isso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É um colete que a polícia me mandou colocar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É um colete, Deputada Regina Gordilho, que a polícia recomendou que o depoente usasse, com receio de algum atentado à bala.

A SR^a REGINA GORDILHO - É que eu estava preocupada que fosse alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Presidência agradece o zelo de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, eu queria ponderar ao Relator, Deputado Roberto Magalhães, que essas últimas respostas foram muito genéricas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - As que eu fiz?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Não, as respostas do depoente. Elas foram genéricas: sabia do esquema. Sabia. Recebia dinheiro ou não. Quer dizer, ficou um pouco confuso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Por isso que eu disse que não são satisfatórias.



20/10/93

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Então, eu queria saber se V. Ex^a realmente está convicto de que as respostas não foram satisfatórias.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou convicto de que não foram satisfatórias. Persiste a dúvida, porque uma coisa é saber do esquema e outra coisa é participar do esquema. Se bem que saber e nada fazer já é um comprometimento. Não é?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, colhemos um depoimento sob compromisso. A responsabilidade é toda dele. Se essa prova é boa ou má, vamos discutir na ocasião do Relatório. Agora, é impossível, no curso do depoimento, fazer interpretação do depoimento. Estamos invertendo a ordem das coisas.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Mas aí vai transformar a testemunha em juízo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não se trata, nobre Líder, de ser juízo ou não ser. Perdoe V.Ex^a a ousadia de discordar alguma vez de V.Ex^a, já que continuamente com V.Ex^a concordo.

No caso, talvez pudesse fazer a pergunta "acha", é o que diz o nobre Senador Bisol. Mas ele já respondeu essas perguntas: estava fulano envolvido, não estava. E respondeu categoricamente, muitas vezes "com certeza", "sobre este tenho dúvida", "aquele não". Restará a nós, na análise que vamos proceder ao depoimento - essa é proposta que faço ao Plenário -, fazer uma sessão para analisá-lo pois parece que em certos momentos houve contradição por interpretação nossa ou dele. É o caso, por exemplo, do Deputado José Luiz Maia, quando houve dois momentos em que as opiniões a mim me pareceram conflitantes.

Houve uma declaração que colocava o Deputado José Luiz Maia como pertencente ao esquema. Ele veio aqui, defendeu-se através de perguntas, saiu satisfeito.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mas eu disse subvenções, eu falei de subvenções.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Wilson Müller, que a pediu em primeiro lugar; depois, ao Deputado Gradella.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, parece-me que o fato de uma pessoa estar ou não envolvida carece de circunstância de tempo, modo e lugar. Está comprometida, quando, onde, como? Essa é minha sugestão.

Muito obrigado.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sr. Presidente, só para concluir o encaminhamento dado pelo Relator, parece-nos que foi citado também o nome do Deputado Eraldo Tinoco. Então, como presente no PRODASEN, acho que seria bom que ficasse esclarecido que situação é essa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O depoente se recorda de ter citado o Deputado Eraldo Tinoco?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Citei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em que pergunta, de que tipo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi quando eu estava explicando a questão do Orçamento de 1992, sobre a inclusão de emendas do Deputado





20/10/93

Fiúza, de não ter votado no dia certo, aquele negócio. O Deputado Tinoco era um dos coordenadores dele no PRODASEN e auxiliar dele nos contatos políticos lá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Satisfeito?

Concedo a palavra ao nobre Deputado Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Quero reforçar a intervenção do Senador Bisol no sentido de que não cabe, neste momento, a nenhum membro deste plenário, qualificar ou avaliar o depoimento da testemunha como prova. Isso nós vamos fazer ao longo das investigações e do trabalho, no relatório final. Quando terminarmos o processo de apuração é que vamos saber qual foi o valor deste depoimento.

Eu tenho minha avaliação, mas eu a deixo para um momento posterior. E na nossa reunião nós deveremos definir, a partir da análise cuidadosa deste depoimento, nossa estratégia de investigação.

Eu solicito, se o Relator não tiver mais nenhuma questão ao depoente, que ele fosse liberado por parte da Comissão para que déssemos prosseguimento aos outros encaminhamentos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu me permito fazer uma ponderação. O depoente deve ficar aqui para assinar, depois de ler e rubricar, todas as páginas deste longo depoimento. Mas há perguntas que, no momento, estão sendo feitas, que acabam refletindo na necessidade de ele mesmo confirmar ou não. Por isso, quero fazer esse repasse final enquanto termos o tempo inevitável de esperar pelo completamento do trabalho da Taquigrafia.

O Deputado Paulo Ramos falará; em seguida, o ilustre Relator terá oportunidade de discutir...

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, a Taquigrafia só encerrará o trabalho, quando a reunião também encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas ela já está trabalhando, as primeiras páginas já devem estar prontas. A Taquigrafia não esperará todos falarem para começar a fazer o trabalho.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, vou insistir numa questão que me parece da maior relevância. O depoente, quando se referiu à entrevista da revista **Veja**, falou que foi uma entrevista dentro de condições não muito favoráveis, e mencionou, em diversas oportunidades, a possibilidade de os envolvidos, de acordo com a visão dele, não terem os nomes citados na própria entrevista. Então, o que acho conveniente, já considerando a dificuldade no futuro, já mencionada pelo Presidente, de um retorno da testemunha, seria se ele entende que os nomes envolvidos estão esgotados; ou se ele, de posse da relação dos membros da Comissão do Orçamento, dentro do período da investigação, poderá ou poderia se lembrar do envolvimento de outros nomes, porque só assim teríamos esgotado essa fase do depoimento. A minha sugestão a V. Ex^a, a minha sugestão à Mesa é de que o depoente receba uma relação completa dos membros da Comissão do Orçamento no período compreendido como motivo desta CPI, para que faça a observação, preservado o sigilo, Sr. Presidente, para que os nomes não sejam expostos, a não ser depois de uma investigação mais profunda e concludente, para que aí, sim, a própria Comissão possa trabalhar, já que vai certamente ser encaminhada ao depoente cópia dos orçamentos, das liberações, para que ele desenvolva esse trabalho. Então, que na relação, os nomes dos membros da Comissão de Orçamento sejam também encaminhados numa fase preliminar para que ele possa posicionar-se a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Paulo Ramos tem uma idéia do que isso vai exigir, de parte do depoente, pelo que foi lembrado pelo Líder Vivaldo Barbosa, cinco anos? A última Comissão de Orçamento teve 120 titulares e 120 suplentes. Só aí são 240 nomes. Em cinco anos, vamos fazer uma lista de quantas



centenas de nomes? E, como V. Ex^a disse, a partir do momento em que isso vazasse, dir-se-ia: suspeitos 400 membros da Comissão do Orçamento, e ficaríamos todos nós manchados com uma suposição dessa natureza. Parece-me que aí, se a memória já não me falha nesta altura do trabalho, uma proposta foi feita, se não me engano, pelo Deputado Aloizio Mercadante e por outro Deputado, para que fosse proporcionada ao depoente uma relação para que ele completasse do livro. E, exatamente nessa oportunidade, ele estudaria o problema do Orçamento para mostrar quais seriam as verbas possivelmente vinculadas com os chamados acertos e ajustes.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pedi a palavra para considerar a proposição do Deputado Aloizio Mercadante. Ele disse que só poderemos avaliar as provas no final. Absolutamente. No final nós avaliamos as provas para fim de julgamento, mas a todo momento estaremos avaliando as provas para fins de orientação, reorientação, convocação de testemunha, perícias, etc. Se não, seria um vazio total.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, sem querer polemizar com o Relator, a nossa intervenção foi exatamente nessa direção. O que acho improcedente é que essa avaliação seja feita pela Comissão diante do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou tomar a providência de agradecer o depoimento do Dr. José Carlos Alves dos Santos. Ele será conduzido para a sala onde esteve ainda há pouco custodiado pela nossa segurança, e prosseguiremos aqui rapidamente para tomar uma decisão. Essa decisão refere-se à questão levantada pelo Senador Elcio Alvares e contraditada pelo Deputado Luiz Salomão. E certas questões que, desculpem-me, se, por exemplo, até agora eu não tiver tido a capacidade de absorver.

Vejo que estamos aqui numa chamada sauna. Muita gente diz até brincando que eu submeti os senhores a um tipo de terrorismo de sudorese, de tortura. Há os que se mantêm aqui, como nós, obrigados pelo Regimento, de paletó e gravata; uns com sapato, outros com alpercata, mas de qualquer maneira todos aqui estamos. Eu gostaria de saber se é justo que, estando nós assim, alguns que sentam nas bancadas, mesmo como jornalistas, poderão estar livres, como o meu amigo Sílvio Leite, por exemplo, de usar paletó e gravata. Já os carregadores do piano da televisão, estes sim estão dispensados desde logo.

Mas isso é alguma coisa que vamos discutir como regra daqui para adiante, relembrando o prazo que devemos dar para as inscrições; senão - aí sim - é uma tortura mental que sofrem a Mesa e todos os que são obrigados a permanecer aqui do início ao fim, inclusive o Relator.

Esse é um ponto a ser visto. E, neste momento, gostaria de discutir o seguinte. O ponto que eu levantaria para a discussão imediata é se vale a pena marcarmos uma reunião para a manhã de hoje - já são 2 horas e 32 minutos pelo meu relógio -, às 10 horas, para fazer uma avaliação imediata desse depoimento e para saber, a partir dele, o passo seguinte que deveremos dar. Ou V. Ex^{as}. preferem que a façamos agora?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, precisamos de uma certa tranquilidade para fazer a avaliação no sentido que o Relator apresentou, que é o de traçar diligências, estratégias de investigação, organização da Comissão para o trabalho.





Com isso, eu sugeriria que a reunião fosse realizada amanhã às 13 horas, para que tivéssemos tempo não só para descansar mas também para conversarmos um pouco, no sentido de amadurecer as propostas, vindo para a uma reunião mais organizada.

Eu insistiria na proposta de realização da reunião das 13 horas às 16 horas, para organizar e encaminhar todos os procedimentos e requerimentos, diligências, estratégias de investigação, análise de depoimento, e que se fizesse, a partir das 16 horas, a reunião para o depoimento do Deputado João Alves.

Gostaria, de forma breve, de fundamentar essa minha sugestão. Penso que não podemos dar ao Deputado João Alves um tempo - não dá para convocá-lo amanhã, porque, se o fizermos, o seu depoimento ficará para depois de amanhã. O meu argumento para convocar o Deputado João Alves para amanhã é o de que S. Ex.^a não deve ter o tempo de ler com o cuidado necessário as notas taquigráficas e consultar a assessoria jurídica, para vir com um depoimento ensaiado, detalhado e organizado. O seu depoimento tem que ser feito de imediato, para podermos confrontar as informações. Devemos trabalhar amanhã, ao longo de todo o dia, para preparar o depoimento do Deputado João Alves e ter, a partir de amanhã, as condições de questionar, afrontar e esclarecer todo esses procedimentos.

A minha sugestão seria, então, que se fizesse, das 13 horas às 16 horas, a organização e o encaminhamento de outras tarefas da Comissão, para, a partir das 16 horas, termos o depoimento do Deputado João Alves. Caso ele não compareça amanhã, marcaríamos a reunião para o dia seguinte, para a sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa é uma proposta.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ouvir o nobre Líder Pedro Simon, que pediu a palavra inicialmente para contraditar. Em seguida, ouvirei o Deputado Luiz Salomão.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, contradito o Deputado Aloizio Mercadante, concordando que se deve convocar o Deputado João Alves para amanhã, mas não pelo argumento apresentado.

Por tudo que foi dito com relação ao Deputado João Alves, temos que convocá-lo imediatamente, porque ele tem que ser a próxima pessoa a falar; ele deve dizer o que ele tem a dizer. Isso não significa que eu tenha alguma opinião formada a respeito de ele se preparar ou deixar de se preparar. É que a Imprensa irá publicar tudo o que foi dito a seu respeito, e temos o dever de chamá-lo, para que ele tenha o direito de vir a esta Comissão e falar o que ele quiser.

Então, concordo que o Deputado João Alves deve ser ouvido amanhã, mas por um argumento completamente diferente. Se ele quiser se preparar para dar o seu depoimento, que se prepare. O seu nome apareceu nas manchetes do Brasil inteiro, e foram ditas coisas muito graves a respeito desse cidadão. Ele é nosso Colega e nosso companheiro. Temos a obrigação de dar-lhe imediatamente a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda, na nossa regra que temos de disciplina de Regimento, um contradita; um diz; o outro contradita.

Nisso é que nos perdemos; não pode ocorrer vários Parlamentares se contraditando. Há uma contradição, e a Mesa ou tem capacidade de decidir ou não a tem.

Ouvirei o Deputado, porque me parece que se trata de assunto diverso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, é que eu havia pedido a palavra antes do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desculpe-me. Apesar de usar óculos trifocais, não prestei atenção.



20/10/93

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, não há problema. Gostaria apenas de dizer que não podemos cercear o direito de defesa do Deputado João Alves. Ele é a pessoa mais incriminada pela testemunha, pelas reportagens; ele é, de certa forma, o vilão dessa história. Não me parece correto convocá-lo imediatamente, sem lhe dar a possibilidade de se estruturar para a defesa.

Se, por ventura, valesse o argumento do Deputado Pedro Simon, de o Deputado João Alves ter a condição e a oportunidade de se pronunciar quando acusado, ele deveria ter comparecido à sessão de hoje, porque todos os meios de comunicação divulgaram esta reunião. A televisão colocou ao vivo esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a. me permite um esclarecimento?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado João Alves está representado aqui pelo seu advogado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Mas faltou vontade ao Deputado João Alves para comparecer aqui. Parece-me absolutamente necessário, não é nem apenas oportuno, que o Deputado João Alves tenha condição de se preparar para vir aqui. De modo que sou contrário à sua convocação imediata e favorável a que V. Ex^a convoque uma reunião administrativa, conforme havia sido combinado pela manhã, quando proporemos um roteiro de trabalho - o próprio Relator fará o seu roteiro de trabalho e nós traremos contribuições; tenho uma proposta que não quero discutir aqui porque V. Ex^a já pretende fazer essa reunião -; e não nos açoitássemos na convocação do Deputado João Alves, que deve ter o direito de marcar data e horário para a sua apresentação. S. Ex^a não deve ser instado a vir aqui depor no momento em que desejarmos, e, sim, quando se sentir preparado. Se ele quisesse se pronunciar, teria feito como o Deputado Ricardo Fiúza, que também foi incriminado pelo depoente e que se pronunciou.

Então, a minha proposta, Sr. Presidente, é que V. Ex^a encerrasse a reunião e convocasse outra para às 11h, por razões de que há outros encargos a fazer e passamos aqui praticamente das 16h até as 2h30min da manhã. Então, eu gostaria de encarecer a V. Ex^a para que pudéssemos vir aos gabinetes e que a reunião fosse convocada para às 11h da manhã para um trabalho administrativo da Comissão, ocasião em que decidiríamos quando convocar o Deputado João Alves. Talvez o advogado presente possa trazer também alguma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos em condições de dar uma decisão sujeita ao referend^o do Plenário.

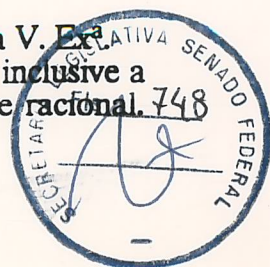
Realmente tem razão o Deputado Luiz Salomão. Eu mesmo levantei essa questão, da necessidade de um exame e um trabalho interno da Comissão, que não foi bem sucedido hoje porque continuaram os aparelhos de televisão todos ligados, o que permitiu que toda a Casa soubesse do que íamos. Então, tudo que íamos discutir. Nós nos reuniríamos, então, na manhã de hoje, às 11h, o que significará, naturalmente, entrar por todo o período do almoço, numa discussão interna. Parece-me que já é fora de qualquer dúvida, não ouvi o Relator ainda, que o próximo depoimento seja do Deputado João Alves.

Não há indiciados na CPI. Apesar de se chamar uma comissão de inquérito, ela, na verdade, é uma comissão de investigação. Então, temos aqui testemunhas.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ELCIO ALVARES - Retorno, Sr. Presidente, após ouvir inclusive a palavra do Deputado Luiz Salomão, para um ponto que é evidente, lógico e racional.





Vamos discutir amanhã as normas de procedimento. E penso, a esta altura, que essas normas devam ser muito bem discutidas em razão do depoimento colhido hoje.

Tenho razões amanhã para sustentar certas colocações. Nada impede, em virtude da evidência de fatos, que, neste momento, a Comissão já decida pelo segundo depoimento, que é inequívoco: é o do Deputado João Alves. Ficará da conveniência da Comissão marcar o horário, mas, a partir de amanhã, o Deputado João Alves já ficará cientificado de que ele será o próximo depoente. Essa decisão já poderíamos tomar hoje, a do segundo depoimento, porque o primeiro depoimento foi do principal denunciante. O segundo depoimento forma o conjunto, a unidade da peça que eu diria mais importante neste processo. E, amanhã cedo, conforme quer o Deputado Luiz Salomão, às 11h, iríamos discutir não só as providências, mas também até o sistema de interrogatório, porque, apesar da boa vontade - digo sempre e repito que a primeira reunião serve de laboratório -, vamos ter de fazer umas certas corrigendas na reunião de amanhã, às 11h.

Portanto, Sr. Presidente, a partir deste instante, V. Ex^a precisou com muita felicidade, já é inteiramente inegável o depoimento do Deputado João Alves. A Comissão, que tem de decidir, decida pelo depoimento e, amanhã, às 11h, vamos tratar exatamente das normas procedimentais para tocar a Comissão para frente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parece que estamos todos discutindo o que estamos de acordo. Mas quero ouvir a palavra final do Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou de pleno acordo com as propostas paralelas do Deputado Luiz Salomão e do Senador Elcio Alvares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está encerrada a reunião. Convoco para às 11h de hoje, dia 21, reunião desta Comissão.
(IEVANTA-SE A REUNIÃO ÀS 02 HORAS E 45 MINUTOS.)

